

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
PROGRAMA REGIONAL MADEIRA 2030**

**RELATÓRIO AMBIENTAL
(FINAL)**



outubro de 2022

Índice

1. Introdução	1
2. Objetivos e Metodologia da AAE.....	3
1.1. Objetivos.....	3
1.2. Metodologia.....	4
1.2.1. Enquadramento metodológico	4
1.2.2. Procedimentos metodológicos	5
Fase 1 Definição de Âmbito	5
Fase 2 Avaliação Estratégica de Efeitos	7
Fase 3 Acompanhamento.....	9
1.2.3. Princípio de “não prejudicar significativamente” (NPS)	9
3. Objeto da AAE	13
3.1 Enquadramento Estratégico base para o PR Madeira 2030.....	13
3.2 Desafios Estratégicos.....	15
a) Desafios identificados no âmbito do PDES Madeira 2030.....	15
b) Desafios identificados nas recomendações específicas por país (<i>Country Report</i>) de 2020.	15
3.3 Oportunidades Estratégicas	16
3.4 Estruturação do PR Madeira 2030	17
4. Fatores Críticos para a Decisão (FCD).....	21
4.1 Elementos Estruturantes	21
4.1.1 Questões Estratégicas	21
4.1.2 Quadro de Referência Estratégico (QRE).....	24
4.1.3 Questões Ambientais (QA).....	31
4.2 Definição dos Fatores Críticos para a Decisão	32
4.2.1 Contexto em desenvolvimento	32
4.2.2 FCD e Objetivos de Avaliação.....	33
4.2.3 FCD e Critérios de Avaliação.....	34
4.2.4 Correlação entre os FCD e as Prioridades e Objetivos Específicos	36
4.2.5 Correlação entre os FCD e o Quadro de Referência Estratégico	40
4.2.6 Correlação entre os FCD e as Questões Estratégicas.....	43
4.2.7 Correlação entre os FCD e as Questões Ambientais.....	44
5. Análise e Avaliação Estratégica por FCD	47
5.1 I&D+I e Transição Digital.....	48
5.1.1 Situação de Referência.....	48
5.1.1.1 I&D+I.....	48
5.1.1.2 Transição Digital	54
5.1.2 Matriz SWOT	59
5.1.3 Identificação de Efeitos.....	62
5.1.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030.....	65
5.1.5 Recomendações	66
5.2 Cadeias de Valor.....	67
5.2.1 Situação de Referência.....	67
5.2.1.1 Agricultura	67
5.2.1.2 Pescas.....	70
5.2.1.3 Construção	74
5.2.1.4 Turismo.....	77
5.2.1.5 Economia do Mar	80

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

5.2.1.6 TIC	84
5.2.2 Matriz SWOT	87
5.2.3 Identificação de Efeitos.....	90
5.2.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030.....	93
5.2.5 Recomendações	93
5.3 Energia, Clima e Mobilidade Sustentável	94
5.3.1 Situação de Referência.....	94
5.3.1.1 Energia Sustentável	94
5.3.1.2 Energia Renovável.....	101
5.3.1.3 Combustíveis Fósseis e Emissões de GEE	104
5.3.1.4 Mobilidade Sustentável	106
5.3.2 Matriz SWOT	108
5.3.3 Identificação de Efeitos.....	111
5.3.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030.....	114
5.3.5 Recomendações	114
5.4 Qualificação Territorial	115
5.4.1 Situação de Referência.....	115
5.4.1.1 Qualificação Urbana	115
5.4.1.2 Requalificação ambiental	118
5.4.1.3 Funchal e Porto Santo	120
5.4.2 Matriz SWOT	124
5.4.3 Identificação de Efeitos.....	126
5.4.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030.....	129
5.4.5 Recomendações	129
5.5 Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular.....	131
5.5.1 Situação de Referência.....	131
5.5.1.1 Património Histórico ou Classificado	131
5.5.1.2 Património natural e biodiversidade	135
5.5.1.3 Recursos hídricos.....	137
5.5.1.4 Qualidade do ar	139
5.5.1.5 Efluentes Líquidos.....	142
5.5.1.6 Economia Circular	144
5.5.2 Matriz SWOT	150
5.5.3 Identificação de Efeitos.....	152
5.5.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030.....	155
5.5.5 Recomendações	155
5.6 Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social.....	156
5.6.1 Situação de Referência.....	156
5.6.1.1 Habitação social e acessível.....	156
5.6.1.2 Qualificação e aprendizagem ao longo da vida	159
5.6.1.3 Emprego.....	162
5.6.1.4 Pobreza e exclusão social.....	165
5.6.1.5 Igualdade de género	169
5.6.1.6 Saúde.....	172
5.6.2 Matriz SWOT	174
5.6.3 Identificação de Efeitos.....	176
5.6.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030.....	179
5.6.5 Recomendações	179
5.7 Riscos Naturais e adaptação às alterações climáticas	180
5.7.1 Situação de Referência.....	180
5.7.1.1 Riscos Naturais	180

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

5.7.1.2 Adaptação às alterações climáticas.....	185
5.7.2 Matriz SWOT	187
5.7.3 Identificação de Efeitos.....	189
5.7.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030.....	192
5.7.5 Recomendações	192
6. Avaliação do Princípio de Não Prejudicar Significativamente.....	193
6.1 Prioridade 1A	193
6.2 Prioridade 2A	197
6.3 Prioridade 2B	201
6.4 Prioridade 3A	202
6.5 Prioridade 4A	204
6.6 Prioridade 4B	212
6.7 Prioridade 5A	213
6.8 Prioridade 1R	214
6.9 Prioridade 4C	216
7. Seguimento e Monitorização da AAE.....	217
7.1 Enquadramento.....	217
7.2 Matriz de monitorização.....	217
7.3 Implementação do seguimento	219
8. Conclusões	221
9. Referências bibliográficas.....	223

ANEXO I - Consulta às Partes Interessadas

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

(Página deixada propositadamente em branco)

1. Introdução

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, transpõe para o regime jurídico nacional a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente - Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) - adotada em julho de 2001. Esta Diretiva é aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

- a) Planos e Programas relativos aos setores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento, urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação dos projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro;
- b) Planos e Programas que produzam eventuais efeitos em sítios da lista nacional de sítios, num Sítio de Interesse Comunitário, numa Zona Especial de Conservação ou numa Zona de Proteção Especial;
- c) Planos e Programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

No âmbito específico da presente Avaliação, a mesma está incluída na alínea c): planos e programas qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

O PR Madeira 20-30 constitui um programa estratégico e operacional de âmbito regional enquadrador de um conjunto de prioridades, objetivos específicos, de tipologias de ação e domínios de intervenção suscetíveis de terem efeitos significativos no ambiente, devendo o seu conteúdo corresponder ao estabelecido no art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

O presente documento constitui o **Relatório Ambiental Final (RA Final)** que corresponde à peça principal do processo de AAE da proposta de Programa Regional Madeira 2030.

(Página deixada propositadamente em branco)

2. Objetivos e Metodologia da AAE

1.1. Objetivos

O presente documento constitui o Relatório Ambiental Final, do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do “Programa Regional da Região Autónoma da Madeira 2030”, adiante designado PR Madeira 2030.

A Diretiva 2001/42/CE, que foi objeto de transposição nacional através do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, define que o objetivo global de uma AAE consiste em:

“A presente Diretiva tem por objetivo estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável. Para tal, visa garantir que determinados planos e programas, suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, sejam sujeitos a uma avaliação ambiental em conformidade com o nela disposto.” (artigo 1º).

Assim, o processo da AAE deve contribuir para a adoção dum conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente que resultem da aplicação do PR Madeira 2030 em avaliação.

Neste contexto, e em consonância com as boas práticas em matéria de AAE, os objetivos que presidiram à realização da AAE são:

1. Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
2. Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
3. Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (*win-win*) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
4. Detetar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
5. Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
6. Produzir contextos mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

Deste conjunto de objetivos, importa realçar dois tipos de influência que se pretendem com a AAE:

- Influenciar a redação final do PR Madeira 2030 (ponto 1 e Ponto 2), de modo a que estes possam privilegiar eixos e medidas que potenciem impactos ambientais positivos, em alternativa a outros que se identifiquem como causadores de impactos ambientais negativos.
- O segundo tipo de influência, orientada já para a fase de implementação do PR Madeira 2030 e relacionada com o ponto 6, baseia-se na definição de critérios

para seleção de projetos no âmbito do Programa. Esta influência, já muito específica, permitirá às equipas que vão trabalhar na implementação do PR, disporem de orientações que assegurem uma adequada integração de objetivos de natureza ambiental.

Em síntese, espera-se que os resultados da AAE, incluindo os contributos do respetivo processo de consulta pública, permitam influenciar positivamente o PR Madeira 2030, garantindo uma maior sustentabilidade do modelo programático e de intervenção proposto quer para o sector específico do PR, que para a área de intervenção territorial que este abrange.

1.2. Metodologia

1.2.1. Enquadramento metodológico

A legislação que suporta a AAE, designadamente o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, não refere explicitamente uma metodologia específica de elaboração de AAE, tendo optado por definir apenas as linhas sequenciais de orientação metodológica do processo, nomeadamente:

- ✓ O estabelecimento de uma etapa de definição de âmbito, consubstanciada pela submissão de um documento para consulta das entidades competentes, consoante a natureza da intervenção;
- ✓ A definição de fatores de avaliação, com base nos quais se deve estruturar a avaliação ambiental a desenvolver num Relatório Ambiental;
- ✓ A definição do conteúdo do Relatório Ambiental (sem, no entanto, estabelecer a sua estrutura ou terminologia);
- ✓ A definição dum período de consulta pública, coincidente com o do programa em avaliação;
- ✓ A definição do conteúdo da Declaração Ambiental;
- ✓ A produção duma declaração ambiental a entregar à autoridade de AAE (Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR) em conjunto com o próprio Relatório Ambiental, após a respetiva consulta pública;
- ✓ A definição duma fase de acompanhamento ou de avaliação e controlo, que se inicia com a implementação do PR Madeira 2030.

Este é o contexto que permite enquadrar formalmente o processo de AAE representando um sinal importante para os diversos atores do processo de AAE e dando alguma liberdade para desenvolvimento de metodologias próprias, que respeitem o enquadramento fornecido pela legislação.

No presente procedimento, as fases da AAE devem estruturar-se da seguinte forma:

- i. Determinação do âmbito (Fatores Críticos para a Decisão) e alcance da avaliação ambiental;
- ii. Solicitação de pareceres sobre o âmbito e alcance da avaliação;
- iii. Identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente;
- iv. Identificação, descrição e avaliação das alternativas razoáveis;
- v. Elaboração do Relatório Ambiental (Relatório Ambiental Preliminar);
- vi. Consulta às autoridades com responsabilidades ambientais específicas e ao público;
- vii. Elaboração do Relatório Ambiental Final considerando as consultas realizadas;
- viii. Disponibilização e divulgação pública do Relatório Ambiental Final.

Do desenvolvimento das fases referidas, resultarão as seguintes três peças processuais

- ✓ *Relatório de Definição de Âmbito (RDA);*
- ✓ *Relatório Ambiental Preliminar (RA);*
- ✓ *Relatório Ambiental Final (RAF).*

1.2.2. Procedimentos metodológicos

Apresenta-se neste subcapítulo a metodologia proposta para o presente processo de AAE que procura respeitar a estrutura e os princípios metodológicos emanados pela legislação em vigor, bem como os requisitos expressos no respetivo Caderno de Encargos, apresentando três momentos distintos: 1 | Definição de Âmbito; 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos; e 3 | Acompanhamento.

Fase 1 | Definição de Âmbito

Esta fase permite desenvolver um enquadramento do projeto que faculta à equipa da AAE os dados necessários para a definição de um conjunto de fatores de natureza estratégica (Fatores Críticos para a Decisão - FCD) com base nos quais se processa a avaliação de efeitos propriamente dita (durante a Fase 2).

Os FCD consistem nos temas fundamentais, ou janelas de observação, em que é necessário concentrar a atenção da Avaliação Ambiental para compreender estrategicamente o contexto, analisar os problemas e estabelecer escalas relevantes que permitam uma avaliação adequada. Os FCD materializam o conceito de definição de âmbito tal como exigem os requisitos legais europeus e nacionais no que respeita ao pormenor da informação a ser considerado no Relatório Ambiental.

A identificação dos FCD resultará da análise integrada dos seguintes elementos:

- ✓ **Questões estratégicas (QE)** - são questões políticas ou desafios críticos fundamentais que afetam obrigações, valores, serviços, custos e que devem ser consideradas se queremos atingir a visão de longo prazo do PR Madeira 2030. Relacionam-se diretamente com o objeto da avaliação, que, no presente caso,

se traduzirá na proposta do PR Madeira 2030, materializada nas respetivas Prioridades, Objetivos Específicos e tipologias de ações previstas;

- ✓ **Quadro de Referência Estratégico (QRE)** - é o quadro das macropolíticas estratégicas da AAE, estabelecendo um referencial para a avaliação. Este quadro acolhe os objetivos ambientais e de sustentabilidade das macropolíticas estabelecidos em contextos europeus, nacionais e regionais relevantes para a avaliação estratégica. O QRE fornece as orientações e metas estabelecidas nos vários contextos e incorpora-os na consideração de sinergias e conflitos potenciais com o PR Madeira 2030;
- ✓ **Questões Ambientais (QA)** - inclui as questões determinantes e relevantes para a definição do âmbito ambiental da avaliação. Foram selecionadas tendo por base as Questões Ambientais legalmente definidos no Decreto-Lei 232/2007, de 15 de junho, e contribuíram para a identificação de problemas e potencialidades que, por sua vez, contribuíram para a identificação dos FCD.

O racional desta peça está refletido na figura seguinte.

Figura 1 – Racional para a definição dos Fatores Críticos para a Decisão, elemento central do RDA



Após a identificação dos FCD, procedeu-se ao estabelecimento dos critérios de avaliação e respetivos indicadores de avaliação. A identificação dos FCD, e respetivos critérios e indicadores de avaliação, regeu-se pelas boas práticas que aconselham a focagem, a holística e a integridade.

Fase 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos

Uma vez recebido o parecer das entidades consultadas na fase de definição de âmbito, e ponderadas as respetivas recomendações, a Fase 2, cujo primeiro produto é o Relatório Ambiental Preliminar (RA preliminar), vem aprofundar o resultado da Fase 1, com um conjunto de análises sobre os FCD que permitam ter uma visão abrangente e tão analítica quanto possível.

O conteúdo do RA e a sua organização refletiram uma preocupação da equipa de trabalho da AAE que procura privilegiar o que se considera ser a mais-valia duma AAE: a visão prospetiva acompanhada de recomendações claras, objetivas e que permitam uma leitura fácil e incorporação ágil das suas principais conclusões. Neste contexto, interessou, pois, atuar precisamente numa perspetiva mais alargada e numa abordagem integrada a nível estratégico da decisão, que se constituiu como unidades elementares de avaliação as bases estratégicas do PR.

Assim, e no seguimento das propostas de implementação alternativas ou opcionais que foram consideradas, foi desenvolvida a análise por FCD que permitiu condensar a avaliação estratégica de efeitos através:

- ↳ Da avaliação da situação de referência, com destaque para as questões ambientais significativas (estruturada a diferentes escalas sempre que adequado);
- ↳ Da elaboração da análise SWOT (Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças), que permitiu complementar o diagnóstico da situação atual evidenciando as questões internas fundamentais (Pontos Fortes e Pontos Fracos) assim como as questões externas chave (Oportunidades e Ameaças) que foram consideradas no processo de avaliação;
- ↳ Das tendências de evolução na ausência da implementação do PR e da avaliação dos efeitos de natureza estratégica decorrentes do PR Madeira 2030 baseando-se no diagnóstico estratégico realizado e pretendendo avaliar oportunidades e os riscos decorrentes das opções de desenvolvimento preconizadas pelo PR, assim como eventuais sinergias e conflitos;
- ↳ No que respeita à proposta de monitorização e seguimento esta inclui a análise de indicadores de caracterização da situação de referência e de indicadores de avaliação dimensionados para permitir a avaliação do impacte da implementação do PR Madeira 2030, incluindo recomendações emanadas da Fase.

Da avaliação desenvolvida na Fase 2 resultou, então, a identificação de um conjunto de efeitos, cuja significância foi determinada com base na análise pericial integrada e de ponderação dos diversos parâmetros associados a cada efeito e respetiva contextualização em que estes ocorrem, que permitiu aferir os mais relevantes e propor recomendações no sentido de maximizar as oportunidades e eliminar ou minimizar riscos.

Foi igualmente produzido o respetivo Resumo Não Técnico (RNT), de acordo com a alínea j) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, das informações referidas nas alíneas anteriores, designadamente: uma síntese do

processo de AAE (enquadramento e processo de avaliação); uma síntese dos efeitos significativos e recomendações; e indicações sobre a divulgação e consulta do RA.

Os conteúdos do RNT assentaram numa estrutura específica e orientada nessa ótica não técnica, de forma a assegurar os objetivos do público-alvo a que se destina.

Em suma, pretendeu-se que as conclusões decorrentes de toda a avaliação, nesta componente em particular da AAE, fossem claras, baseadas em evidências e adaptadas às necessidades específicas deste PR, de modo a que, com utilidade, possam ser consideradas pela entidade responsável pela elaboração do PR.

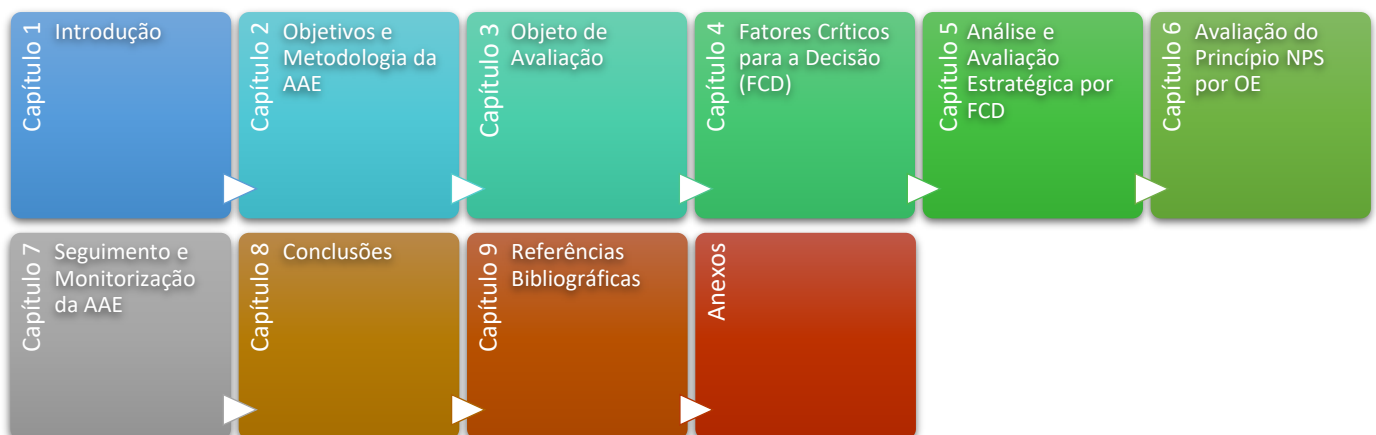
O RA Preliminar foi submetido a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas (ERAE), fossem suscetíveis de interessar os efeitos ambientais resultantes da implementação do PR, tal como previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, bem como às instituições ou especialistas de reconhecido mérito na atividade objeto de consulta e ao público em geral. As entidades pronunciaram-se sobre o RA no prazo de 30 (trinta) dias e a consulta pública deve ocorrer também num prazo não inferior a 30 (trinta) dias. Após esta consulta, e com base na ponderação e integração dos pareceres e recomendações emitidos proceder-se-á à redação do Relatório Ambiental Final.

Após a entrega do RA na versão final foi elaborada a **Declaração Ambiental (DA)** que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, deve conter:

- ✓ Uma síntese relativa às considerações ambientais do Relatório Ambiental que foram integradas no Programa;
- ✓ As observações apresentadas pelas entidades consultadas, na fase de discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
- ✓ As razões que fundaram a aprovação da proposta de PR à luz das outras alternativas razoáveis abordadas aquando da respetiva elaboração;
- ✓ As medidas de controlo previstas.

A materialização do Relatório Ambiental Final, seguiu a estrutura da figura seguinte:

Figura 2 - Estrutura do Relatório Ambiental Final



Fase 3 | Acompanhamento

Esta última fase de um processo de AAE (de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho), cujo desenvolvimento está fora do âmbito da presente proposta de execução técnica e financeira, será alvo, tal como referido anteriormente, de uma proposta metodológica específica integrada no RA (apresentada durante a Fase 2 do processo), com definição de indicadores e de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica da elaboração do PR.

1.2.3. Princípio de “não prejudicar significativamente” (NPS)

De acordo com as Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos deverá ser acrescentada a este procedimento de AAE a avaliação segundo o Princípio de “*não prejudicar significativamente*”. Este Princípio norteia as orientações europeias em termos ambientais e visa a sustentabilidade e a transição para uma economia segura, com impacto neutro no clima, resiliente às alterações climáticas, mais eficiente na utilização de recursos e circular, conforme o constante no Regulamento n.º 2020/852, de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável, e que altera o Regulamento (UE) 2019/2088.

Assim, deverá ser garantido que cada investimento estará orientado de forma a respeitar os seguintes seis objetivos ambientais: a) A mitigação das alterações climáticas; b) A adaptação às alterações climáticas; c) A utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; d) A transição para uma economia circular; e) A prevenção e o controlo da poluição; f) A proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

A avaliação seguiu as orientações explanadas nas Orientações Técnicas para a aplicação do Princípio de “*não prejudicar significativamente*” (Comunicação da Comissão, 2021/C58/01), adaptadas a esta avaliação, e sintetizadas no Fluxograma da figura seguinte.

Etapa 1: Analisar os seis objetivos ambientais, a fim de selecionar aqueles que exigem uma avaliação substantiva.

Nesta etapa foi aplicada uma lista de controlo, que procede à *identificação dos objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»*, com um sim ou um não, que permitirá identificar quais dos seis objetivos ambientais exigem uma avaliação substantiva do Objetivo Específico com base no princípio de “*não prejudicar significativamente*”.

A avaliação da Etapa 1 deu origem ao preenchimento da tabela seguinte:

Figura 3 – Esquema para a aferição do princípio de “não prejudicar significativamente”

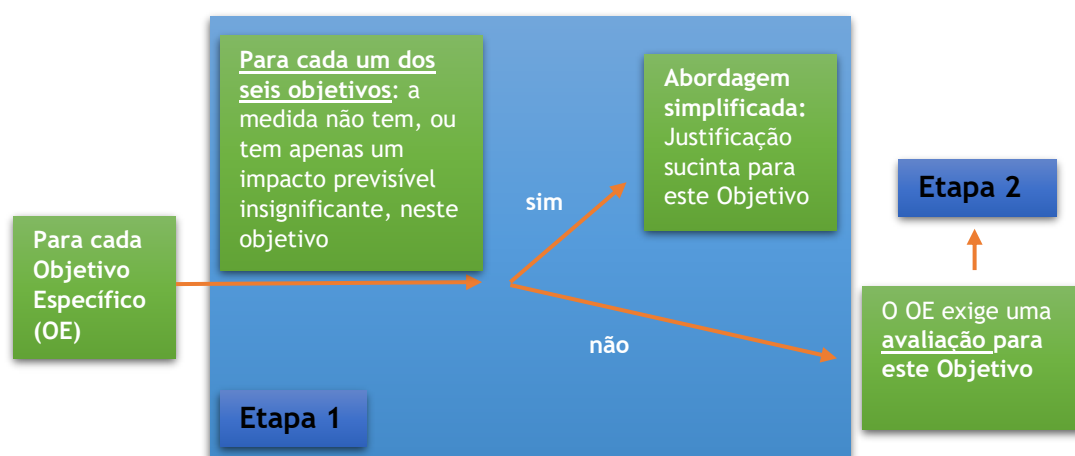


Tabela 1 – Quadro justificativo da Etapa 1 da aplicação do Princípio de «não prejudicar significativamente»

Indicar quais dos objetivos ambientais a seguir indicados exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção «Não»
Mitigação das alterações climáticas			
Adaptação às alterações climáticas			
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos			
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos			
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo			
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas			

Etapa 2: Fornecer um racional justificativo, com base no princípio de «não prejudicar significativamente», para os objetivos ambientais que assim o exigiram.

Foi realizada uma avaliação justificativa com base no princípio de “não prejudicar significativamente” para cada OE constante do Programa Regional, relativamente aos objetivos ambientais selecionados com um “sim” na Etapa 1.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Tabela 2 – Quadro justificativo da Etapa 2 da aplicação do Princípio de «não prejudicar significativamente»

Perguntas	Não	Justificação substantiva
<p>Mitigação das alterações climáticas. Prevê-se que a medida dê origem a emissões significativas de gases com efeito de estufa?</p>		
<p>Adaptação às alterações climáticas. Prevê-se que a medida dê origem a um aumento dos efeitos negativos do clima atual e do clima futuro previsto, sobre a própria medida, as pessoas, a natureza ou os ativos?</p>		
<p>Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos. Prevê-se que a medida prejudique:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. o bom estado ou o bom potencial ecológico das massas de água, incluindo as águas de superfície e subterrâneas? ou ii. o bom estado ambiental das águas marinhas? 		
<p>Transição para uma economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos. Prevê-se que a medida:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. conduza a um aumento significativo da produção, da incineração ou da eliminação de resíduos, com exceção da incineração de resíduos perigosos não recicláveis? ou ii. dê origem a ineficiências significativas na utilização direta ou indireta de qualquer recurso natural em qualquer fase do seu ciclo de vida que não sejam minimizadas por medidas adequadas? ou iii. venha a causar danos significativos e de longo prazo no ambiente, no contexto da economia circular? 		
<p>Prevenção e controlo da poluição. Prevê-se que a medida dê origem a um aumento significativo das emissões de poluentes para o ar, a água ou o solo?</p>		
<p>Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas. Prevê-se que a medida:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. prejudique de forma significativa as boas condições e a resiliência dos ecossistemas? ou ii. prejudique o estado de conservação das espécies e habitats, incluindo os de interesse da União? 		

(Página deixada propositadamente em branco)

3. Objeto da AAE

A Região Autónoma da Madeira (RAM), constitui uma das Regiões Autónomas da República Portuguesa. A Região é dotada de autonomia política e administrativa através do **Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira** (Lei n.º 13/91, de 5 de junho, alterada pelas Leis 130/99, de 21 de agosto 2 12/2000, de 21 de junho), previsto na Constituição da República Portuguesa. A Região Autónoma da Madeira faz parte integral da União Europeia com o **Estatuto de Região Ultraperiférica** (RUP) do território da União, conforme os artigos 349º e 355º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

3.1 Enquadramento Estratégico base para o PR Madeira 2030

A arquitetura do presente Quadro de Programação Financeira, elaborada em articulação com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, introduziu um conjunto de complementaridades entre instrumentos (REACT-EU, PRR Madeira e PR Madeira 2030) mobilizados. Estas complementaridades determinam a delegação de linhas estratégicas entre os Instrumentos levando a que se otimize as intervenções previstas.

Não obstante o objeto de avaliação desta AAE estar centrado no PR Madeira 2030, a consideração das linhas de intervenção do PRR Madeira é central para a análise das opções estratégicas do Programa.

Assim, as linhas de intervenção previstas no âmbito do PRR Madeira:

- Potenciação da eletricidade renovável (69 M€);
- Programa de aceleração da digitalização da Educação (21 M€);
- Transição Digital da Administração Pública da RAM (78 M€);
- Reforço da oferta de habitação apoiada (136 M€);
- Fortalecimento das respostas sociais (83 M€);
- Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde (89 M€);
- Digitalização da Saúde (15 M€);
- Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio (70 M€).

Serão complementares às linhas de intervenção do PR Madeira 2030 e como tal consideradas nos processos de avaliação da presente AAE.

Num segundo nível, salientam-se também as complementaridades e sinergias com outros recursos de financiamento:

- Apoios FEADER via PEPAC Madeira;
- Apoios FEAMPA;
- Programas Temáticos Nacionais com abrangência regional (e.g.: Programa de Ação Climática e Sustentabilidade);
- Projetos de I&D (e.g.: Horizonte Europa) e de cooperação (e.g.: Interreg).

A Estratégia Portugal 2030 define o quadro de orientação geral para a definição e implementação das políticas públicas estruturais na próxima década. A Estratégia está alicerçada em quatro agendas temáticas:

- **Agenda temática 1** - *As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade*
- **Agenda temática 2** - *Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento*
- **Agenda temática 3** - *Transição climática e sustentabilidade dos recursos*
- **Agenda temática 4** - *Um País competitivo externamente e coeso internamente.*

O Acordo de Parceria Portugal 2030 assume o alinhamento com a Estratégia Portugal 2030, desenvolvendo-se a partir da sua visão e da sua matriz de objetivos, e concilia-a ao enquadramento dado pelos cinco objetivos estratégicos (OP) definidos no quadro regulamentar dos Fundos da Política de Coesão da União Europeia. A saber:

- uma Europa mais competitiva e mais inteligente (OP1), investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo;
- uma Europa mais verde (OP2), que aplique o Acordo de Paris e invista na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas;
- uma Europa mais conectada (OP3), com redes de transportes e digitais estratégicas;
- uma Europa mais social e inclusiva (OP4), na senda do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde;
- Uma Europa mais próxima dos cidadãos (OP5), através do apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável.

O quadro seguinte resume o alinhamento dentre o Acordo de Parceria - Portugal 2030, a Estratégia 2030 e o PRR que determina, a jusante, as condicionantes de atuação do PR Madeira 2030.

Tabela 3 – Articulação entre a Estratégia Portugal 2030 e o Acordo de Parceria Portugal 2030

		Estratégia Portugal 2030			
		Agenda 1	Agenda 2	Agenda 3	Agenda 4
Acordo de Parceria Portugal 2030	OP1 - Portugal + competitivo				
	OP2 - Portugal + verde				
	OP3 - Portugal + conectado				
	OP4 - Portugal + social e inclusivo				
	OP5 - Portugal + próxima dos cidadãos				
	Fundo de Transição Justa				
Plano de Recuperação e Resiliência					

3.2 Desafios Estratégicos

O PR Madeira 2030 tem como principais bases para o seu enquadramento estratégico o Plano de Desenvolvimento Económico e Social - PDES Madeira 2030, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional 17/2020/M, de 30 de dezembro, e as recomendações específicas (REP) dos *Country Reports* a Portugal. Os referenciais aportam um racional orientador de desafios e oportunidades

a) Desafios identificados no âmbito do PDES Madeira 2030

A Estratégia subjacente ao Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) Madeira 2030 identifica e fundamenta um conjunto de cinco principais Desafios Estratégicos Regionais que procura estabelecer um compromisso dinâmico entre intervenções da esfera da Competitividade (dos recursos, da inovação e dos sistemas produtivos regionais) e da esfera da Coesão através da qualificação do território, dotando-o de atratividade e com capacidade resiliente para enfrentar as mudanças climáticas e a transição energética. Os desafios estratégicos identificados são:

- Reforçar a especialização inteligente regional em torno de áreas de excelência e/ou de elevado potencial da Madeira;
- Consolidação das Cadeias de Valor Regional;
- Formação de novas competências (modalidades de formação escolar e profissional clássicas e abordagens de mudança transformadora);
- Fomento de experiências inovadoras de adaptação às Alterações Climáticas e à Transição Energética;
- Promoção do Emprego e Inclusão Social;
- Recuperação e Resiliência.

b) Desafios identificados nas recomendações específicas por país (*Country Report*) de 2020.

As recomendações específicas (REP), referentes a 2020, já acomodaram as consequências da crise pandémica e identificaram as seguintes prioridades:

- Investir no acesso, na eficácia e na resiliência dos cuidados de saúde;
- Preservar o emprego e dar resposta ao impacto social da crise;
- Reforçar a investigação e desenvolvimento;
- Garantir liquidez às empresas e a estabilidade do setor financeiro;
- Preservar o mercado único e a circulação de mercadorias e serviços;
- Alcançar um crescimento sustentável e inclusivo, contribuindo simultaneamente para a transição ecológica e digital.

Estas recomendações, alicerçadas no cenário pós-pandémico imediato, estão vertidas no desenho do PRR e do REACT-UE, mas também influenciaram a visão do PR Madeira 2030.

3.3 Oportunidades Estratégicas

O Diagnóstico Prospetivo Regional do PDES Madeira 2030, sistematizou um leque robusto de Oportunidades de desenvolvimento regional com destaque para:

- Renovação do modelo da governação da I&DT na abertura a atores exteriores à Região, com papel reconhecido em redes internacionais (europeias e mundiais) de Transferência de Tecnologia;
- Aumento do investimento em I&DT privado à escala global em domínios ligados às apostas temáticas da EREI Madeira 2030;
- Promoção empresarial (diplomacia económica, Invest Madeira, ...), orientada para a atração de potenciais investidores externos (empresas, fundos, ...);
- Reorientação dos sistemas de incentivos ajustada às necessidades de modernização empresarial e ao reforço de fatores críticos de competitividade;
- Transformação setorial pelo desenvolvimento de atividades de elevado valor acrescentado, e mudança qualitativa das atividades de especialização;
- Mudança de paradigma no Turismo e Lazer com maior ligação à economia regional, reposicionamento e valorização dos recursos naturais, do património, da cultura e da urbanidade;
- Promoção da RAM como destino turístico seguro, especialmente em termos de saúde pública;
- Potencial de crescimento do emprego em sectores tradicionais (agricultura, pescas, ...), acompanhado do reforço de qualificações profissionais;
- Consolidação de segmentos da Economia Azul com alguma sustentação associados ao desenvolvimento de vertentes com potencial de crescimento, como a biotecnologia marinha e a energia dos oceanos;
- Implementação da Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social, com componentes nas áreas da habitação, da saúde e da inclusão ativa e atendendo à diversidade de grupos vulneráveis;
- Novo ciclo de intervenção do FSE (FSE +) orientado para o reforço do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com incentivos ao emprego, à reconversão de competências e à redução do abandono e insucesso escolares;
- Existência de instrumentos de suporte a intervenções (investimentos e medidas de política) nos domínios dos Transportes, da Mobilidade Urbana Sustentável, da Economia Circular e das Alterações Climáticas, entre outros;
- Prioridade das Orientações da Política de Coesão 2030 em domínios-chave para a qualificação e valorização do território (Ação Climática, Economia Circular, Transição Energética, ...), geradores de oportunidades de negócios e de novas atividades económicas.

A articulação dos Desafios e Oportunidades estratégicas, a montante do PR Madeira 2030, permitiu definir um campo de possibilidades e necessidades de intervenção alinhados com os documentos orientadores do PR Madeira 2030, a Estratégia Portugal 2030 e o Acordo de Parceria Portugal 2030

A composição do desenho estratégico do PR Madeira 2030 inclui ainda um conjunto de referências estratégicas sectoriais regionais, nacionais e europeias que moldaram a sua composição. Essas referências estratégicas serão consideradas no âmbito da definição do Quadro de Referência Estratégico (QRE) e de acordo com a metodologia expressa neste Relatório.

3.4 Estruturação do PR Madeira 2030

A composição do PR Madeira 2030 assenta nas seguintes Prioridades:

- **1A - Madeira + Inteligente e Competitiva: Conhecimento e Inovação**
- **2A - Madeira + Verde: Ação Climática e Transição Energética**
- **2B - Mobilidade Urbana Sustentável**
- **3A - Madeira + Conectada**
- **4A - Madeira + Social e Inclusiva**
- **4B - Empregabilidade dos Jovens (Emprego dos jovens)**
- **5A - Madeira + Próxima: Desenvolvimento sustentável dos territórios**
- **1R - RUP**
- **4C - Combate à privação material**

A decomposição das Prioridades em Objetivos Específicos, de acordo com a nomenclatura de objetivos específicos do Acordo de Parceria Portugal 2030, encontra-se descrita na tabela seguinte:

Tabela 4 – Prioridades vs. Objetivos Específicos do PR Madeira 2030

Prioridades	Objetivo Específico
1A - Madeira + Inteligente e Competitiva: Conhecimento e Inovação	RSO1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas
	RSO1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas
	RSO1.3- Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo
	RSO1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo
2A - Madeira + Verde: Ação Climática e Transição Energética	RSO2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa
	RSO2.5 - Promover o acesso e a gestão sustentável da água
	RSO2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos
	RSO2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição
2B - Mobilidade Urbana Sustentável	RSO2.8 - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Prioridades	Objetivo Específico
3A - Madeira + Conectada: Mobilidade e Transpotes	RSO3.1 - Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal
	RSO3.2 - Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local, sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo um melhor acesso à RTE-T e à mobilidade transfronteiriça
4A - Madeira + Social e Inclusiva	RSO4.5 - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família de proximidade
	RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e inovação social
	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social
	ESO4.4 - Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, um envelhecimento ativo e saudável, bem como um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado, que aborde os riscos para saúde
	ESO4.6 - Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência
	ESO4.7 - Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional
	ESO4.8 - Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos
	ESO4.11 - Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados para as crianças e grupos desfavorecidos
4B - Empregabilidade dos Jovens (Emprego dos jovens)	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Prioridades	Objetivo Específico
5A - Madeira + Próxima: Desenvolvimento sustentável dos territórios	RSO5.1- Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas
1R - RUP	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos
4C - Combate à privação material	ESO4.13 - Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social

(Página deixada propositadamente em branco)

4. Fatores Críticos para a Decisão (FCD)

4.1 Elementos Estruturantes

Como apresentado no subcapítulo 2.2, a metodologia apresentada para a determinação dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) resulta de um trabalho de análise, ponderação e discussão dos seguintes elementos estruturantes: Questões Estratégicas (QE) do PR, Questões Ambientais (QA) relevantes que refletem os problemas críticos e o Quadro de Referência Estratégico (QRE) que exprime as macropolíticas de referência bem como planos e programas.

4.1.1 Questões Estratégicas

Como resultado do exercício de análise integrada de toda a informação de suporte ao Diagnóstico Prospetivo Regional do PDES e da discussão de temáticas territoriais e ambientais significativas, e com o intuito de responder previamente ao disposto na alínea c) do ponto 1 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, foram identificadas diversas questões consideradas estratégicas no âmbito da área de intervenção da proposta do PR Madeira 2030. Estas questões estão associadas a domínios relevantes abrangidos pelo próprio, ou que este pode influenciar e deve procurar responder e sobre as quais terá intervenção através das orientações de referência assumidas para a sua Estratégia. Essas Questões Estratégicas (QE) referem-se essencialmente a:

↳ **QE1 - Aposta na Especialização Inteligente, assente na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI)**

A aposta do crescimento económico com base na especialização inteligente é um tema central para abordar desafios transversais às regiões ultraperiféricas, como sejam: os *desafios demográficos e sociais* (e.g. retenção de jovens qualificados na região, inversão da quebra da natalidade,...); os *desafios económicos* (e.g. criação de emprego qualificado, aumento do salário médio, potenciação de recursos endógenos,...); e os *desafios ambientais* (e.g. melhoria da qualidade ambiental do território, aumento da literacia ambiental, preservação do potencial paisagístico e ambiental do território, melhoria da performance ambiental do setor económico, transição energética,...). Trata-se assim de uma questão central que deve ser abordado no âmbito da AAE do PR Madeira 2030 através da composição da influência da mesma para a definição dos FCD.

↳ **QE2 - Promover a diversificação económica e o aumento da resiliência dos setores económicos tradicionais (consolidação das cadeias de valor regionais)**

A crise pandémica veio evidenciar as fragilidades do principal setor económico regional, o turismo, agravando as consequências sociais e económicas da crise de forma exponencial. A diversificação económica e a necessidade de fazer emergir novos setores de atividade, menos expostos a fatores exógenos, também inerentes à QE1 e QE3, é hoje um tema estratégico central e um ensinamento incontornável da crise pandémica. Paralelamente, a excessiva dependência do setor turístico a determinados mercados emissores e a segmentos turísticos (e.g. dependência do setor de especialização das viagens internacionais) agravou a resiliência do setor retirando alguma flexibilidade que poderia ter atenuado as graves consequências económico-

sociais da pandemia. A recuperação do setor turístico após a fase mais aguda da crise pandémica tem sido impulsionada, em grande medida, pelo consumo doméstico regional e nacional, uma tendência e um ensinamento que importa consolidar.

↳ **QE3 - A Transição Digital como motor de desenvolvimento de uma economia e sociedade menos restringida pela ultraperifericidade**

A transição digital é um domínio chave para a UE sendo uma das 6 prioridades (*Uma Europa preparada para a era digital*) definidas pela Comissão Europeia para 2019-2024. É também um dos três eixos de atuação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A transição digital encontra especial realce nas RUP porque permite atenuar os constrangimentos do carácter ultraperiférico e aproximar os territórios com as demais regiões continentais. Trata-se assim de um domínio central para a projeção do futuro das RUP, devidamente sinalizado no PDES Madeira e na EREI da RAM, e uma oportunidade/desafio estratégico central para a RAM.

↳ **QE4 - A adaptação às alterações climáticas na perspetiva da mitigação dos riscos ambientais associados**

Sendo reconhecido com quase unanimidade pelo Mundo como o grande desafio do século XXI para o conjunto da humanidade, o complexo problemático inerente à adaptação às alterações climáticas é especialmente pertinente no contexto da RAM. Juntamente com a QE5, esta questão é central no PRR compondo o eixo estratégico da transição climática. Os riscos acrescidos da grande parte do território da RAM às consequências diretas dos fenómenos climáticos extremos (e.g. enchurradas, deslizamentos de terras, incêndios florestais, tempestades marítimas,...), e às consequências indiretas da desregulação climática (e.g. intrusão de vetores de propagação de doenças tropicais, pressão sobre recursos naturais vitais, perdas de produtividade agrícola,...) tornam esta questão incontornável na composição dos FCD.

↳ **QE5 - A transição energética e a mitigação das alterações climáticas**

O isolamento das redes elétricas das ilhas da RAM, a orografia acidentada da ilha da Madeira e a dimensão diminuta dos territórios da RAM, provocam especiais desafios à transição energética e à mobilidade sustentável, convocando este desígnio central regional, nacional, europeu e mundial para um quadro de difícil execução técnica e financeira. A mitigação das alterações climáticas está assim enquadrada em desafios específicos muito próprios à RAM nos quais também é de salientar: a gestão dos recursos florestais e marinhos, sumidouros de carbono que importa preservar e potenciar; as dificuldades específicas de introdução de novas tecnologias hipocarbónicas no complexo agroalimentar e industrial; e as dimensões de eficiência e desempenho energético das empresas e edificado.

↳ **QE6 - Promover a gestão sustentável dos recursos naturais e a economia circular**

Confluente com o complexo de desafios decorrentes das alterações climáticas, a pressão sobre recursos naturais (e.g. água, solos, qualidade do ar, recursos marinhos...) leva à adoção de medidas que promovam e efetivem a gestão sustentável destes recursos, tanto na perspetiva da população residente, como da manutenção da principal atividade económica regional, o turismo. Na RAM, a economia circular confronta-se com as dificuldades acrescidas dos espaços insulares, ultraperiféricos e de reduzida dimensão territorial, determinando o seu incipiente estado de

desenvolvimento. A reduzida escala do mercado de resíduos atrai poucos operadores de gestão de resíduos (OGR) e dificulta o estabelecimento de circuitos funcionais de reaproveitamento/reciclagem de resíduos. A exiguidade do território dificulta a instalação de soluções técnicas de tratamento final de resíduos (e.g. Aterros sanitários) impelindo soluções onerosas (e.g. exportação para território nacional, incineração,...) para a RAM e para o complexo empresarial regional. A gestão sustentável de recursos naturais parcos e a promoção da economia circular são assim fundamentais para debelar dificuldades já presentes e para assegurar a resiliência da RAM perante os desafios das alterações climáticas.

↳ **QE7 - Promover a proteção e divulgação do património natural (biológico e geológico) e cultural (histórico ou classificado)**

O património natural é um dos principais ativos regionais, reconhecidos por instrumentos internacionais de relevo (Reserva da Biosfera da Floresta da Laurissilva e Reserva da Biosfera da Ilha do Porto Santo) e assinaladas em *fora* académicos mundiais como tesouros biológicos (Reserva Natural das Ilhas Desertas e Reserva Natural das Ilhas Selvagens). Em 2021, o Governo Regional da Madeira criou a maior área marinha com proteção total da Europa, uma área marinha que abrange um território de 2.677 quilómetros quadrados, numa área de 12 milhas náuticas ao redor das ilhas Selvagens. Sendo este um desígnio consolidado na RAM desde há várias décadas, a sua centralidade continua a ser tão premente como noutros ciclos de desenvolvimento anteriores.

Os seis séculos de ocupação humana e o isolamento demográfico do arquipélago da Madeira criaram um rico espólio arqueológico e um património histórico e cultural (nas suas vertentes materiais e imateriais) único.

A geminação do desenvolvimento sustentável, nas suas componentes urbanas e rurais, com a preservação e potenciação do património cultural e natural regional tem eloquentemente conseguido sinergias de desenvolvimento que importa prosseguir e até reforçar.

↳ **QE8 - Combate à pobreza, à exclusão social e às assimetrias regionais**

A RAM apresentava, em 2020, os seguintes indicadores: taxa de risco de pobreza e exclusão social de 28,9% (Portugal 22,4%); privação material de 8,9% (Portugal 6,0%). A RAM está entre as regiões portuguesas com indicadores pobreza e exclusão social mais elevados, o que eleva esta questão como um dos grandes desafios estratégicos que o tecido socioeconómico da RAM terá que enfrentar nos próximos anos. As assimetrias regionais, muito assentes nas dicotomias urbano-rural, centro-periferia e norte-sul promovem o aparecimento de bolsas de pobreza e exclusão social que colocam desafios acrescidos para enfrentar este desafio

QE9 - Desafios demográficos decorrentes da quebra da natalidade e do envelhecimento populacional

A RAM registou uma taxa de crescimento populacional efetiva negativa (-6,35%) e uma acentuada quebra do escalão etário dos 0 aos 14 (-27,4%) no decénio entre os censos de 2011 e 2021. A prevalência da população com 65 ou mais anos está já muito perto de 1/5 (19,9%) da população total da RAM. As projeções do INE para 2030 apontam para reduções ligeiras do Índice de Dependência de Jovens, associadas a alguma

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

recuperação do Índice Sintético de Fecundidade, enquanto o Índice de Dependência de Idosos cresce de forma acentuada entre 2020 e 2030 nos diversos Cenários. Estes indicadores colocam desafios importantes para o médio-longo prazo como sejam a renovação geracional, a atenuação das assimetrias territoriais ou a manutenção do rico património cultural imaterial regional.

Tabela 5 – Articulação entre as Prioridades da proposta PR Madeira 2030 e as Questões Estratégicas identificadas

QE	Prioridades								
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C
QE1	◆	◆				◆	◆		
QE2	◆		◆	◆			◆	◆	
QE3	◆	◆			◆	◆	◆		
QE4		◆		◆					
QE5		◆	◆				◆		
QE6	◆	◆	◆						
QE7	◆	◆			◆		◆		
QE8					◆		◆	◆	◆
QE9	◆				◆	◆	◆		◆

Legenda:

Prioridades: 1A. Madeira + Inteligente e Competitiva: Conhecimento e Inovação; 2A. Madeira + Verde: Ação Climática e Transição Energética; 3A. Madeira + Conectada; 4A. Madeira + Social e Inclusiva; 5A. Madeira + Próxima: Desenvolvimento sustentável dos territórios; 2A. Mobilidade Urbana Sustentável; 4B. Jovens; 4C. Combate à privação material; 1R. Sobrecustos da Ultraperifricidade;

Questões Estratégicas: QE1 - Aposta na Especialização Inteligente, assente na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI); QE2 - Promover a diversificação económica e o aumento da resiliência dos setores económicos tradicionais (consolidação das cadeias de valor regionais); QE3 - A Transição Digital como motor de desenvolvimento de uma economia e sociedade menos restringida pela ultraperifricidade; QE4 - A adaptação às alterações climáticas na perspetiva da mitigação dos riscos ambientais associados; QE5 - A transição energética e a mitigação das alterações climáticas; QE6 - Promover a gestão sustentável dos recursos naturais e a economia circular; QE7 - Promover a proteção e divulgação do património natural (biológico e geológico) e cultural (histórico ou classificado); QE8 - Combate à pobreza, à exclusão social e às assimetrias regionais; QE9 - Desafios demográficos decorrentes da quebra da natalidade e do envelhecimento populacional.

4.1.2 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

O Programa Regional enquanto instrumento operacionalização das Agendas Temáticas definidas no âmbito da aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2021-2027 procura aplicar, num âmbito territorial mais restrito e de forma mais pormenorizada, as orientações estratégicas definidas pelos documentos de referência internacionais, nacionais e regionais de forma a dar-lhes seguimento.

Neste contexto, destaca-se a importância do Quadro de Referência Estratégico (QRE) que constitui o macro - enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais.

Assim, o presente subcapítulo consiste na identificação e análise das referências com relevância para a AAE da proposta de PR Madeira 2030, tendo como objetivo avaliar a articulação e o nível de correlação das Prioridades da proposta de PR Madeira 2030 com os demais instrumentos identificados no QRE.

Para o efeito, são apresentados na Tabela 6, os instrumentos considerados mais importantes para a prossecução da presente avaliação ambiental. Os regulamentos 2021/1051, 2021/1058 e 2021/1060 pela sua especificidade técnica não são coadunáveis com uma descrição sintetizada sendo analisados neste subcapítulo ao nível da adequação do PR Madeira 2030 à sua redação.

Tabela 6 – Quadro de Referência Estratégico para o PR Madeira 2030

Quadro de Referência Estratégico
Instrumentos de Referência Europeus
Agenda Territorial 2030
Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030
Estratégia Europeia para a Igualdade de Género
Iniciativa <i>Aim-Learn-Master-Achieve</i> (ALMA)
Iniciativa Contas Individuais de Aprendizagem
<i>Next Generation EU</i>
<i>New European Bauhaus</i>
<i>Nova Carta de Leipzig</i>
Pacto de Autarcas da União Europeia
Pacto Ecológico Europeu
Pilar Europeu dos Direitos Sociais
Pacto Europeu para o Clima
Plano de Ação para o Atlântico 2.0
Plano de Ação para a Economia Social
<i>Fit for 55</i>
<i>REPowerEU</i>
<i>Estratégia Europeia de Desenvolvimento sustentável</i>
Instrumentos de Referência Nacionais
Acordo de Parceria Portugal 2030
Estratégia Portugal 2030
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
Programa Nacional de Reformas
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020/2025)
Estratégia Nacional para o Mar, 2021-2030
Estratégia Nacional para as Florestas, 2030
Programa Nacional de Investimentos, 2030
Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica (2050)
Instrumentos Nacionais/Setoriais relevantes
Agendas Temáticas de Investigação e Inovação (FCT)
Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal (2018-2030)
Estratégia dos Biorresíduos

Quadro de Referência Estratégico

Estratégia Inteligência Artificial, 2030
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENPC) 2021-2030
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, 2030
Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI 2014-2020)
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENZIG 2009-2029)
Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 (Portugal INCoDe.2030)
Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC)
Plano de Ação para a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030
Plano de Ação para a Transição Digital
Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030)
Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU)
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU)
Plano Nacional da Água (2016-2026)
Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030)
Plano Nacional Energia-Clima (PNEC), 2030
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM 2019)
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Florestais (PNGIFR)
Instrumentos de Referência Regionais
Agenda Regional para a Economia Circular (Madeira Circular)
Estratégia CLIMA-Madeira. Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas
Estratégia para o Turismo da Região Autónoma da Madeira, 2022-2027
Estratégia Regional de Especialização Inteligente da RAM (EREI 2021-2027)
Estratégia Regional de Habitação da RAM
Estratégia Regional de Inclusão Social e Combate à Pobreza (2021-2030)
Estratégia Regional para as Florestas
Estratégia Resíduos Madeira
Estudo prospetivo das qualificações da Região Autónoma da Madeira (2021-2027)
IV Plano Regional para a Igualdade e Cidadania Ativa 2021-2025
Modelo de governação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente da Região Autónoma da Madeira 2021-2027
Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da RAM (PAMUS RAM)
Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima da RAM 2030-2050
Plano de Desenvolvimento Económico e Social, Madeira 2030 (PDES)
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Arquipélago da Madeira
Plano de Gestão de Riscos de Inundações (PGI-RAM)
Plano Estratégico do Turismo 2017-2021
Plano Integrado Estratégico dos Transportes da RAM
Plano Referencial Estratégico da Economia (PREERAM)
Plano Regional de Emergência e Proteção Civil
Plano Regional de Emprego 2021-2027
Plano Regional de Investimentos da RAM 2030
Plano Regional de Ordenamento Florestal
Plano Estratégico da Política Agrícola comum (PEPAC) - Madeira
Programa de Ordenamento Turístico

Quadro de Referência Estratégico

Programa Regional de Ordenamento do Território da RAM (PROTRAM)

Referencial Estratégico da Educação RAM (2020-2030)

Programa de Ordenamento da Orla Costeira do Porto Santo

Plano de Ordenamento para a Aquicultura Marinha na RAM (POAMAR)

Considerando que a definição do Quadro de Referência Estratégico para a AAE do PR Madeira 2030 tem como objetivo avaliar a sua coerência global com as grandes linhas estratégicas preconizadas nas restantes políticas e programas, constata-se, então, que, em matéria de articulação com outros planos e programas, os principais desafios prendem-se, essencialmente, com a necessidade de assegurar a coerência na prossecução dos objetivos durante as fases subseqüentes de implementação do PR Madeira 2030.

Neste enquadramento, a Tabela 7 apresenta a relação entre cada um destes instrumentos e as Prioridades do PR Madeira 2030 definidas para a área de intervenção. A sua análise permite constatar que o PR Madeira 2030 se articula, efetivamente e de forma objetiva, com as diretrizes destes instrumentos referenciais relativamente a um conjunto de questões ambientais nas suas opções estruturantes.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Tabela 7 - Articulação entre os Prioridades da proposta PR Madeira 2030 e o Quadro de Referência Estratégico

QRE	Prioridades								
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C
Instrumentos de Referência Europeus									
Agenda Territorial 2030	◆	◆			◆		◆		
Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030	◆	◆					◆		
Estratégia Europeia para a Igualdade de Género	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆		◆
Iniciativa Aim-Learn-Master-Achieve (ALMA)					◆	◆			
Iniciativa Contas Individuais de Aprendizagem					◆				
<i>Next Generation EU</i>	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
<i>New European Bauhaus</i>	◆	◆			◆		◆		
Nova Carta de Leipzig		◆					◆		
Pacto de Autarcas da União Europeia	◆	◆	◆				◆		
Pacto Ecológico Europeu	◆	◆	◆				◆		
Pacto Europeu para o Clima	◆	◆	◆		◆	◆	◆		
Pilar Europeu dos Direitos Sociais					◆	◆			◆
Plano de Ação para o Atlântico 2.0	◆	◆		◆	◆	◆			
Plano de Ação para a Economia Social	◆				◆		◆		◆
<i>Fit for 55</i>		◆	◆	◆	◆		◆		
<i>REPowerEU</i>		◆							
Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

QRE	Prioridades								
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C
Instrumentos de Referência Nacionais									
Acordo de Parceria Portugal 2030	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Estratégia Portugal 2030		◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆		◆
Programa Nacional de Reformas	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆		◆
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC 2020/2025)	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆		
Estratégia Nacional para o Mar, 2021-2030	◆	◆		◆	◆	◆	◆		
Estratégia Nacional para as Florestas, 2030	◆	◆					◆		
Programa Nacional de Investimentos, 2030		◆	◆	◆			◆		
Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica (2050)	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆		
Instrumentos Nacionais/Setoriais relevantes									
Agendas Temáticas de Investigação e Inovação (FCT)	◆	◆	◆		◆	◆	◆		◆
Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal (2018-2030)	◆								
Estratégia dos Biorresíduos		◆							
Estratégia Inteligência Artificial, 2030	◆	◆			◆	◆			
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENPC) 2021-2030					◆	◆			◆
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, 2030	◆	◆		◆			◆		
Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI 2014-2020)	◆	◆	◆						
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENZIG 2009-2029)	◆	◆		◆			◆		
Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 (Portugal INCoDe.2030)	◆				◆	◆			
Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC)	◆	◆			◆	◆			
Plano de Ação para a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030	◆	◆		◆	◆	◆			
Plano de Ação para a Transição Digital	◆	◆				◆	◆		
Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030)	◆	◆			◆				
Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU)	◆	◆			◆	◆	◆		
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU)	◆	◆			◆	◆	◆		
Plano Nacional da Água (2016-2026)		◆					◆		
Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030)		◆					◆		
Plano Nacional Energia-Clima (PNEC), 2030	◆		◆	◆	◆				◆
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	◆	◆					◆		
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM 2019)	◆	◆		◆	◆		◆		
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais	◆	◆		◆	◆		◆		

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

QRE	Prioridades								
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C
Instrumentos de Referência Regionais									
Agenda Regional para a Economia Circular (Madeira Circular)	◆	◆					◆		
Estratégia CLIMA-Madeira. Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas	◆	◆					◆		
Estratégia para o Turismo da Região Autónoma da Madeira, 2022-2027		◆	◆		◆	◆	◆		
Estratégia Regional de Especialização Inteligente da RAM (EREI 2021-2027)	◆	◆	◆	◆	◆		◆		
Estratégia Regional de Habitação da RAM					◆		◆		
Estratégia Regional de Inclusão Social e Combate à Pobreza (2021-2030)					◆	◆			◆
Estratégia Regional para as Florestas		◆					◆		
Estratégia Resíduos Madeira		◆					◆		
Estudo prospetivo das qualificações da Região Autónoma da Madeira (2021-2027)	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆		
IV Plano Regional para a Igualdade e Cidadania Ativa 2021-2025	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆		◆
Modelo de governação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente da Região Autónoma da Madeira 2021-2027	◆								
Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da RAM (PAMUS RAM)		◆	◆	◆	◆		◆		
Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima da RAM 2030-2050	◆	◆	◆	◆			◆		◆
Plano de Desenvolvimento Económico e Social, Madeira 2030 (PDES)	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Arquipélago da Madeira		◆					◆		
Plano de Gestão de Riscos de Inundações (PGI-RAM)		◆					◆		
Plano Estratégico do Turismo 2017-2021		◆			◆	◆	◆		
Plano Integrado Estratégico dos Transportes da RAM		◆	◆	◆			◆		
Plano Referencial Estratégico da Economia (PREERAM)	◆	◆		◆	◆	◆	◆		
Plano Regional de Emergência e Proteção Civil		◆		◆			◆		
Plano Regional de Emprego 2021-2027					◆	◆			
Plano Regional de Investimentos da RAM 2030	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆		◆
Plano Regional de Ordenamento Florestal		◆					◆		
PEPAC - Madeira	◆	◆			◆		◆		
Programa de Ordenamento Turístico	◆	◆		◆	◆	◆	◆		
Programa Regional de Ordenamento do Território da RAM (PROTRAM)	◆	◆	◆	◆	◆		◆		
Referencial Estratégico da Educação RAM (2020-2030)	◆				◆	◆			
Programa de Ordenamento da Orla Costeira do Porto Santo		◆		◆			◆		
Plano de Ordenamento para a Aquicultura Marinha na RAM	◆	◆					◆		

A análise relacional entre os principais documentos orientadores europeus, nacionais e regionais, revela as seguintes linhas fortes que se encontram desaguados no desenho do PR Madeira 2030:

- A incorporação da I&D&I, centrado na Prioridade 1A do PR Madeira 2030, é transversal a todos os campos de desenvolvimento e estratégicos europeus, nacionais e regionais. A incorporação do conhecimento nas diversas esferas de desenvolvimento é encarado como uma pedra basilar no desenvolvimento regional e tal se encontra espelhado no PR Madeira 2030;
- As transições digital e climática são forças motoras indiscutíveis dos grandes referenciais orientadores europeus e nacionais. A transição digital encontra coerência na Prioridade 1A e Prioridade 4A do presente PR Madeira 2030 podendo igualmente tocar na Prioridade 5A, 2A e 4B embora com menor intensidade. A transição climática encontra coerência e intensidade nas Prioridades 1A, 2A, 5A e 2A.
- As questões sociais, foram alvo de um esforço estratégico notável nos anos recentes ao nível europeu, nacional e regional e, também, no enquadramento da pandemia COVID-19 e da consequente arquitetura do PRR e do *Next Generation EU*. As questões sociais com especial incidência no emprego, na procura da igualdade de género, da inclusão de grupos desfavorecidos, da educação, da habitação e da saúde encontram enquadramento na Prioridade 4A, Prioridade 4B e Prioridade 4C do PR Madeira 2030.
- O Desenvolvimento Urbano Sustentável, tema central para o desenvolvimento dos territórios urbanos e das cidades, encontra enquadramento principal na Prioridade 5A, mas também é passível de ser abordado na Prioridade 2A e Prioridade 2B do PR Madeira 2030.
- O carácter de ultraperifericidade, presente na Prioridade 1R do PR Madeira 2030, não está especialmente revertido nos documentos estratégicos europeus e nacionais, mas encontra especial enquadramento e necessário conforto no *Next Generation EU*, Acordo de Parceria Portugal 2030, Estratégia Portugal 2030 e Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Madeira (PDES 2030).

Em termos regionais podemos considerar os seguintes referenciais setoriais como os grandes documentos orientadores, mesmo que não exclusivos (ver tabela 7), e que, por essa razão, justificam uma análise mais integrada.

Em síntese final, a análise demonstra uma forte correlação entre as Prioridades do PR Madeira 2030 e as estratégias, planos e programas em vigor, verificando-se que a proposta desse documento está em harmonia com os principais referenciais que prevalecem sobre ele.

4.1.3 Questões Ambientais (QA)

Ainda com o intuito de aferir a conformidade da metodologia de seleção dos FCD com a legislação de referência, designadamente o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de

junho, são apresentadas de seguida as Questões Ambientais (QA), que deverão ser incorporadas nos Fatores Críticos para a Decisão, de forma a assegurar a sua avaliação:

- Biodiversidade;
- População;
- Saúde humana;
- Fauna;
- Flora;
- Solo;
- Água;
- Atmosfera;
- Fatores climáticos;
- Bens materiais;
- Património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico
- Paisagem.

4.2 Definição dos Fatores Críticos para a Decisão

4.2.1 Contexto em desenvolvimento

A ponderação dos três Prioridades que influenciam a definição dos Fatores Críticos para a Decisão, isto é, as Questões Estratégicas, o Quadro de Referência Estratégico e as Questões Ambientais, conjuga-se tendo como finalidade a integração da natureza de um Programa Regional, objeto da presente AAE, com todas as Opções Estratégicas que vem defender e as variáveis de contexto que traduzem as características intrínsecas do território onde se aplica.

Não obstante ao racional seguido, é também considerada a situação particular de contextos influentes, de especial relevância, em que a elaboração do PR Madeira 2030 se desenvolve e que condicionam, inevitavelmente, a sua composição e a sua bússola estratégica. Neste sentido, existem dois contextos que expressam especial relevância:

- A Pandemia de COVID-19, geradora de efeitos muito relevantes nos contextos da saúde pública, do trabalho, das principais atividades económicas da RAM e dos sistemas de apoio social. Dentro deste contexto, ainda em ciclo de desenvolvimento mesmo que em fase menos aguda, destaca-se dois domínios de influência que importa salientar:
 - ✓ A redefinição estratégica transversal dos mais importantes domínios de intervenção pública, constituindo-se como um marco incontornável, na sua plenitude, para toda uma geração de cidadãos. Podemos mesmo considerar que há uma fronteira entre o modo de vida pré e pós COVID-19.
 - ✓ O conjunto de ações desencadeadas como resposta à crise sanitária, social e económica tendo como principal pilar a definição do mecanismo Europeu *NextGenerationEU*, mais expressivamente sentido no imediato através dos efeitos do REACT-EU e o Plano de Recuperação e Resiliência nas intensidades de intervenção pública que estes imprimem.
- O conflito armado na Europa desencadeado pela Federação Russa sobre a Ucrânia provoca externalidades sociais, económicas e geopolíticas muito

significativas, cuja extensão e profundidade são ainda em grande medida imprevisíveis. No espectro mais imediato sinaliza-se:

- ✓ A promoção da segurança e independência energética, já desaguada no REPowerEU, (Promove um conjunto de investimentos em infraestruturas energéticas transnacionais e adota um conjunto de regras para a gestão do mercado europeu de energia).
- ✓ A emergência do aumento da segurança alimentar e da diversificação das cadeias de aprovisionamento alimentares;
- ✓ Impactes económicos relevantes e transversais alicerçados no agravamento da crise inflacionária criada pela crise pandémica.

4.2.2 FCD e Objetivos de Avaliação

A composição dos elementos estratégicos e de contexto fundamenta a seguinte composição dos Fatores Críticos para a Decisão:

Tabela 8 - Enunciado dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), segundo os Objetivos de Avaliação

FCD	Objetivos
<i>FCD1 - I&D+I e Transição Digital</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para promover: - A capacitação do sistema de I&D+I regional; - A incorporação da inovação no tecido empresarial regional - A adaptação tecnológica, através da transição digital.
<i>FCD2 - Cadeias de Valor</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para promover: - O crescimento sustentado das cadeias de valor regionais estabilizadas (Agroalimentar, Pescas, Construção e Turismo); - A diversificação económica através da cimentação das cadeias de valor emergentes (Economia Azul e TIC);
<i>FCD3 - Energia, Clima e Mobilidade Sustentável</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para: - A promoção da transição energética, nas suas vertentes de promoção do aumento da utilização de energias renováveis, incluindo autoconsumo, e promoção da utilização eficiente dos recursos energéticos; - A promoção da mobilidade sustentável.
<i>FCD4 - Qualificação Territorial</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para promover: - A qualificação urbana de acordo com as diretrizes do Desenvolvimento Urbano Sustentável; - A requalificação ambiental de ativos ambientais degradados;
<i>FCD5 - Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para: - A preservação e promoção do património natural e cultural - A promoção da utilização sustentável dos recursos naturais; - A promoção da economia circular.
<i>FCD6 - Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para: - O acesso a habitação acessível; - A promoção da qualificação e aprendizagem ao longo da vida; - O acesso ao emprego; - O combate à pobreza e exclusão social; - A promoção da igualdade de género; - A melhoria do acesso aos cuidados de saúde;
<i>FCD7 - Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para: - A mitigação dos riscos naturais; - A promoção da resiliência e adaptação às alterações climáticas.

4.2.3 FCD e Critérios de Avaliação

A decomposição dos FCDs nos critérios de avaliação utilizados pode ser consultada na tabela seguinte.

Tabela 9 - Critérios e Indicadores associados aos Fatores Críticos para a Decisão

FCD	Critérios
I&D+I e Transição Digital	I&D+I
	Transição Digital
<i>Cadeias de Valor</i>	Agricultura
	Pescas
	Construção
	Turismo
	Economia do Mar
	TIC
<i>Energia, Clima e Mobilidade Sustentável</i>	Energia Sustentável
	Energia Renovável
	Combustíveis fósseis
	Mobilidade Sustentável
<i>Qualificação Territorial</i>	Qualificação Urbana
	Requalificação ambiental
	Funchal e Porto Santo ¹
<i>Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular</i>	Património histórico ou classificado
	Património natural e biodiversidade
	Água
	Ar
	Efluentes
	Economia Circular
<i>Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social</i>	Habitação social e acessível
	Qualificação e aprendizagem ao longo da vida
	Emprego
	Pobreza e exclusão social
	Igualdade de género
	Saúde
<i>Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas</i>	Riscos Naturais
	Adaptação às Alterações Climáticas

Os critérios de avaliação foram e serão mensurados através de duas famílias de indicadores:

- i. **Indicadores de caracterização da situação de referência** - Esta família de indicadores pretende caracterizar a evolução recente da situação de referência compondo uma linha basal e de contexto sobre a qual os critérios de avaliação serão analisados durante o processo de implementação. Estes indicadores não foram estruturados previamente num processo de monitorização, pelo que correspondem à recolha de informação de contexto disponível. A abrangência das temáticas abordadas impõe um esforço

¹ Este critério foi incorporado neste FCD como resposta a uma opção programática específica por parte da proposta de PR Madeira 2030 que pretende incluir dois Investimentos Territoriais Integrados (ITI) – Prioridade 5A, nestes dois municípios. Esta opção abre a necessidade de caracterizar a situação de referência nestes dois municípios de modo a compor a base de avaliação para a implementação dos dois ITIs.

de síntese na escolha destes indicadores, pelo que foram selecionados os indicadores que aportam maior significância ao contexto de análise.

- ii. **Indicadores de monitorização** - Esta família de indicadores foi definida no contexto da avaliação posterior à implementação do PR Madeira 2030, no âmbito da AAE, e pretendem cumprir dois objetivos:
 - a. Acompanhamento da evolução da situação de referência. - Indicadores que dão continuidade aos indicadores da situação de referência.
 - b. Avaliação do impacto da implementação do PR Madeira 2030 nos critérios de avaliação selecionados.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

4.2.4 Correlação entre os FCD e as Prioridades e Objetivos Específicos

A articulação entre as Prioridades, e respetivos Objetivos Específicos, visa demonstrar a adequabilidade dos FCD para a avaliação dos mesmos. As tabelas seguintes sintetizam esse exercício

Tabela 10 – Matriz de articulação entre as Perioridades e Objetivos Estratégicos do PR Madeira 2030, segundo os FCD propostos para o PR Madeira 2030.

	Prioridades/Objetivos Específicos	I&D+I e Transição Digital	Cadeias de Valor	Energia, Clima e Mobilidade Sustentável	Qualificação Territorial	Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular	Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social	Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas
1A. Madeira + Inteligente e Competitiva: Conhecimento e Inovação								
RSO1.1	Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	◆	◆			◆		
RSO1.2	Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas	◆	◆			◆		
RSO1.3	Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo		◆				◆	
RSO1.4	Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	◆	◆	◆				
2A - Madeira + Verde: Ação Climática e Transição Energética								
RSO2.1	Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa			◆	◆	◆		
RSO2.5	Promover o acesso e a gestão sustentável da água					◆		
RSO2.6	Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos					◆		
RSO2.7	Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição			◆	◆	◆		

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Prioridades/Objetivos Específicos	I&D+I e Transição Digital	Cadeias de Valor	Energia, Clima e Mobilidade Sustentável	Qualificação Territorial	Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular	Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social	Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas
2B - Mobilidade Urbana Sustentável							
RSO2.8	Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono			◆	◆	◆	
3A - Madeira + Social e Inclusiva							
OE3.1	Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal			◆			◆
OE3.2	Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local, sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo um melhor acesso à RTE-T e à mobilidade transfronteiriça			◆			◆
4A - Madeira + Social e Inclusiva							
RSO4.5	Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família de proximidade					◆	
RSO4.6	Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e inovação social			◆	◆	◆	◆
ESO4.1	Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social					◆	
ESO4.4	Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, um envelhecimento ativo e saudável, bem como um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado, que aborde os riscos para saúde			◆		◆	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Prioridades/Objetivos Específicos	FCD	I&D+I e Transição Digital	Cadeias de Valor	Energia, Clima e Mobilidade Sustentável	Qualificação Territorial	Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular	Desenvolvi- mento Humano, inclusão e coesão social	Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas
4A - Madeira + Social e Inclusiva								
ESO4.6							◆	
ESO4.7		◆					◆	
ESO4.8							◆	
ESO4.11							◆	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Prioridades/Objetivos Específicos	FCD	I&D+I e Transição Digital	Cadeias de Valor	Energia, Clima e Mobilidade Sustentável	Qualificação Territorial	Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular	Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social	Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas
4B - Empregabilidade dos jovens								
OE4.1							◆	
5A - Madeira + Próxima: Desenvolvimento sustentável dos territórios								
OE5.1		◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
1R - RUP								
RSO1.3			◆					
4C - Combate à privação material								
RSO4.13							◆	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

4.2.5 Correlação entre os FCD e o Quadro de Referência Estratégico

Segue-se a correlação entre o Quadro de Referência Estratégico com os FCD.

Tabela 11 – Matriz de articulação entre o Quadro de Referência Estratégico (QRE) e os FCD propostos para a AAE do PR Madeira 2030

QRE	I&D+I e Transição Digital	Cadeias de Valor	Energia, Clima e Mobilidade Sustentável	Qualificação Territorial	Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular	Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social	Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas
Instrumentos de Referência Europeus							
Agenda Territorial 2030	◆	◆		◆	◆		
Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030					◆		
Estratégia Europeia para a Igualdade de Género						◆	
Iniciativa <i>Aim-Learn-Master-Achieve</i> (ALMA)						◆	
Iniciativa Contas Individuais de Aprendizagem						◆	
<i>Next Generation EU</i>	◆	◆		◆	◆	◆	
<i>New European Bauhaus</i>				◆	◆		
<i>Nova Carta de Leipzig</i>			◆	◆	◆		
Pacto de Autarcas da União Europeia			◆	◆			◆
Pacto Ecológico Europeu	◆	◆	◆	◆	◆		◆
Pilar Europeu dos Direitos Sociais						◆	
Pacto Europeu para o Clima	◆			◆	◆	◆	◆
Plano de Ação para o Atlântico 2.0		◆	◆			◆	◆
Plano de Ação para a Economia Social						◆	
Fit for 55		◆	◆	◆	◆	◆	◆
REPowerEU			◆				◆
Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Instrumentos de Referência Nacionais							
Acordo de Parceria Portugal 2030	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Estratégia Portugal 2030	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	◆		◆	◆	◆	◆	◆
Programa Nacional de Reformas	◆		◆	◆	◆	◆	◆
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020/2025)	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Estratégia Nacional para o Mar, 2021-2030	◆	◆	◆	◆	◆	◆	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

QRE	I&D+I e Transição Digital	Cadeias de Valor	Energia, Clima e Mobilidade Sustentável	Qualificação Territorial	Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular	Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social	Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas
Estratégia Nacional para as Florestas, 2030	◆	◆	◆	◆	◆	◆	
Programa Nacional de Investimentos, 2030	◆	◆	◆	◆	◆		◆
Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica (2050)	◆	◆	◆	◆	◆		◆
Instrumentos Nacionais/Setoriais relevantes							
Agendas Temáticas de Investigação e Inovação (FCT)	◆	◆					
Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal (2018-2030)	◆	◆					
Estratégia dos Biorresíduos				◆	◆		
Estratégia Inteligência Artificial, 2030	◆					◆	
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENPC) 2021-2030						◆	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, 2030		◆		◆	◆		◆
Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI 2014-2020)	◆						
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENZIG 2009-2029)	◆	◆		◆	◆		◆
Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 (Portugal INCoDe.2030)	◆	◆				◆	
Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC)	◆				◆	◆	
Plano de Ação para a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030	◆	◆	◆		◆	◆	◆
Plano de Ação para a Transição Digital	◆	◆				◆	
Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030)	◆	◆	◆		◆		
Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU)	◆				◆	◆	
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU)	◆				◆	◆	
Plano Nacional da Água (2016-2026)					◆		◆
Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030)	◆				◆	◆	
Plano Nacional Energia-Clima (PNEC), 2030	◆	◆	◆	◆	◆	◆	
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)				◆	◆	◆	◆
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM 2019)	◆	◆	◆	◆	◆		◆
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFG)	◆		◆	◆	◆	◆	◆
Instrumentos de Referência Regionais							
Agenda Regional para a Economia Circular (Madeira Circular)					◆		
Estratégia CLIMA-Madeira. Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas	◆		◆	◆	◆		◆
Estratégia para o Turismo da Região Autónoma da Madeira, 2022-2027		◆		◆	◆	◆	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

QRE	I&D+I e Transição Digital	Cadeias de Valor	Energia, Clima e Mobilidade Sustentável	Qualificação Territorial	Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular	Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social	Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas
Estratégia Regional de Especialização Inteligente da RAM (EREI 2021-2027)	◆						
Estratégia Regional de Habitação da RAM				◆		◆	
Estratégia Regional de Inclusão Social e Combate à Pobreza (2021-2030)						◆	
Estratégia Regional para as Florestas		◆	◆		◆		◆
Estratégia Resíduos Madeira		◆			◆		
Estudo prospetivo das qualificações da Região Autónoma da Madeira (2021-2027)	◆					◆	
IV Plano Regional para a Igualdade e Cidadania Ativa 2021-2025						◆	
Modelo de governação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente da Região Autónoma da Madeira 2021-2027	◆						
Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da RAM (PAMUS RAM)		◆	◆	◆	◆	◆	
Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima da RAM 2030-2050	◆		◆	◆	◆		◆
Plano de Desenvolvimento Económico e Social, Madeira 2030 (PDES)	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Arquipélago da Madeira				◆	◆	◆	◆
Plano de Gestão de Riscos de Inundações (PGI-RAM)				◆	◆	◆	◆
Plano Estratégico do Turismo 2017-2021		◆		◆	◆	◆	
Plano Integrado Estratégico dos Transportes da RAM		◆	◆	◆			
Plano Referencial Estratégico da Economia (PREERAM)	◆	◆	◆	◆		◆	
Plano Regional de Emergência e Proteção Civil							◆
Plano Regional de Emprego 2021-2027						◆	
Plano Regional de Investimentos da RAM 2030	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Plano Regional de Ordenamento Florestal					◆	◆	◆
PEPAC - Madeira	◆	◆	◆		◆	◆	◆
Programa de Ordenamento Turístico		◆		◆	◆	◆	
Programa Regional de Ordenamento do Território da RAM (PROTRAM)	◆	◆	◆	◆	◆		◆
Referencial Estratégico da Educação RAM (2020-2030)	◆				◆	◆	
Programa de Ordenamento da Orla Costeira do Porto Santo		◆	◆	◆	◆		
Plano de Ordenamento para a Aquicultura Marinha na RAM		◆	◆	◆	◆		◆

A análise efetuada permite demonstrar a adequabilidade dos Fatores Críticos para a Decisão em função das Questões Estratégicas, do Quadro de Referência Estratégico e das Questões Ambientais. As questões de contexto, referidas no início do presente subcapítulo, foram cobertas através do FCD1, critério Transição Digital, e do FCD6, critérios: (i) Habitação acessível; (ii) Pobreza e exclusão social; e (iii) Saúde.

4.2.6 Correlação entre os FCD e as Questões Estratégicas

Seguindo o racional de demonstração da adequabilidade dos FCD com os instrumentos, a montante, que os definiram, a tabela seguinte faz a correlação entre as Questões Estratégicas e os FCD.

Tabela 12 – Matriz de articulação entre as Questões Estratégicas (QE) e os FCD propostos para a AAE do PR Madeira 2030

Questões Estratégicas (QE)	FCD
QE1 - Aposta na Especialização Inteligente, assente na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI)	<ul style="list-style-type: none"> • I&D+I e Transição Digital.
QE2 - Promover a diversificação económica e o aumento da resiliência dos setores económicos tradicionais (consolidação das cadeias de valor regionais)	<ul style="list-style-type: none"> • Cadeias de Valor.
QE3 - A Transição Digital como motor de desenvolvimento de uma economia e sociedade menos restringida pela ultraperifidade	<ul style="list-style-type: none"> • I&D+I e Transição Digital; • Cadeias de Valor.
QE4 - A adaptação às alterações climáticas na perspetiva da mitigação dos riscos ambientais associados	<ul style="list-style-type: none"> • Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas.
QE5 - A transição energética e a mitigação das alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Energia, Clima e Mobilidade Sustentável.
QE6 - Promover a gestão sustentável dos recursos naturais e a economia circular	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação Territorial; • Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular.
QE7 - Promover a proteção do património natural (Biológico e geológico) e cultural (histórico ou classificado)	<ul style="list-style-type: none"> • I&D+I e Transição Digital. • Qualificação Territorial; • Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular.
QE8 - Combate à pobreza, à exclusão social e às assimetrias regionais	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social.
QE9 - Desafios demográficos decorrentes da quebra da natalidade e do envelhecimento populacional	<ul style="list-style-type: none"> • Cadeias de Valor; • Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social.

4.2.7 Correlação entre os FCD e as Questões Ambientais

A correlação das Questões Ambientais (QA) com os Fatores Críticos para a Decisão visa garantir a adequação da AAE com os requisitos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. A tabela seguinte sintetiza o cumprimento deste requisito.

Tabela 13 - Matriz de articulação das Questões Ambientais (QA) e dos FCD propostos para a AAE do PR Madeira 2030

Questões Ambientais (QA)	FCD
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • I&D+I e Transição Digital; • Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular.
População	<ul style="list-style-type: none"> • Cadeias de Valor; • Energia e Mobilidade Sustentável; • Qualificação Territorial; • Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social.
Saúde humana	<ul style="list-style-type: none"> • I&D+I e Transição Digital; • Energia, Clima e Mobilidade Sustentável; • Qualificação Territorial; • Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social.
Fauna	<ul style="list-style-type: none"> • I&D+I e Transição Digital; • Energia, Clima e Mobilidade Sustentável; • Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular; • Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas.
Flora	<ul style="list-style-type: none"> • I&D+I e Transição Digital; • Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular; • Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas.
Solo	<ul style="list-style-type: none"> • I&D+I e Transição Digital; • Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular; • Qualificação Territorial; • Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas.
Água	<ul style="list-style-type: none"> • I&D+I e Transição Digital; • Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular; • Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas.
Atmosfera	<ul style="list-style-type: none"> • I&D+I e Transição Digital; • Energia, Clima e Mobilidade Sustentável; • Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas.
Fatores Climáticos	<ul style="list-style-type: none"> • I&D+I e Transição Digital; • Energia, Clima e Mobilidade Sustentável; • Qualificação Territorial; • Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular; • Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Questões Ambientais (QA)	FCD
Bens materiais	<ul style="list-style-type: none">• Cadeias de Valor;• Qualificação Territorial;• Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular;• Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas.
Património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico	<ul style="list-style-type: none">• Qualificação Territorial;• Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular.
Paisagem	<ul style="list-style-type: none">• Qualificação Territorial;• Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular;• Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas.

(Página deixada propositadamente em branco)

5. Análise e Avaliação Estratégica por FCD

O presente capítulo está estruturado em função dos Fatores Críticos para a Decisão, definidos no processo de Definição de Âmbito, que funcionaram como âncoras de análise da AAE sobre o PR Madeira 2030.

A análise efetuada a cada FCD, e respetivos critérios, incide sobre a caracterização da situação de referência e a sua evolução recente. A composição da matriz SWOT, para cada FCD, enquadra a mecanismo de análise utilizado, que se materializou em três avaliações:

- i. **A análise da incorporação da matriz SWOT no PR Madeira 2030:** Este exercício pretendeu avaliar a enquadramento do PR Madeira perante o quadro externo (oportunidades/ameaças) e interno (forças/fraquezas) da Matriz SWOT;
- ii. **A análise do impacto do PR Madeira nos FCD definidos:** Esta análise pretende avaliar como o PR Madeira 2030, ao nível dos objetivos específicos, impactará o FCD.
- iii. **A Análise prospetiva da evolução da situação de referência sem PR Madeira 2030:** Este exercício pretende avaliar a evolução, em linhas gerais, dos critérios de avaliação no cenário de ausência de Programa Regional.

Após as análises efetuadas foram efetuadas recomendações setoriais que visam cumprir os seguintes objetivos:

- a) Mitigar potenciais impactos negativos detetados nos instrumentos de análise;
- b) Maximizar o enquadramento do PR Madeira 2030 no âmbito da Matriz SWOT e dos instrumentos de análise utilizados;

5.1 I&D+I e Transição Digital

5.1.1 Situação de Referência

5.1.1.1 I&D+I

A Investigação, desenvolvimento e inovação é central no paradigma de crescimento promovido pela Comissão Europeia. A geração anterior de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) alicerçou esta componente na RIS3. A nova geração de FEEI estará alicerçada na nova Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) 2021-2027.

Este campo pretende avaliar, sumariamente, a evolução da I&D+I na RAM à luz do referencial proporcionado pela RIS3 e o seu enquadramento perante a realidade nacional.

Despesa Total em I&D no PIB%

O Governo Português aprovou, em sede do Conselho de Ministros de 23-12-2021, a meta de 3% de investimento público no PIB até 2030. Embora esta meta não esteja desaguada na EREI 2021-2027, constitui um referencial de base para a RAM.

Mantendo o racional de análise utilizado na EREI 2021-2027, a análise da evolução da despesa total em % do PIB foi a seguinte.

Tabela 14 – Evolução da Despesa Total em I&D em relação ao PIB

	Despesa Total [M€]	PIB [M€]	Despesa [% do PIB]
2017	16,7227	4784	0,35%
2018	19,0061	4940	0,38%
2019	22,3197	5126	0,44%
2020	22,7562	4462	0,51%

Fonte: DREM

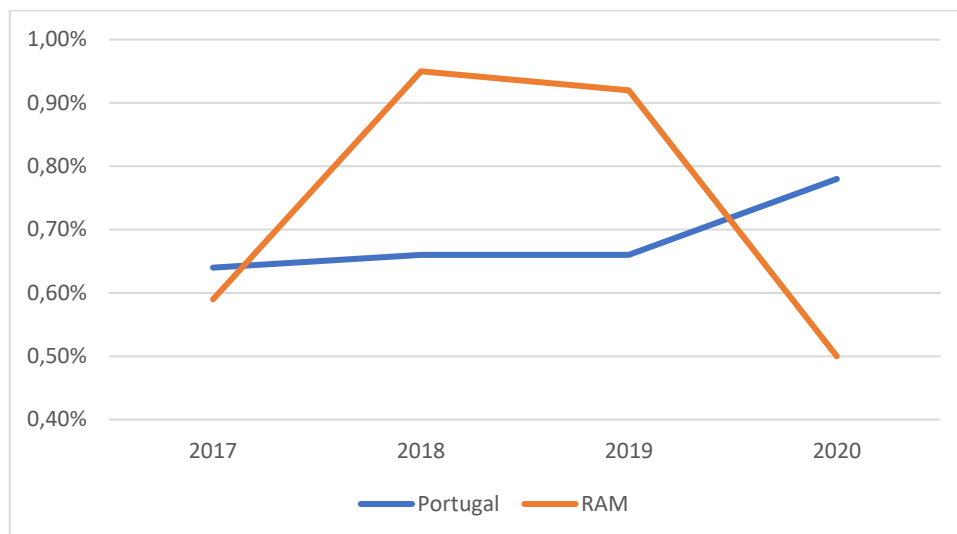
Apesar da evolução positiva do indicador, verifica-se que permanece um hiato substancial entre a realidade nacional (1,11% em 2020) e a realidade regional. O resultado ficou, previsivelmente, aquém da meta constante no PIDTI (Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM) e do documento programático da EREI que previam que a despesa atingisse 0,58% do PIB em 2020, isto é, 0,07% acima do resultado registado em 2020.

Proporção da despesa em desenvolvimento das empresas no VAB a preços de mercado

A proporção da despesa em desenvolvimento das empresas no VAB é um indicador que nos permite aferir qual a intensidade imprimida pelo tecido empresarial ao desenvolvimento em função do VAB gerado. As empresas mais inovadoras tenderão a

alocar mais despesa ao desenvolvimento e terão um foco mais acentuado na criação de valor acrescentado aos seus produtos e/ou atividades.

Figura 4 – Evolução da despesa em desenvolvimento das empresas no VAB a preços correntes em Portugal e na RAM



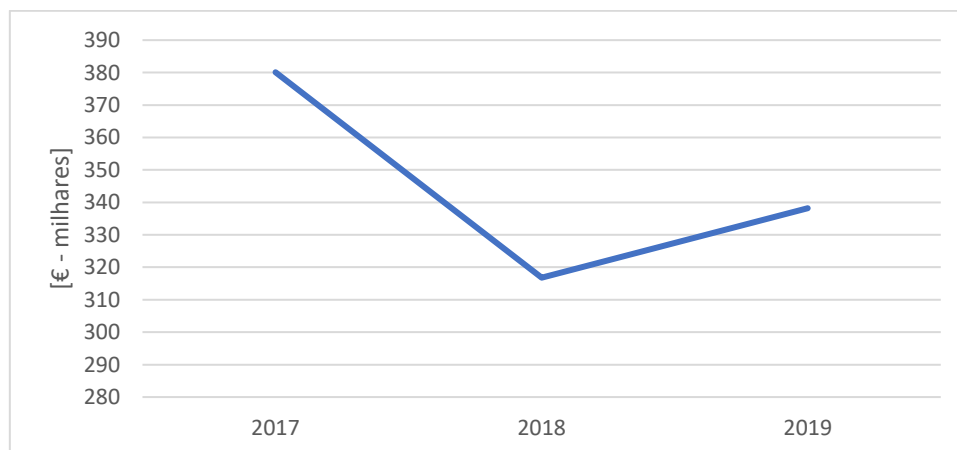
Fonte: INE

O indicador apresenta uma evolução irregular na RAM, mas com bons resultados em 2018 e 2019, claramente acima da média nacional. O resultado de 2020 deverá ser considerado com a devida cautela por ser um ano fortemente influenciado pela crise pandémica.

Despesa média em I&D das instituições e empresas com I&D

A despesa média em I&D é um indicador que permite comparar o valor médio absoluto alocado às atividades de Investigação e Desenvolvimento das instituições e empresas da RAM. Este indicador é sensível à dimensão das empresas e instituições, sendo, portanto, expectável verificar valores inferiores no mercado da RAM dada a exiguidade de empresas com dimensão média/grande.

Figura 5 – Evolução da despesa média em I&D nas empresas e instituições com I&D na RAM



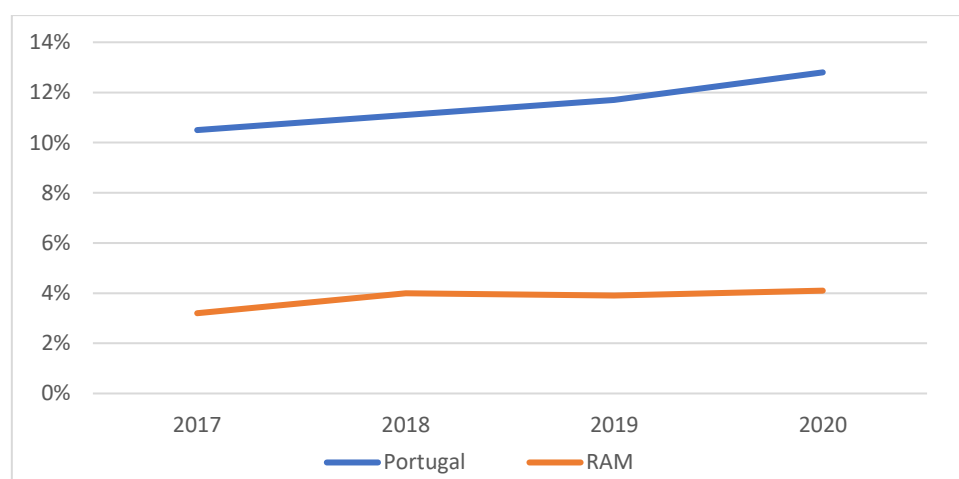
Fonte: INE

O indicador revelou um comportamento negativo nos anos em análise. Como seria expectável os valores registados estão claramente abaixo dos resultados obtidos para o todo nacional (2019 - 636 300€). O comportamento negativo do indicador poderá indiciar uma menos atividade de I&D nas empresas e instituições com maior capacidade/dimensão e não necessariamente, uma menor aposta por parte do tecido empresarial e institucional na generalidade.

Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D na população ativa

A proporção de pessoal ao serviço em atividades de I&D é um indicador que permite aferir a alocação de recursos humanos especializados às atividades de I&D em função da população ativa. A alocação de recursos humanos especializados traduz uma aposta mais profunda e contínua nas atividades de I&D por parte das organizações.

Figura 6 – Evolução da proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D na população ativa



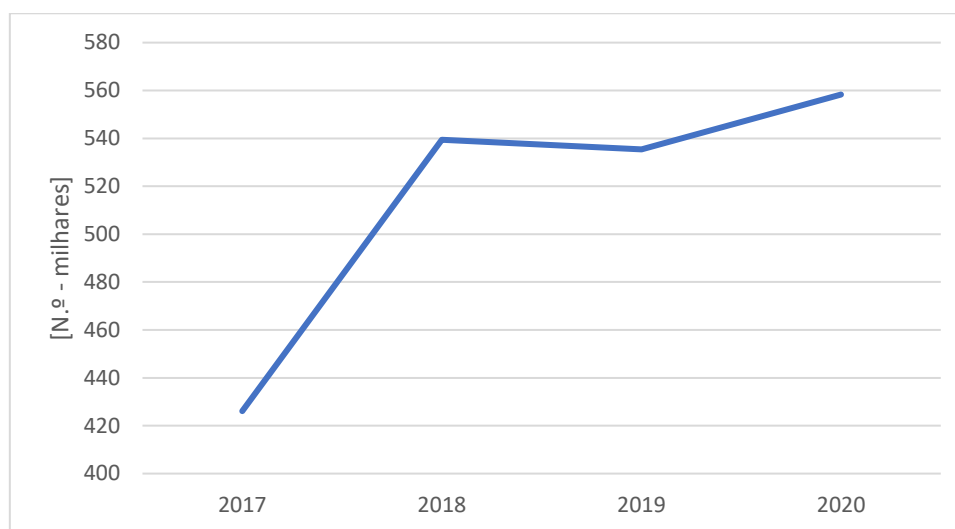
Fonte: INE

Este indicador teve uma evolução ligeiramente positiva, mas consideravelmente abaixo dos valores nacionais, quer na taxa de crescimento, quer nos valores absolutos. É razoável concluir que apesar da aposta em recursos financeiros adstritos às atividades de I&D revelar aspetos positivos, como verificado pelos indicadores anteriores, a RAM carece ainda de uma aposta mais premente em recursos humanos adstritos às funções de I&D. Sendo este um fator estruturante para a interiorização de uma cultura de inovação e crescimento inteligente no seio das instituições e empresas, é claramente um ponto negativo a salientar.

Pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D das instituições e empresas com I&D

O pessoal ao serviço em atividades de I&D é um indicador análogo ao anterior, mas que permite medir de forma absoluta a aposta nos recursos humanos especializados em atividades de I&D.

Figura 7 – Evolução do pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D das instituições e empresas com I&D



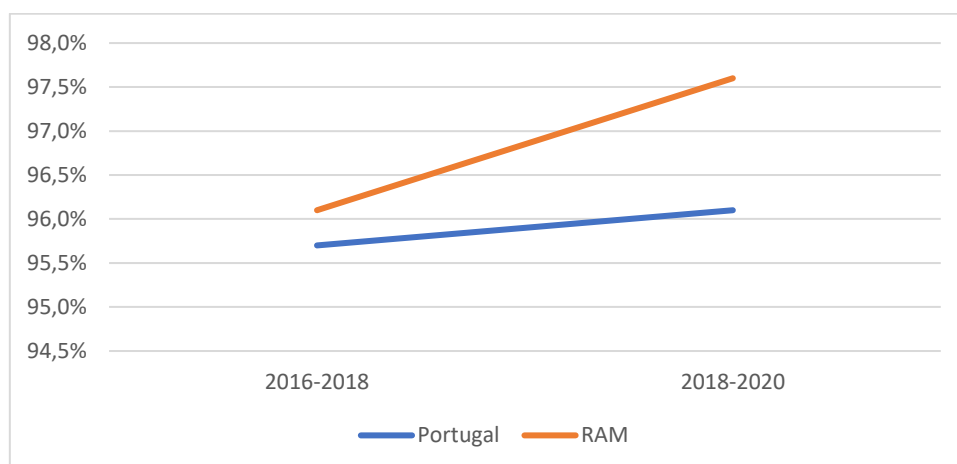
Fonte: INE

O indicador tem vindo a evoluir positivamente, inclusive, no ano de 2020, fortemente marcado pelo cenário pandémico. No entanto o resultado em 2020 (558,3) ficou aquém da meta constante no PIDTI (Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM) e do documento programático da EREI que previam que o pessoal ao serviço em atividades de I&D atingisse 700 em 2020. Este resultado vem reforçar a análise feita em relação ao indicador anterior.

Proporção de empresas com atividades de inovação com 10 e mais pessoas ao serviço com inovação de produto e/ou inovação de processo

As atividades de inovação no tecido empresarial revelam a predisposição das empresas para aplicarem fatores de diferenciação positiva nas suas atividades. Não sendo um indicador que meça diretamente a criação de novos processos e produtos, isto é, processo e produtos criados a partir de processos de I&D, é um indicador que permite medir o dinamismo do tecido empresarial para a modernização e a adoção de melhores práticas setoriais.

Figura 8 – Evolução da proporção de empresas com atividades de inovação, com 10 e mais pessoas ao serviço e com inovação de produto e/ou inovação de processo



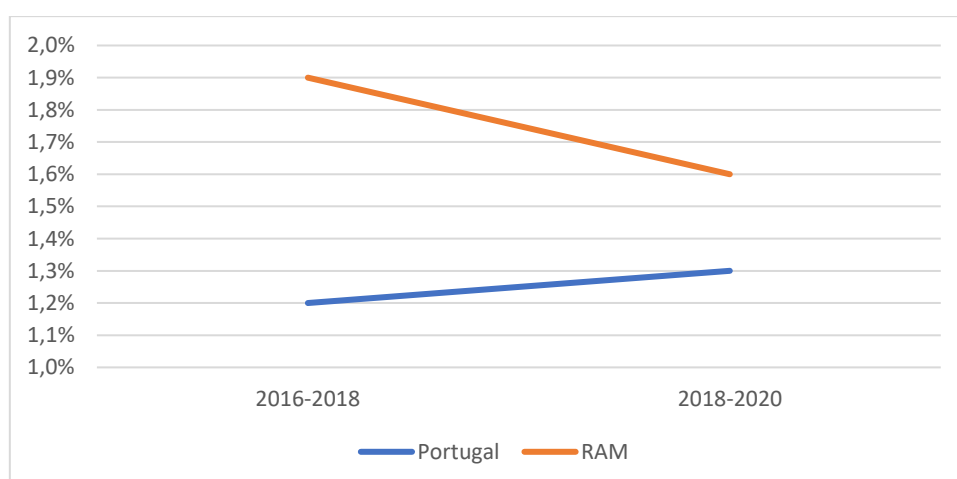
Fonte: INE

O indicador revela uma evolução positiva e superior ao cenário nacional. A procura da inovação, tanto na componente de processo como de produto, é elevada no sistema empresarial regional sendo claramente uma aposta comum para a criação de valor acrescentado.

Intensidade de inovação das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço com atividades de inovação

A intensidade de inovação nas empresas mede a intensidade da alocação de recursos por parte das empresas às atividades que conduzam à inovação nos seus processos e produtos.

Figura 9 – Evolução da intensidade de inovação das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço com atividades de inovação



Fonte: INE

O indicador revelou uma evolução negativa, mas manteve-se superior ao cenário verificado a nível nacional. A análise conjugada deste indicador e do anterior permite concluir que existe uma cultura de inovação cimentada no tecido empresarial regional.

Unidades de I&D nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento

O número de unidades de I&D reflete as apostas mais incisivas na investigação e desenvolvimento e estão associadas à criação de equipas de investigadores altamente especializadas.

Tabela 15 – Evolução do número de unidades de I&D nas instituições e empresas com I&D

	Unidades de I&D
2017	44
2018	60
2019	66

Fonte: INE

O número de unidades de I&D regionais tem registado uma progressão positiva, em linha com o incremento da atividade de I&D+I registada nos restantes indicadores.

Regional Innovation Index

Dados referentes a 2021 indicam que a RAM teve uma evolução marginal (0,4) no *Regional Innovation Index* no espaço temporal entre 2014 e 2021 situando-se na categoria *Emerging +* com uma pontuação de 53,6 apenas superando a Região Autónoma dos Açores (46,0) no panorama regional português. A RAM foi a Região portuguesa que menos evolução registou neste indicador ficando a uma larga distância da segunda Região portuguesa que menos evoluiu (Algarve - 4,9).

Síntese

A avaliação integrada dos indicadores analisados revela que as atividades de I&D+I têm crescido de uma forma sustentada nos anos em análise. É possível também verificar que embora as atividades de I&D+I tenham uma boa disseminação pelo tecido empresarial em geral, a intensidade do investimento é ainda inferior ao verificado a nível nacional. Esta tendência é corrigida quando analisada em função do VAB empresarial, indicando-nos que a capacidade de geração de riqueza do tecido empresarial regional é ainda inferior ao todo nacional.

Na generalidade os indicadores menos positivos e mais divergentes do todo nacional é a despesa em I&D no PIB e a aposta nos recursos humanos especializados.

5.1.1.2 Transição Digital

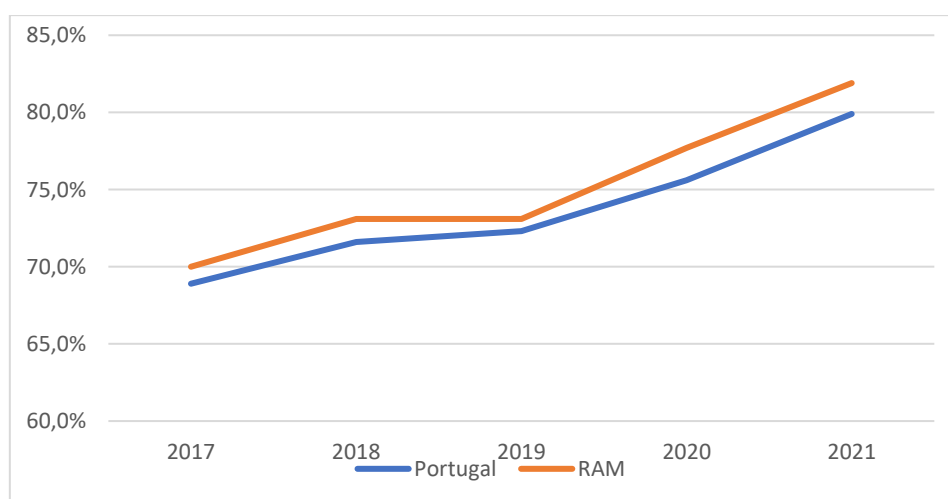
A transição digital assume um especial protagonismo na nova geração de FEEI e está centralmente evidenciada no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A componente da transição digital analisada neste capítulo remete para a evolução das competências digitais e para o acesso aos serviços digitais pela população residente.

Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram a Internet para realizar serviços avançados para fins privados nos primeiros 3 meses do ano

A utilização de serviços online avançados é um indicador que nos permite aferir a capacidade da população residente para abarcar desafios digitais mais avançados.

Figura 10 – Evolução da percentagem de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram a Internet para realizar serviços avançados para fins privados nos primeiros 3 meses do ano



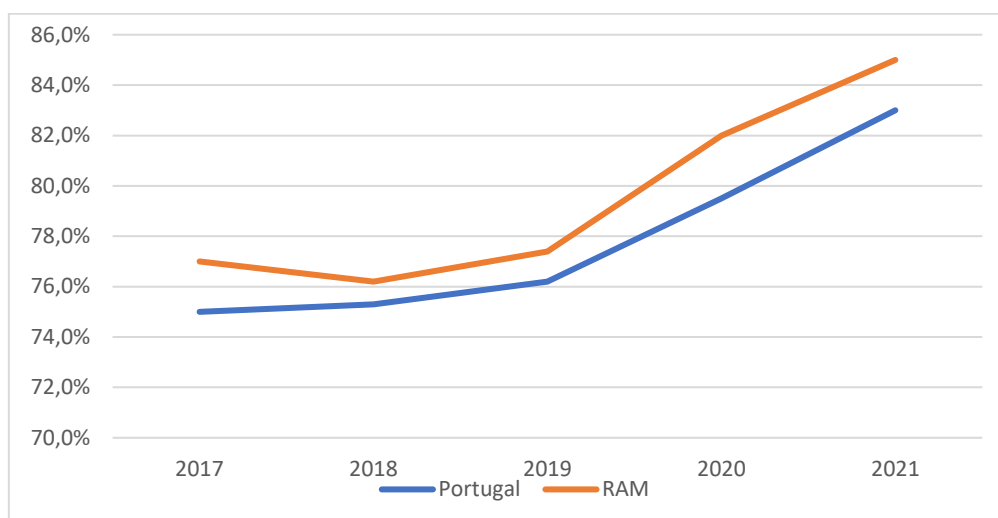
Fonte: INE

A evolução do indicador tem sido positiva e sempre acima da verificada a nível nacional. Sendo a literacia digital uma condição de base fundamental para a implementação da Transição Digital, este indicador permite colocar a RAM como uma Região com boas capacidades para aproveitar as vantagens inerentes à digitalização.

Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram Internet nos 12 meses anteriores à entrevista

A utilização da internet é uma ferramenta básica para aceder ao espaço digital. A proficiência na sua utilização é fundamental para acompanhar a Transição Digital em curso.

Figura 11 – Evolução da proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram Internet nos 12 meses anteriores à entrevista



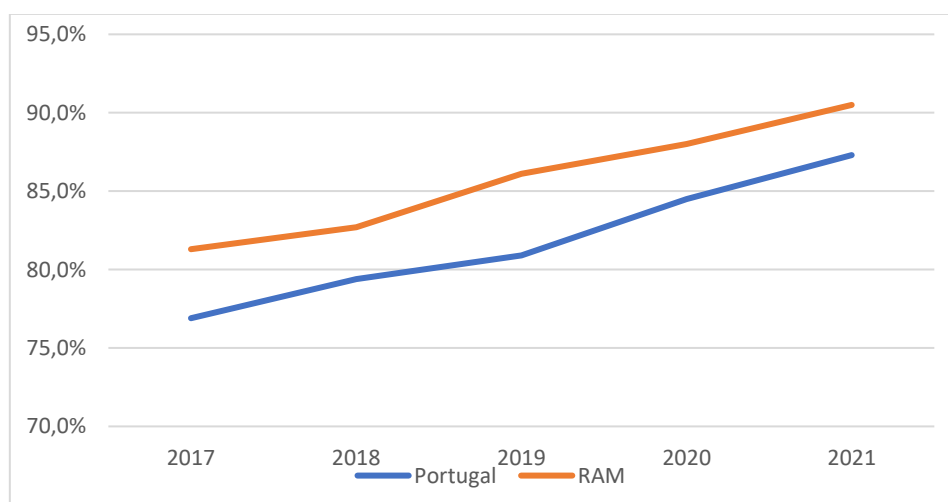
Fonte: INE (Inquérito à utilização TIC)

Analogamente ao indicador anterior, a RAM apresenta resultados superiores à média nacional o que reforça a constatação sobre a preparação da população residente para acompanhar os desafios da Transição Digital.

Agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa

O acesso doméstico à internet é fundamental para a criação de proficiência na utilização das ferramentas digitais. Este indicador mede assim uma condição de base necessária para a avaliação da capacidade da população residente para acompanhar a Transição Digital.

Figura 12 – Evolução da percentagem de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa



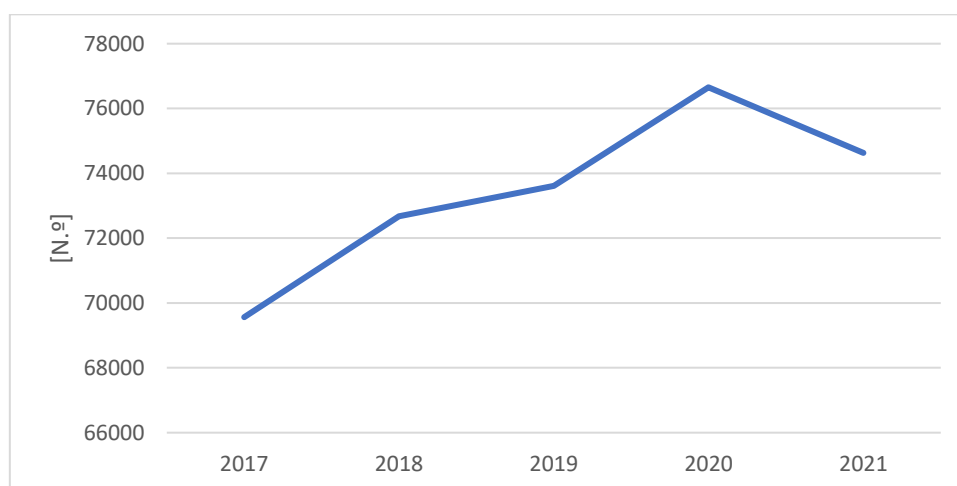
Fonte: INE

O indicador registou uma evolução positiva e sempre acima do verificado a nível nacional. Novamente este indicador está em consonância com os resultados já registados anteriormente, sendo razoável admitir que a boa performance na penetração da internet doméstica justifica os bons resultados já evidenciados anteriormente.

Agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga

O acesso à Banda Larga é indicador que permite-nos aferir sobre o acesso à internet rápida e de boa qualidade, sendo análogo ao indicador anterior, este indicador permite-nos perceber se o acesso doméstico à internet tem sido acompanhado pela melhor oferta tecnológica disponível.

Figura 13 – Evolução do número de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga



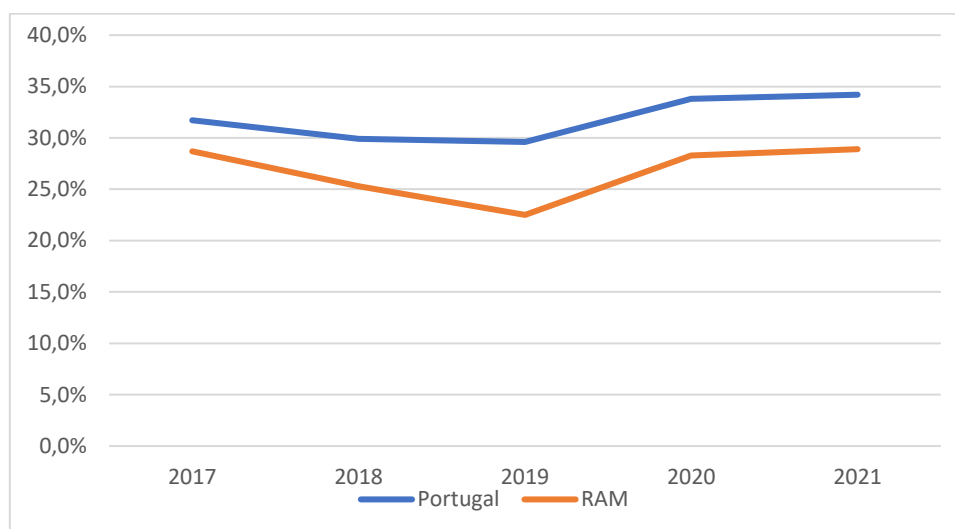
Fonte: INE

O indicador tem tido uma evolução positiva com exceção do último ano de registo (2021), talvez justificável por alguns constrangimentos decorrentes da crise pandémica ou dos seus efeitos secundários (crise económica).

Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet formulários oficiais para organismos da administração pública para fins privados nos últimos 12 meses

A utilização das ferramentas digitais para aceder aos serviços públicos permite-nos aferir, num primeiro nível, sobre a proficiência na utilização dos serviços digitais para realizar tarefas remotamente, e num segundo nível, para aferir sobre a disponibilidade desses mesmo serviços.

Figura 14 – Evolução da proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet formulários oficiais para organismos da administração pública para fins privados nos últimos 12 meses



O indicador tem revelado uma evolução ligeiramente positiva ainda que sempre abaixo da verificado a nível nacional. Perante as análises anteriores é razoável inferir que a menor performance da RAM neste indicador estará assente numa menor disponibilidade de serviços digitais fornecidos pelo complexo da administração pública.

Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet

As Câmaras Municipais são entidades públicas com uma elevada proximidade dos cidadãos e com interações muito frequentes com os mesmos. A disponibilização de serviços online pelo Poder Local é um indicador premente para avaliar sobre a proficiência dos serviços públicos na procura da desmaterialização de serviços e na provisão de ofertas digitais aos cidadãos-

Tabela 16 – Evolução do número de Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet

	Número de Câmaras Municipais [N.º]
2017	4
2018	5
2019	5
2020	5

Fonte: INE

Verifica-se que desde de 2018 que são cinco as Câmaras Municipais que disponibilizam este tipo de serviço, correspondente a 45,5% do universo da Região (total de 11 Câmaras Municipais). O mesmo indicador diz-nos que este indicador foi consideravelmente superior a nível nacional (70,78%) no último ano de análise (2020).

Síntese

A análise integrada dos indicadores revela que a proficiência e literacia digital da população regional é superior à registada a nível nacional, incluindo o número de agregados com ligação à internet e à Banda Larga.

No entanto, esta maior proficiência não é acompanhada na relação com os serviços públicos regionais, onde se verifica uma menor adesão do que no cenário nacional. A oferta do serviço público local de serviços digitais revelou-se pouco satisfatória na sua abrangência.

5.1.2 Matriz SWOT

Tabela 17 – Matriz SWOT referente ao FCD “I&D+I e Transição Digital”

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Cultura de inovação empresarial bem estabelecida • Presença de empresas âncora com forte componente de I&D (Zona Franca e Industrial da Madeira) • Presença de empresas âncora com forte dinamismo na área digital • Crescente dinamismo recente das unidades de I&D ligadas à Universidade da Madeira (UMa) e à ARDITI • I&D+I ligada ao setor da eletroprodução • Boa literacia digital da população residente • Boa disseminação do acesso doméstico à internet e Banda larga • Bom dinamismo na implementação das redes 5G 	<ul style="list-style-type: none"> • Tecido produtivo dominado por unidades de reduzida dimensão e com baixa intensidade em tecnologia • Insuficiente nível de despesa em I&D (0,51% do PIB) • Fraca capacidade de atração de recursos humanos altamente especializados • Evolução insuficiente na alocação de recursos humanos a atividades de I&D • Crescimento insuficiente de unidades de I&D dedicadas • Insuficiente digitalização de serviços no complexo da administração pública
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Advento do teletrabalho aumenta a atratividade da RAM para a residência de profissionais altamente qualificados • Especialização regional e nacional no complexo das tecnologias marinhas abre um conjunto único de oportunidades locais para o desenvolvimento da I&D • Forte dinamismo do setor turístico promove oportunidades de inovação na área digital • Notoriedade da RAM como destino de conferências de alto nível em áreas emergentes • As novas redes 5G proporcionam um leque de oportunidades únicas para as RUP • Centralidade regional no tráfego internacional de dados • Impulso dado à Transição Digital pelo PRR 	<ul style="list-style-type: none"> • Carácter ultraperiférico dificulta a residência de recursos humanos altamente especializados • Elevada concorrência internacional no campo das TIC • Crise económica proporcionada pelo conflito no Leste Europeu • Insuficiente especialização da UMa em alguns campos da EREI 2021-2027

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-


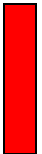




Tabela 18 – Internalização da Matriz SWOT no PR Madeira 2030, nos PO Temáticos e no PRR no FCD “I&D+I e Transição Digital”

SWOT	Prioridades PR Madeira									
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C	
Pontos Fracos										
Tecido produtivo dominado por unidades de reduzida dimensão e com baixa intensidade em tecnologia										
Insuficiente nível de despesa em I&D (0,51% do PIB)										
Fraca capacidade de atração de recursos humanos altamente especializados										
Evolução insuficiente na alocação de recursos humanos a atividades de I&D										
Crescimento insuficiente de unidades de I&D dedicadas										
Insuficiente digitalização de serviços no complexo da administração pública										
Pontos Fortes										
Cultura de inovação empresarial bem estabelecida										
Presença de empresas âncora com forte componente de I&D (Zona Franca e Industrial da Madeira)										
Presença de empresas âncora com forte dinamismo na área digital										
Crescente dinamismo das unidades de I&D ligadas à Universidade da Madeira (UMa) e à ARDITI										
I&D+I ligada ao setor da eletroprodução										
Boa literacia digital da população residente										
Boa disseminação do acesso doméstico à internet e Banda larga										
Bom dinamismo na implementação das redes 5G										
Ameaças										
Caráter ultraperiférico dificulta a residência de recursos humanos altamente especializados										
Elevada concorrência internacional no campo das TIC										
Crise económica proporcionada pelo conflito no Leste Europeu										
Insuficiente especialização da UMa em alguns campos da EREI 2021-2027										
Oportunidades										
Advento do teletrabalho aumenta a atratividade da RAM para a residência de profissionais altamente qualificados										

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

SWOT	Prioridades PR Madeira								
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C
Especialização regional e nacional no complexo das tecnologias marinhas abre um conjunto único de oportunidades locais para o desenvolvimento da I&D									
Forte dinamismo do setor turístico promove oportunidades de inovação na área digital									
Notoriedade da RAM como destino de conferências de alto nível em áreas emergentes									
As novas redes 5G proporcionam um leque de oportunidades únicas para as RUP									
Centralidade regional no tráfego internacional de dados									
Impulso dado à Transição Digital pelo PRR									

Legenda:

	Considerado /Internalizado/ mitigado/ potenciado		Não considerado/ Internalizado/ mitigado/ potenciado		Âmbito de PO Temático		Âmbito do PRR		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável/ Sem relação
---	--	---	--	---	-----------------------	---	---------------	--	--------------------------------------	---	----------------------------

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

5.1.3 Identificação de Efeitos

Tabela 19 – Matriz de Identificação e avaliação dos impactes do PR Madeira 2030 no FCD “I&D+I e Transição Digital”

I&D+I e Transição Digital							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
1A	RSO1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	Este OE contribui diretamente e positivamente para o desenvolvimento da I&D+I regional					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	e	c/m/l	c	p
	RSO1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas	Este OE contribui diretamente e positivamente para a Transição Digital					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	e	c/m	c	p
	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	A promoção do crescimento sustentável e da competitividade das PME proporciona condições favoráveis para a incorporação da I&D+I no tecido empresarial					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	m	m/l	sn	p
	RSO1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	Este OE contribui diretamente e positivamente para o desenvolvimento da I&D+I regional					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	e	c/m/l	c	p
2A	RSO2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	A promoção da eficiência energética impulsiona a inovação no campo da gestão energética pelo que influi positivamente neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
	RSO2.5 - Promover o acesso e a gestão sustentável da água	A promoção da gestão sustentável da água impulsiona a inovação na gestão deste recurso pelo que influi positivamente neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
	RSO2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	A promoção da economia circular impulsiona a I&D+I no setor da gestão de resíduos pelo que influi positivamente neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	m	m/l	sn	p
	RSO2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
2B	RSO2.8. - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	A promoção da mobilidade urbana potencia a inovação e a transição digital pelo que influirá positivamente neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	m	c/m	d	p
3A	RSO3.1 - Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal	A capacitação do sistema portuário com a provisão de abastecimento de energias limpas promove a I&D+I no campo da energia pelo que influi positivamente neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

<i>I&D+I e Transição Digital</i>							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
		+	i	l	c/m	sn	p
4A	RSO3.2 - Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local, sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo um melhor acesso à RTE-T e à mobilidade transfronteiriça	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	RSO4.5 - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família de proximidade	A promoção da resiliência do setor da saúde tem o potencial para promover a I&D+I nesta área pelo que influi positivamente neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	l	l	m/l	sn	p
	RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e inovação social	A promoção do turismo sustentável e do papel da cultura promove a I&D+I nestes setores pelo que influi positivamente neste FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	m	c/m	d	p	
	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	A promoção do emprego tem o potencial de criar condições para a residência de recursos humanos qualificados passíveis de impulsionar atividades de I&D+I, pelo que influi positivamente neste FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	i	l	m/l	sn	p	
	ESO4.4 - Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, um envelhecimento ativo e saudável, bem como um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado, que aborde os riscos para saúde	A promoção do envelhecimento ativo e a adaptação dos trabalhadores proporcionará condições para o aumento da literacia digital pelo que influi positivamente neste FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	m	c/m	d	p	
	ESO4.6 - Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência	A promoção da igualdade de acesso à educação nos seus diversos níveis promove a qualificação da população e a literacia digital pelo que influirá positivamente neste FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	i	l	m/l	d	p	
	ESO4.7 - Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional	A aprendizagem ao longo da vida promove decisivamente a literacia digital pelo que influirá positivamente neste FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	m	c/m	d	p	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

<i>I&D+I e Transição Digital</i>							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
4B	ESO4.8 - Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos	A inclusão ativa promove a preparação dos grupos desfavorecidos para a inclusão digital pelo que influi positivamente neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
4B	ESO4.11 - Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados para as crianças e grupos desfavorecidos	A promoção do acesso a serviços desta natureza promove a inovação neste setor pelo que influirá positivamente neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	m	c/m	sn	p
4B	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	O acesso dos jovens ao mercado de trabalho promove a inclusão de recursos humanos qualificados no mercado de trabalho pelo que influirá positivamente neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	m	m/l	sn	p
5A	OE5.1- Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	Os ITI Funchal e Porto Santo criam condições para o ecossistema de inovação pelo que influirão positivamente neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
1R	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	O apoio operacional ao sistema económico regional através do enquadramento RUP contribuirá para a libertação de recursos potencialmente alocáveis à I&D+I pelo que poderá contribuir positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
4C	OE4.13 - Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					

Legenda:

Sinal (S): positivo (+) | neutro (0) | negativo (-); **Incidência (I):** direta (d) | indireta (i); **Magnitude (M):** elevada (e) | moderada (m) | ligeira (l); **Dimensão Temporal (D.T.):** curto (c) | médio (m) | longo (l); **Efeito (E):** cumulativo (c) | sinérgico (sn); **Duração (D):** permanente (p) | temporário (t)

Síntese

Em síntese o PR contribuirá significativamente para a disseminação da I&D+I como componente central da especialização inteligente e contribuirá, significativamente, para o avanço da Transição Digital na RAM.

5.1.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030

I&D+I

O sistema de I&D+I regional, com especial realce para as unidades de I&D já estabilizadas, tem conseguido penetrar e expandir a sua participação em projetos cooperativos europeus e internacionais pelo que está menos dependente das alavancas proporcionadas pelo PR Madeira 2030. No entanto, a prossecução de objetivos e metas estabelecidos e a consolidação da convergência entre a realidade regional e nacional no campo da I&D, está fortemente dependente da capacidade de alavancagem proporcionada pelo PR Madeira 2030. No cenário em questão perspetiva-se que as unidades de I&D estabilizadas conseguiriam continuar a sua atividade, mesmo que mais condicionada, perante a ausência de PR Madeira 2030, no entanto o processo de convergência atual evoluiria, previsivelmente, para um processo de divergência.

A incorporação de novas unidades de I&D no sistema regional de I&D e a capacitação do sistema empresarial para a estruturação de processos de especialização inteligente, necessita de um processo de acompanhamento ao nível regional para a sua estabilização, crescimento e maturação. Este processo, também incorporado nos processos de empreendedorismo, está fortemente dependente das alavancas a proporcionar pelo do PR Madeira 2030 (ex.: RSO1.1 e RSO1.4). No cenário em questão, a evolução perspetivada seria negativa.

Por outro lado, o sistema de inovação empresarial regional, apoiado na geração anterior de FEEI pelo PR Madeira 14-20, está fortemente dependente do ecossistema do Sistemas de Incentivo, gerido pelo Organismo de Gestão Intermédio - Instituto de Desenvolvimento Empresarial, que alimenta diretamente e indiretamente a incorporação da inovação no tecido empresarial. No cenário em questão, perspetiva-se uma quebra acentuada nos indicadores apresentados, onde a RAM está acima da realidade nacional.

Transição Digital

A Transição Digital está também incorporada no Plano de Recuperação e Resiliência pelo que a sua implementação não deixaria de ser apoiada no âmbito da cenarização. A opção programática pela complementaridade entre os dois instrumentos (PR Madeira e PRR), resultaria numa arquitetura desequilibrada sem o RSO1.2. Assim, mesmo que desequilibrada, a transição continuaria a ser fomentada no cenário de ausência do PR Madeira 2030.

5.1.5 Recomendações

- a) Ponderar a inclusão de critérios que promovam a fixação (p.ex.: majorações) de recursos humanos especializados dedicados a atividades de I&D+I, nas operações previstas no RSO1.1, RSO1.3 e RSO1.4, da prioridade 1A.
- b) Ponderar a inclusão de critérios que promovam a alocação de recursos humanos especializados a atividades de I&D+I no âmbito das operações previstas no ESO4.1 das prioridades 4A e 4B.
- c) Ponderar a inclusão de critérios de majoração para os apoios no âmbito do RSO1.3, prioridade 4C, para as empresas que se comprometam formalmente a desenvolver atividades de I&D+I ou já detenham unidades de I&D estabelecidas.

5.2 Cadeias de Valor

5.2.1 Situação de Referência

5.2.1.1 Agricultura

O setor da agricultura continua a ter uma expressão central na economia da RAM. Esta análise pretende avaliar, em traços gerais, a evolução deste setor no passado recente. Optou-se por restringir esta análise ao setor agrícola devido à menor prevalência e importância socioeconómica do setor da pecuária na RAM.

Mão-de-obra agrícola por tipo de mão-de-obra

A agricultura tem uma expressão central no tecido rural regional. A evolução do número de trabalhadores agrícolas, em explorações familiares e não familiares, permite-nos aferir sobre a vitalidade deste setor.

Tabela 20 – Evolução da mão-de-obra agrícola por tipologia

	Mão-de-obra total [N.º]	Mão-de-obra familiar [N.º]	Mão-de-obra não familiar [N.º]
2009	30 767	29 695	1 072
2019	28 779	27 603	1 176

Fonte: INE, Recenseamentos agrícola e inquéritos estruturais

A mão-de-obra agrícola registou duas tendências opostas. A mão-de-obra familiar teve um decréscimo correspondente a uma queda de 7% (-2092 trabalhadores) e a mão-de-obra não familiar registou um ligeiro aumento no mesmo período (+104 trabalhadores). A mão-de-obra familiar continua a ter uma preponderância decisiva e central no trabalho agrícola e, apesar da menor vitalidade, continua a ter uma expressão central no dinamismo económico do mundo rural regional.

Superfície agrícola utilizada por natureza jurídica

A superfície agrícola utilizada assume importância na perspetiva socioeconómica do mundo rural, mas é também significativo na composição e ordenamento da paisagem rural. A natureza jurídica permite aferir sobre a evolução das dinâmicas produtivas.

Tabela 21 – Evolução da superfície agrícola utilizada por natureza jurídica

	Produtor singular [ha]	Sociedades [ha]	Outras formas de natureza jurídica do produtor [ha]	Total [ha]
2009	5 273	82	74	5 429
2019	4 335	234	35	4 604

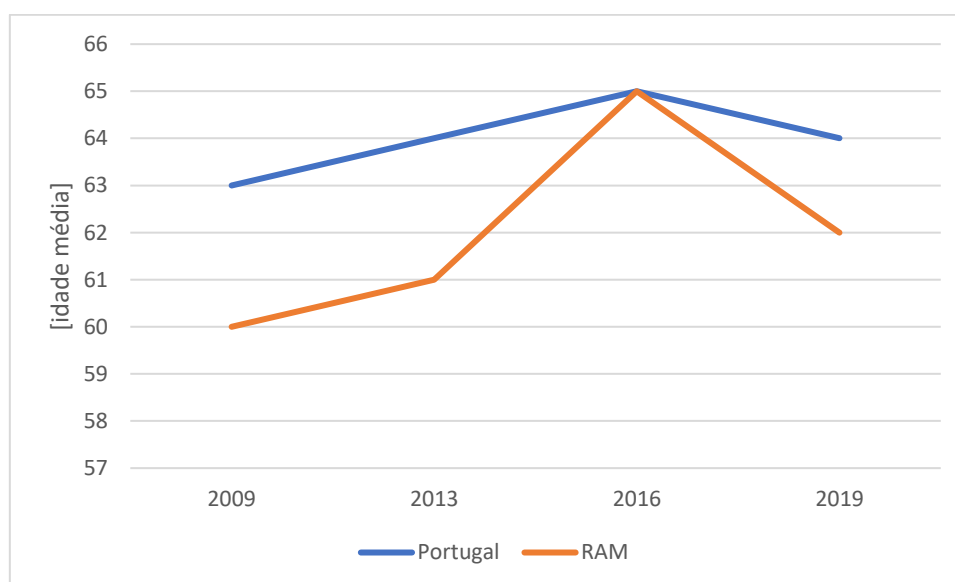
Fonte: INE, Recenseamentos agrícola e inquéritos estruturais

Num primeiro nível, é possível constatar que a superfície agrícola explorada teve um decréscimo de 15,2% na década em análise. Este decréscimo é liderado pela queda na área das explorações individuais (-17,8%) e vai de encontro ao verificado no indicador anterior, ainda que com maior expressão. Verificou-se uma queda acentuada na área das explorações sob outra forma de natureza jurídica (-52,7%), muito provavelmente liderada pela quebra nas explorações sob a forma de cooperativas. Por fim, verificou-se um acréscimo acentuada na área das explorações em sociedade (+185,5%), muito provavelmente impulsionadas pelo aumento das tipologias de agricultura mais profissional.

Idade média do produtor agrícola singular

A idade média do produtor agrícola singular é um indicador que permite-nos aferir sobre a estrutura etária prevalente nas explorações agrícolas.

Figura 15 – Evolução da Idade média do produtor agrícola singular



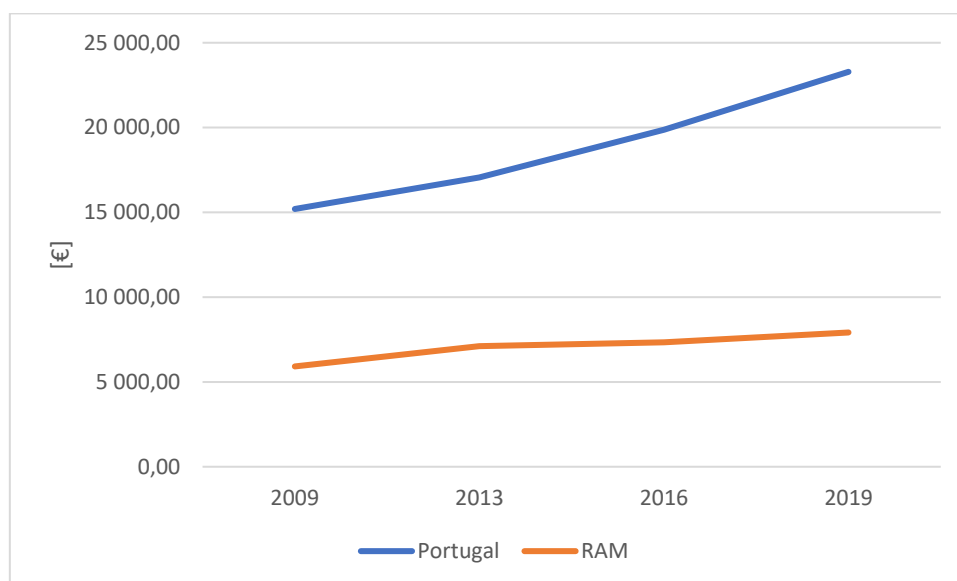
Fonte: INE, Recenseamentos agrícola e inquéritos estruturais

A idade média do produtor agrícola singular tem sofrido um aumento durante a década em análise embora verifique-se uma inversão na tendência entre 2016 e 2019, tanto no cenário nacional como no regional. A inversão verificada em 2020 poderá ser resultado das políticas públicas impulsionadas pelo PEPAC ou poderá ser um resultado da crise pandémica. Será um indicador a acompanhar nos próximos anos de forma a verificar se estamos perante uma descida estruturada ou pontual.

Valor da produção padrão total médio por exploração agrícola

O valor da produção padrão por exploração agrícola permite-nos aferir sobre o rendimento médio das explorações agrícolas. Este indicador infere sobre a utilização da agricultura como fonte principal ou secundária de rendimento e sobre a prevalência da agricultura de subsistência ou a agricultura comercial.

Figura 16 – Evolução do valor da produção padrão total médio por exploração agrícola



Fonte: INE, Recenseamentos agrícola e inquéritos estruturais

A evolução comparativa do indicador entre a realidade nacional e regional permite concluir que embora o valor da produção padrão total por exploração agrícola tenha crescido, tanto no cenário nacional como no regional, o ritmo de crescimento a nível nacional é claramente superior. O hiato neste indicador entre o valor da produção padrão total regional e nacional por exploração passou de 38,9% em 2009 para 34% do valor nacional. Estes resultados são consistentes com a prevalência da agricultura de subsistência/familiar e um menor dinamismo da implementação da agricultura comercial em relação à evolução nacional.

Síntese

A avaliação integrada dos indicadores analisados permite concluir que a estrutura agrícola regional se mantém predominantemente dominada pela agricultura familiar e de subsistência, logo, com função predominantemente destinada ao consumo próprio e à formulação de rendimento de natureza secundária.

Não obstante a aparente menor relevância do setor agrícola na composição do rendimento das populações rurais, a importância socioeconómica do setor é determinante, quer pelo número de agricultores que envolve, quer pelas externalidades culturais e ambientais que acarreta.

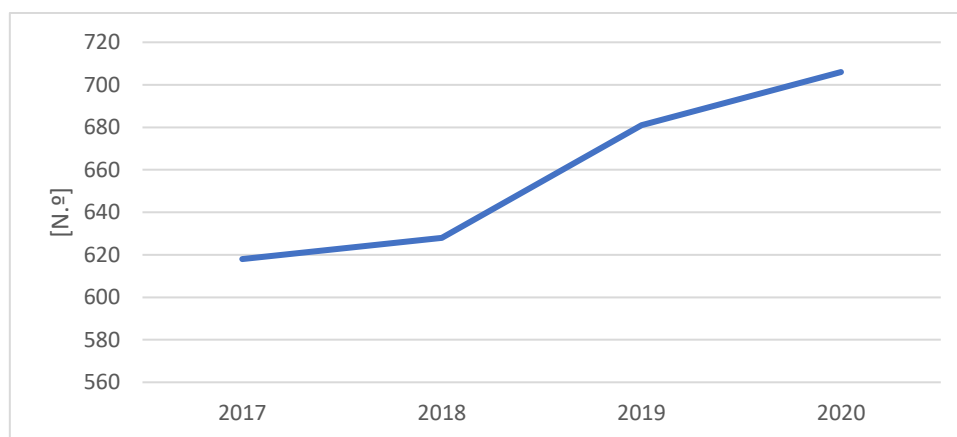
5.2.1.2 Pescas

Analogamente ao setor agrícola, o setor das pescas continua a ter uma predominância relevante na RAM pelo que justifica a análise da evolução do setor no âmbito do corrente Fator Crítico para a Decisão.

Pescadores matriculados em embarcações de pesca

O número de pescadores matriculados mede o número de pescadores que exercem a atividade de forma profissional.

Figura 17 – Evolução do número de pescadores matriculados em embarcações de pesca



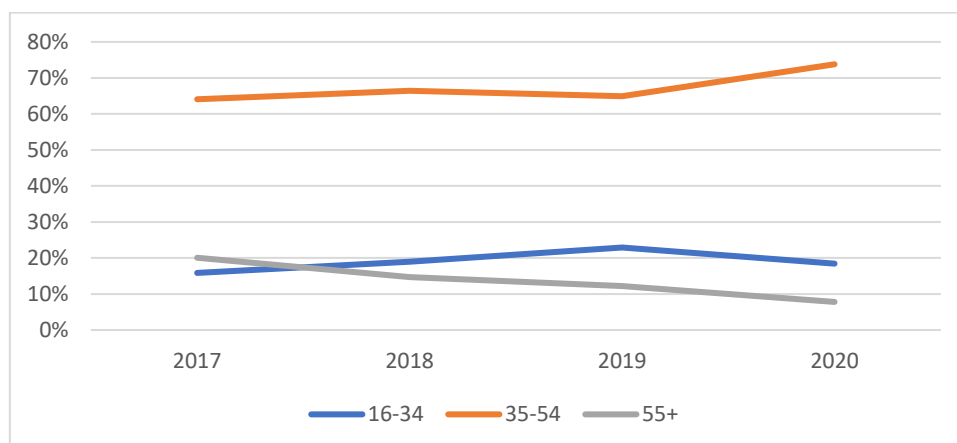
Fonte: DREM

O setor revela uma boa vitalidade com uma subida significativa e coerente do número de pescadores matriculado

Estrutura etária dos pescadores matriculados

A análise à estrutura etária dos pescadores matriculados permite aferir sobre a atratividade da profissão para as novas gerações.

Figura 18 – Evolução da estrutura etária dos pescadores matriculados na RAM



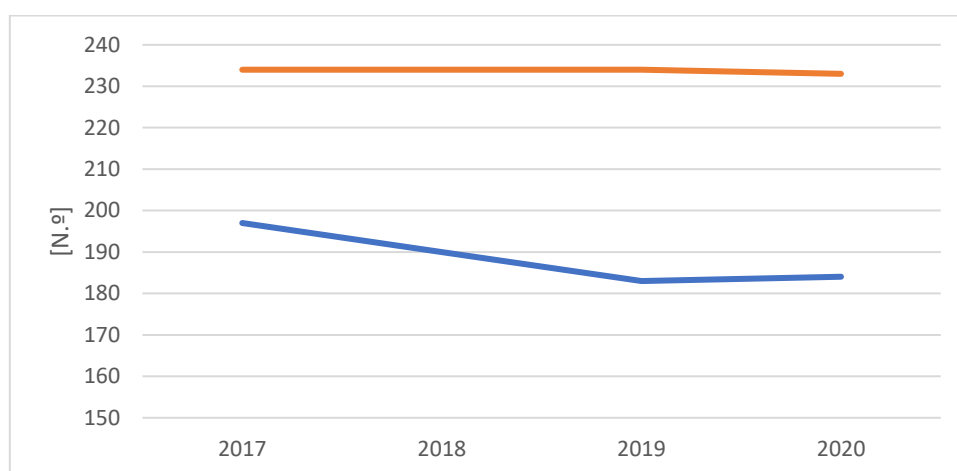
Fonte: DREM

A análise à evolução da estrutura etário dos pescadores matriculados revela que o setor tem conseguido atrair novos profissionais para o setor, promovendo, inclusive, a descida do peso relativo dos pescadores no escalão etário com mais de 55 anos.

Embarcações matriculadas por categoria

O número de embarcações segundo a sua tipologia permite analisar a evolução da atividade em função da tipologia de pesca, sendo que, as embarcações a motor são geralmente utilizadas por profissionais cuja pesca é a atividade principal e as embarcações sem motor são geralmente utilizadas por pescadores que exercem a atividade de forma complementar.

Figura 19 – Evolução do número de embarcações matriculadas por categoria na RAM



Fonte: DREM

A evolução do indicador permite verificar que a tipologia de embarcações sem motor é prevalente em relação às embarcações a motor. O número de embarcações matriculadas sem motor manteve-se relativamente constante, ao contrário do número de embarcações a motor que sofreu uma quebra entre 2017 e 2019 tendo recuperado ligeiramente no ano de 2020.

Capacidade das embarcações de pesca matriculadas por tipologia

A capacidade das embarcações de pesca por categoria permite analisar a evolução da tipologia de pesca sendo que

Tabela 22 – Evolução da capacidade das embarcações de pesca matriculadas por tipologia na RAM

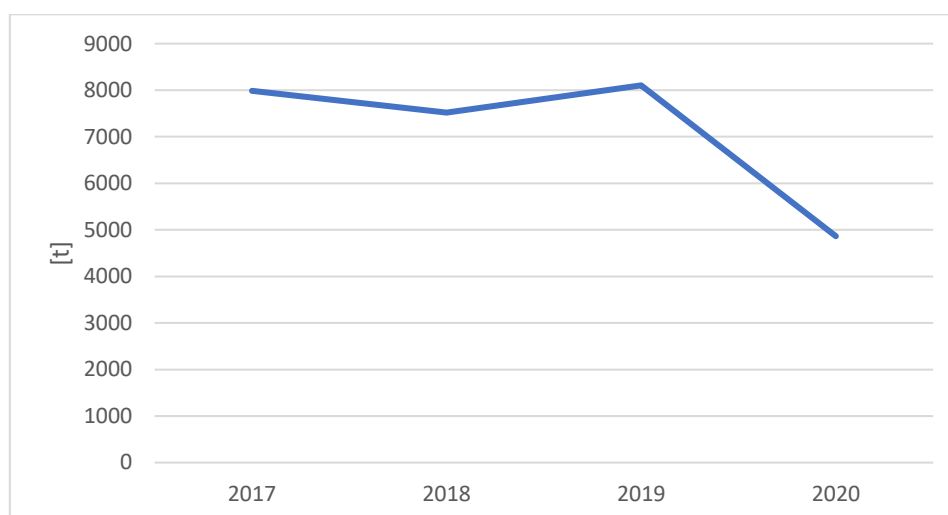
	Embarcações com motor [GT]	Embarcações sem motor [GT]	Total [GT]
2017	3876	108	3984
2018	3697	108	3805
2019	3656	108	3764
2020	3670	107	3777

Fonte: DREM

É possível verificar que as embarcações a motor são claramente responsáveis pela maioria do esforço de pesca. A capacidade conjugada das embarcações a motor teve um comportamento análogo ao indicador anterior.

Capturas nominais de pescado

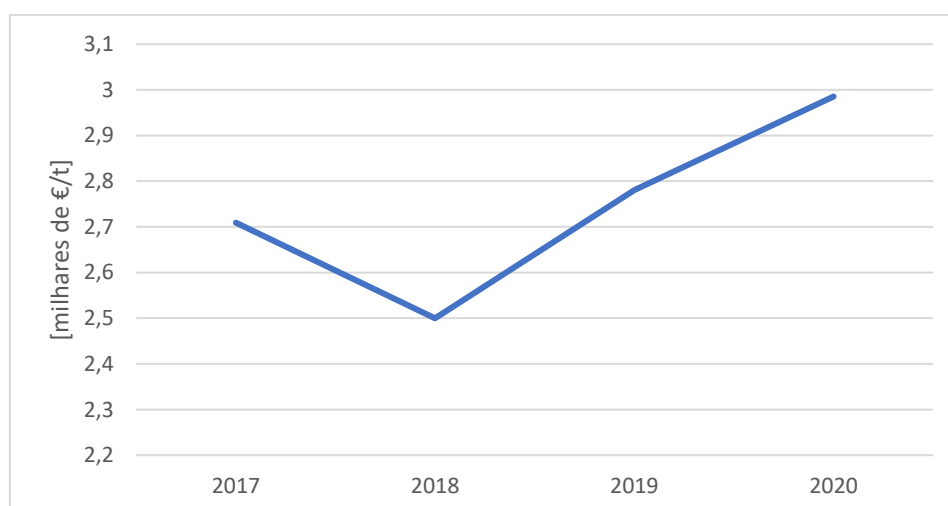
Figura 20 – Evolução do peso das capturas nominais de pescado na RAM



Fonte: DREM

A evolução das capturas manteve-se relativamente constante durante o período de análise com exceção do ano de 2020. A queda em 2020 deve-se às restrições impostas pelo cenário pandémico.

Figura 21 – Evolução do preço por tonelada das capturas nominais de pescado na RAM



Fonte: DREM

A evolução do rendimento por tonelada das capturas nominais em 2018 explica-se pela quebra nas capturas de atum em relação aos restantes anos em análise. As

recuperações nos anos subsequentes explicam-se pelo aumento da captura desta espécie.

Síntese

A avaliação integrada do setor das pescas revela que o setor tem revelado dinamismo e tem inclusive atraído novos profissionais levando a aumentar a preponderância dos escalões etários mais novos. Não obstante, tem se verificado uma diminuição da capacidade da frota de pesca nas embarcações profissionais (a motor) mesmo que o nível de capturas se mantenha relativamente constante.

A continua atividade das embarcações de pesca sem motor revela que o interesse pela pesca se mantém constante junto dos pescadores que exercem atividade de modo secundário e artesanal.

Conclui-se assim que o setor mantém assim importância e vitalidade socioeconómica na RAM.

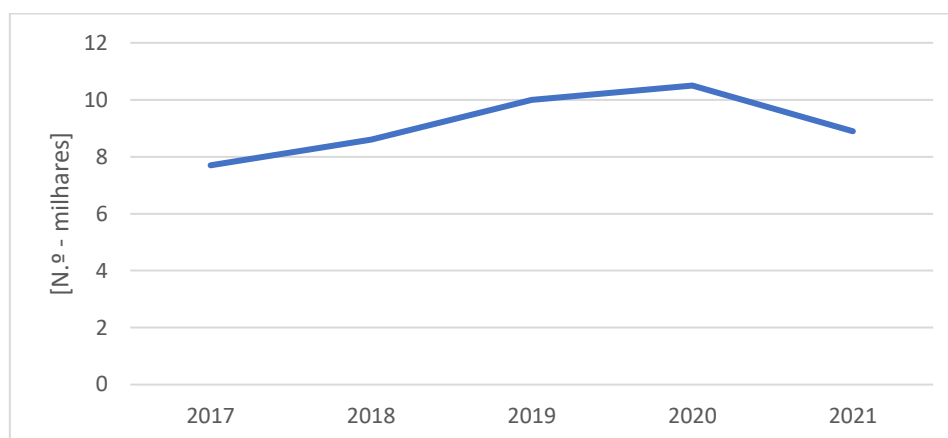
5.2.1.3 Construção

Na década de 90 do século passado o setor da construção e obras públicas assumiu uma grande preponderância socioeconómica na RAM. Esta tendência manteve-se até se registar uma quebra acentuada ditada pela crise financeira de 2013. Debelado o período crítico da crise, o setor reganhou nova pujança embora mais alavancado pela construção privada do que pelas obras públicas como anteriormente.

População empregada no setor da construção

A evolução do volume de emprego na construção é a variável com maior significado socioeconómico no âmbito da avaliação deste FCD.

Figura 22 – Evolução da população empregada no setor da construção na RAM

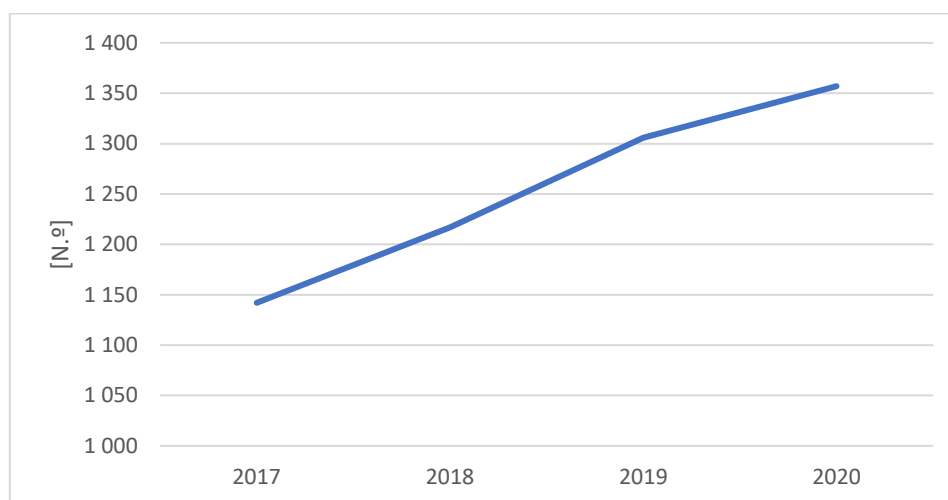


Fonte: DREM

O volume de emprego na construção teve uma evolução crescente que só foi interrompida no ano de 2021. É espectável que a quebra em 2021 seja conjuntural e devido à crise pandémica perspetivando-se um aumento significativo em 2022 devido à alavancagem provocada, principalmente, pela execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

Número de empresas do setor da construção

Figura 23 – Evolução do número de empresas do setor da construção na RAM

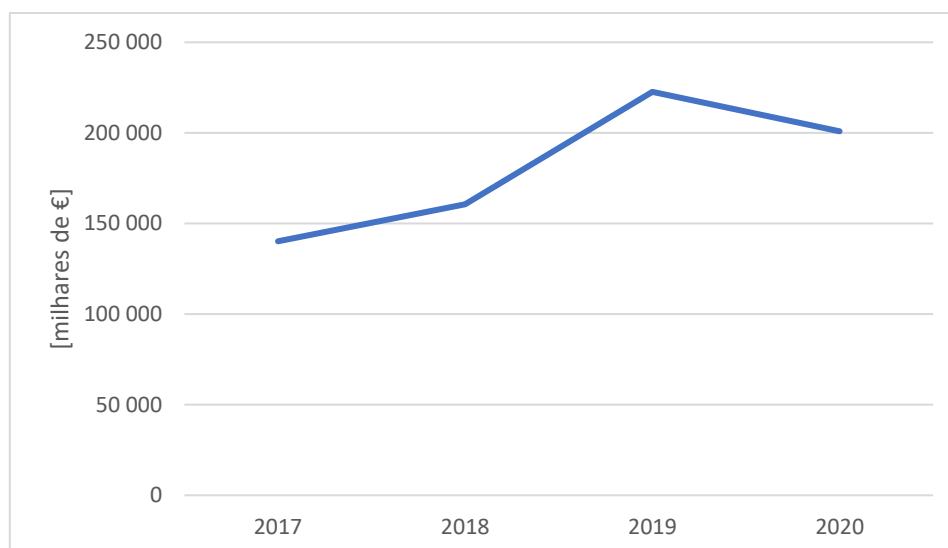


Fonte: DREM

O número de empresas de construção tem tido uma evolução positiva indiciando a vitalidade do setor. Note-se que, apesar de uma ligeira quebra no ritmo de crescimento, o ano de 2020 registou um acréscimo considerável tendo em conta a influência das restrições pandémicas no setor.

VAB do setor da construção

Figura 24 – Evolução do VAB do setor da construção na RAM



Fonte: DREM

O VAB do setor da construção teve um comportamento crescente entre 2017 e 2019 tendo sofrido uma quebra no ano de 2020. Novamente perspectiva-se que a quebra em 2020 deverá ter-se verificado devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19.

Síntese

A análise integrada do setor da construção demonstra que o setor goza de vitalidade ainda que os impactes dos anos fortemente influenciados pela pandemia de COVID-19 tenham se refletido nos principais indicadores do setor.

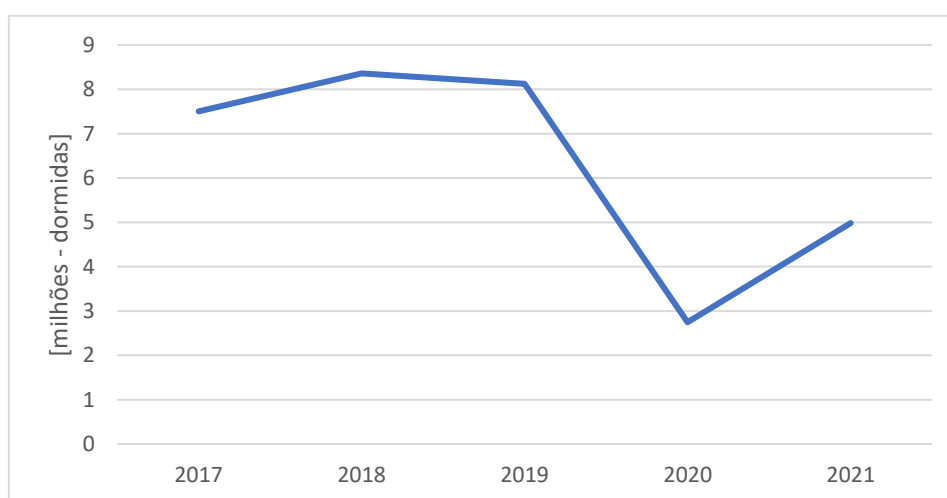
5.2.1.4 Turismo

O turismo é, por larga margem, o grande motor socioeconómico da RAM. A performance deste setor desagua em todos os setores anteriormente analisados pelo que a sua vitalidade é fundamental para a boa saúde socioeconómica de toda a região.

Dormidas em alojamento turístico coletivo

As dormidas em alojamento turístico coletivo é um indicador que permite aferir sobre a procura do Destino como um todo, logo, é um indicador que nos permite avaliar o dinamismo da procura turística na RAM.

Figura 25 – Evolução do número de dormidas em alojamento turístico coletivo na RAM

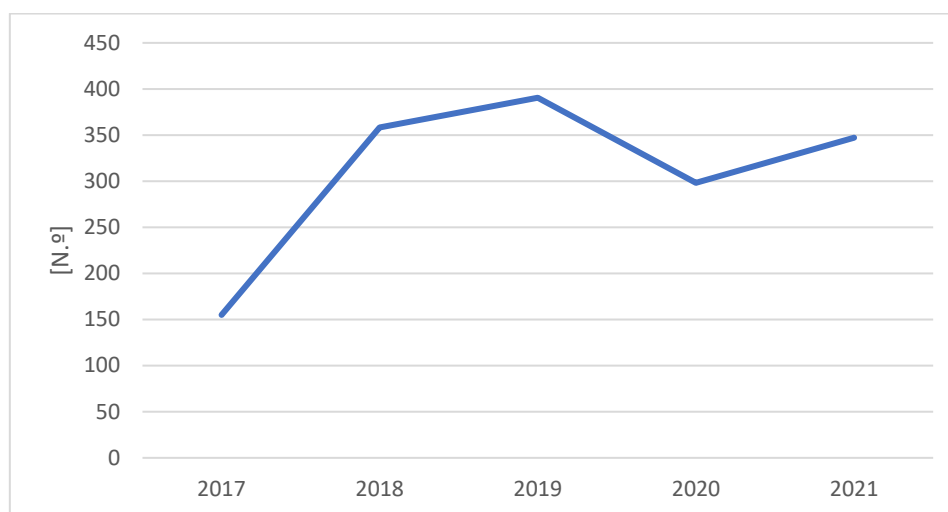


Fonte: DREM

A evolução do número de dormidas permite aferir o impacto da crise pandémica no setor levando a uma quebra muito acentuada entre 2019 e 2020 (-66,2%). No entanto, é visível uma recuperação já substantiva no ano de 2021 e é espetável que 2022 já possa registar valores próximos aos de 2019, uma vez que as taxas de ocupação hoteleira têm registado valores semelhantes ou até superiores a esse ano.

Estabelecimentos de alojamento turístico coletivo em funcionamento

Figura 26 – Evolução do número de estabelecimentos de alojamento turístico coletivo em funcionamento na RAM



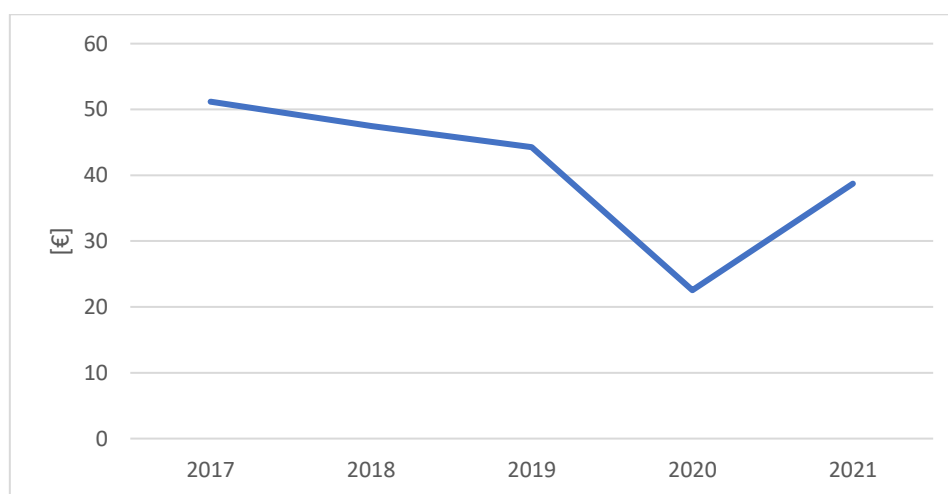
Fonte: DREM

O número de estabelecimentos de alojamento turístico coletivo em funcionamento teve um acréscimo muito significativo entre 2017 e 2018 e continuou a trajetória de crescimento, ainda que com um ritmo menor em 2019. A crise pandémica veio impor uma inversão nesta tendência em 2020, mas já se verificou uma recuperação em 2021. Apesar das circunstâncias é visível a resiliência que o setor demonstrou apesar da quebra verificada no indicador anterior.

RevPAR

O RevPAR corresponde ao rendimento médio por quarto disponível e é um indicador que permite aferir sobre a rentabilidade do alojamento turístico.

Figura 27 – Evolução do RevPAR na RAM



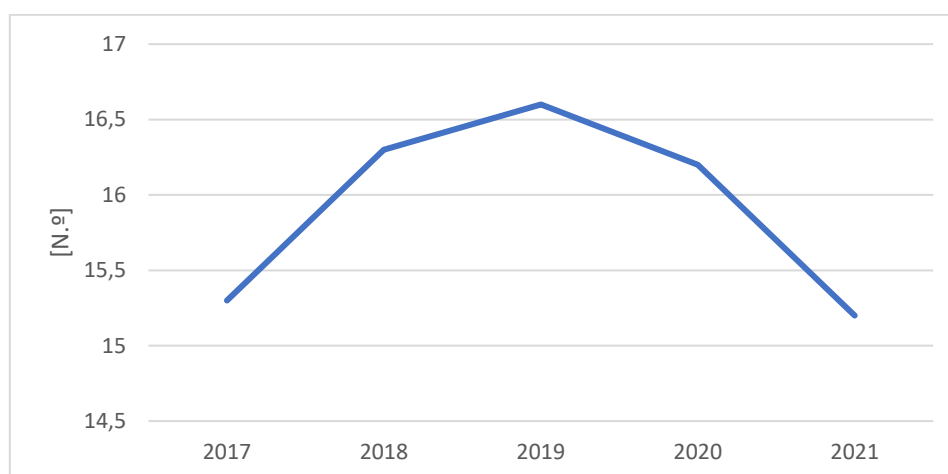
Fonte: DREM

A dinâmica de aumento da oferta hoteleira, visível pelo crescimento acentuado do indicador anterior entre 2017 e 2019, estava colocando pressão sobre o RevPAR médio do setor. Novamente, a crise pandémica impactou consideravelmente este setor, levando a uma quebra acentuada no ano de 2020. No entanto o ano de 2021 já foi de recuperação.

População empregada no setor do Alojamento, restauração e similares

O emprego gerado pelo alojamento, restauração e similares corresponde a uma das componentes do emprego no setor do turismo. Uma outra fatia substancial estará refletida no comércio, mas não é possível distinguir quanto deste emprego se poderá atribuir diretamente ao setor do turismo. No entanto, a evolução do emprego no setor do alojamento, restauração e similares é um indicador fiável sobre o andamento do emprego no setor.

Figura 28 – Evolução da população empregada no setor do Alojamento, restauração e similares na RAM



Fonte: DREM

A evolução do emprego no alojamento, restauração e similares mostrou mais resiliência que a maioria dos indicadores anteriores perante a crise pandémica descendo apenas um pouco abaixo dos valores registados em 2017. Atualmente existe uma escassez de mão-de-obra disponível no setor pelo que é expetável que o indicador vá recuperar em 2022 para níveis pré-pandémicas.

Síntese

A análise integrada do setor turístico permite concluir que apesar dos efeitos devastadores no setor provocados pelas restrições decorrentes da crise pandémica de COVID-19, o setor revelou notável resiliência tanto ao nível dos estabelecimentos comerciais de suporte ao setor, como ao nível do emprego. Estes resultados deverão ser atribuídos às políticas públicas seguidas pelas entidades públicas durante a crise. O esforço público suportado pelo conjunto das entidades públicas durante a crise pandémica permite que o setor esteja a recuperar notavelmente já no ano corrente perspetivando-se que este grande “motor” económico regional volte a impulsionar o crescimento regional no curto prazo.

5.2.1.5 Economia do Mar

Os setores económicos anteriores correspondem aos principais setores económicos tradicionais da RAM. A economia do mar é transversalmente aceite como um dos setores emergentes com maior potencial de afirmação regional pelo que a sua análise é considerada neste FCD. O setor das pescas é uma componente significativa consolidada da economia do mar regional pelo que justificou uma análise separada.

Emprego e remunerações da economia do mar

Os indicadores de emprego e remunerações da economia do mar recolhidos pertencem à Conta Satélite do Mar. Não foi possível recolher dados mais recentes desta série porque aparenta ter sido descontinuada.

Tabela 23 – Evolução do emprego e remunerações da economia do mar na RAM

	Emprego [N.º]	Remunerações [M€]
2016	9868	193,5
2017	11135	222,1

Fonte: DGPM, Conta Satélite do Mar

É possível verificar um aumento significativo em ambos o emprego e remunerações entre o ano de 2016 e 2017 indiciando uma concretização profícua do desígnio mar na RAM. Tanto em 2016 (6 777) com em 2017 (7360), a componente do recreio, desporto, cultura e turismo é claramente dominante no emprego total considerado.

Em 2017, o emprego da economia do mar representou 9,8% do emprego regional total (Portugal - 4,1%) e o peso das remunerações corresponderam a 11,3% do total regional (Portugal - 4,5%)

VAB da economia do Mar

Novamente estes indicadores foram recolhidos através da Conta Satélite do Mar pelo que se referem unicamente aos anos de 2016 e 2017.

Tabela 24 – Evolução do VAB da economia do mar e do seu peso na economia da RAM

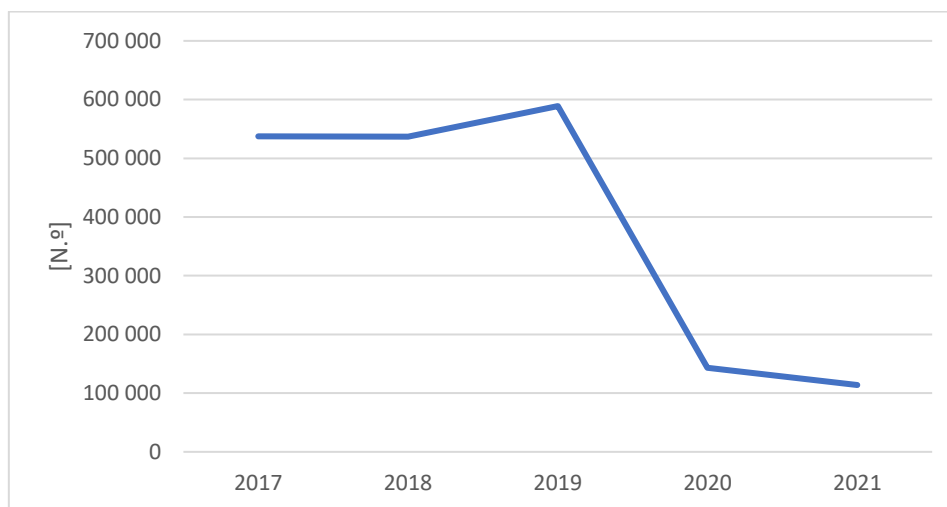
	VAB [M€]	% da Economia Regional
2016	82,2	2,1
2017	106,3	2,5

Fonte: DGPM, Conta Satélite do Mar

A evolução do VAB é consentânea com os indicadores anteriores revelando um crescimento acentuado nos dois anos em análise e um crescente peso na totalidade do VAB (10,8% em 2017) gerado na RAM.

Passageiros em trânsito em navios de cruzeiro

Figura 29 – Evolução do número de passageiros em trânsito em navios de cruzeiro nos portos da RAM



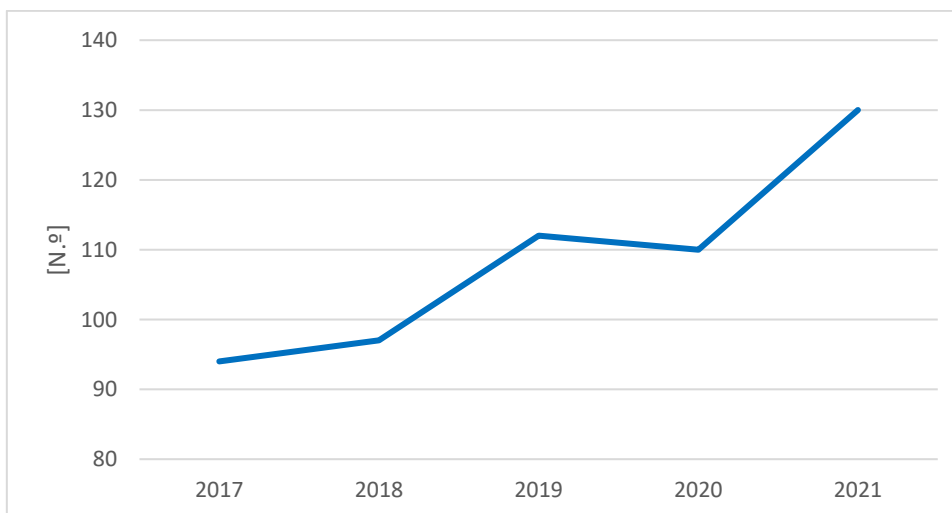
Fonte: DREM

A evolução deste indicador está fortemente condicionada pelas restrições da crise pandémica nos anos de 2020 e 2021. No entanto o Porto do Funchal rivalizou com o Porto de Lisboa nos anos que antecederam a crise pandémica pelo que é expectável que este setor retome a preponderância vivida recentemente.

Setor marítimo-turístico

As empresas de animação marítimo-turísticas têm revelado um crescente dinamismo e os serviços prestados já se constituem como um fator distintivo do Destino Madeira.

Figura 30 – Evolução do número de empresas marítimo turísticas na RAM



Fonte: SRTC

O número de empresas marítimo-turísticas tem registado um crescimento robusto e sustentado. Regista-se que apesar da crise pandémica, a aposta neste setor manteve-

se robusta, apenas com uma ligeira diminuição entre 2019 e 2020, largamente compensada por uma nova subida robusta no ano de 2021.

Movimento de entradas das embarcações de recreio nas marinas regionais

Tabela 25 – Evolução do movimento de entradas das embarcações de recreio nas marinas regionais

	Embarcações	Tripulantes
2017	2 179	7 685
2018	1 963	6 394
2019	2 024	5 557
2020	1 068	2 637
2021	2 020	4 381

Fonte: DREM

A evolução do movimento nas marinas regionais não tem sofrido uma evolução positiva, principalmente no número de tripulantes. Novamente o movimento foi fortemente afetado pela crise pandémica nos anos de 2020 e 2021, tanto no número de embarcações, como no número de tripulantes.

Registo Internacional de Navios

O registo internacional de navios da Madeira (MAR) é uma ferramenta que tem revelado um excelente dinamismo passando de 142 navios de comércio registados em 2010 para 614 navios em 2020. Com uma menor expressão o número de navios de recreio registados no Centro passou de 86 em 2010 para 120 em 2020. Assim, conclui-se que o RINM tem se afirmado como uma ferramenta fundamental e profícua na afirmação da economia do mar da RAM.

Aquicultura

A aquicultura offshore, apesar de ser uma atividade com alguns anos na RAM, é uma atividade que tem ganho crescente preponderância no campo das exportações regionais.

Tabela 26 – Evolução da produção aquícola na RAM

	Produção [t]	Vendas [m€]
2017	376	1 319
2018	590	2 768
2019	1 130	5 149
2020	1 235	6 213
2021	1 566	7 728

Fonte: DREM

A produção aquícola tem verificado um crescimento notável, quer na produção, quer nos proveitos gerados, sendo assim um claro eixo de desenvolvimento regional da economia azul.

Síntese

A análise integrada à economia do mar permite concluir que o setor revela uma pujança assinalável nas suas mais variadas dimensões, mas com especial ênfase para o setor das marítimo-turísticas, do RINM e da aquicultura offshore.

Embora ainda não esteja refletido em informação estatística consolidada, o setor desportivo e de eventos marítimos tem vindo a registar um forte crescimento atraindo um número crescente de participantes locais e de fora da Região. Igualmente, a projeção das temáticas da economia azul no sistema de educação, através de programas como as “Escolas Azuis”, são registos positivos, mesmo que indiretos, da vitalidade da economia do mar regional.

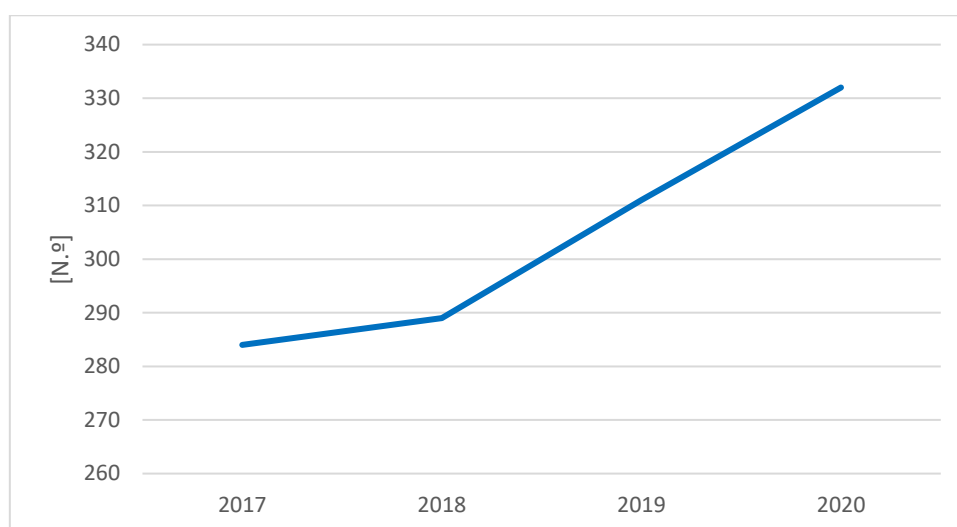
5.2.1.6 TIC

A par do setor da economia do mar, o setor das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) revela elevado potencial de afirmação no contexto socioeconómico regional. O sector TIC está menos exposto aos efeitos da ultraperiferidade pelo que tem um potencial de afirmação superior no contexto da RAM.

O Fator Crítico para a Decisão “I&D+I e Transição Digital” foi analisada a componente da literacia digital e das condições estruturantes para a afirmação regional no campo da Transição Digital. Neste subcapítulo será analisado o setor produtivo da Transição Digital, isto é, o complexo socioeconómico associado a esta atividade.

Número de empresas no setor TIC

Figura 31 – Evolução do número de empresas do setor TIC na RAM



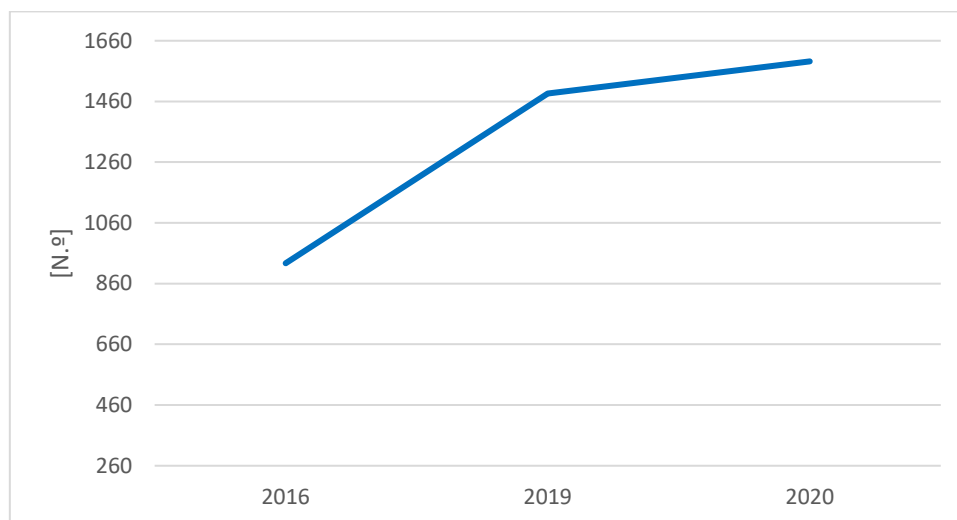
Fonte: DREM

O setor empresarial das TIC tem crescido sustentadamente nos 3 anos em análise, inclusive durante o ano de 2020. O advento do teletrabalho, muito impulsionado devido à crise pandémica, poderá ter favorecido este setor.

Pessoal ao serviço no setor das TIC

Nos três indicadores seguintes não foi possível recolher dados referentes aos anos de 2017 e 2018 pelo que se analisará os anos de 2016, 2019 e 2020.

Figura 32 – Evolução do pessoal ao serviço no setor das TIC

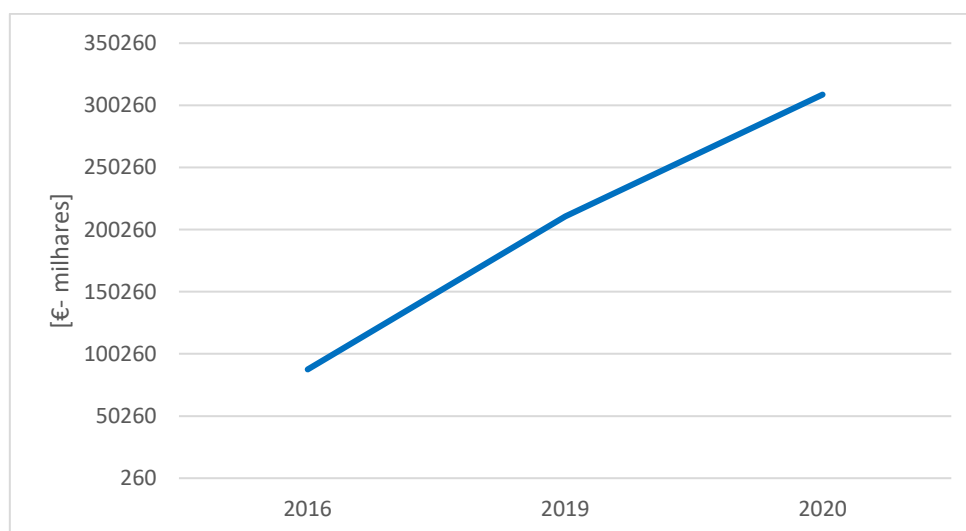


Fonte: DREM

O pessoal ao serviço no setor das TIC tem vindo a crescer sustentadamente nos últimos anos registando-se um crescimento de 71,1% entre 2016 e 2020, a que corresponde uma média anual de 17,9%. Entre 2019 e 2020, apesar da crise pandémica, o pessoal ao serviço nas TIC cresceu 7,1%.

Volume de negócios do setor TIC

Figura 33 – Evolução do volume de negócios do setor TIC na RAM

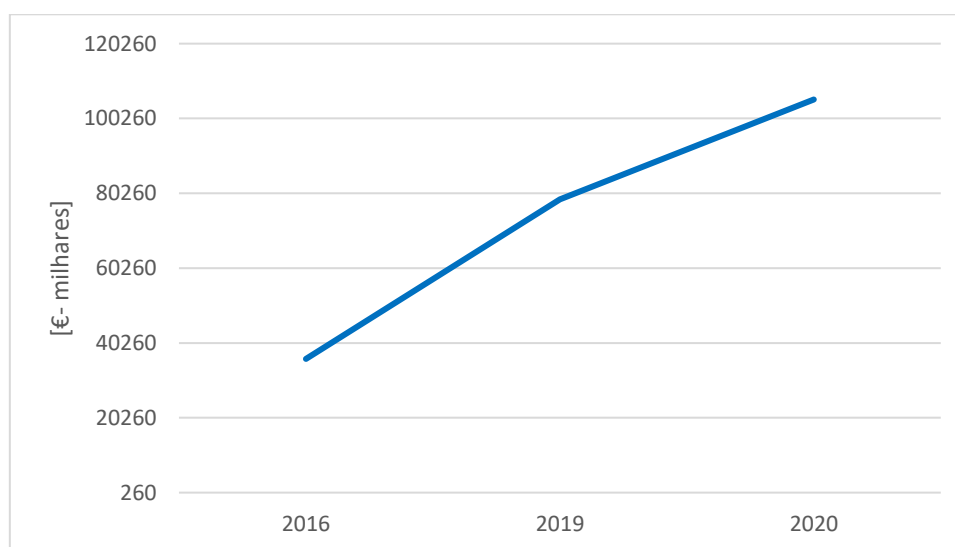


Fonte: DREM

O volume de negócios do setor das TIC registou um comportamento muito positivo entre 2016 e 2020 compondo um crescimento agregado de 252%, a que corresponde uma média anual de 63%. Entre 2019 e 2020 o crescimento registado foi de 46,4%.

VAB do setor das TIC

Figura 34 – Evolução do VAB do setor das TIC na RAM



Fonte: DREM

O VAB teve um comportamento análogo ao indicador anterior verificando um crescimento agregado de 192,6% entre 2016 e 2020, correspondendo a uma média anual de 48,1%. O crescimento entre 2019 e 2020 foi de 33,9%.

Síntese

A análise agregada do setor das TIC revelou um crescimento pujante nos diferentes indicadores analisados, inclusive durante a crise pandémica, expressa nos indicadores referentes a 2020. O setor das cimentou-se como uma alavanca económica regional e deverá continuar a contribuir positivamente para o crescimento económico regional no curto/médio prazo

5.2.2 Matriz SWOT

Tabela 27 – Matriz SWOT referente ao FCD “Cadeias de Valor”

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica empresarial nos setores económicos emergentes da economia azul e das TIC • Resiliência do setor turístico perante choques externos como verificado com a pandemia de COVID-19 • Setor das pescas tem verificado uma boa renovação geracional • Elevada dinâmica e resiliência do setor da construção 	<ul style="list-style-type: none"> • PME com elevada orientação para o mercado interno e reduzida capacidade financeira do tecido empresarial regional • Orografia da ilha da Madeira e exiguidade do território da ilha do Porto Santo limitam o desenvolvimento do setor da agricultura • Excessivo parcelamento da propriedade rural e fraca dinâmica associativa • Carácter ultraperiférico da RAM dificulta o setor das exportações • Operacionalidade do aeroporto do Funchal coloca dificuldades acrescidas ao setor do turismo
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial dos setores emergentes da economia azul e das TIC • A reindustrialização da Europa • A segurança como ativo diferenciador no setor turístico • O advento do teletrabalho e dos nómadas digitais • A agricultura 4.0 como fator de mitigação dos constrangimentos naturais da RAM • As novas redes 5G como potenciadoras de novas oportunidades no campo das TIC 	<ul style="list-style-type: none"> • O conflito no leste europeu e a ameaça de crise económica subsequente • Excessiva dependência económica do setor turístico • O despovoamento dos territórios mais rurais • O elevado custo de vida e a fraca acessibilidade à habitação

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Tabela 28 - Internalização da Matriz SWOT no PR Madeira 2030, nos PO Temáticos e no PRR no FCD “Cadeias de Valor”

SWOT	Prioridades PR Madeira								
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C
Pontos Fracos									
PME com elevada orientação para o mercado interno e reduzida capacidade financeira do tecido empresarial regional									
Orografia da ilha da Madeira e exiguidade do território da ilha do Porto Santo limitam o desenvolvimento do setor da agricultura									
Excessivo parcelamento da propriedade rural e fraca dinâmica associativa									
Carácter ultraperiférico da RAM dificulta o setor das exportações									
Operacionalidade do aeroporto do Funchal coloca dificuldades acrescidas ao setor do turismo ²									
Pontos Fortes									
Dinâmica empresarial nos setores económicos emergentes da economia azul e das TIC									
Resiliência do setor turístico perante choques externos como verificado com a pandemia de COVID-19									
Setor das pescas tem verificado uma boa renovação geracional									
Elevada dinâmica e resiliência do setor da construção									
Ameaças									
O conflito no leste europeu e a ameaça de crise económica subsequente									
Excessiva dependência económica do setor turístico									
O despovoamento dos territórios mais rurais									
O elevado custo de vida e a fraca acessibilidade à habitação									
Oportunidades									
Elevado potencial dos setores emergentes da economia azul e das TIC									

² Os investimentos conducentes à melhoria da operacionalidade do aeroporto da Madeira estão previstos no âmbito do orçamento próprio da ANAC.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

SWOT	Prioridades PR Madeira								
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C
A reindustrialização da Europa									
A segurança como ativo diferenciador no setor turístico									
O advento do teletrabalho e dos nómadas digitais									
A agricultura 4.0 como fator de mitigação dos constrangimentos naturais da RAM									
As novas redes 5G como potenciadoras de novas oportunidades no campo das TIC									

Legenda:

	Considerado /Internalizado/ mitigado/ potenciado		Não considerado/ Internalizado/ mitigado/ potenciado		Âmbito de PO Temático		Âmbito do PRR		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável/ Sem relação
--	--	--	--	--	-----------------------	--	---------------	--	--------------------------------------	--	----------------------------

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

5.2.3 Identificação de Efeitos

Tabela 29 – Matriz de Identificação e avaliação dos impactes do PR Madeira 2030 no FCD “Cadeias de Valor”

Cadeias de Valor								
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes						
1A	RSO1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	A I&I contribui ativamente para o desenvolvimento económico pelo que afetará positivamente este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	i	m	m/l	sn	p
	RSO1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas	A digitalização contribui para o crescimento do setor das TIC e para a alavancagem da maioria dos outros setores económicos pelo que afetará positivamente este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	d	e	c/m	c	p
	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	O apoio às PME afetará positivamente e decisivamente este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	d	e	c/m	c	P
	RSO1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	O desenvolvimento de competências no campo da especialização inteligente potenciará o desenvolvimento económico pelo que afetará positivamente este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	i	m	m/l	sn	p
2A	RSO2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	A promoção da eficiência energética tornará o tecido empresarial menos dependente da fatura energética pelo que afetará positivamente este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	i	l	m/l	sn	p
	RSO2.5 - Promover o acesso e a gestão sustentável da água	A gestão eficiente da água potenciará a segurança no abastecimento pelo que afetará positivamente este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	i	l	m/l	sn	p
	RSO2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	A promoção da economia circular tornará o tecido económico mais eficiente pelo que impactará positivamente este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	i	l	m/l	sn	p
	RSO2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	A preservação do património natural e da biodiversidade concorre positivamente para a afirmação do turismo pelo que impacta positivamente este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	d	m	c/m	c	p
2B	RSO2.8. - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			0					
3A	RSO3.1 - Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal	A capacitação das infraestruturas portuárias concorre positivamente para a potenciação da economia do mar pelo que impactará positivamente este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	d	m	c/m	c	p

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

<i>Cadeias de Valor</i>							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
4A	RSO3.2 - Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local, sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo um melhor acesso à RTE-T e à mobilidade transfronteiriça	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	RSO4.5 - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família de proximidade	A promoção da saúde concorre para o reforço do destino Madeira como destino seguro pelo que impactará positivamente este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	c/m	sn	p
	RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e inovação social	A promoção do turismo e da cultura impactam positivamente este FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	e	c/m	c	p	
	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	A promoção do acesso ao emprego impacta positivamente este FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	m	c/m	c	p	
	ESO4.4 - Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, um envelhecimento ativo e saudável, bem como um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado, que aborde os riscos para saúde	A promoção do envelhecimento ativo e a adaptação dos trabalhadores impacta positivamente este FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	m	c/m	c	p	
	ESO4.6 - Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência	A promoção da igualdade de acesso à educação nos seus diversos níveis promove a qualificação da população pelo que impactará positivamente este FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	i	l	m/l	sn	p	
	ESO4.7 - Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional	A promoção da aprendizagem ao longo da vida promove a requalificação do tecido laboral impactando positivamente este FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	i	l	m/l	sn	p	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

<i>Cadeias de Valor</i>							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
4B	<p>ESO4.8 - Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos</p> <p>ESO4.11 - Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados para as crianças e grupos desfavorecidos</p>	A promoção da inclusão ativa e a empregabilidade impactará positivamente este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
4B	<p>ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social</p>	A promoção do emprego jovem concorre positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	m	c/m	c	p
5A	<p>RSO5.1- Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas</p>	Os TIT Funchal e Porto Santo impactaram positivamente este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	m	c/m	c	p
1R	<p>RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo</p>	O apoio às empresas no âmbito do caráter RUP impacta positivamente este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	e	c/m	c	p
4C	<p>ESO4.13 - Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social</p>	O combate à privação material promove a inclusão social dos grupos desfavorecidos impactando positivamente este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p

Legenda:

Sinal (S): positivo (+) | neutro (0) | negativo (-); **Incidência (I):** direta (d) | indireta (i); **Magnitude (M):** elevada (e) | moderada (m) | ligeira (l); **Dimensão Temporal (D.T.):** curto (c) | médio (m) | longo (l); **Efeito (E):** cumulativo (c) | | sinérgico (sn); **Duração (D):** permanente (p) | temporário (t)

Síntese

Em síntese o PR contribuirá muito significativamente e transversalmente para o crescimento económico das cadeias de valor tradicionais e emergentes.

5.2.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030

A economia regional é dominada por um tecido económico dominado pelas PME. Uma porção considerável das PME recorre a linhas de financiamento proporcionadas pelo Programa Regional, nomeadamente as disponibilizadas pelos sistemas de incentivo geridos pelo IDE. A cenarização aplicada implicaria que os Objetivos Específicos RSO1.3, alavancado pelas prioridades 1A e 1R, especialmente modelados para o apoio ao tecido económico regional e às PME, não estariam disponíveis. Seria assim provável que houvesse um arrefecimento geral da atividade económica, seja pela internalização dos custos da ultraperiféricidade apoiadas na prioridade 1R, seja pela inexistência de um instrumento que alavancasse o crescimento e empreendedorismo (também aplicável ao RSO1.4).

Os setores da economia do mar, incluindo o setor das pescas, e da agricultura, têm fundos próprios (FEADER e FEAMPA) que ajudariam a navegar o cenário de ausência do PR Madeira 2030 de forma mais resiliente do que o restante setor económico regional. Não obstante, os fundos elencados, não seriam, na generalidade, suficientes para impedir os impactos setoriais, seja pela sua abrangência e especificidade, quer pelo efeito de contágio recessivo provocado pela depressão económica dos restantes setores.

Estando o setor do turismo menos exposto às dinâmicas internas e mais dependente da procura externa, seria, previsivelmente, o setor que maior resiliência apresentaria perante o cenário aplicado.

5.2.5 Recomendações

- a) Ponderar debelar a inconsistência estatística sobre o setor da economia do mar promovendo a desagregação dos impactos da execução do Programa Regional sobre este setor.

5.3 Energia, Clima e Mobilidade Sustentável

5.3.1 Situação de Referência

5.3.1.1 Energia Sustentável

O campo da Energia Sustentável pretende avaliar as dimensões da promoção da Eficiência Energética na RAM, vetor fundamental para a definição de um mercado interno regional de energia sustentável.

O conceito de eficiência remete para a medição da proporção de recursos utilizados para alcançar um determinado objetivo. Assim, a avaliação da sustentabilidade do uso da energia está alicerçada na forma como a energia é utilizada para atingir os objetivos inerentes à sua utilização.

Intensidade energética no Produto Interno Bruto (PIB)

O crescimento económico está comumente associado ao aumento do consumo de bens e serviços, que por sua vez, está associado ao aumento do consumo de energia. A medição da intensidade energética permite dissociar o aumento do poder de compra do correspondente aumento do consumo de energia, sendo assim, um indicador adequado para medir a eficiência na utilização de energia.

A forma mais comum de medir a intensidade energética no PIB utiliza o rácio entre a procura de energia primária e o Produto Interno Bruto (PIB). Outra forma de medir a intensidade energética no PIB utiliza o rácio entre a procura final de energia e o PIB. Esta última forma de medição permite uma análise mais eficaz da utilização da energia por parte dos consumidores porque retira a influência da evolução da eficiência nos processos de produção e distribuição de energia da composição do indicador e permite desagregar os consumos por setores de atividade. Para efeitos desta análise será utilizada as duas formas de medição.

Tabela 30 –Evolução da Intensidade Energética no PIB, medida através da procura de energia primária, na RAM

	Procura de Energia Primária [tep]	PIB [M€]	Intensidade Energética no PIB [tep/M€]
2017	359242	4784	75,09
2018	356788	4940	72,22
2019	378642	5126	73,87
2020	317503	4462	71,16

Fonte: DGEG, INE

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

A análise da evolução da Intensidade Energética no PIB, medida através da procura de energia primária, permite concluir que a eficiência no consumo de energia primária tem aumentado nos quatro anos em análise apesar da inflexão registada entre 2018 e 2019.

A procura de energia final³ é composta, simplificada, pela energia que é disponibilizada aos utilizadores finais.

Tabela 31 – Evolução da Intensidade Energética no PIB, medida através da procura de energia final, na RAM

	Procura de Energia Final [MWh]	PIB [M€]	Intensidade Energética no PIB [MWh/M€]
2017	2 922 491	4784	610,87
2018	2 930 934	4940	593,29
2019	2 975 570	5126	580,47
2020	2 449 511	4462	548,96

Fonte: DGEG, INE

A análise cruzada das duas formas de medição da intensidade energética no PIB permite verificar que, embora ambas apresentem um sentido geral descendente, não se verifica a inflexão verificada na forma de cálculo que utiliza a energia primária para a composição do indicador. Uma análise mais fina ao Balanço Energético dos anos de 2018 e 2019 permite verificar que esta diferença se deve, maioritariamente, a uma diminuição significativa na produção hidroelétrica no ano de 2019 e a um consequente aumento significativo na utilização dos produtos petrolíferos e gás natural para a eletroprodução (processos electroprodutores menos eficientes na conversão de energia primária em energia final) e a um aumento na utilização de asfalto em 2019 (contabilizado para o cálculo da procura de energia primária).

Tabela 32 – Evolução da Intensidade Energética no PIB, medida através da procura de energia final, na RAM, por setor de atividade.

	Intensidade Energética no PIB [MWh/M€]			
	2017	2018	2019	2020
Agricultura e Pescas	8,28	8,84	14,24	11,80
Indústrias Extrativas	0,59	0,87	0,87	1,16
Indústrias Transformadoras	13,62	14,37	13,78	16,33
Construção e Obras Públicas	17,16	19,67	17,40	16,13
Transportes	347,79	331,54	322,35	287,33
Setor Doméstico	88,85	89,94	85,43	101,85
Serviços	134,58	128,08	126,42	114,37

Fonte: DGEG, INE

Tabela 33 – Evolução da procura de energia final, na RAM, por setor de atividade

³ Por sugestão da AREAM o cálculo da procura de energia final inclui as seguintes fontes: GPL, Gasolinas, Jets, Gasóleo, Fuelóleo, Gás Natural, Hidroeletricidade, Eólica, Fotovoltaica, Resíduos NR, Lenhas e Resíduos vegetais e RSU. Utilizou-se a unidade [MW] em vez de [tep] por ser a mais comumente utilizada no panorama internacional.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

	Procura de Energia Final [MWh]			
	2017	2018	2019	2020
Agricultura e Pescas	39611,78	43659,02	72989,88	52649,01
Indústrias Extrativas	2814,46	4291,47	4454,29	5186,98
Indústrias Transformadoras	65174,52	70989,52	70652,25	72861,95
Construção e Obras Públicas	82072,91	97157,02	89167,21	71966,44
Transportes	1663845,95	1637783,12	1652367,14	1282067,94
Setor Doméstico	425076,5	444289,26	437916,02	454465,51
Serviços	643825,17	632706,89	648023,6	510312,77

Fonte: DGEG, INE

A decomposição deste indicador pelos setores de atividade permite verificar que o decréscimo na intensidade energética no PIB é liderado, principalmente, pelo setor dos transportes, dada a sua prevalência na procura de energia final. O setor dos serviços também apresenta uma contribuição significativa para o comportamento descendente do indicador, sendo igualmente, o segundo setor com maior contributo para a procura de energia final. O setor doméstico e da construção e obras públicas apresentam uma trajetória pouco clara e os restantes setores, ligados ao setor primário e secundário, apresentam trajetórias de aumento na intensidade energética no PIB. É importante salientar que este indicador não é sensível à produtividade dos setores não sendo assim possível inferir sobre a maior ou menor eficiência dos mesmos. No entanto, tendo o setor dos serviços, que é dominado pelo setor prevalente do turismo, verificado um crescimento sustentado entre 2017 e 2019, é razoável inferir que o mesmo terá tido incrementos na eficiência energética.

Registe-se ainda que o ano de 2020, dominado pelo advento da pandemia de COVID 19, veio alterar significativamente as dinâmicas de procura de energia final nos diversos setores sendo especialmente visíveis no decréscimo de procura de energia final no setor dos transportes, dos serviços, da construção e obras públicas e da agricultura e pescas e no aumento, mesmo que algo ligeiro, no setor doméstico e na indústria transformadora. Registe-se ainda um acréscimo significativo na procura de energia final no setor da indústria extrativa neste ano.

Intensidade energética não renovável do consumo doméstico

O edificado tem sido alvo de um conjunto de ações que visam a promoção das soluções solares passivas e das energias renováveis não elétricas. Estas medidas pretendem promover ao máximo a redução dos impactes no ambiente através da imposição a todos os Estados Membros (EM) de regras legais que reduzam cada vez mais a utilização de energia fóssil na climatização dos edifícios, através de:

- Redução das necessidades energéticas dos edifícios;
- Utilização primordial de fontes de energias renováveis nos edifícios.

Paralelamente, os Regulamentos de Etiquetagem Energética têm vindo a privilegiar um conjunto de produtos destinados ao consumidor final pretendo “premiar” os produtos mais eficientes no mercado.

Não sendo possível desagregar os consumos energéticos do edificado pela tipologia de utilização (Habitação, Serviços, Industriais, etc.), considera-se que a análise energética do setor doméstico, que incide quase exclusivamente sobre os edifícios de habitação, compõe uma amostra representativa do edificado.

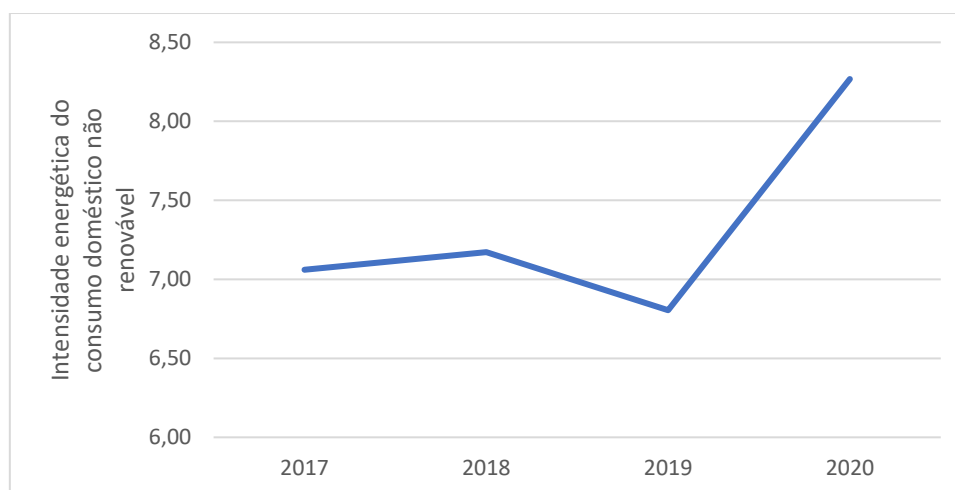
Interessa assim enquadrar a evolução do consumo de gás, eletricidade e gasóleo no setor doméstico de forma a avaliar a evolução do consumo final de energia não renovável em função do PIB.

Tabela 34 – Evolução da intensidade energética do consumo doméstico não renovável

	GPL [tep]	Gasóleo [tep]	Eletricidade [tep]	Total parcial [tep]	PIB [M€]	Intensidade energética [tep/M€]
2017	12969	36	20771	33776	4784	7,06
2018	13323	32	22073	35428	4940	7,17
2019	12895	18	21967	34880	5126	6,80
2020	13604	1	23286	36891	4462	8,27

Fonte: DGEG, INE

Figura 35 - Evolução da intensidade energética do consumo doméstico não renovável



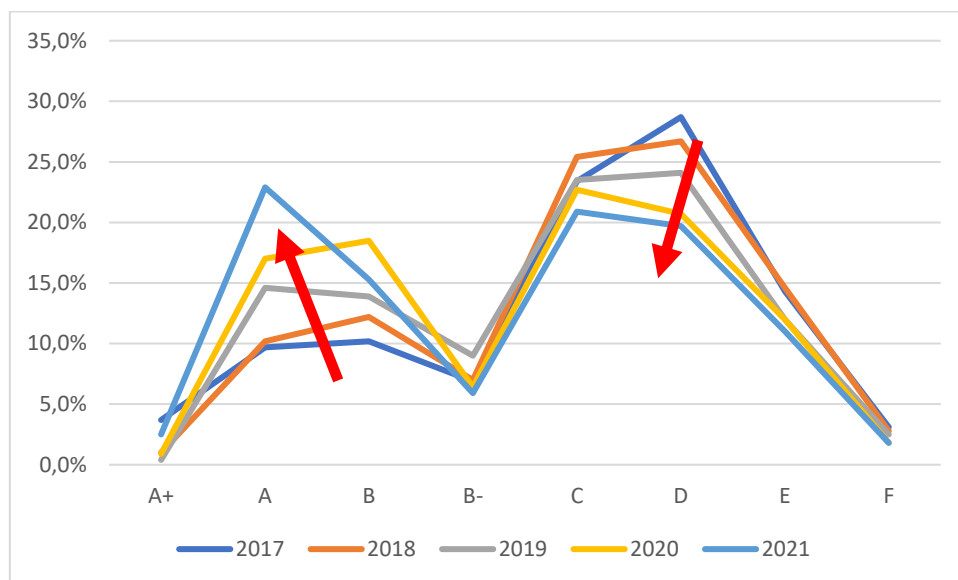
Na análise da evolução deste indicador ressalta o aumento significativo do consumo de gás e eletricidade no ano de 2020. Este ano está claramente condicionado pelos efeitos dos confinamentos e da implementação das modalidades de teletrabalho inerentes à pandemia de COVID 19.

O triénio 2017/2019 aparenta indiciar uma diminuição no indicador que será coerente com as políticas públicas promovidas já aludidas.

Certificação energética de edifícios

A certificação energética de edifícios é um indicador que nos permite avaliar a evolução da eficiência energética do edificado da RAM.

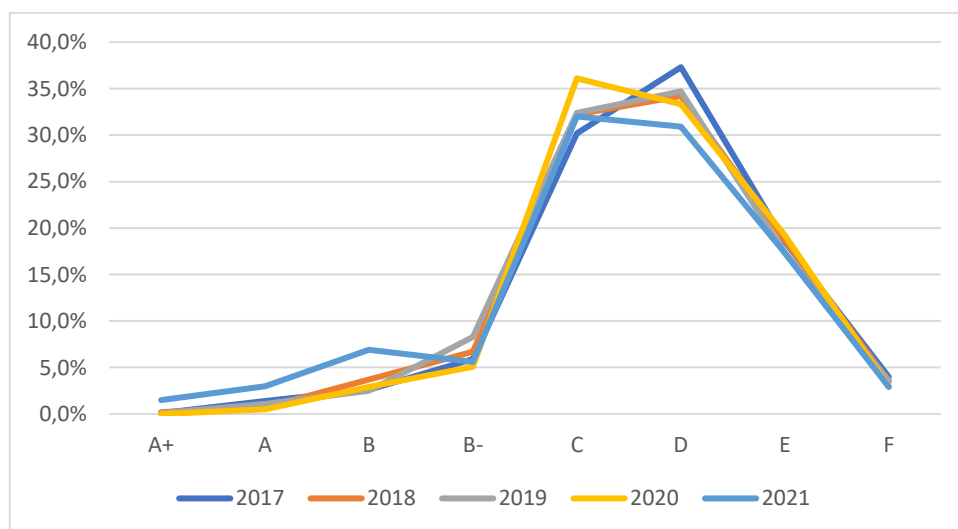
Figura 36 – Evolução dos certificados energéticos emitidos para edifícios na RAM.



Fonte: SCE

A evolução da certificação energética dos edifícios está dividida em dois grandes grupos de classe energética. Um primeiro grupo, com certificação maior ou igual a B e um segundo grupo, com certificação menor ou igual a C. A evolução durante os últimos cinco anos permite identificar uma tendência de maior prevalência dos certificados do primeiro grupo e aumento relativo dos certificados com nível A e uma menor prevalência dos certificados do segundo grupo e um aumento relativo dos certificados com nível C. Os dados permitem concluir que há uma clara tendência para a melhoria do desempenho energético do edificado.

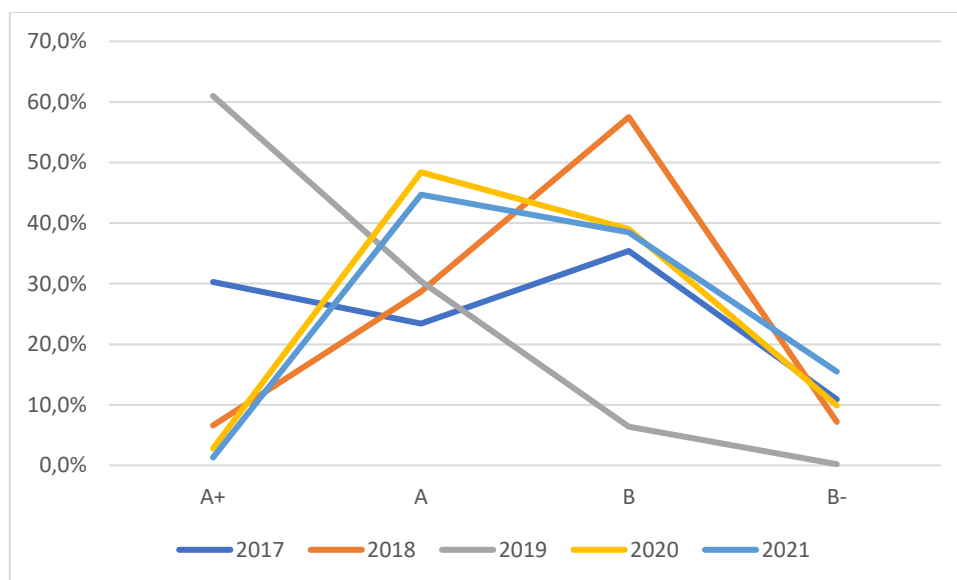
Figura 37 – Evolução dos certificados energéticos emitidos para edifícios existentes na RAM.



Fonte: SCE

A figura em cima permite verificar que o edificado existente constitui o grande grupo com menor desempenho energético na totalidade dos certificados energéticos emitidos.

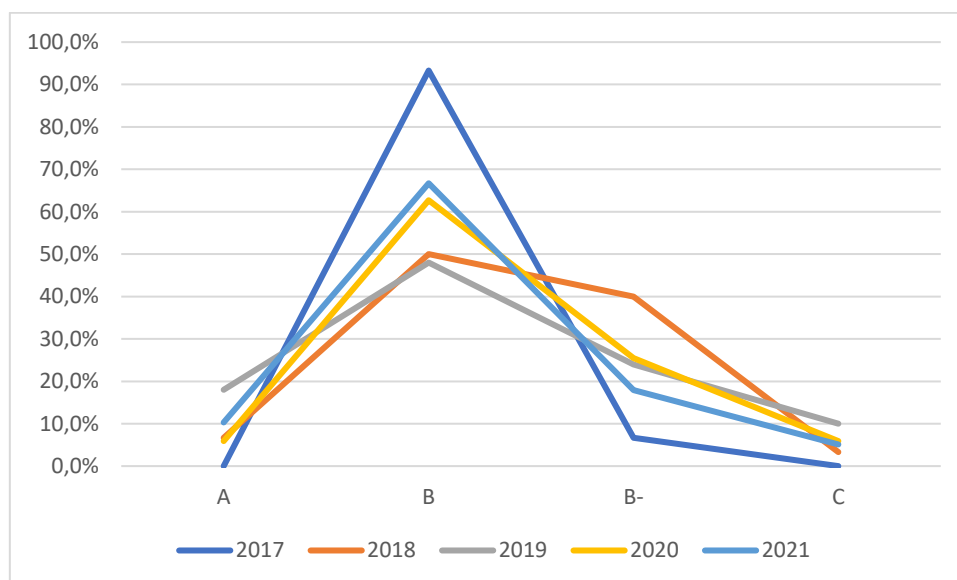
Figura 38 – Evolução dos certificados energéticos emitidos para edifícios novos na RAM.



Fonte: SCE

A certificação energética de edifícios novos, limitada a classes superiores a B-, apresenta uma evolução para as certificações de classe A.

Figura 39 – Evolução dos certificados energéticos emitidos para edifícios renovados concluídos na RAM.



Fonte: SCE

A certificação energética dos edifícios renovados concluídos permite concluir que a certificação energética prevalente é a classe B embora se note uma tendência para o aumento da certificação de classe A nos últimos cinco anos e uma diminuição relativa das classes energética C e B-.

A análise agregada da evolução da certificação energética do edificado nos últimos cinco anos permite concluir que há um salto qualitativo significativo no comportamento energético do edificado proporcionado pelo quadro regulatório em vigor mesmo que se mantenha ainda uma prevalência de edifícios com fraco desempenho energético no edificado mais antigo.

Síntese

A análise integrada dos indicadores de energia sustentável do consumo doméstico revela a evolução positiva na eficiência como a energia é utilizada na RAM. A liderar os trajetos positivos está o setor dos transportes. Sendo o setor dos transportes dominante no consumo de energia final, acaba por mascarar progressões menos positivas na intensidade energética no PIB setorial, como sejam as referentes ao setor primário e secundário.

A intensidade energética não renovável revela uma distorção considerável atribuível aos confinamentos, e ao conseqüente advento do teletrabalho, desencadeados em virtude da crise pandémica. É necessário relevar que o acréscimo de energia do setor doméstico em 2020 acaba refletido na depressão do consumo de outros recursos energéticos setoriais, com especial relevância para o consumo de combustíveis fósseis para o setor automóvel.

Um importante contributo dado para o aumento da eficiência energética no setor doméstico é dado pela reconversão do edificado. O enquadramento legislativo em vigor tem resultado na progressão da prevalência das classes de eficiência energética mais elevadas em virtude da construção de novos edifícios mais eficientes, e da reconstrução/reabilitação de edifícios.

5.3.1.2 Energia Renovável

A utilização de energias renováveis são hoje uma realidade consolidada em todo o espaço regional, nacional, europeu e mundial. A promoção da utilização das energias renováveis, nas suas mais variadas formas, é uma pedra angular no combate às alterações climáticas.

A utilização de energias renováveis no contexto da ultraperifericidade (efeito de ilha energética) impõe um conjunto de desafios suplementares aos desafios decorrentes da adoção das energias renováveis. Devido à exiguidade do mercado energético regional, à inexistência de barragens hidroelétricas e à falta de interconexões que permitam as trocas energéticas com sistemas exteriores, os diagramas de carga tornam-se demasiado suscetíveis à variabilidade da produção renovável o que dificulta a penetração destas energias no contexto electroprodutor. Estes desafios têm sido alvo de projetos inovadores (ex.: Projeto de Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta e Central de Baterias do Porto Santo) que procuram incrementar soluções que permitam a retenção de energia renovável e posterior harmonização da sua utilização nas horas de maior procura. No entanto, permanecem desafios substanciais neste paradigma, quer ao nível técnico, quer ao nível da captação dos recursos financeiros necessários para a ultrapassagem destes desafios.

A RAM estabeleceu recentemente, por via do Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima da RAM (PAESC), as seguintes metas para a utilização dos recursos energéticos renováveis na Região.

Tabela 35 – Metas para a utilização de recursos energéticos renováveis para a RAM, nos horizontes de 2030 e 2050.

Indicadores	2030	2050
Participação dos recursos energéticos renováveis na procura de energia primária	20%	60%
Participação dos recursos energéticos renováveis na produção de eletricidade	63%	95%

Fonte: PAESC

Participação dos recursos energéticos renováveis na procura de energia primária

A composição dos recursos energéticos renováveis utilizados neste indicador, de acordo com a Direção Geral de Energia e Geologia, inclui os recursos renováveis utilizados no setor electroprodutor (Hidroeletricidade, Eólica e Fotovoltaica) e os recursos energéticos renováveis não elétricos (Resíduos não renováveis, solar térmico, lenhas e resíduos vegetais, resíduos sólidos urbanos e bombas de calor). A fração de resíduos contabilizados nos recursos energéticos não elétricos correspondem aos que foram alvo de valorização energética.

Tabela 36 – Evolução da participação dos recursos energéticos renováveis na procura de energia primária na RAM

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

	Total de eletricidade renovável [tep]	Renováveis sem eletricidade [tep]	Procura de energia primária [tep]	Recursos renováveis na procura de energia primária [tep]
2017	17089	19197	359242	10,1%
2018	20048	19969	356788	11,2%
2019	15098	22041	378642	9,8%
2020	15512	18803	317503	10,8%

Fonte: DGEG, INE

A evolução do indicador não revela uma evolução positiva e convergente com as metas estabelecidas no PAESC.

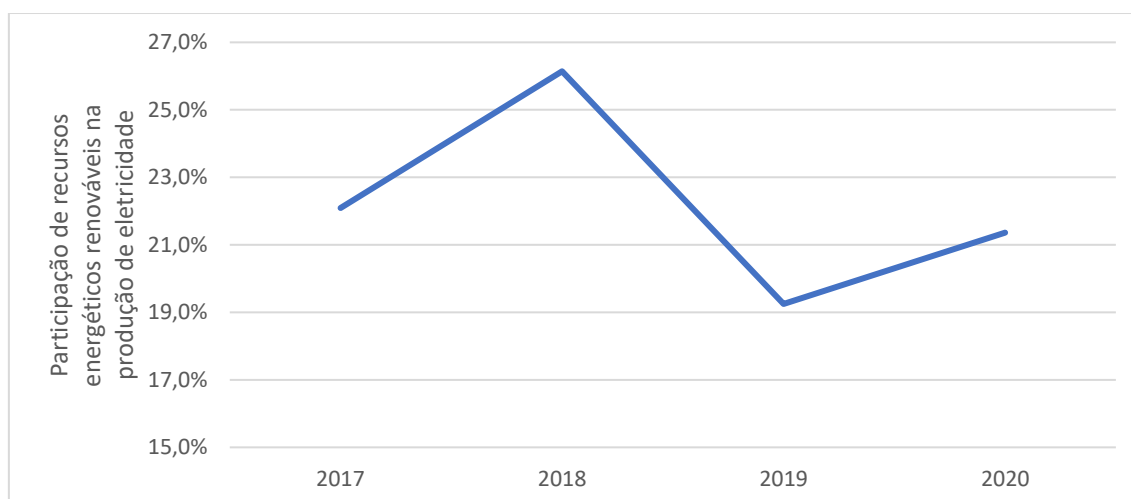
Participação dos recursos energéticos renováveis na produção de eletricidade

Tabela 37 – Evolução da participação dos recursos energéticos renováveis na produção de eletricidade na RAM

	Térmica	Hidráulica	Eólica	Fotovoltaica	Total	Participação renovável
	MWh					
2017	700907	78114	86923	33678	899622	22,1%
2018	658594	97373	103095	32647	891709	26,1%
2019	736507	44481	96320	34759	912067	19,2%
2020	663973	65086	85601	29690	844350	21,4%

Fonte: DREM

Figura 40 – Evolução da participação dos recursos energéticos renováveis na produção de eletricidade na RAM



Verifica-se que o indicador não revela uma evolução positiva e convergente com as metas estabelecidas no PAESC.

Síntese

A análise integrada dos indicadores de energia renovável salienta um percurso positivo. A intervenção do PRR, através do Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio, proporcionará um conjunto de investimentos da área dos sistemas de retenção de energia centralizados (Baterias) e na remodelação e reconversão do sistema de produção hídrico, que permitirão acelerar substancialmente os esforços de penetração da energia renovável na eletroprodução. Acresce a este plano a construção/licenciamento de novos parques eólicos. Assim, prevê-se que a RAM esteja próxima dos 50% na participação de recursos energéticos renováveis em 2025.

5.3.1.3 Combustíveis Fósseis e Emissões de GEE

O consumo de combustíveis fósseis e as emissões de GEE são duas variáveis fundamentais na equação da transição energética em curso. A RAM estabeleceu as seguintes metas no PAESC.

Tabela 38 – Metas para a utilização de combustíveis fósseis e emissões de GEE para a RAM, nos horizontes de 2030 e 2050.

Indicadores	2030	2050
Redução do consumo de combustíveis fósseis em relação a 2005	46%	87%
Redução das emissões de GEE em relação a 2005	55%	85%

Fonte: PAESC

Consumo de Combustíveis fósseis

Tabela 39 – Evolução do consumo de combustíveis fósseis entre 2005 e 2019

	Consumo de Combustíveis Fósseis [tep]	
	2005	2019
Fuelóleo	144832	116079
Gasóleo	112646	96661
Gasolina	49386	34939
GPL	32284	22315
Gás Natural	0	33304
Jets	29012	25119
Total	368 160	328 416

Fonte: DGEG

A evolução do consumo dos combustíveis fósseis em relação ao cenário base de 2005 representou uma redução de 10,8%.

O cumprimento das metas estabelecidas no PAESC implicará que o ritmo de redução no consumo de combustíveis fósseis deverá ser significativamente acelerado e deverá representar, em 2030, uma redução de 129 610 tep em relação aos valores de 2019.

Emissões de GEE

O mais recente Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos na Região Autónoma da Madeira (IRERPA 2021) fornece o enquadramento estatístico seguinte.

Tabela 40 – Evolução das emissões de GEE entre 2005 e 2019

Ano	Emissões [t CO _{2eq}]
2005	1 582 305
2019	1 210 429

Fonte: IRERPA 2021

A evolução das emissões de GEE em relação ao cenário base de 2005 representou uma redução de 24%.

O cumprimento das metas estabelecidas no PAESC implicará que o ritmo de redução das emissões de GEE deverá ser acelerado e deverá representar, em 2030, uma redução de 498 392 t CO_{2eq} em relação aos valores de 2019.

Intensidade Carbónica no PIB

Tabela 41 – Evolução da Intensidade carbónica no PIB entre 2005 e 2019

Ano	Emissões [t CO _{2eq}]	PIB [M€]	Intensidade Carbónica no PIB [t CO _{2eq} /M€]
2005	1 582 305	3 893	406,4
2019	1 210 429	5 126	236,1

Fonte: IRERPA 2021/DREM

A evolução da intensidade carbónica no PIB registou um decréscimo de 42% entre 2005 e 2019. Uma evolução muito positiva.

Síntese

A análise integrada do consumo de combustíveis e das emissões de CO_{2eq} revela que a RAM já conseguiu reduzir tanto o consumo de combustíveis como as emissões de GEE tendo como referência o cenário base de 2005. A análise à evolução da intensidade carbónica no PIB revela que embora o PIB tenha crescido 24% entre 2005 e 2019, as emissões de CO_{2ep} reduziram no mesmo período, fazendo com que a intensidade carbónica no PIB tenha registado um decréscimo de 42% no período de referência.

5.3.1.4 Mobilidade Sustentável

Como já foi verificado anteriormente, a componente dos transportes é a que tem a maior expressão no consumo de energia final. O advento da mobilidade sustentável, muito assente na descarbonização do setor dos transportes, tem assim um papel central na temática da transição energética.

Procura de energia final no setor dos transportes em relação à procura total de energia final

Tabela 42 – Evolução da procura final de energia final no setor dos transportes em relação à procura de energia final total

	2017	2018	2019	2020
Procura de energia final nos transportes [MWh]	1 663 846	1 637 783	1 652 367	1 282 068
Procura de energia final total [MWh]	2 922 421	2 930 876	2 975 570	2 449 511
Peso do setor dos transportes (%)	56,9%	55,9%	55,5%	52,3%

Fonte: DGE

Regista-se uma evolução positiva e consistente deste indicador em linha com as políticas públicas de promoção da eletrificação do setor dos transportes.

Passageiros transportados em transporte público terrestre coletivo urbano

Tabela 43 – Evolução do número de passageiros transportados em transporte público coletivo na RAM

	Passageiros transportados (N.º - milhares)	
	Urbano	Interurbano
2017	16 704	7 899
2018	16 769	7 999
2019	17 174	8 001
2020	11 314	5 708

Fonte: DREM

Este indicador tem revelado um comportamento positivo e crescente, tanto na componente urbana como na interurbana. É visível o impacto dos confinamentos decorrentes da pandemia de COVID 19 na utilização do transporte coletivo com uma diminuição significativa do seu uso no ano de 2020.

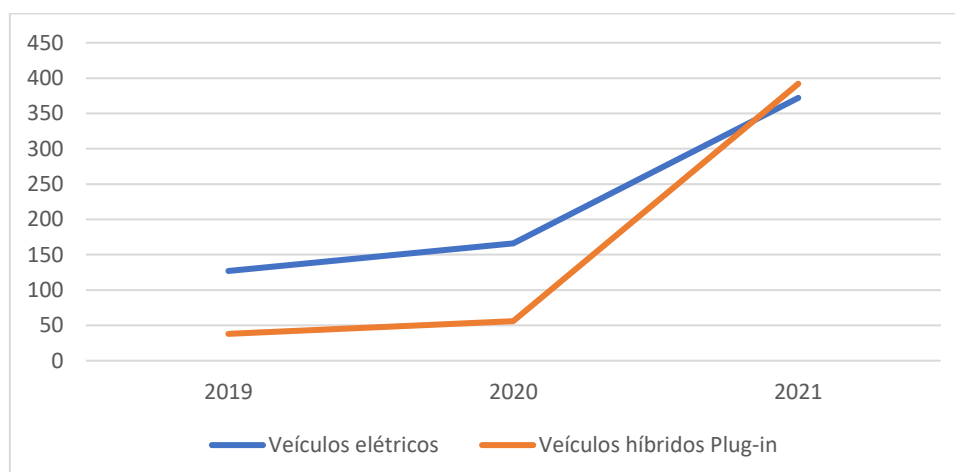
Veículos elétricos e híbridos plug-in

Tabela 44 – Evolução da aquisição de veículos elétricos e veículos híbridos plug-in novos

	Veículos elétricos	Veículos híbridos Plug-in
2019	127	38
2020	166	56
2021	372	392

Fonte: DREM

Figura 41 – Evolução da aquisição de veículos elétricos e veículos híbridos plug-in novos



Fonte: DREM

A aquisição de veículos novos com motorização elétrica teve uma evolução muito positiva em 2021 correspondendo a uma maior disponibilidade de modelos disponíveis no mercado e ao alargamento das infraestruturas de carregamento público. De notar a maior preferência pelas soluções plug-in em 2021 em relação aos veículos elétricos puros.

Síntese

A evolução da eficiência nas motorizações dos automóveis e a penetração de veículos elétricos e híbridos plug-in no mercado de automóveis tem proporcionado uma redução do peso dos combustíveis na procura total de energia final. Paralelamente, os transportes públicos têm conseguido crescer no número de passageiros transportados.

A evolução da mobilidade sustentável na ilha da Madeira encontra constrangimentos geomorfológicos que dificultam a adoção de modalidades de mobilidade suave. Cumulativamente, a inexistência de transporte coletivo em carris dificulta a atratividade e eficácia da rede de transporte público coletivo.

A excessiva dependência da rodovia coloca desafios logísticos importantes que desaguam na aplicação de um conjunto importante de recursos próprios para colmatar necessidades regionais. Assim, acresce aos normais desafios inerentes à promoção da mobilidade sustentável, a necessidade de continuar a intervir intensamente no sistema rodoviário. A promoção da mobilidade com emissões locais nulas ou reduzidas é a solução que aporta condições de implementação plena na RAM.

5.3.2 Matriz SWOT

Tabela 45 – Matriz SWOT referente ao FCD “Energia, Clima e Mobilidade Sustentável”

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento transversal da importância da transição energética e da mitigação das alterações climáticas no panorama regional, nacional, europeu e internacional • O crescimento sustentado das soluções de eletrificação nos transportes terrestres • O ecossistema de inovação instalado na área das soluções integradas de gestão de energia • A convergência proporcionada pela definição do setor turístico como um destino sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de uma rede centralizada de provisão de Gás Natural para o setor indústria, serviços e habitação • Efeito de ilha energética nas ilhas da Madeira e do Porto Santo • Sazonalidade do turismo na ilha do Porto Santo • Elevada dependência do transporte rodoviário • Orografia acentuada dificulta a adoção de soluções exequíveis de mobilidade suave
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • O reconhecimento da autonomia energética como um objetivo central europeu • Liderança europeia na transição energética e climática proporciona um ecossistema favorável para a inovação energética • Elevado potencial para a implementação de parques eólicos offshore (coerência e intensidade dos campos de vento identificados) e a possibilidade de serem utilizados para a produção de hidrogénio verde • Posicionamento geoestratégico poderá proporcionar oportunidades no campo da exportação de hidrogénio verde • Potencial reprodutível do projeto Porto Santo - <i>Fossil Free Island</i> para a ilha da Madeira 	<ul style="list-style-type: none"> • Pressão sobre a eletroprodução hidráulica devido à crescente instabilidade da pluviosidade provocada pelas alterações climáticas • Riscos naturais sobre as infraestruturas de produção renovável devido aos fenómenos climáticos extremos • Elevado custo associado à adoção de soluções que permitam uma maior penetração de energias renováveis no sistema elétrico central • Orografia coloca desafios acrescidos à mobilidade elétrica • Elevado custo para a implementação de soluções de mobilidade alternativas ao transporte rodoviário (ex.: transporte sobre carris)

Tabela 46 – Internalização da Matriz SWOT no PR Madeira 2030, nos PO Temáticos e no PRR no FCD “Energia, Clima e Mobilidade Sustentável”

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

SWOT	Prioridades PR Madeira									
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C	
Pontos Fracos										
Falta de uma rede centralizada de provisão de Gás Natural para o setor da indústria, dos serviços e da habitação										
Efeito de ilha energética nas ilhas da Madeira e do Porto Santo										
Sazonalidade do turismo na ilha do Porto Santo										
Elevada dependência do transporte rodoviário										
Orografia acentuada dificulta a adoção de soluções exequíveis de mobilidade suave										
Pontos Fortes										
Reconhecimento transversal da importância da transição energética e da mitigação das alterações climáticas no panorama regional, nacional, europeu e internacional										
O crescimento sustentado das soluções de eletrificação nos transportes terrestres										
O ecossistema de inovação instalado na área das soluções integradas de gestão de energia										
A convergência proporcionada pela definição do setor turístico como um destino sustentável										
Ameaças										
Pressão sobre a eletroprodução hidráulica devido à crescente instabilidade da pluviosidade provocada pelas alterações climáticas										
Riscos naturais sobre as infraestruturas de produção renovável devido aos fenómenos climáticos extremos										
Elevado custo associado à adoção de soluções que permitam uma maior penetração de energias renováveis no sistema de elétrico central										
Orografia coloca desafios acrescidos à mobilidade elétrica										
Elevado custo para a implementação de soluções de mobilidade alternativas ao transporte rodoviário (ex.: transporte sobre carris)										
Oportunidades										
O reconhecimento da autonomia energética como um objetivo central europeu										
Liderança europeia na transição energética e climática proporciona um ecossistema favorável para a inovação energética										
Elevado potencial para a implementação de parques eólicos offshore (coerência e intensidade dos campos de vento identificados) e a possibilidade de serem utilizados para a produção de hidrogénio verde										

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

SWOT	Prioridades PR Madeira								
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C
Posicionamento geoestratégico poderá proporcionar oportunidades no campo da exportação de hidrogénio verde									
Potencial reproduzível do projeto Porto Santo - Fossil Free Island para a ilha da Madeira									

Legenda:

	Considerado /Internalizado/ mitigado/ potenciado		Não considerado/ Internalizado/ mitigado/ potenciado		Âmbito de PO Temático		Âmbito do PRR		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável/ Sem relação
--	--	--	--	--	-----------------------	--	---------------	--	--------------------------------------	--	----------------------------

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

5.3.3 Identificação de Efeitos

Tabela 47 – Matriz de Identificação e avaliação dos impactes do PR Madeira 2030 no FCD “Energia, Clima e Mobilidade Sustentável”

<i>Energia, Clima e Mobilidade Sustentável</i>							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
1A	RSO1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	A transição energética e a ação climática fazem parte de um dos domínios prioritários da EREI 2021-2027 pelo que o reforço das capacidades de I&I e a adoção de tecnologias avançadas afetarão positivamente este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
	RSO1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas	A transição digital abre um conjunto de possibilidades que podem influir positivamente no âmbito da mobilidade sustentável pelo que afetarão positivamente este FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	i	l	m/l	sn	p	
	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	O crescimento económico implica um aumento no consumo de energia pelo que este FCD proporcionará um aumento das emissões de GEE diretas e indiretas					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	-	d	l	c	c	t	
	RSO1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	A transição energética e a ação climática fazem parte de um dos domínios prioritários da EREI 2021-2027 pelo que o reforço das competências para a Especialização Inteligente afetarão positivamente este FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	i	l	l	sn	p	
2A	RSO2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	O OE influi positivamente e significativamente no FCD, nomeadamente nos critérios: Energia Sustentável, Energia Renovável e Combustíveis Fósseis e Emissões de GEE					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	e	c/m	c	p
	RSO2.5 - Promover o acesso e a gestão sustentável da água	A gestão sustentável da água influirá na capacidade de gerar hidroeletricidade pelo que o OE influi positivamente neste FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	i	l	c/m	sn	p	
	RSO2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	A transição para uma economia circular evitará o encaminhamento de resíduos tendo como destino final os aterros pelo que evitará emissões de GEE associadas a estes. Assim, este OE influirá positivamente neste FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	i	l	c/m	sn	p	
	RSO2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	A preservação dos ecossistemas naturais diminui a emissão de GEE dos solos e a redução da poluição restringe a emissão de GEE. Este OE influi positivamente neste FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	i	l	m/l	sn	p	
2B	RSO2.8 - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	A promoção da mobilidade sustentável concorre positivamente e significativamente para este FCD.					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	e	c/m	c	P	
3A	RSO3.1 - Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal	A capacitação das infraestruturas portuárias com a capacidade de abastecimento de energias limpas contribui positivamente para este FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	i	l	c/m	sn	p	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

<i>Energia, Clima e Mobilidade Sustentável</i>							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
	RSO3.2 - Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local, sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo um melhor acesso à RTE-T e à mobilidade transfronteiriça	A descarbonização da linha marítima entre a Madeira e Porto Santo contribui positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	m	c	c	p
	RSO4.5 - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família de proximidade	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e inovação social	A promoção da sustentabilidade no turismo influirá positivamente neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sc/sn	p
	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	ESO4.4 - Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, um envelhecimento ativo e saudável, bem como um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado, que aborde os riscos para saúde	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4A	ESO4.6 - Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	ESO4.7 - Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	ESO4.8 - Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

<i>Energia, Clima e Mobilidade Sustentável</i>							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
4B	ESO4.11 - Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados para as crianças e grupos desfavorecidos	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4B	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
5A	RSO5.1- Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	Os ITI Funchal e ITI Porto Santo preveem dimensões de intervenção na área da sustentabilidade ambiental, da mobilidade sustentável e da reabilitação urbana pelo que concorrem positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	m	c/m	c	p
1R	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	As compensações dos custos operacionais poderão levar a um aumento no consumo de matérias primas pelo que poderão contribuir para o aumento da emissão de GEE e do consumo de energia local.					
		S	I	M	D. T.	E	D
		-	d	l	c	c	t
4C	ESO4.13 - Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					

Legenda:

Sinal (S): positivo (+) | neutro (0) | negativo (-); **Incidência (I):** direta (d) | indireta (i); **Magnitude (M):** elevada (e) | moderada (m) | ligeira (l); **Dimensão Temporal (D.T.):** curto (c) | médio (m) | longo (l); **Efeito (E):** cumulativo (c) | | sinérgico (sn); **Duração (D):** permanente (p) | temporário (t)

Síntese

Em síntese é possível perspetivar uma evolução positiva referente ao FCD “Energia, Clima e Mobilidade Sustentável”

5.3.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030

A intervenção do PR Madeira 2030 ao nível do FCD “Energia, Clima e Mobilidade Sustentável” é alavancada principalmente pelos Objetivos Específicos: (i) RSO2.1 (Prioridade 2A) - Engloba os critérios energia sustentável, energia renovável e emissões de GEE; (ii) RSO2.8 (Prioridade 2B) - engloba a mobilidade sustentável. Outros OE contribuem igualmente para um efeito positivo sobre os critérios de análise, como seja o RSO3.1 e RSO3.2 (Prioridade 3A) e o RSO5.1 (Prioridade 5A).

A ausência destes OE resultaria numa evolução ainda positiva, mas menos acentuada dos indicadores dos quatro critérios. Como exceção, a influência do PRR na penetração de energia renovável no sistema electroprodutor resultaria numa evolução semelhante ao cenário de ausência do PR Madeira 2030. O enquadramento legislativo em vigor e a campo de atuação da nova geração do POESEUR seriam outros instrumentos que mitigariam da ausência de intervenção do PR Madeira 2030.

A opção programática pela complementaridade entre a nova geração do POSEUR, do PRR e do PR Madeira 2030 resultaria, na cenarização aplicada, num desequilíbrio no campo de atuação no espectro do FCD. Assim, o exercício de cenarização indica que a ausência do PR Madeira resultaria uma desaceleração da implementação da transição energética e do desenvolvimento da mobilidade sustentável na RAM.

5.3.5 Recomendações

- a) Ponderar a inclusão, nos princípios orientadores para a seleção de operações dos RSO1.3, Prioridade 1A, a valorização de ações que promovam a eficiência energética, o uso de energias renováveis e a economia circular.

5.4 Qualificação Territorial

A opção programática efetuada na prioridade 5A, que passa pela constituição de dois ITIs (Funchal e Porto Santo), aportou um contexto geográfico específico dentro do território de abrangência do objeto de avaliação. Para melhor incorporar esta particularidade foi adicionado um novo critério neste FCD - “Funchal e Porto Santo” de forma a particularizar a intervenção destes instrumentos e assim poder incorporá-los nesta avaliação.

5.4.1 Situação de Referência

5.4.1.1 Qualificação Urbana

Edifícios e Equipamentos Públicos

As intervenções em edifícios e equipamentos públicos são centrais no esforço público conducente à requalificação urbana. Em baixo é apresentado um resumo das intervenções promovidas pela Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas (DRPRGOP) nos últimos 5 anos.

Tabela 48 – Intervenções públicas na requalificação de edifícios e equipamentos públicos

Edifícios e Equipamentos Públicos intervencionados	N.º de intervenções	Valor (M€)
Espaços de Fruição Pública criados ou reabilitados em zonas urbanas	16	5,5
Infraestruturas de ensino básico e secundários reabilitados ou modernizadas (inclui educação especial)	43	18,7
Infraestruturas Hospitalares reabilitadas ou modernizadas	10	8,8
Centros Saúde reabilitados ou modernizados	15	2,5
Infraestruturas culturais reabilitadas ou modernizadas	10	1,3
Infraestruturas Desportivas construídas, reabilitadas e modernizadas	13	3,9
Total	107	40,7

Fonte: DRPRGOP

Os resultados apresentados tornam evidente a intensidade de intervenção pública nos equipamentos e edifícios públicos por parte da administração pública regional, com especial incidência nas infraestruturas educacionais e de saúde. A estas intervenções deverá se acrescentar a construção do novo Hospital Central do Funchal, cofinanciada pelo Governo da República portuguesa, que deverá absorver verbas consideráveis dos Orçamentos Regionais dos próximos anos.

IFRRU

O esforço de requalificação urbana passa, em grande medida, pela requalificação do edificado. O IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro Reabilitação e Revitalização Urbanas consiste num instrumento financeiro que mobiliza as dotações aprovadas pelos Programas Operacionais Regionais (POR), do Continente e das Regiões Autónomas, e do programa temático Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de

Recursos (PO SEUR), do PORTUGAL 2020, com os objetivos de revitalizar as cidades, apoiar a revitalização física do espaço dedicado a comunidades desfavorecidas e apoiar a eficiência energética na habitação. A estas dotações acrescem as provenientes de instituições financeiras europeias: o Banco Europeu do Investimento (BEI) e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB).

Tabela 49 – Número de operações e correspondente investimento total aprovado pelo IFRRU na RAM

Concelho	N.º de Operações	Investimento Total [M€]
Funchal	15	31,113
Câmara de Lobos	2	3,251
Total	17	34,364

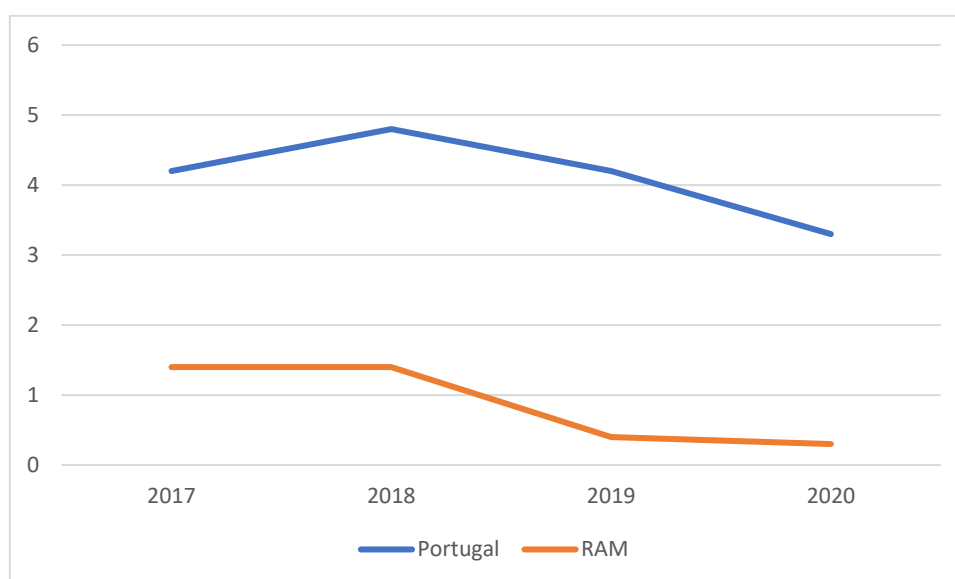
Fonte: SIIFRRU

O investimento total contratado na RAM corresponde a 2,9% do investimento total contratado pelo programa. A população residente da RAM corresponde a 2,4% da população nacional pelo que a proporcionalidade do investimento do IFRRU é ligeiramente superior ao racional populacional.

Reconstruções licenciadas

As reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas é um indicador que permite medir a intensidade dos esforços de reabilitação no edificado.

Figura 42 – Evolução do índice de reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas

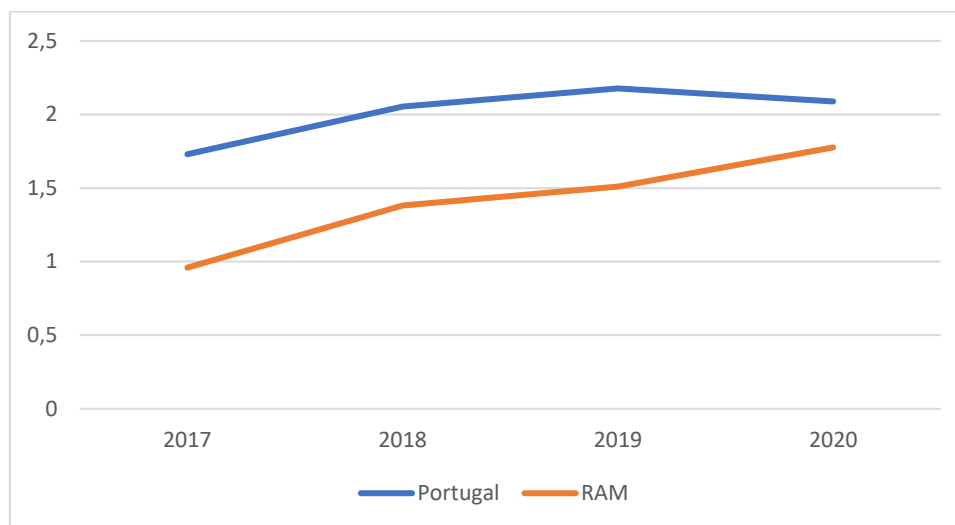


Fonte: INE

O ritmo de reconstrução em relação à construção nova tem vindo a diminuir e tem estado claramente abaixo do ritmo registado a nível nacional.

Edifícios licenciados por 1000 habitantes

Figura 43 – Evolução do índice de edifícios licenciados por 1000 habitantes



Fonte: INE

O número de edifícios licenciados por 1000 habitantes na RAM tem se mantido abaixo da dinâmica nacional, mas tem vindo a convergir. A RAM apresentou uma dinâmica crescente entre 2019 e 2020 e o total nacional registou um decréscimo no mesmo período. Sendo o licenciamento de edifícios dominado pela construção nova e tendo em conta a evolução do indicador anterior é possível inferir que a dinâmica de reconstrução e reabilitação de edifícios é menor na RAM do que no cenário nacional.

Síntese

A qualificação urbana tem beneficiado de dois motores, o público e o privado. As intervenções públicas são, em grande medida, cofinanciadas do PR Madeira 2030 sendo que as intervenções em infraestruturas e no edificado público constituem um esforço considerável para o Orçamento Regional. A intervenção promovida pela esfera privada também contou com apoios do PR Madeira 14-20, via IFRRU. O ritmo de reconstrução e construção de edifícios na RAM mantém-se abaixo da média nacional embora numa trajetória convergente.

5.4.1.2 Requalificação ambiental

A informação disponível não permite aferir a evolução de indicadores estatísticos neste subcapítulo pelo que serão apresentados alguns resultados que foi possível recolher no âmbito da auscultação promovida junta de algumas entidades regionais.

Infraestruturas ambientais

O solo urbano, segundo o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), é caracterizado pelo solo “que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação”.

O Plano Regional de Ordenamento do Território da RAM (PROTRAM) caracterizou a utilização do solo urbano, tendo como fonte os PDMs regionais da seguinte forma:

Tabela 50 – Peso das categorias de Solo Urbano no total dos concelhos da RAM

Espaços Centrais	5,54%
Espaços Habitacionais	74,57%
Espaços Verdes	5,04%
Espaços de Turismo	1,37%
Espaços de Equipamentos	6,62%
Espaços de atividade económica	0,15%

Fonte: PROTRAM

Os Planos Diretores Municipais (PDM) dos 11 concelhos da RAM apresentam níveis de desagregação distintos sobre a caracterização dos Espaços Verdes Urbanos, estando caracterizados de forma diferente nos PDMs de 1ª geração (Porto Santo, Câmara de Lobos, São Vicente, Porto Moniz e Machico) e nos PDMs revistos (Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Santana e Funchal). Esta diferente maturidade dos PDMs coloca desafios para a caracterização dos Espaços Verdes Urbanos. Assim, não é possível, em rigor, analisar a evolução e real implementação dos Espaços Verdes Urbanos na RAM. No entanto, se considerarmos que a área total emersa da RAM é aproximadamente 801 km² e que o solo urbano corresponde, segundo o PROTRAM, a 10% da área total (80,1 km²), então, a área ocupada por espaços verdes urbanos corresponde, grosseiramente, a 4,325 km², isto é, a 432,5 hectares.

Consultando a lista de operações apoiada no âmbito do Programa Operacional Madeira 14-20, no eixo “Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos” é possível sinalizar as seguintes operações com cariz de requalificação ambiental:

Tabela 51 – Projetos de requalificação ambiental apoiados no âmbito do PO Madeira 14-20

Projetos	Fundo
Requalificação dos Parques das Queimadas e do Ribeiro Frio	FEDER
Requalificação do Jardim Botânico da Madeira Eng.º Rui Vieira	FEDER
Recuperação e valorização do acesso ao percurso natural no Parque Ecológico - Ponte Pisão	FEDER
Remodelação do Museu História Natural do Funchal	FEDER
Recuperação e Requalificação de Fontenários, Moinhos de Vento e Ecoteca do Porto Santo	FEDER
Reformulação da Rede de Estações de Qualidade do Ar da Região Autónoma da Madeira	FEDER
Fornecimento e Atualização de Estruturas e Equipamentos da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar da Região Autónoma da Madeira	FEDER

Fonte: IDR

Síntese

A requalificação de infraestruturas e passivos ambientais tem sido alavancada pelo PR Madeira 2030 e POSEUR. A inexistência de informação georreferenciada disponível impossibilita a medição das áreas intervencionadas e da abrangência das intervenções efetuadas. Não obstante o PO Madeira 14-20 apoiou um conjunto importante de intervenções em infraestruturas ambientais através do FEDER.

5.4.1.3 Funchal e Porto Santo

Tendo em consideração a opção programática do Programa Regional Madeira 2030 pela mobilização de duas modalidades de Investimento Territorial Integrado (ITI) para os Municípios do Funchal e do Porto Santo, optou-se por proceder um levantamento da intervenção dos fundos comunitários nestes dois Municípios nos últimos anos.

Funchal

O Funchal é o maior centro urbano e capital da RAM concentrando uma parte significativa da população do arquipélago (42,2%). O Funchal tem vindo a afirmar-se como a centralidade de uma área metropolitana que envolve os concelhos vizinhos de Santa Cruz e Câmara de Lobos, assumindo-se como o grande centro gravitacional da economia da ilha da Madeira.

As intervenções com recurso a fundos comunitários no município do funchal permitiram o conjunto de investimentos discriminados por tipologia de intervenção e de fundo na tabela seguinte.

Tabela 52 – Intervenção dos Fundos FEDER, FEADER e POSEUR no Município do Funchal na geração 2014-2020

Projeto	Fundo
Ciclo Urbano da água	
Aquisição de equipamentos de deteção de fugas nas redes de água potável	POSEUR
Renovação da rede de abastecimento de água em baixa no Bairro dos Moinhos	POSEUR
Substituição das Redes de Distribuição de Água - Sector Ocidental do Funchal	POSEUR
Controlo e monitorização de fugas nas redes de águas associado ao sistema de telegestão existente no Concelho do Funchal	POSEUR
Trabalhos preliminares de consolidação das vertentes sobranceiras da Rua Dom Ernesto Sena Oliveira e da Rua Dr. Pestana Júnior	POSEUR
Proteção de riscos	
Trabalhos preliminares de consolidação da escarpa sobranceira à Levada dos Moinhos e Rua 5 de Outubro	POSEUR
Reforço da capacidade de resposta e controlo dos incêndios florestais no Concelho do Funchal	POSEUR
Trabalhos preliminares de consolidação da vertente a sul do Caminho do Cabeço dos Lombos	POSEUR
Consolidação estrutural da encosta sobranceira à Estrada Comandante Camacho de Freitas junto ao Encontro	POSEUR
Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Vertente Sul do Caminho do Cabeço dos Lombos	POSEUR
Escarpas sobranceiras da Estrada Comandante Camacho de Freitas (entre a Socipamo e o Caminho dos Saltos) e Caminho dos Tornos	POSEUR
Consolidação Estrutural da Encosta sobranceira à Levada dos Moinhos e Rua 5 de Outubro	POSEUR
Consolidação estrutural da encosta sobranceira às Ruas D. Ernesto Sena Oliveira e Dr. Pestana Júnior	POSEUR
Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para o Reforço da Capacidade de Resposta e Controlo dos Incêndios Florestais no Concelho do Funchal	POSEUR
Gestão de Resíduos	
Ações práticas e campanhas de sensibilização para a recolha seletiva de resíduos	POSEUR
Reforçar e Potenciar a Recolha Seletiva de Resíduos no Concelho do Funchal	POSEUR
Reforço da recolha seletiva de resíduos no Concelho do Funchal	POSEUR
Deposição seletiva de resíduos de embalagem e valorização de resíduos orgânicos no Concelho do Funchal	POSEUR
Apoio à prevenção do Parque Ecológico do Funchal contra incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	POSEUR

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Proteção e valorização ambiental	
Recuperação e Ampliação da ETAR do Funchal	POSEUR
Renovação da rede de saneamento básico no Bairro dos Moinhos	POSEUR
Construção de ETAR compacta no Sítio do Curral dos Romeiros	POSEUR
Apoio à reparação dos danos causados pelos incêndios florestais no Parque Ecológico do Funchal	FEADER
Operação de Controlo de Espécies Vegetais Invasoras para Salvaguarda da Regeneração Natural da Flora de Altitude	FEADER
Florestação/criação de zonas arborizadas	FEADER
Cultura e Turismo	
Remodelação do Museu História Natural do Funchal	FEDER
Requalificação do Cais do Carvão	FEDER
Recuperação e valorização do acesso ao percurso natural no Parque Ecológico - Ponte Pisão	FEDER
Remodelação do Museu História Natural do Funchal	FEDER
Requalificação do Cais do Carvão	FEDER
Recuperação e valorização do acesso ao percurso natural no Parque Ecológico - Ponte Pisão	FEDER
Transporte e Mobilidade	
Potenciação da Mobilidade Elétrica Através da Introdução de Rede de Carregamento para Veículos 100% Elétricos	FEDER
Plano Mobilidade Urbana Sustentável do Funchal	FEDER
Revitalização do Eixo Vital Central Pedonal	FEDER
Consolidação da Rede Ciclável e Promoção da Intermodalidade no Eixo Vital Poente	FEDER
Potenciação da Mobilidade Elétrica Através da Introdução de Rede de Carregamento para Veículos 100% Elétricos	FEDER
Potenciação da Mobilidade Elétrica Através da Introdução de Rede de Carregamento para Veículos 100% Elétricos	FEDER
Inovação e Tecnologia	
Loja do Município	FEDER
Habitação	
Promoção da eficiência energética em habitações sociais	FEDER

Fonte: Município do Funchal / IDR / PORDERAM

A análise ao histórico de intervenção dos Fundos no Município do Funchal revela uma predominância da alavancagem do POSEUR nas áreas iminentemente ambientais tendo o FEDER suportado intervenções na cultura e turismo, nos transportes e mobilidade e duas intervenções pontuais na área da inovação e tecnologia e da habitação (vertente da eficiência energética). O FEADER foi utilizado para investimentos na área da proteção e valorização ambiental.

Síntese

O ITI Funchal tem prevista intervenções nas seguintes tipologias:

- Sustentabilidade ambiental e paisagística
- Desenvolvimento social integrado
- Espaço urbano seguro e inclusivo
- Mobilidade urbana sustentável
- Tecido económico robusto e resiliente
- Turismo sustentável e inteligente
- Cultura para todos

O ITI Funchal deverá contribuir com um leque mais alargado de intervenções FEDER e promover com maior intensidade a implementação do Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS) na capital da RAM.

Porto Santo

O Porto Santo é uma de duas ilhas habitadas do arquipélago da Madeira sendo consideravelmente menor do que a ilha principal do arquipélago, a Madeira. Apesar de ter uma população reduzida (5 151 habitantes), a ilha tem vindo a assumir uma importância crescente na definição do Destino turístico do arquipélago. O Governo Regional tem vindo a assumir uma aposta robusta na implementação de referenciais de sustentabilidade para a ilha, onde se destacam o Projeto Porto Santo Sustentável - *Fossil Free Island* e a Reserva da Biosfera do Porto Santo, tornando o Porto Santo num laboratório de experimentação de políticas de sustentabilidade, potencialmente reprodutivas na ilha da Madeira.

As intervenções com recurso a fundos comunitários no município do Porto Santo permitiram o conjunto de investimentos discriminados por tipologia de intervenção e de fundo na tabela seguinte.

Tabela 53 – Intervenção dos Fundos FEDER, FEADER e POSEUR no Município do Porto Santo na geração 2014-2020

Projeto	Fundo
Transição energética	
Projeto-piloto de armazenamento de energia com baterias no Porto Santo	POSEUR
Proteção ambiental e Riscos Naturais	
Radar Meteorológico da RAM	POSEUR
Ampliação do Sistema de Drenagem do Porto Santo	POSEUR
Central Dessalinizadora Do Porto Santo - Unidade N° 2	POSEUR
Fecho de sistemas de saneamento de águas residuais (Ribeira Brava, Câmara de Lobos, Machico e Porto Santo)	POSEUR
Intervenções nas Redes de Abastecimento de Água com vista à redução de perdas	POSEUR
Otimização e Reforço da Rede de Recolha Seletiva da ARM	POSEUR
Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento do Porto Santo	POSEUR
Aquisição de um veículo Viatura Limpa-Fossas	POSEUR
Recuperação e Requalificação de Fontenários, Moinhos de Vento e Ecoteca do Porto Santo	FEDER
Beneficiação do Viveiro Florestal dos Salões (Porto Santo)	FEADER
Caminho Agrícola das Areias	FEADER

Fonte: IDR / PRODERAM

A análise ao histórico de intervenção dos Fundos da geração anterior no Município do Porto Santo revela uma predominância de intervenções na área da proteção e valorização ambiental e um investimento estruturante na área da transição energética.

Síntese

O ITI Porto Santo pretende alavancar os seguintes grandes objetivos:

- Salvar, valorizar e otimizar os recursos naturais, agrícolas e culturais existentes;
- Melhorar a qualidade de vida dos Porto-santenses, demais residentes e das futuras gerações;
- Fomentar o emprego da população residente;
- Promover o turismo sustentável;
- Reduzir a sazonalidade das atividades económicas, sociais e culturais;
- Criar mais e melhores oportunidades para as empresas locais;
- Aumentar as receitas provenientes da dinamização da economia local;
- Reduzir a dependência do exterior na aquisição de bens e serviços;
- Promover a descarbonização da economia e a adaptação às alterações climáticas.

O ITI Porto Santo contribuirá para os dois grandes projetos estruturantes para a ilha do Porto Santo, o projeto Porto Santo Sustentável - *Fossil Free Island* e o desenvolvimento da Reserva da Biosfera do Porto Santo. Analogamente ao ITI Funchal, o ITI Porto Santo contribuirá para uma maior alavancagem do FEDER na ilha e a prossecução dos eixos de desenvolvimento sustentável, já incorporados nos dois projetos elencados.

5.4.2 Matriz SWOT

Tabela 54 – Matriz SWOT referente ao FCD “Qualificação territorial”


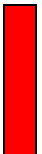

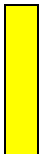


Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Dinamismo da cidade do Funchal como centro de desenvolvimento regional • Atratividade da RAM como destino residencial para população estrangeira • Crescente dinamismo do mercado de construção habitacional • Pouca sazonalidade do destino turístico Madeira • Definição de um modelo de sustentabilidade para a ilha do Porto Santo • Aumento da capacidade de atração de targets turísticos mais jovens na RAM 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução populacional na RAM • Pressão turística sobre ativos ambientais e culturais • Sazonalidade do Destino Turístico do Porto Santo • Dicotomia Sul/Norte na Ilha da Madeira • Fraco dinamismo da regeneração do edificado • Degradação de equipamentos públicos
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação urbana, ambiental e paisagística com dupla valência para a população local e turística • Potencialidades dos Destinos Madeira e Porto Santo na área da sustentabilidade • Afirmação do caráter metropolitano do Grande Funchal com fator de desenvolvimento da Costa Sul da ilha da Madeira • Mercado de emprego dinâmico • Heterogeneidade da ilha da Madeira produz capacidades de criação de diferentes atratividades para a fixação de população na ilha da Madeira 	<ul style="list-style-type: none"> • Desertificação do Norte da ilha da Madeira • Fatores de produção agrícola dificultam a afirmação do setor primário e dos territórios rurais • Fenómenos climáticos extremos ameaçam património e infraestruturas • Sobreaquecimento do mercado residencial pode provocar aumento da emigração das populações mais jovens • Oferta de equipamentos e serviços públicos nos territórios que estão a sofrer com o despovoamento

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Tabela 55 – Internalização da Matriz SWOT no PR Madeira 2030, nos PO Temáticos e no PRR no FCD “Qualificação Territorial”

SWOT	Prioridades PR Madeira								
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C
Pontos Fracos									
Redução populacional na RAM									
Pressão turística sobre ativos ambientais e culturais									
Sazonalidade do Destino Turístico do Porto Santo									
Dicotomia Sul/Norte na Ilha da Madeira									
Fraco dinamismo da regeneração do edificado									
Degradação de equipamentos públicos									
Pontos Fortes									
Dinamismo da cidade do Funchal como centro de desenvolvimento regional									
Atratividade da RAM como destino residencial para população estrangeira									
Crescente dinamismo do mercado de construção habitacional									
Pouca sazonalidade do destino turístico Madeira									
Definição de um modelo de sustentabilidade para a ilha do Porto Santo									
Aumento da capacidade de atração de targets turísticos mais jovens na RAM									
Ameaças									
Desertificação do Norte da ilha da Madeira									
Fatores de produção agrícola dificultam a afirmação do setor primário e dos territórios rurais									
Fenómenos climáticos extremos ameaçam património e infraestruturas									
Sobreaquecimento do mercado residencial pode provocar aumento da emigração das populações mais jovens									
Oferta de equipamentos e serviços públicos nos territórios que estão a sofrer com o despovoamento									
Oportunidades									
Requalificação urbana, ambiental e paisagística com dupla valência para a população local e turística									
Potencialidades dos Destinos Madeira e Porto Santo na área da sustentabilidade									
Afirmação do caráter metropolitano do Grande Funchal com fator de desenvolvimento da Costa Sul da ilha da Madeira									
Mercado de emprego dinâmico									
Heterogeneidade da ilha da Madeira produz capacidades de criação de diferentes atratividades para a fixação de população na ilha da Madeira									

Legenda:

	Considerado /Internalizado/ mitigado/ potenciado		Não considerado/ Internalizado/ mitigado/ potenciado		Âmbito de PO Temático		Âmbito do PRR		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável/ Sem relação
---	--	---	--	---	-----------------------	---	---------------	--	--------------------------------------	---	----------------------------

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

5.4.3 Identificação de Efeitos

Tabela 56 – Matriz de Identificação e avaliação dos impactes do PR Madeira 2030 no FCD “Qualificação Territorial”

Qualificação Territorial							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
1A	RSO1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	A promoção de vários domínios temáticos da EREI 2021-2027 concorrem positivamente para a qualificação territorial					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	m	m/l	sn	p
	RSO1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas	A digitalização promove oportunidades para o desenvolvimento urbano sustentável pelo que concorre positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	O desenvolvimento económico assente no desenvolvimento sustentável concorre positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
	+	i	l	m/l	sn	p	
RSO1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	O reforço de competências nas áreas de especialização inteligente da EREI 2021-2027 concorre para o reforço da I&D+I nos domínios prioritários que concorrem positivamente para este FCD						
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	i	m	m/l	sn	P	
2A	RSO2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	A promoção da eficiência energética promove a reabilitação do edificado pelo que concorre positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	e	c/m	c	p
	RSO2.5 - Promover o acesso e a gestão sustentável da água	A promoção do acesso e a gestão sustentável da água promove a requalificação e construção de infraestruturas ambientais pelo que concorre positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	m	c/m	c	p
	RSO2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	A promoção da economia circular promove a eficiência das infraestruturas ambientais pelo que concorre positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
	+	i	l	c/m	sn	p	
RSO2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	A promoção das infraestruturas verdes concorre positivamente para este FCD						
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	e	c/m	c	p	
2B	RSO2.8. - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	A promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável promove o desenvolvimento urbano sustentável pelo que concorre positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
	+	i	m	m/l	c	p	
3A	RSO3.1 - Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
	0						

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

<i>Qualificação Territorial</i>						
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes				
	RSO3.2 - Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local, sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo um melhor acesso à RTE-T e à mobilidade transfronteiriça	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD				
		S 0	I	M	D. T.	E D
	RSO4.5 - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família de proximidade	A promoção da requalificação e construção de equipamentos na área da saúde concorre positivamente para este FCD				
		S +	I d	M e	D. T. c/m	E c D p
	RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e inovação social	A requalificação do património cultural e paisagístico concorre positivamente para este FCD				
		S +	I d	M e	D. T. c/m	E c D p
	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD				
		S 0	I	M	D. T.	E D
	ESO4.4 - Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, um envelhecimento ativo e saudável, bem como um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado, que aborde os riscos para saúde	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD				
		S 0	I	M	D. T.	E D
4A	ESO4.6 - Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD				
		S 0	I	M	D. T.	E D
	ESO4.7 - Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD				
		S 0	I	M	D. T.	E D
	ESO4.8 - Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD				
		S 0	I	M	D. T.	E D

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Qualificação Territorial							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
4B	ESO4.11 - Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados para as crianças e grupos desfavorecidos	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4B	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
5A	OE5.1- Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	Os ITI Funchal e Porto Santo concorrem positivamente e decisivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	e	c/m	c	p
1R	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4C	OE4.13 - Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					

Legenda:

Sinal (S): positivo (+) | neutro (0) | negativo (-); Incidência (I): direta (d) | indireta (i); Magnitude (M): elevada (e) | moderada (m) | ligeira (l); Dimensão Temporal (D.T.): curto (c) | médio (m) | longo (l); Efeito (E): cumulativo (c) | sinérgico (sn); Duração (D): permanente (p) | temporário (t)

Síntese

Em síntese, os ITI Funchal e ITI Porto Santo deverão alavancar significativamente a implementação do Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS) nestes dois concelhos. A centralidade e influência da cidade do Funchal nos concelhos vizinhos e na economia da RAM provocará capilaridades positivas no desenvolvimento e qualificação territorial da ilha da Madeira. O ITI Porto Santo permitirá o reforço dos programas de sustentabilidade em execução na ilha (Porto Santo Sustentável - *Fossil Free Island* e Reserva da Biosfera do Porto Santo). A requalificação de equipamentos públicos e do edificado será convenientemente apoiado pelo PR Madeira 2030 dando seguimento aos bons resultados já alcançados através do PO Madeira 14-20.

5.4.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030

A requalificação e qualificação urbana será alavancada pelos instrumentos de apoio proporcionados pelo PR Madeira 2030, nomeadamente pelos proporcionados pelos OE RSO2.1 (Prioridade 2A) e RSO5.1 (Prioridade 5A). A ausência de PR Madeira 2030 resultaria num abrandamento das ações de requalificação dos equipamentos e edificado público e privado. O mesmo raciocínio poderá ser estendido à requalificação ambiental embora a nova geração do POSEUR poderá aportar também oportunidades nesta área, em função das elegibilidades específicas do Programa.

Os ITI Funchal e Porto Santo criarão uma focalização inédita na história de aplicação dos fundos estruturais da geração dos Programas Operacionais. A ausência destes instrumentos será melhor mensurada pela perda das oportunidades de intervenção nas áreas de atuação previstas. Assim, a cenerização de ausência do PR Madeira 2030 implicaria uma evolução consentânea com a evolução recente, ainda que condicionada pelas externalidades negativas nas outras áreas (contágio negativo).

As ações de requalificação do edificado e das infraestruturas ficariam assim condicionadas às disponibilidades orçamentais regionais próprias prevendo-se uma redução substantiva das intervenções devida às limitações da RAM.

5.4.5 Recomendações

- b) Ponderar a construção de um sistema de indicadores indexados aos ITI Funchal e Porto Santo de modo a mensurar o impacto destes instrumentos nas áreas de intervenção preconizadas. Considerar a criação de indicadores compostos dentro da temática e tradição do Desenvolvimento Urbano Sustentável.
- c) Ponderar a revisão de critérios para a elegibilidade de projetos de requalificação de edifícios na componente de eficiência energética tendo em conta os consumos muito reduzidos de energia em climatização devido ao clima ameno da ilha.
- d) Ponderar a alavancagem de instrumentos territoriais para os territórios rurais (p.ex.: Parcerias para a Coesão), com especial atenção para o Norte da ilha da Madeira, de forma a que estes territórios não fiquem excessivamente dependentes do FEADER para o seu desenvolvimento e para que possam mais eficazmente inverter o ciclo de despovoamento de que enfermam.

(Página deixada propositadamente em branco)

5.5 Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular

5.5.1 Situação de Referência

5.5.1.1 Património Histórico ou Classificado

Desmaterialização do património documental regional

A RAM tem produzido ao longo dos últimos anos um trabalho importante de desmaterialização por via digital do património documental regional, particularmente do património documental histórico que constitui o acervo protegido e à guarda do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Esse esforço traduz-se no facto de as plataformas digitais de acesso ao património arquivístico e bibliográfico regional integrarem, em acesso livre, mais de 3 milhões de objetos digitais que replicam aquele património, e mais de 1.3 milhões de unidades de metadados arquivísticos e bibliográficos.

No global a Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira gere um acervo digital constituído por cerca de 7,2 milhões de objetos digitais e um sistema de informação que integra quase 3 milhões de unidades de metadados. Com esta pegada digital a RAM é região liderante em Portugal ao nível da acessibilidade e disponibilidade de recursos de recuperação de informação sobre património documental e bibliográfico; em simultâneo, esses recursos digitais são produzidos e utilizados no quadro de uma estratégia integrada de preservação do património documental regional.

Assim, pode afirmar-se que este setor específico da gestão do património cultural na Região iniciou já uma trajetória de transição digital predominantemente assente na desmaterialização de suportes.

Bens Imóveis, Monumentos, Conjuntos e Sítios

Tabela 57 – Evolução do número de monumentos, conjuntos e sítios na RAM

	Monumentos	Conjuntos	Sítios	Total
2017	164	7	0	171
2018	165	7	1	173
2019	165	7	1	173
2020	172	7	0	179

Fonte: DREM

Tabela 58 – Evolução da categoria de proteção dos monumentos, conjuntos e sítios na RAM

	Monumentos nacionais	Imóveis de interesse público	Imóveis de interesse municipal
2017	7	58	106
2018	7	59	107
2019	7	59	107
2020	7	58	114

Fonte: DREM

O número de bens imóveis classificados tem vindo a crescer paulatinamente desde 2017 com maior prevalência do crescimento dos imóveis de interesse municipal.

Museus, Bens e Visitantes

Tabela 59 – Evolução dos museus, bens e visitantes na RAM

	Museus ⁴	Bens	Visitantes
2017	19	97 225	262 742
2018	18	98 533	211 171
2019	18	99 615	213 134
2020	17	54 488	72 095

Fonte: DREM

O número de museus que cumprem os critérios de contabilização tem sofrido um ligeiro de decréscimo desde 2017. O número de visitantes associados a estes espaços teve uma redução significativa entre 2017 e 2018 e uma redução muito substantiva entre 2019 e 2020, explicável pelas restrições impostas pela Pandemia de COVID-19.

Galerias e espaços de exposição, exposições, obras expostas e autores representados

Tabela 60 – Evolução do número de galerias de artes, exposições temporárias, obras expostas e autores e autoras representados na RAM

	Galerias de arte e espaços de exposição	Exposições temporárias	Obras expostas	Autores(as) representados(as)
2017	31	305	8 921	1 740
2018	33	278	8 939	1 298
2019	34	261	6 752	1 501
2020	30	114	3 545	546

Fonte: DREM

O número de galerias de arte e espaços de exposição tem vindo a aumentar desde 2017 com a exceção do ano de 2020 onde se verificou uma quebra, ano marcado pelas restrições da Pandemia de COVID-19, que também se fez sentir vigorosamente nas exposições obras e autores representados. O número de exposições verificou, no entanto, um decréscimo entre 2018 e 2019 assim como as obras expostas. Os autores representados têm vindo a variar entre 2017 e 2019 sendo que o máximo foi atingido em 2017.

⁴ Os valores apresentados correspondem aos museus que, no ano de referência, cumpriam os seguintes cinco critérios de seleção: existência de, pelo menos, uma sala ou espaço de exposição, abertura ao público, permanente ou sazonal, existência de, pelo menos, um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente), existência de um orçamento e de um inventário.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Operações e respetiva despesa efetuada na recuperação e promoção de património cultural

Tabela 61 – Operações e respetiva despesa efetuada na recuperação e promoção de património cultural no âmbito do PO Madeira 14-20.

Projetos apoiados	Custo total elegível
Projeto de organização, recuperação e divulgação do Património das Bandas Filarmónicas - Filarmónicas na Web	179 428,74 €
Centro de Interpretação do Bordado Madeira	912 627,45 €
Requalificação do Cais do Carvão	323 237,17 €
Remodelação do Museu História Natural do Funchal ⁵	1 042 278,19 €
Recuperação e Requalificação de Fontenários, Moinhos de Vento e Ecoteca do Porto Santo ²	340 840,63 €
Núcleo Museológico da Misericórdia de Sta. Cruz (Sta. Casa Misericórdia de Sta. Cruz)	323 953,50 €
Reconversão do Parque Temático da Madeira	1 268 269,53 €
Recuperação das Capelas da Igreja Matriz de Machico	179 312,57 €
Museu de Arqueologia da Madeira	1 468 274,54 €
Museu de Fotografia da Madeira	473 320,82 €
Reabilitação e restauro do Convento de Santa Clara	2 299 797,20 €
Conservação e Restauro dos tetos Mudéjares da Sé do Funchal	1 161 228,00 €
Comemorações dos 600 Anos do Descobrimento do Arquipélago da Madeira	2 392 325,94 €
Museu do Romantismo - Quinta do Monte	3 795 000,58 €
Total	16 159 894,86 €

Fonte: IDR

As operações efetuadas no âmbito do Programa Operacional 14-20 movimentaram um conjunto importante de projetos de âmbito cultural movimentando 49,8% do total de custo total elegível (32 447 201€) do eixo “Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos”.

Despesas em património cultural efetuadas pelos municípios por domínio cultural

Tabela 62 – Evolução da despesa em património cultural efetuada pelos municípios da RAM, por domínio cultural

	Museus	Monumentos, centros históricos, sítios protegidos	Sítios arqueológicos	Património imaterial	Outras atividades não especificadas	Total
2017	1 188 114	0	0	0	4 500	1 192 614
2018	1 277 496	0	72 134	60	60 982	1 410 672
2019	902 723	59 164	0	0	225 170	1 187 057
2020	836 966	5 079	10 830	0	74 574	927 449

Fonte: INE

⁵ Estes projetos já foram considerados no âmbito do FCD – “Qualificação Territorial” pela sua ambivalência ambiental e cultural.

Síntese

A RAM tem vindo a liderar a desmaterialização do património documental a nível nacional em diversas dimensões. Trata-se assim de um esforço de digitalização, no campo da promoção do acesso à cultura, que encontra um fôlego conceptual importante no campo da transição digital já analisada no FCD (I&D+I e Transição Digital).

Verifica-se que, de grosso modo, a dinâmica geral dos espaços museológicos e das exposições tem vindo a decrescer e não foi acompanhada pelo crescimento do turismo que deveria aportar, potencialmente, maior procura por estes espaços.

A análise à evolução da despesa em património cultural por parte dos municípios demonstra que a despesa afeta aos museus é dominante embora tenha vindo a decrescer no período de análise.

5.5.1.2 Património natural e biodiversidade

Áreas protegidas por tipologia

Tabela 63 – Evolução das áreas protegidas por tipologia na RAM

	Parque natural	Reserva natural	Rede Áreas Marinhas	Paisagem Protegida
	[ha]			
2017	44404	1676	230	11
2018	44417	1676	224	59
2019	44418	1676	229	58
2020	44418	1676	229	58

Fonte: DREM

As áreas protegidas tiveram uma evolução significativa ao nível das paisagens protegidas tendo as restantes tipologias sofrido alterações ligeiras.

É de ressaltar que em 2021 a RAM passou a contar com a maior área marinha de proteção total da Europa e todo o Atlântico Norte, com uma área total de 267 700 ha, correspondente à área marinha delimitada por 12 milhas náuticas em volta do arquipélago das Selvagens. Assim, o incremento da rede de áreas marinhas protegidas em 2021 corresponderá a um aumento muito significativo.

Rede Natura 2000

Tabela 64 – Evolução da Rede Natura 2000 na RAM

	Sítios de Importância Comunitária	Zonas de proteção especial
	[ha]	
2017	25242	20504
2018	25209	20500
2019	25238	20502
2020	25239	20502

Fonte: DREM

A Rede Natura 2000 tem se mantido relativamente constante no período de análise.

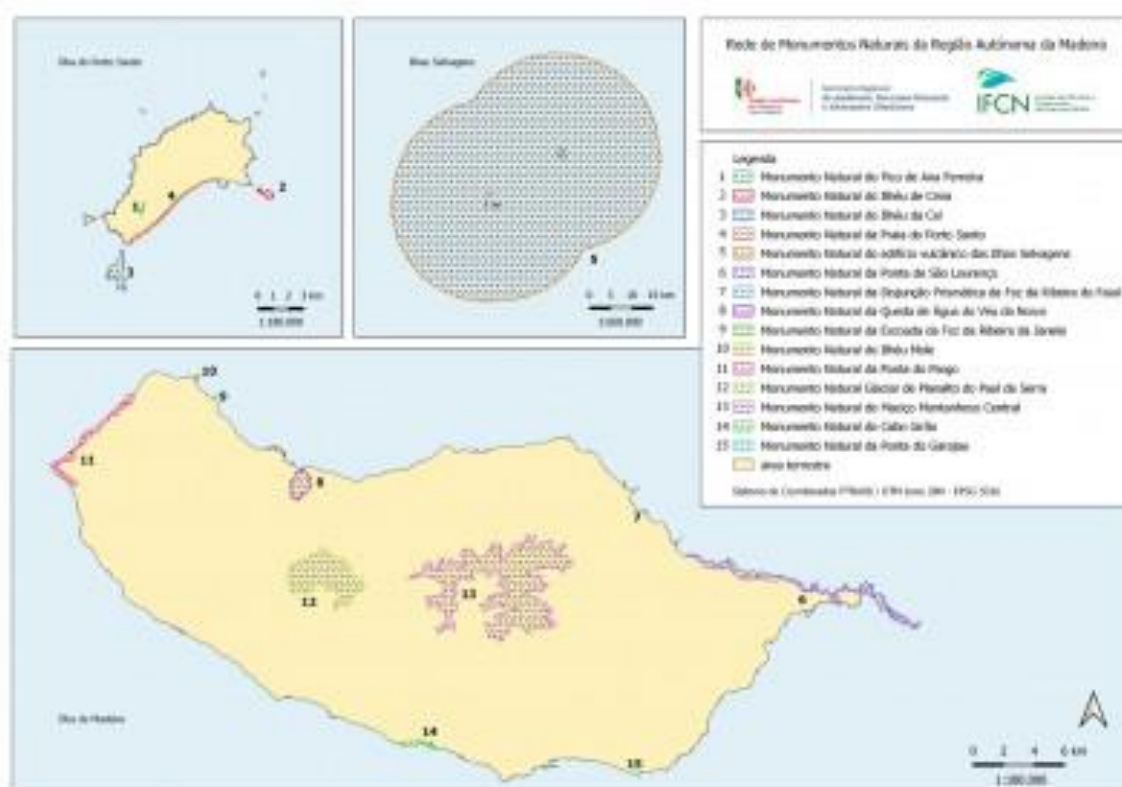
Monumentos Naturais

Em março de 2021 foi criada a rede de Monumentos Naturais da RAM que é constituída pelos seguintes monumentos:

- O Pico de Ana Ferreira;
- O Ilhéu de Cima;
- O Ilhéu da Cal;
- A Praia do Porto Santo;
- O Edifício Vulcânico das Ilhas Selvagens;
- A Ponta de São Lourenço;

- A Disjunção Prismática da Foz da Ribeira do Faial;
- A Queda de Água do Véu da Noiva;
- A Escoda da Foz da Ribeira da Janela;
- O Ilhéu Mole;
- O Maciço Montanhoso Central;
- O Glaciar de Planalto do Paul da Serra;
- A Ponta do Garajau;
- O Cabo Girão;
- A Ponta do Pargo.

Figura 44 – Representação gráfica da Rede de Monumentos Naturais da RAM



Fonte: IFCN

Espécies protegidas

Reportando às Diretivas Aves e Habitats a RAM conta neste momento com 43 espécies protegidas no âmbito da Diretiva Aves e 92 espécies protegidas no âmbito da Diretiva Habitats, totalizando 135 espécies sob regime de proteção coberto por estas diretivas.

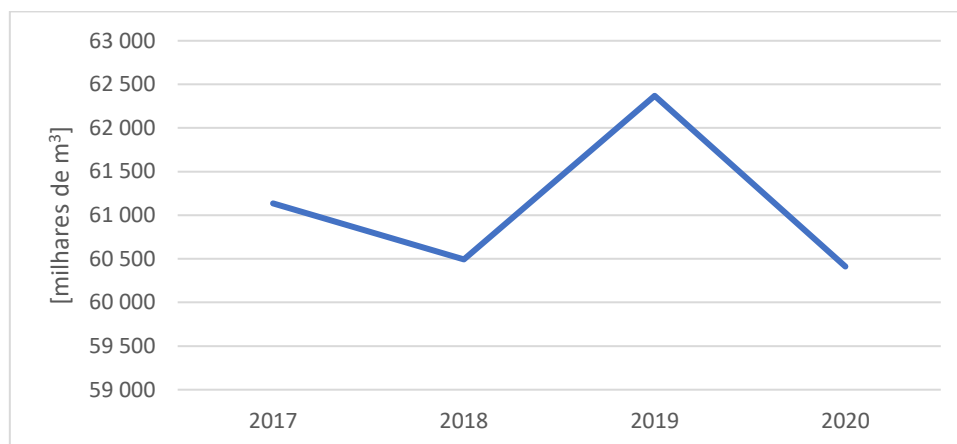
Síntese

Em síntese a RAM contou com incrementos significativos no ano de 2021 no âmbito geral dos instrumentos de proteção do património natural.

5.5.1.3 Recursos hídricos

Água captada

Figura 45 – Evolução da água captada na RAM

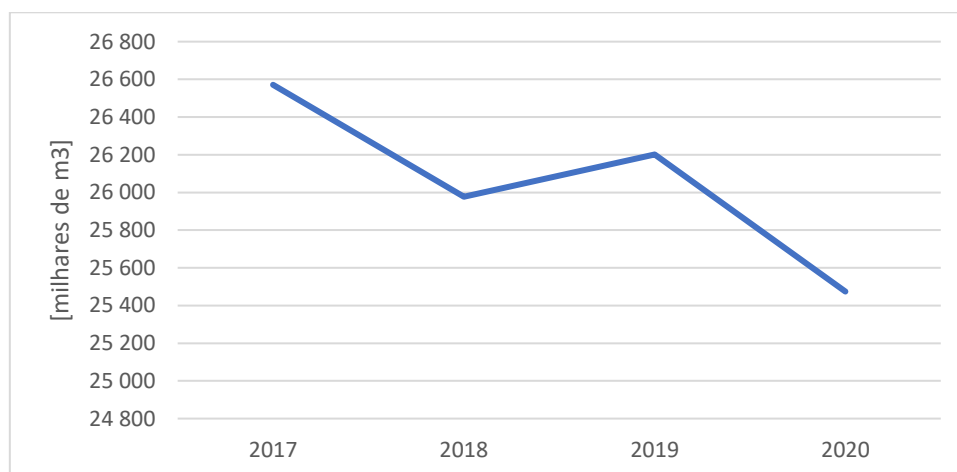


Fonte: DREM

A evolução da captação de água não registou um sentido definido no período de análise.

Água distribuída

Figura 46 – Evolução da água distribuída na RAM

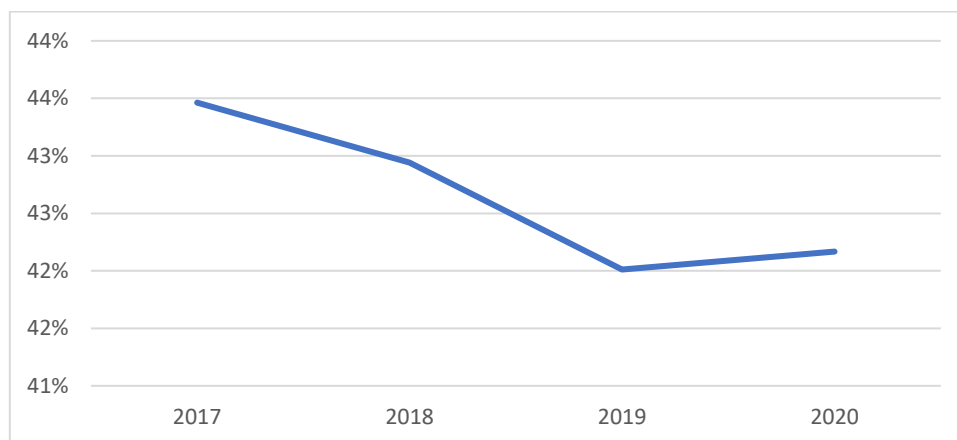


Fonte: DREM

A água distribuída tem registado um sentido descendente.

Percentagem de água captada efetivamente distribuída

Figura 47 – Evolução da percentagem de água captada efetivamente distribuída na RAM

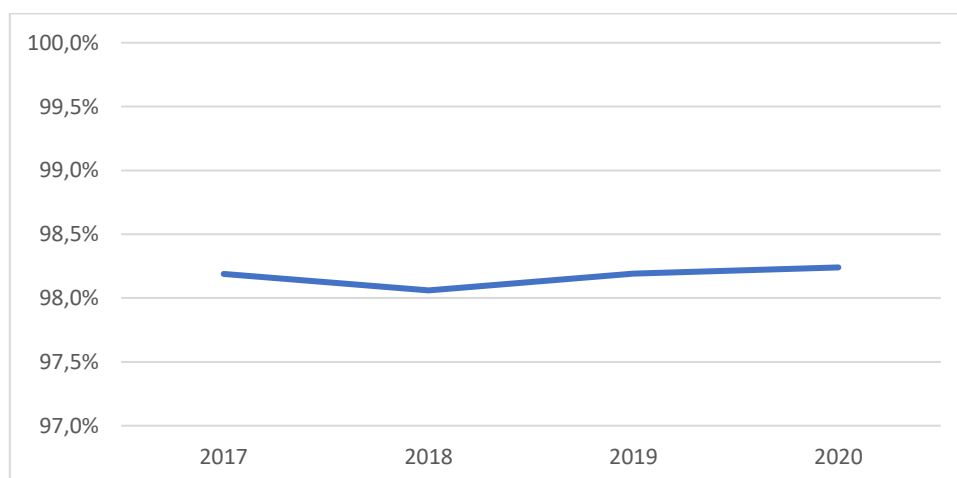


Fonte: DREM

A efetividade da distribuição de água captada tem vindo a decrescer embora se registre uma ligeira melhoria no ano de 2020.

Qualidade da água para consumo

Figura 48 – Evolução da percentagem de amostras de água para consumo consideradas seguras na RAM



Fonte: DREM

A água para consumo tem se mantido com uma predominância elevada de amostras consideradas seguras e estável ao longo dos anos em análise.

Síntese

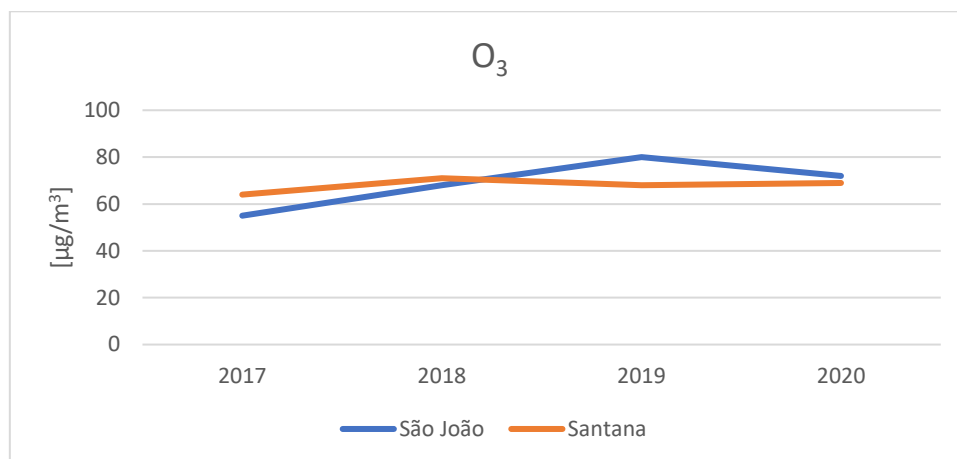
A análise agregada da evolução dos recursos hídricos realça as debilidades existentes ao nível da distribuição de água na RAM. A qualidade da água distribuída mantém padrões de qualidade muito elevados.

5.5.1.4 Qualidade do ar

Prevalência de poluentes atmosféricos nas redes de monitorização

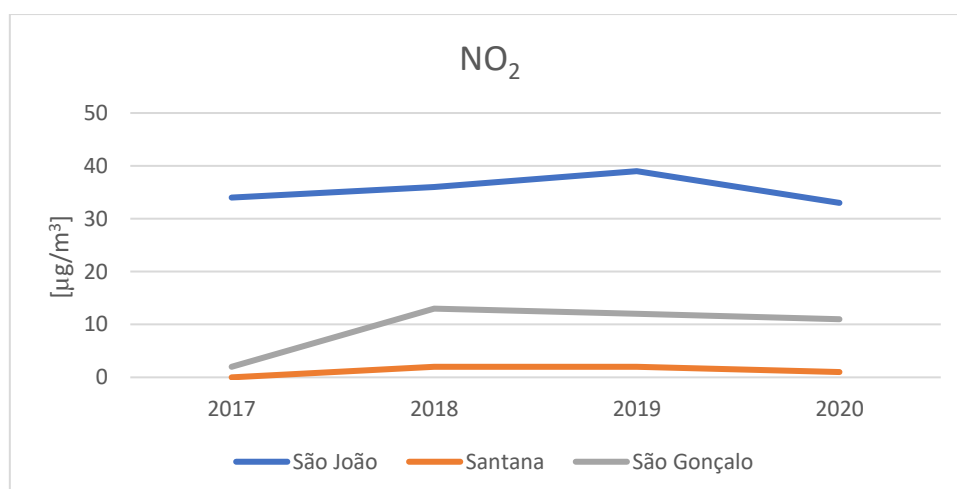
OS valores que se seguem foram medidos nas estações do Funchal (São João e São Gonçalo) e na estação de Santana (Madeira/Porto Santo)

Figura 49 – Evolução da média anual horária de O_3 (Ozono) nas estações de São João e de Santana



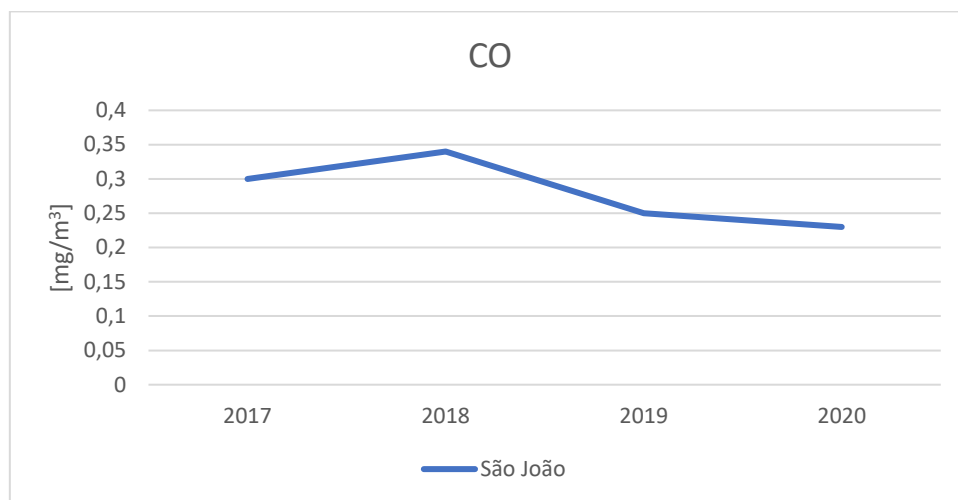
Fonte: APA

Figura 50 – Evolução da média anual de NO_2 (Dióxido de Azoto) nas estações de São João, São Gonçalo e Santana



Fonte: APA

Figura 51 – Evolução da média anual (8h) de CO (Monóxido de Carbono) na estação de São João



Fonte: APA

Figura 52 – Evolução da média anual horária de SO₂ (Dióxido de Enxofre) na Estação de São Gonçalo

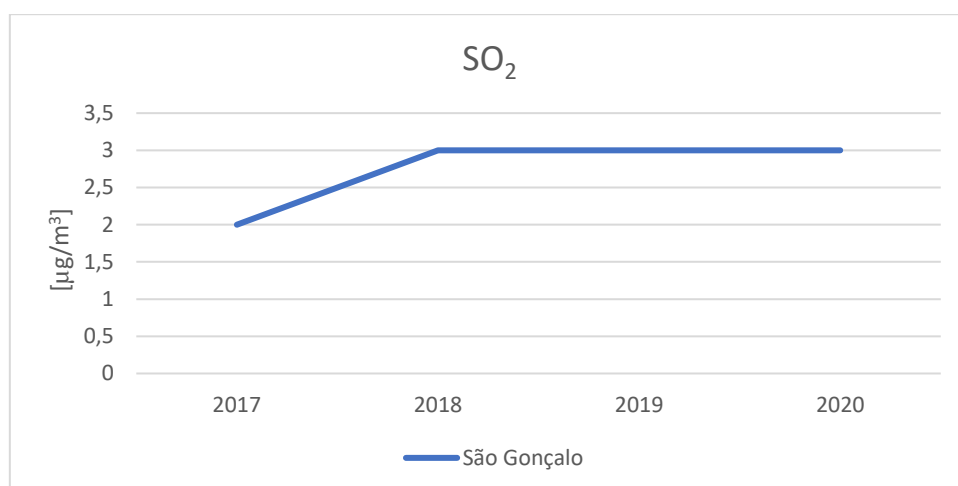
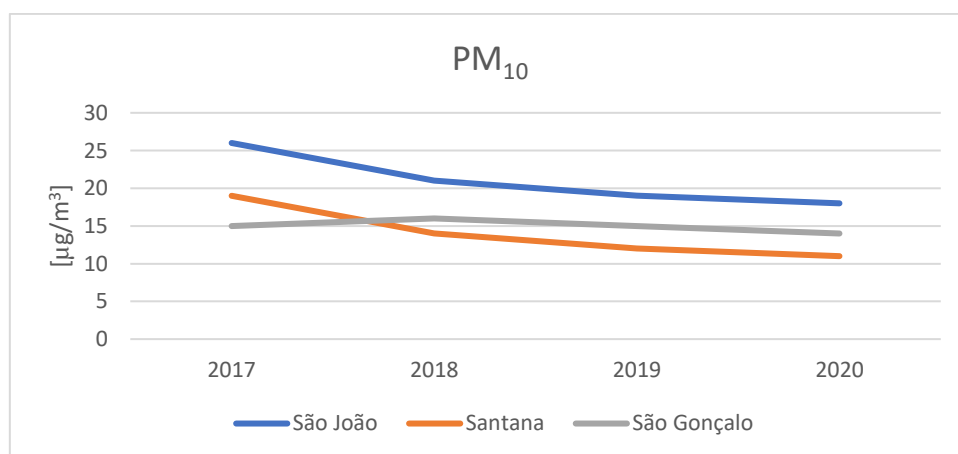


Figura 53 – Evolução da média anual diárias de PM₁₀ (Partículas Moleculares com diâmetro inferior a 10 µm) nas estações de São João, São Gonçalo e Santana



Fonte: APA

Excedências registadas nos poluentes atmosféricos

O único poluente que registou excedências aos valores limites/alarme/informação durante o período de análise foram as PM₁₀.

Tabela 65 – Evolução das excedências ao VL diário de PM₁₀ nas estações de São João, São Gonçalo e Santana

	Excedências ao Valor Limite Diário de PM10 (50 µg/m ³)			
	2017	2018	2019	2020
São João	23	7	6	10
Santana	8	3	8	3
São Gonçalo	15	7	9	7

Fonte: APA

O número de excedências ao VL diário em PM₁₀ tem vindo a diminuir ao longo do período em análise. Estando as concentrações elevadas de PM₁₀ geralmente indexada à queima de combustíveis pesados, não é de excluir a presença de poeiras oriundas do norte de África e de incêndios rurais como causa de algumas excedências verificadas. No entanto verifica-se uma tendência decrescente nas médias anuais diárias da concentração deste poluente o que indicia um cenário de melhoria talvez impulsionado pelas políticas ligadas à transição climática.

Os restantes poluentes analisados verificam concentrações médias confortavelmente abaixo dos valores limite/alarme/informação e nenhuma excedência a qualquer limiar.

Síntese

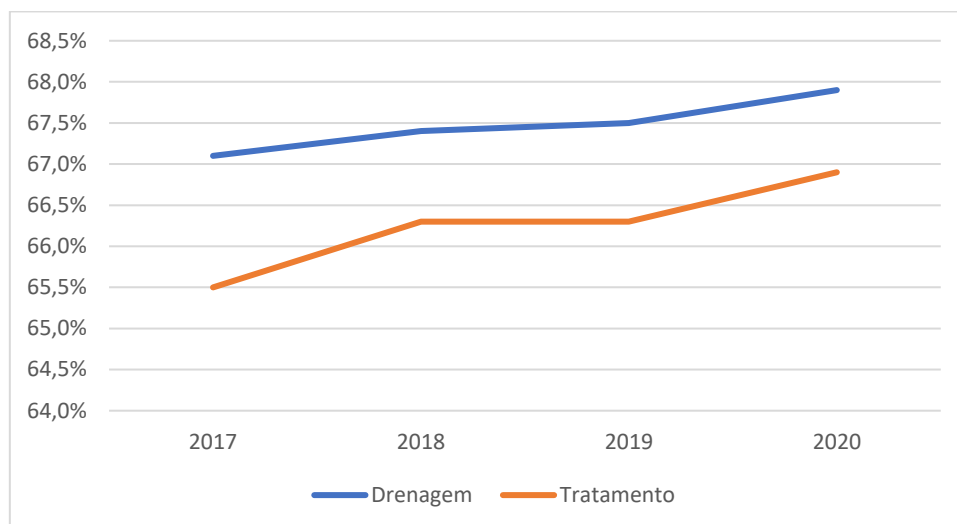
A análise agregada à qualidade do ar revela que as estações de monitorização registam prevalências muito reduzidas na maioria dos poluentes atmosféricos. A exceção são as Partículas Moleculares (PM₁₀) que por várias vezes têm vindo a exceder os Valores Limites Diários.

Assim, podemos concluir que a qualidade do ar no período de análise na RAM tem sido boa.

5.5.1.5 Efluentes Líquidos

População servida por drenagem e tratamento de águas residuais

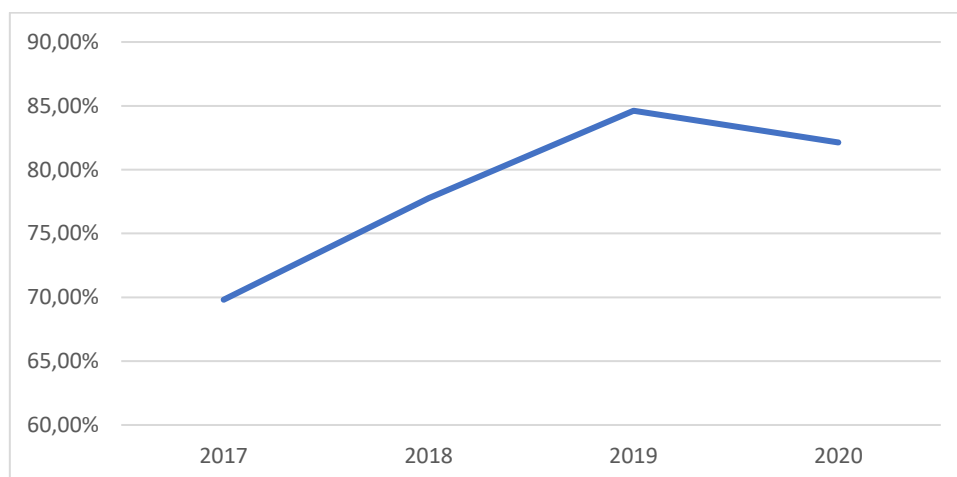
Figura 54 – População servida por sistemas de Drenagem e Tratamento de águas residuais



A população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais tem vindo a aumentar no período em análise, mas mantém-se insuficiente perante os padrões nacionais (>80% no acesso a saneamento básico).

Águas balneares classificadas como excelentes

Figura 55 – Águas balneares classificadas como excelentes na RAM



Fonte: DREM

Apesar da abrangência insuficiente no acesso ao saneamento básico, as águas balneares com categoria de excelente tem sido predominante e tem vindo a aumentar no período de análise.

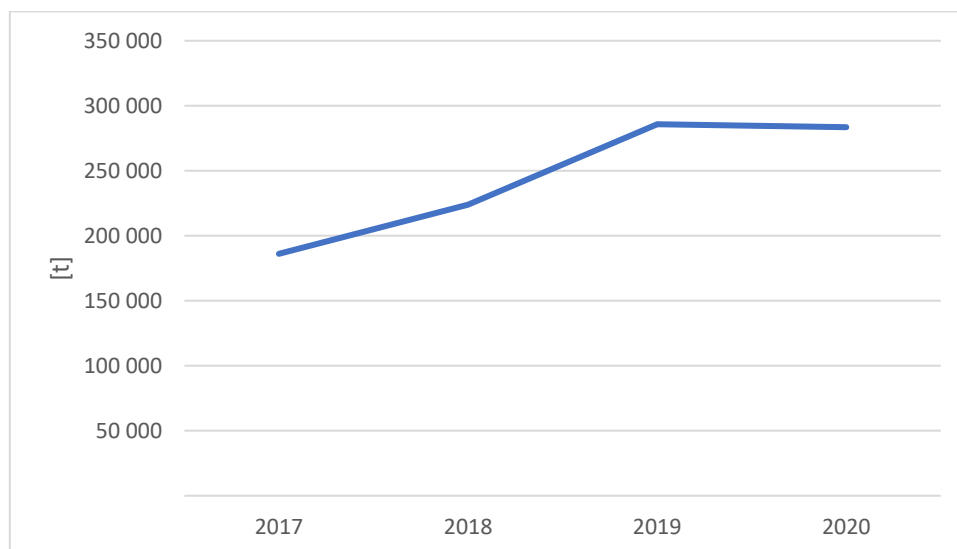
Síntese

A população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais tem evoluído positivamente, mas mantém-se abaixo da média nacional. Apesar da menor cobertura, as águas balneares apresentam, na sua grande maioria, resultados muito positivos.

5.5.1.6 Economia Circular

Produção Global de Resíduos

Figura 56 – Evolução da produção global de resíduos na RAM

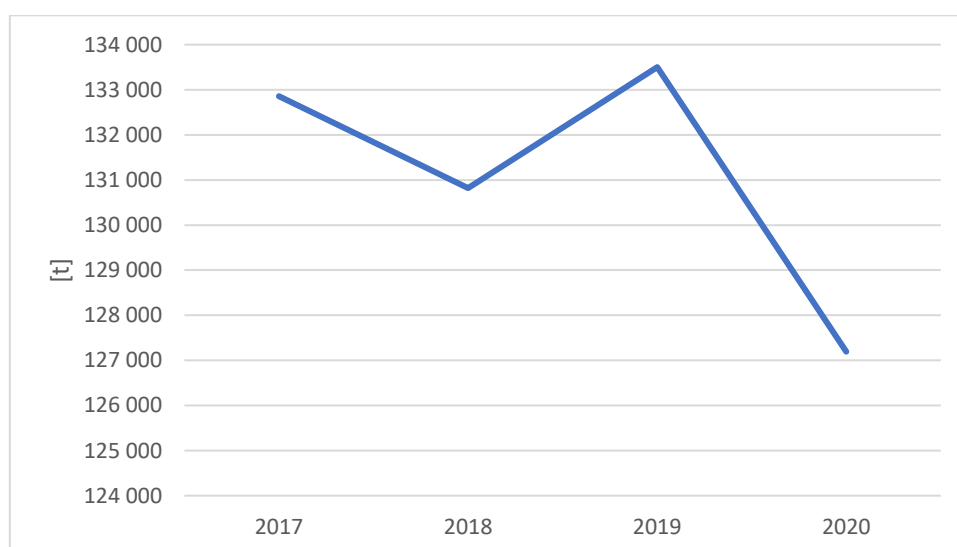


Fonte: DREM

A produção global de resíduos aumentou durante o período de análise com exceção do ano de 2020 onde se verificou uma inversão no cenário de crescimento.

Resíduos enviados para tratamento na Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos

Figura 57 – Evolução da quantidade de resíduos enviados para a ETRS da Madeira

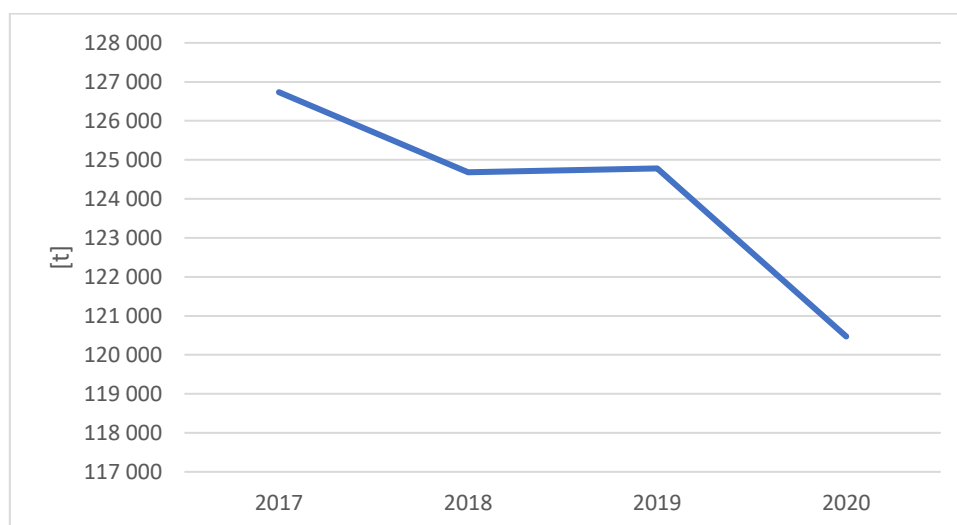


Fonte: DREM

A quantidade de resíduos enviados para a ETRS manteve-se relativamente constante com exceção de 2020 onde se verificou uma quebra notável.

Resíduos incinerados na ETRS

Figura 58 – Evolução da quantidade de resíduos sujeitos ao processo de inceneração na ETRS

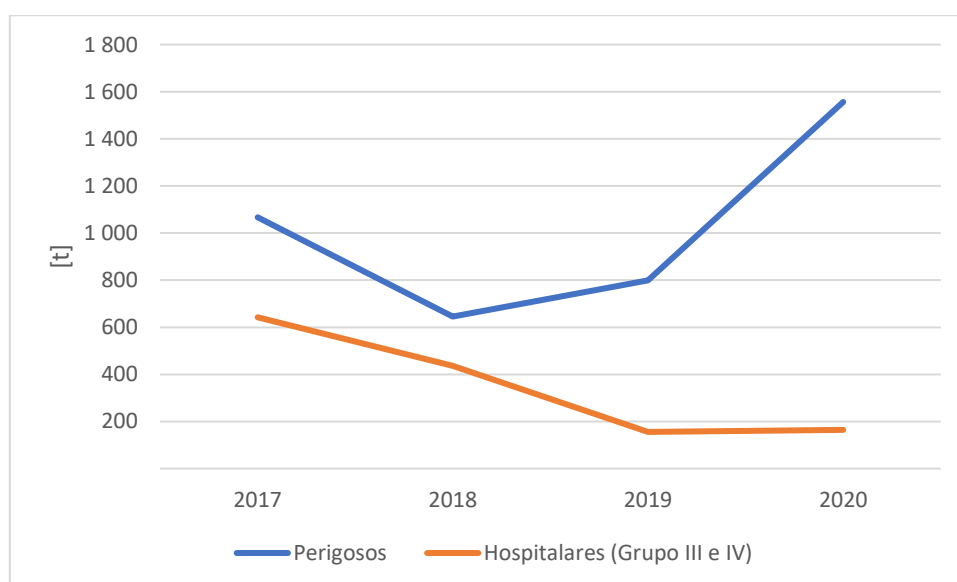


Fonte: DREM

A quantidade de resíduos incinerados decresceu consistentemente durante o período de análise. A redução substancial registada em 2020 é consistente com a redução de resíduos enviados para a ETRS, previsivelmente, devido às consequências da Pandemia de COVID 19.

Resíduos enviados para tratamento e reciclagem fora da RAM

Figura 59 – Evolução do envio de resíduos perigosos e resíduos hospitalares (Grupo III e IV) para tratamento fora da RAM

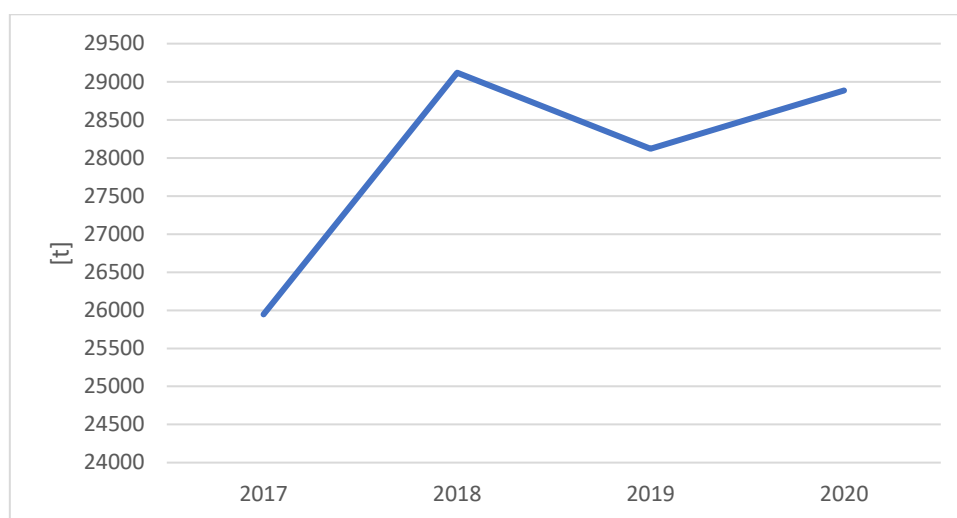


Fonte: DREM

A evolução do envio de resíduos perigosos e hospitalares dos grupos III e IV para tratamento fora da RAM manteve uma trajetória média de decréscimo até 2019. O

aumento substancial de resíduos perigosos em 2020 poderá ter explicação perante a produção de resíduos derivados do cenário pandémico.

Figura 60 – Resíduos enviados para fora da RAM para reciclagem

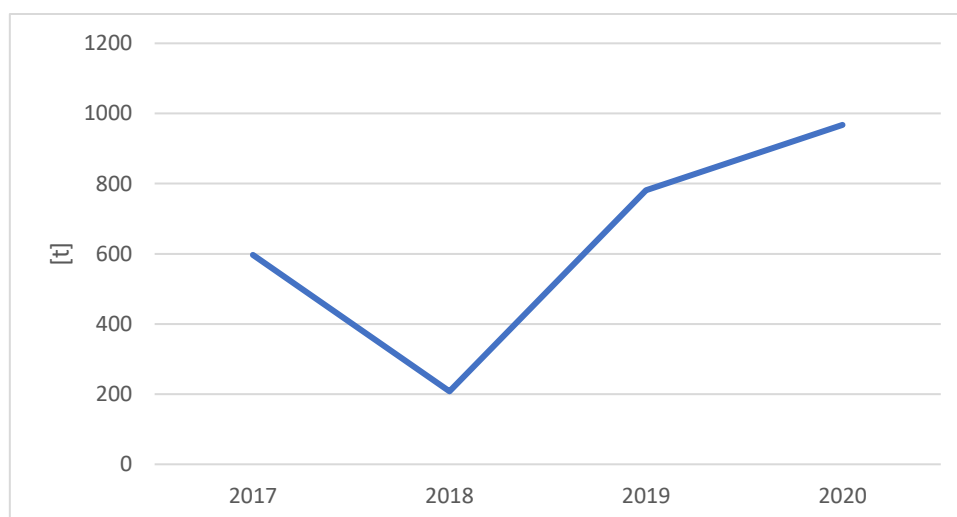


Fonte: DREM

A quantidade média de resíduos enviados para reciclagem tem vindo a aumentar durante o período de análise, talvez explicável pela melhoria da eficácia dos processos de separação de resíduos.

RSU valorizados na RAM

Figura 61 – Evolução da quantidade de RSUs valorizados na RAM

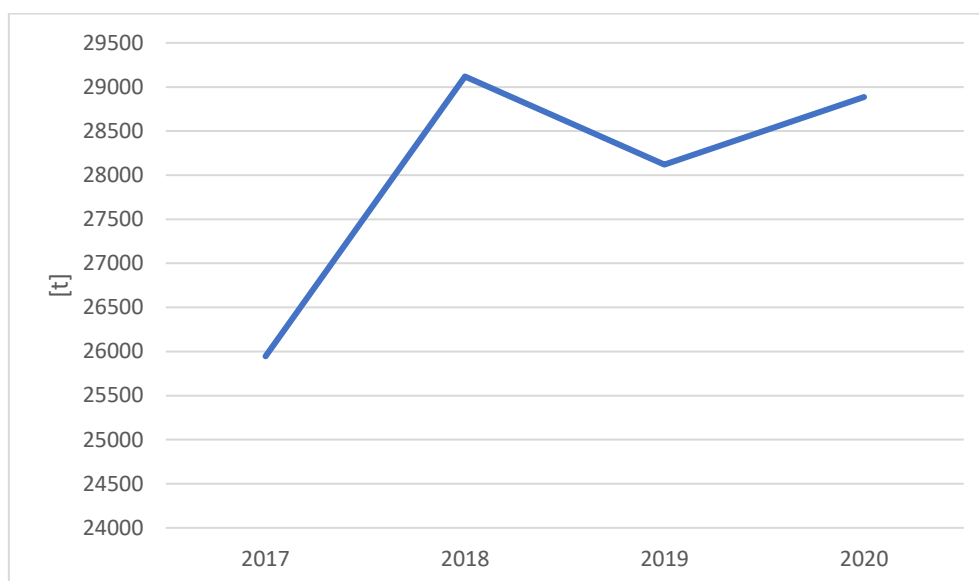


Fonte: DREM

Após uma quebra em 2018, a quantidade de resíduos sólidos urbanos valorizados na RAM aumentou nos anos seguintes. Este aumento explica-se pelo início em 2019 do processo de valorização dos resíduos de pneus.

Deposição de inertes

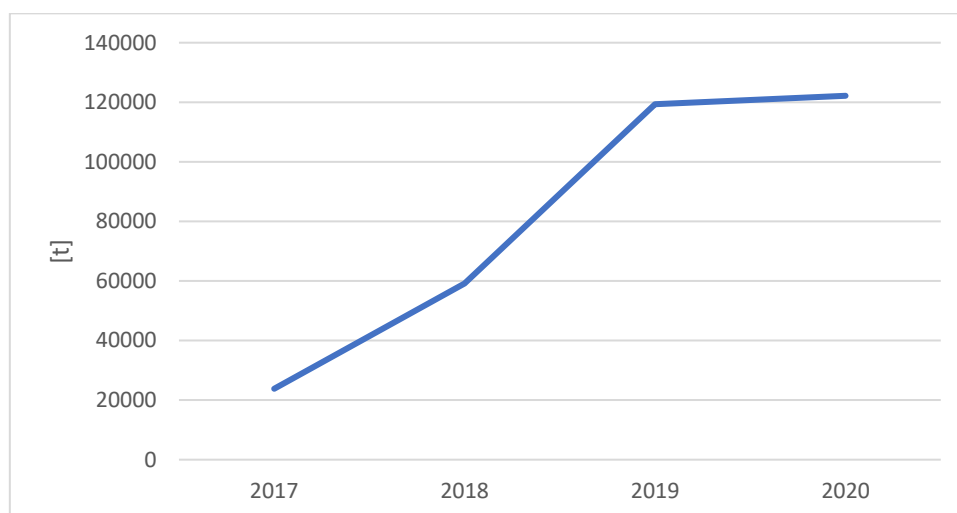
Figura 62 – Evolução da deposição de Inertes no Aterro de inertes do Porto Santo



Fonte: DREM

A deposição de inertes no aterro da ilha do Porto Santo teve um comportamento crescente no período de análise.

Figura 63 – Evolução da deposição de inertes na ilha da Madeira

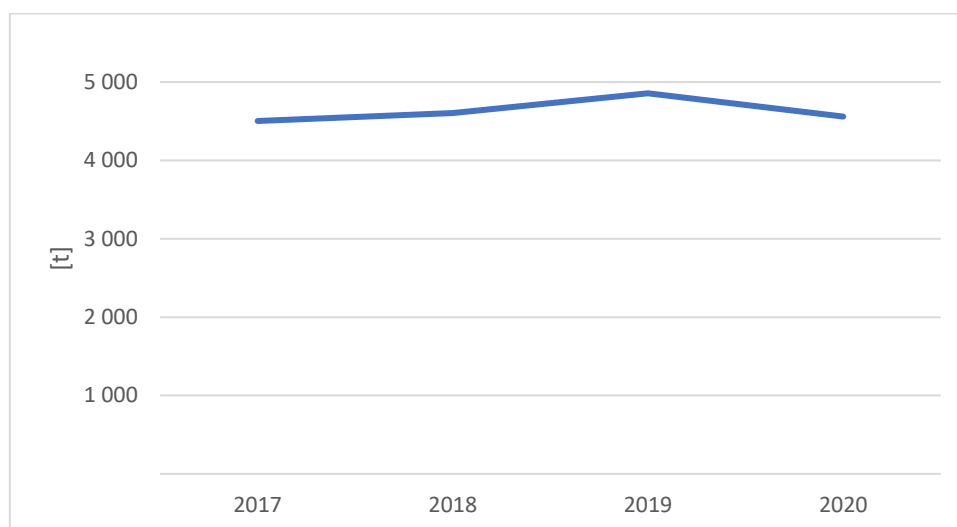


Fonte: DREM

A deposição de inertes tem vindo a crescer tanto na ilha do Porto Santo como na ilha da Madeira. Este aumento pode ser explicável pelo aumento da fiscalização e como resultado dos enquadramentos legislativos referentes aos resíduos de construção e demolição.

Deposição de resíduos no aterro sanitário da ETRS

Figura 64 – Evolução da quantidade de resíduos depositados no aterro sanitário da ETRS

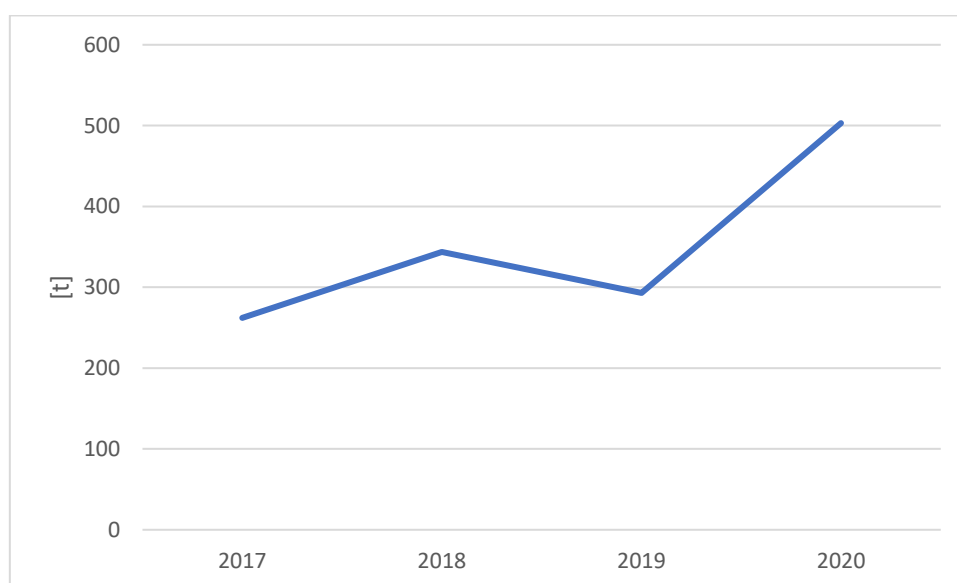


Fonte: DREM

A quantidade de resíduos depositados no aterro sanitário da ETRS tem se mantido relativamente constante durante o período de análise.

Célula Fusível da ilha do Porto Santo

Figura 65 – Evolução do uso da célula fusível da ilha do Porto Santo



Fonte: DREM

A célula fusível é um equipamento destinado à deposição temporária de RSUs da ilha do Porto Santo. O aumento significativo da quantidade armazenada temporariamente em 2020 terá como explicação as restrições impostas pela pandemia de COVID-19.

Síntese

A RAM tem dado passos importantes na procura da melhoria da gestão dos seus resíduos e na procura da implementação da economia circular. As melhorias têm se verificado tanto ao nível das taxas de separação e resíduos, como ao nível da valorização de fileiras específicas.

No entanto a RAM continua dependente da exportação de fileiras específicas de resíduos para tratamento fora da Região. Esta é uma debilidade regional de muito difícil resolução dada as reduzidas escalas de produção regional e a especificidade dos tratamentos necessários. Especial atenção deverá ser dada à situação dos aterros de inertes na RAM dado o elevado crescimento registado no período de análise.

5.5.2 Matriz SWOT

Tabela 66 – Matriz SWOT referente ao FCD “Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular”

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Desmaterialização do património cultural e liderança na Transição cultural digital • Dinâmica recente de recuperação e valorização do património cultural • Aumento muito significativo das áreas marítimas protegidas • Nova rede de monumentos naturais • Boa capacidade de depuração das águas costeiras compensa falhas ao nível do saneamento • Concentração reduzida de vários poluentes atmosféricos • Aumento da valorização de RSU 	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica do setor das exposições e dos Museus • Assimetrias de desenvolvimento limita a intervenção local sobre o património cultural e natural • Percentagem elevada de água captada que não é distribuída • Percentagem reduzida de população servida por sistemas de saneamento • Poluição atmosférica causada pelas partículas moleculares (PM10) • Efeito da ultraperifricidade sobre a gestão de resíduos • Aumento da produção global de resíduos
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Dinamismo recente do setor do turismo como alavanca do setor cultural • Valorização internacional do património cultural e natural da RAM • Transição energética como fator de potenciação da qualidade do ar • O advento da economia circular como limitação da pressão sobre a gestão de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Gentrificação ameaça o património cultural imaterial • Pressão turística sobre o património natural e cultural • Alterações climáticas poderão exercer pressão sobre a disponibilidade de recursos hídricos • Impactos transfronteiriços sobre o património marinho (ex.: plástico oceânico) • Capacidade limitada da RAM para comportar soluções finais de aterro


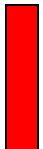




Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Tabela 67 – Internalização da Matriz SWOT no PR Madeira 2030, nos PO Temáticos e no PRR no FCD “Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular”

SWOT	Prioridades PR Madeira								
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C
Pontos Fracos									
Dinâmica do setor das exposições e dos Museus									
Assimetrias de desenvolvimento limita a intervenção local sobre o património cultural e natural									
Percentagem elevada de água captada que não é distribuída									
Percentagem reduzida de população servida por sistemas de saneamento									
Poluição atmosférica causada pelas partículas moleculares (PM10)									
Efeito da ultraperifricidade sobre a gestão de resíduos									
Aumento da produção global de resíduos									
Pontos Fortes									
Desmaterialização do património cultural e liderança na Transição cultural digital									
Dinâmica recente de recuperação e valorização do património cultural									
Aumento muito significativo das áreas marítimas protegidas									
Nova rede de monumentos naturais									
Boa capacidade de depuração das águas costeiras compensa falhas ao nível do saneamento									
Concentração reduzida de vários poluentes atmosféricos									
Aumento da valorização de RSU									
Ameaças									
Gentrificação ameaça o património cultural imaterial									
Pressão turística sobre o património natural e cultural									
Alterações climáticas poderão exercer pressão sobre a disponibilidade de recursos hídricos									
Impactos transfronteiriços sobre o património marinho (ex.: plástico oceânico)									
Capacidade limitada da RAM para comportar soluções finais de aterro									
Oportunidades									
Dinamismo recente do setor do turismo como alavanca do setor cultural									
Valorização internacional do património cultural e natural da RAM									
Transição energética como fator de potenciação da qualidade do ar									
O advento da economia circular como limitação da pressão sobre a gestão de resíduos									

Legenda:

	Considerado /Internalizado/ mitigado/ potenciado		Não considerado/ Internalizado/ mitigado/ potenciado		Âmbito de PO Temático		Âmbito do PRR		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável/ Sem relação
---	--	---	--	---	-----------------------	---	---------------	--	--------------------------------------	---	----------------------------

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

5.5.3 Identificação de Efeitos

Tabela 68 – Matriz de Identificação e avaliação dos impactes do PR Madeira 2030 no FCD “Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular”

Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular								
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes						
1A	RSO1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	A EREI prevê a mobilização de diversos domínios que concorrem positivamente para este FCD. A promoção da inovação tendencialmente poderá diminuir a pressão sobre os recursos naturais	S	I	M	D. T.	E	D
			+	i	m	m/l	sn	p
	RSO1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas	A digitalização concorre positivamente para a promoção, desmaterialização e acessibilidade do património cultural e natural. A digitalização permite uma gestão mais sustentável dos recursos naturais e a promoção da economia circular.	S	I	M	D. T.	E	D
			+	d	e	c/m	c	p
	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	A promoção do aumento da atividade económica provocará pressão adicional sobre os recursos naturais	S	I	M	D. T.	E	D
			-	d	l	c/m	c	t
	RSO1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	A EREI prevê a mobilização de diversos domínios que concorrem positivamente para este FCD.	S	I	M	D. T.	E	D
			+	i	m	m/l	sn	p
2A	RSO2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	A promoção da eficiência energética diminui a pressão sobre os recursos hídricos para a eletroprodução e diminui a poluição atmosférica, pelo que concorre positivamente para este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	d	e	c/m	c	p
	RSO2.5 - Promover o acesso e a gestão sustentável da água	A gestão sustentável da água promove a conservação dos recursos hídricos pelo que concorre positivamente para este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	d	e	c/m	c	p
	RSO2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	A promoção da economia circular promove a diminuição da produção de resíduos e diminui a pressão sobre os recursos naturais pelo que concorre positivamente para este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	d	e	c/m	c	p
	RSO2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	A proteção e preservação do património natural concorre positivamente para este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	d	e	c/m	c	p
2B	RSO2.8 - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	A promoção da mobilidade sustentável diminui a poluição atmosférica pelo que concorre positivamente para este FCD	S	I	M	D. T.	E	D
			+	d	m	c/m	c	p
3A	RSO3.1 - Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal	A capacitação das infraestruturas portuárias com a capacidade de abastecimento de energias limpas contribui para a preservação dos ecossistemas marinhos e promove a qualidade do ar	S	I	M	D. T.	E	D
			+	i	l	m	sn	p

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
4A	RSO3.2 - Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local, sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo um melhor acesso à RTE-T e à mobilidade transfronteiriça	A descarbonização da linha marítima entre a Madeira e Porto Santo contribuirá para a preservação dos ecossistemas marinhos e melhorará a qualidade do ar em ambas as ilhas					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	m	c	c	p
4A	RSO4.5 - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família de proximidade	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4A	RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e inovação social	Concorre positivamente para a preservação e valorização do património natural e cultural pelo que impacta positivamente este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	e	c/m	c	p
4A	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4A	ESO4.4 - Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, um envelhecimento ativo e saudável, bem como um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado, que aborde os riscos para saúde	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4A	ESO4.6 - Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4A	ESO4.7 - Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4A	ESO4.8 - Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
4B	ES04.11 - Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados para as crianças e grupos desfavorecidos	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4B	ES04.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
5A	OE5.1- Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	AS ITI Funchal e Porto Santo concorrem positivamente para este FCD em diversos domínios					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	e	c/m	c	p
1R	RS01.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4C	OE4.13 - Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					

Legenda:

Sinal (S): positivo (+) | neutro (0) | negativo (-); **Incidência (I):** direta (d) | indireta (i); **Magnitude (M):** elevada (e) | moderada (m) | ligeira (l); **Dimensão Temporal (D.T.):** curto (c) | médio (m) | longo (l); **Efeito (E):** cumulativo (c) | | sinérgico (sn); **Duração (D):** permanente (p) | temporário (t)

Síntese

Em síntese o PR Madeira contribuirá decisivamente e transversalmente para a preservação e promoção do património natural e cultural da RAM, assim como promoverá a utilização sustentável dos seus recursos naturais.

5.5.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030

A cenarização da ausência de PR Madeira 2030 implicaria um decréscimo acentuado na promoção e valorização do património cultural e na interrupção do caminho virtuoso percorrido no âmbito da desmaterialização do património documental.

Os processos de proteção do património natural, cobertos pelos instrumentos europeus, detêm fontes próprias pelo que é expectável que a área e o número de espécies protegidas se manteriam relativamente constante no cenário em prática. Não obstante, a não mobilização do RSO2.8 determinaria uma menor intervenção nas infraestruturas verdes e património natural pelo que é expectável que houvesse uma maior degradação das mesmas.

A gestão da disponibilização de recursos naturais requer um conjunto de infraestruturas que não seriam apoiadas pelo PR Madeira 2030. Saliencia-se a não mobilização do RSO2.5 (Prioridade 2A) que deixaria de promover a melhoria do sistema de distribuição e água e drenagem não contribuindo para a melhoria de indicadores onde a RAM está abaixo do desejável. Novamente, a complementaridade com o PRR implicaria uma intervenção desequilibrada comprometendo os objetivos das intervenções elencadas no PRR. A promoção da economia circular também apoiada pelo RSO2.6 (Prioridade 2A) sofreria um revés na evolução positiva de de vários indicadores ligados aos resíduos.

5.5.5 Recomendações

- a) Ponderar a atribuição de critérios que promovam a majoração de projetos que utilizem as melhores tecnologias ao nível a utilização dos recursos naturais na operacionalização do RSO1.3.
- b) Ponderar a inclusão de critérios que promovam recuperação e valorização preferencial do património cultural e natural, e a utilização sustentável dos seus recursos naturais, dos territórios menos desenvolvidos de modo a colmatar a menor capacidade do poder local para intervir nestes domínios.

5.6 Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social

5.6.1 Situação de Referência

5.6.1.1 Habitação social e acessível

A Estratégia Regional de Habitação (ERH) fornece o enquadramento sobre a evolução das carências habitacionais na RAM.

Pedidos de Apoio

Tabela 69 – Evolução dos pedidos de apoio para habitação entre 2000 e 2019

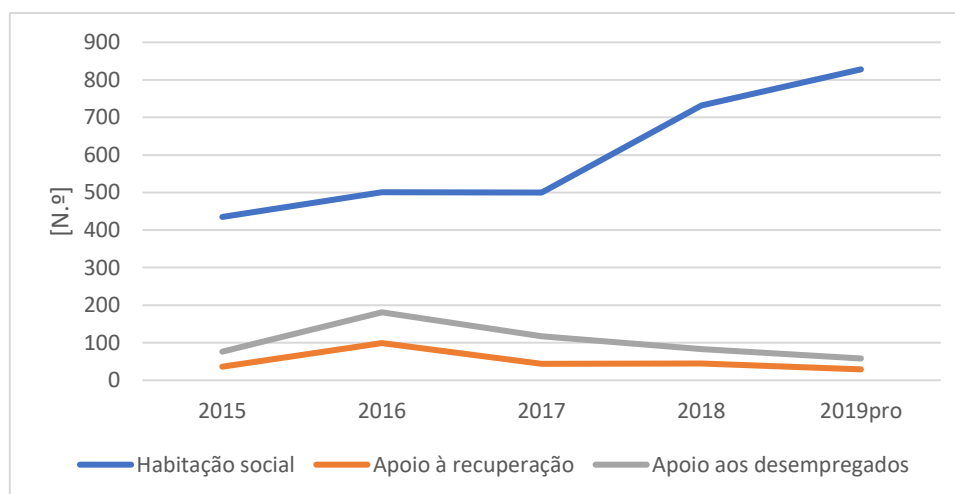
	Pedidos de apoio	
Habitação Social	13 436	82,8%
Apoio à recuperação de habitações degradadas	1 858	11,5%
Apoio aos desempregados	930	5,7%
Total	16 224	100%

Fonte: IHM/ERH

Os pedidos para habitação social foram claramente dominantes no período de análise seguidos dos pedidos de ajuda à recuperação de habitações degradadas e, por último, o apoio aos desempregados.

O IHM disponha à data da realização da ERH de 4.846 candidatos para apoio habitacional tendo o concelho do Funchal acumulado 52,9% dos pedidos, seguido pelo concelho de Câmara de Lobos com 14,9%, do Concelho de Santa Cruz com 12,8% e do concelho de Machico com 7,8%. Estes registos indicam que as carências habitacionais estão claramente concentradas nos territórios mais urbanos.

Figura 66 – Evolução dos pedidos de apoio à habitação

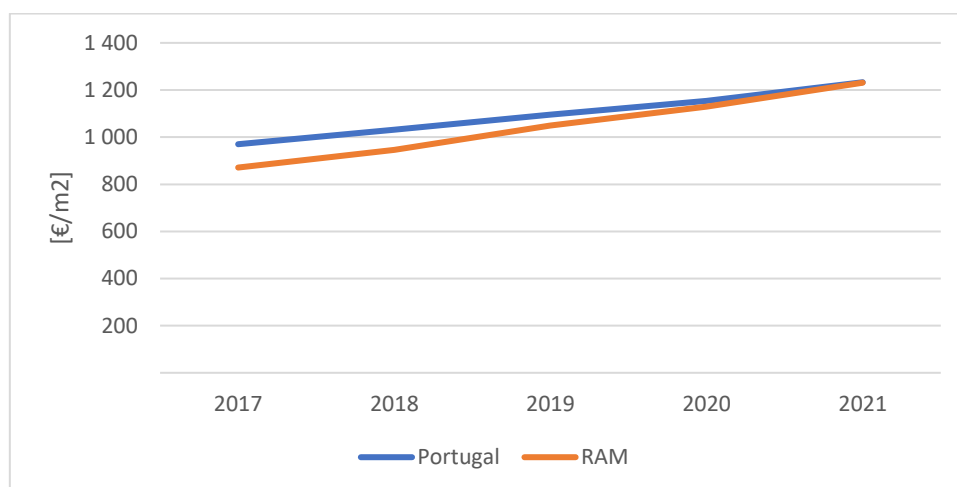


Fonte: IHM/ERH

Os pedidos de habitação social têm vindo a aumentar significativamente nos 5 anos em análise, em sentido contrário, os pedidos para reconstrução de habitações degradadas e para apoio aos desempregados têm vindo a diminuir.

Avaliações bancárias dos imóveis

Figura 67 – Evolução das avaliações bancárias dos alojamentos

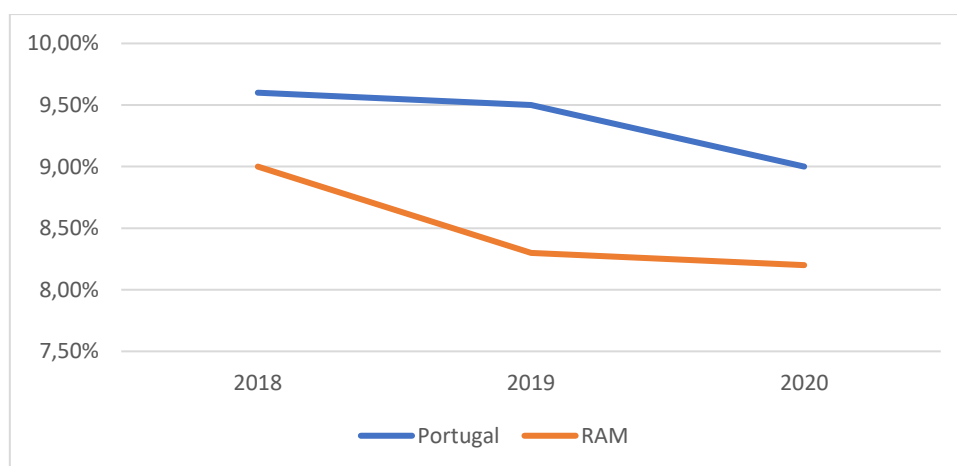


Fonte: DREM

A avaliação bancária dos imóveis tem vindo a crescer consistentemente nos últimos 5 anos tendo a RAM registado um ritmo de crescimento maior levando à convergência com os valores medianos nacionais.

Taxa de sobrelotação da Habitação

Figura 68 - Evolução da taxa de sobrelotação da habitação



Fonte: INE

A taxa de sobrelotação das habitações tem vindo a decrescer no cenário nacional e, com maior ritmo, na RAM.

Síntese

A análise integrada dos indicadores anteriores indicia que a pressão sobre os preços da habitação poderá estar a originar uma maior procura por apoio governamental para acesso à habitação. As alterações introduzidas durante o período de análise pelo setor bancário, que comumente implicam a reserva de 20% de entrada para acesso ao crédito à habitação, poderão estar a dificultar o acesso ao crédito e, por sua vez, a agravar a pressão sobre o setor da procura pela habitação social.

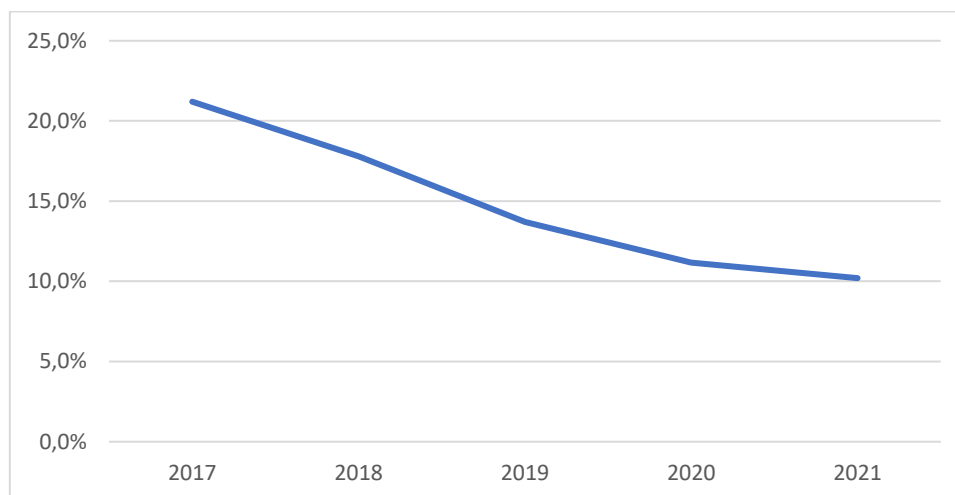
No entanto, é de registar o bom comportamento da taxa de sobrelotação habitacional na RAM e a diminuição dos pedidos de apoio para reabilitação de habitações, o que leva a concluir que as condições de habitabilidade têm registado um incremento no período de análise.

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, o Governo Regional reservou uma verba substancial (128 M€) para a construção de habitação a custos controlados. É expectável que esta iniciativa vá ter efeitos significativos sobre a pressão no acesso à habitação, mitigando a escalada de preços e a procura pela habitação social.

5.6.1.2 Qualificação e aprendizagem ao longo da vida

Taxa de abandono precoce de educação e formação

Figura 69 – Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação na RAM

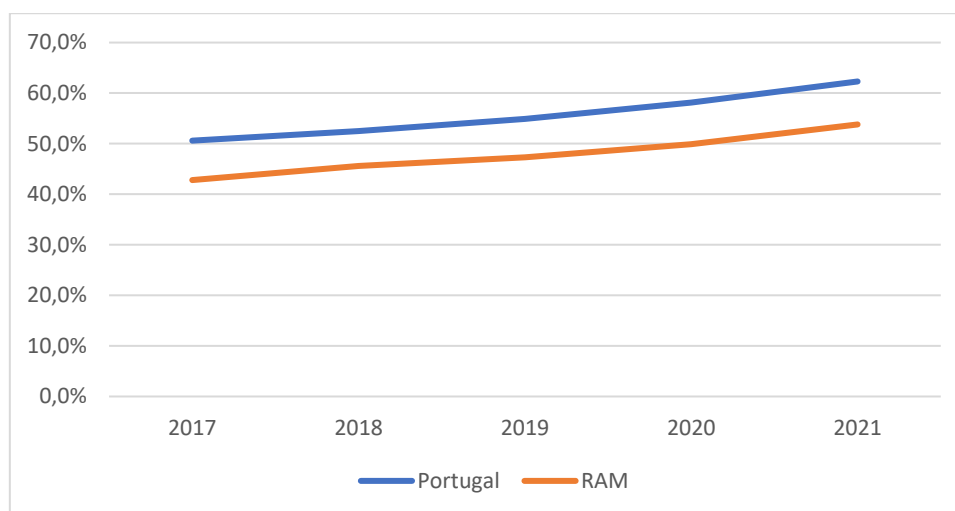


Fonte: DREM

A taxa de abandono precoce de educação e formação tem vindo a decrescer significativamente no período de análise.

Taxa de escolaridade do nível de ensino secundário

Figura 70 – Evolução da taxa de escolaridade do nível de ensino secundário

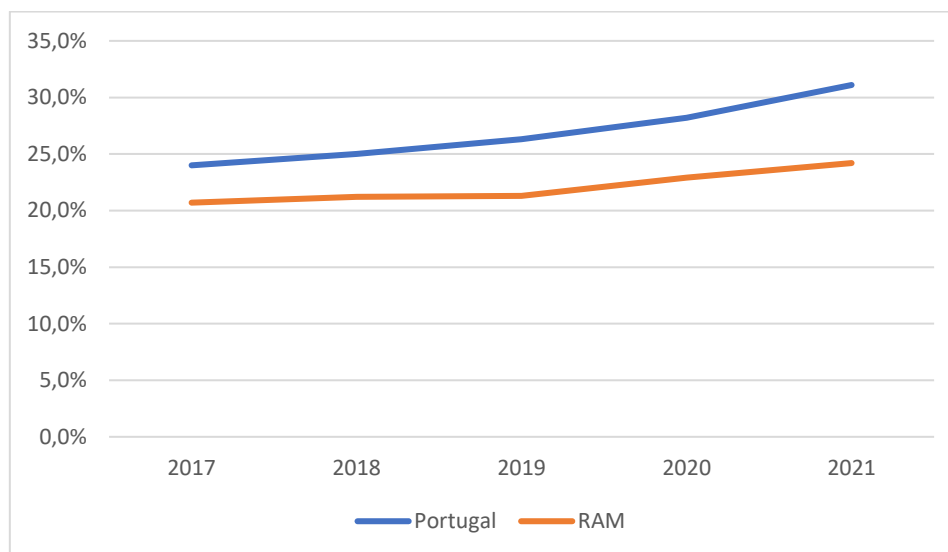


Fonte: INE

A taxa de escolaridade ao nível do ensino secundário tem vindo a evoluir favoravelmente ainda que se mantenha abaixo da média nacional

Taxa de escolaridade do nível de ensino superior

Figura 71 – Evolução da taxa de escolaridade do nível de ensino superior (25 e 64 anos)

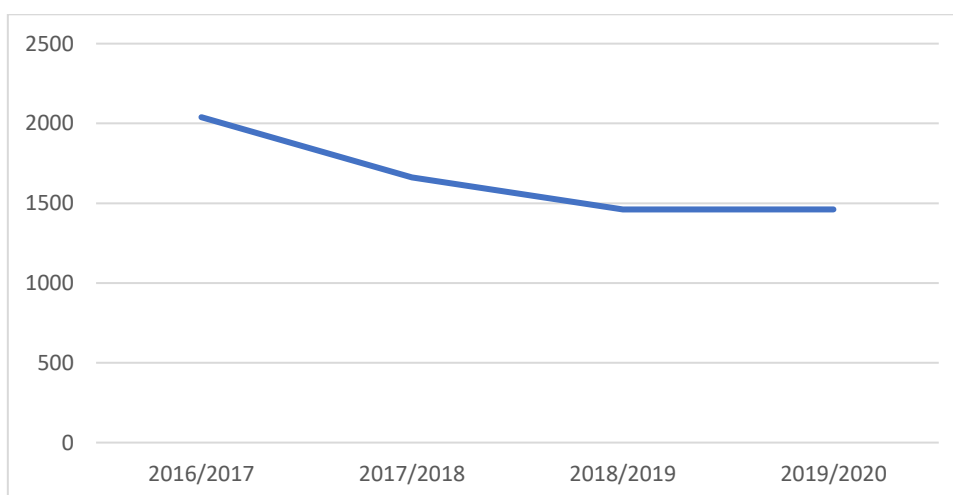


Fonte: INE

A taxa de escolaridade ao nível do superior no escalão etário entre os 25 e 64 anos teve uma evolução favorável, mas abaixo da média nacional. Verifica-se também que o hiato entre a média nacional e da RAM tem vindo a aumentar.

Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos

Figura 72 – Evolução no número de Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos

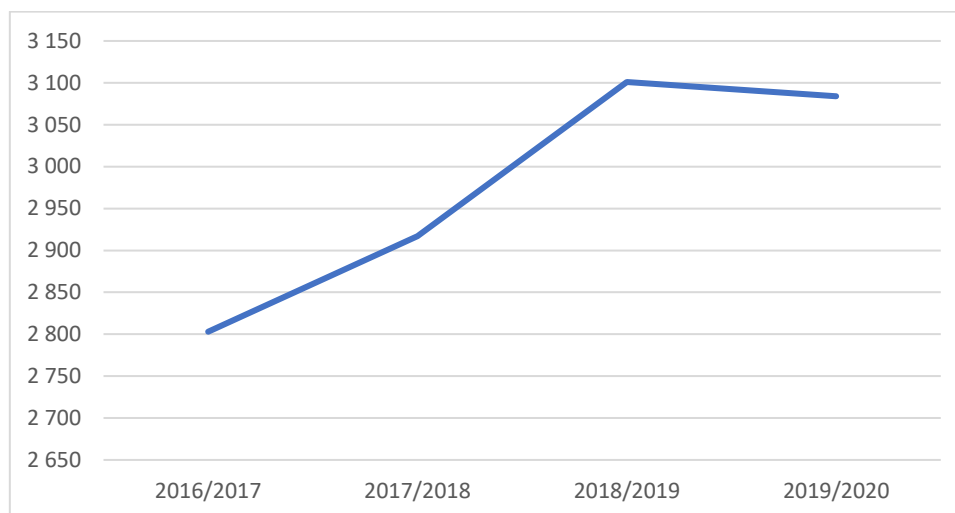


Fonte: DREM

O número de adultos que frequentam cursos de educação e formação tem vindo a decair no período de análise.

Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos orientados para adultos, incluindo ensino recorrente

Figura 73 – Evolução do número de Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos orientados para adultos, incluindo ensino recorrente



O número de adultos que frequentam cursos para adultos tem vindo a crescer no período de análise com exceção do ano de 2019/2020 onde se verificou uma ligeira quebra.

Síntese

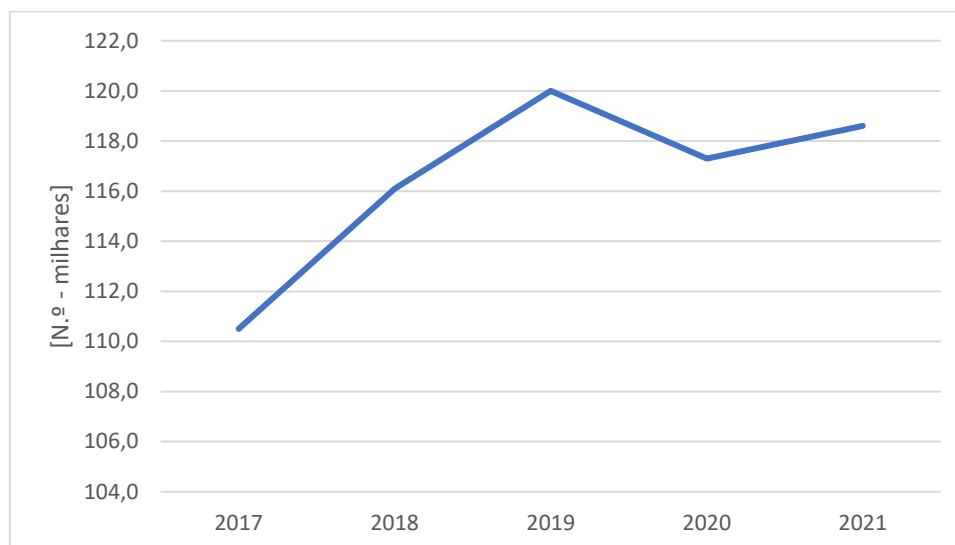
A análise integrada dos indicadores da formação e educação permite concluir que a RAM tem melhorado os indicadores referentes à formação ao nível do secundário e superior e tem conseguido baixar o nível e abandono precoce. No entanto a RAM continua a apresentar indicadores neste campo abaixo da média nacional.

Os adultos a frequentar cursos de formação e educação tem vindo a decair, mas em sentido contrário, os cursos de formação especialmente desenhados para adultos, incluindo os do ensino recorrente, tem registado um crescimento sustentado.

5.6.1.3 Emprego

População empregada

Figura 74 – Evolução da população empregada na RAM

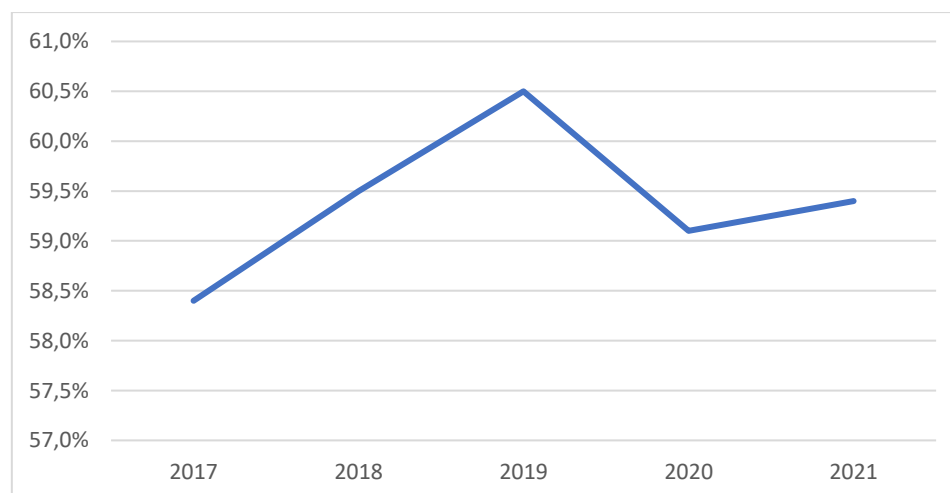


Fonte: DREM

A população empregada na RAM registou subida considerável até 2019. Em 2020, deu-se uma quebra, explicável pelo cenário pandémico, mas 2021 já iniciou uma recuperação para níveis próximos de 2019.

Taxa de atividade

Figura 75 – Evolução da taxa de atividade na RAM

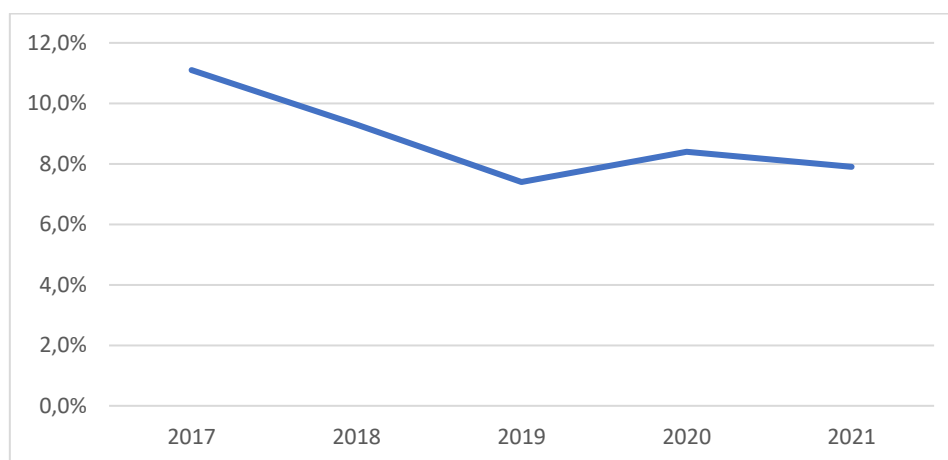


Fonte: DREM

A taxa de atividade teve um comportamento análogo à população empregada ainda que a recuperação, em 2021, esteja ainda ao nível de 2018.

Taxa de desemprego

Figura 76 – Evolução da taxa de desemprego na RAM



Fonte: DREM

A taxa de desemprego registou um comportamento decrescente até à pandemia de COVID-19. A tendência de decréscimo já foi retomada em 2021.

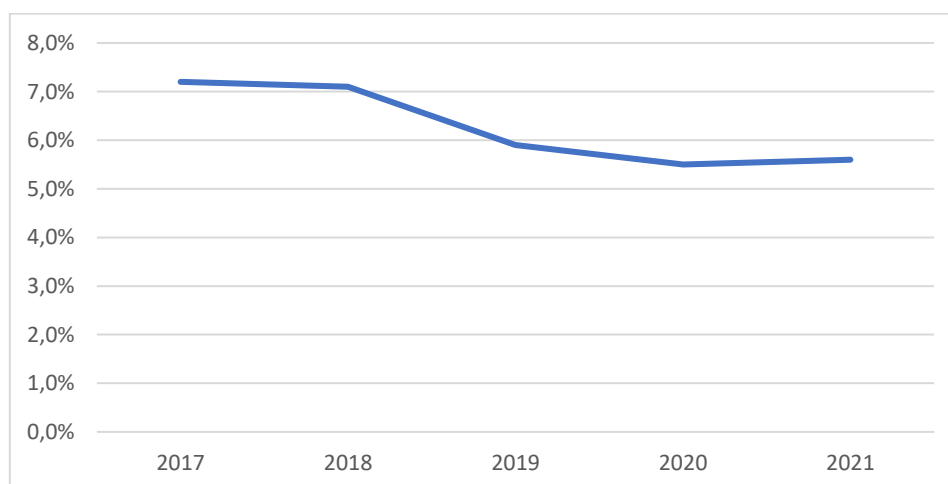
Jovens NEET

O número de jovens NEET (Jovens com idade dos 16 aos 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação e com nível de escolaridade completo) começou a ser registado pela Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) em 2021 pelo que não é possível avaliar o andamento deste indicador.

No último trimestre de 2021, eram 12 800 indivíduos, o que representava 21,5% do total deste grupo etário.

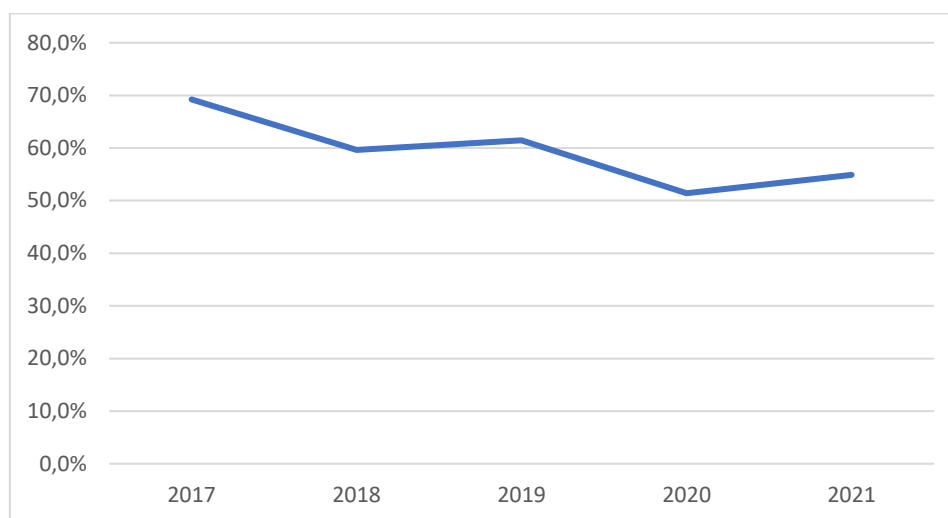
Taxa de desemprego de longa duração

Figura 77 – Evolução da taxa de desemprego de longa duração na RAM



Fonte: DREM

Figura 78 – Evolução da taxa de desemprego de longa duração em relação ao desemprego total



Fonte: DREM

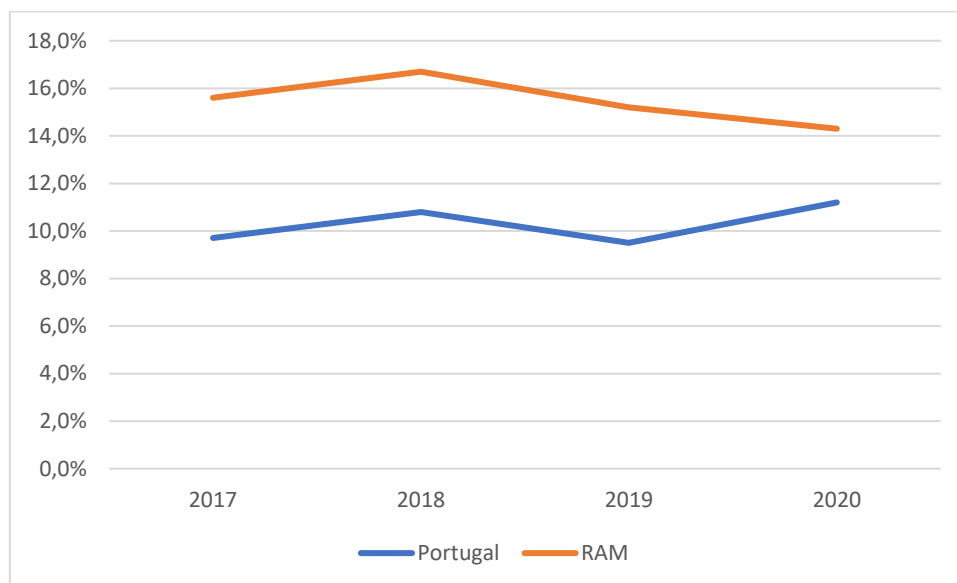
O desemprego de longa duração (12 ou mais meses) é um desemprego estrutural, logo, mais difícil de combater. As políticas públicas seguidas têm resultado num decréscimo deste desemprego estrutural e no peso desse desemprego estrutural na taxa de desemprego total. O ano de 2021, já foi marcado por uma forte oferta de emprego pelo que era expectável que absorvesse em primazia os desempregados de curta duração, o que explica a ligeira inflexão no peso do desemprego de longa duração registado no último gráfico em cima.

A análise integrada dos indicadores do emprego revela que a economia, e as políticas públicas seguidas, tiveram um sucesso relativo na manutenção do emprego durante a fase mais crítica da Pandemia de COVID-19. O ano de 2021 já foi um ano de recuperação da cadênciã pandémica. No entanto mantêm-se indicadores estruturais preocupantes como seja a elevada taxa de jovens NEET e o peso do desemprego de longa duração.

5.6.1.4 Pobreza e exclusão social

Taxa de risco de pobreza⁶ da população empregada com 18 e mais anos de idade

Figura 79 – Evolução da taxa de risco de pobreza da população empregada com 18 ou mais anos

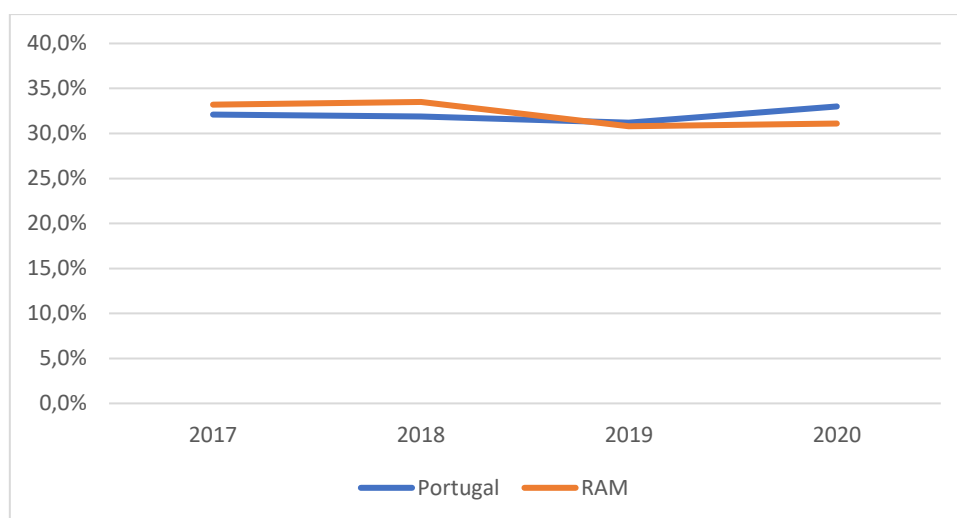


Fonte: INE

A taxa de risco de pobreza na RAM tem sido superior à média nacional, mas revelou uma convergência no ano de 2020, em sentido contrário a registado a nível nacional. Em 2021

Coefficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente

Figura 80 – Evolução do Coeficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente



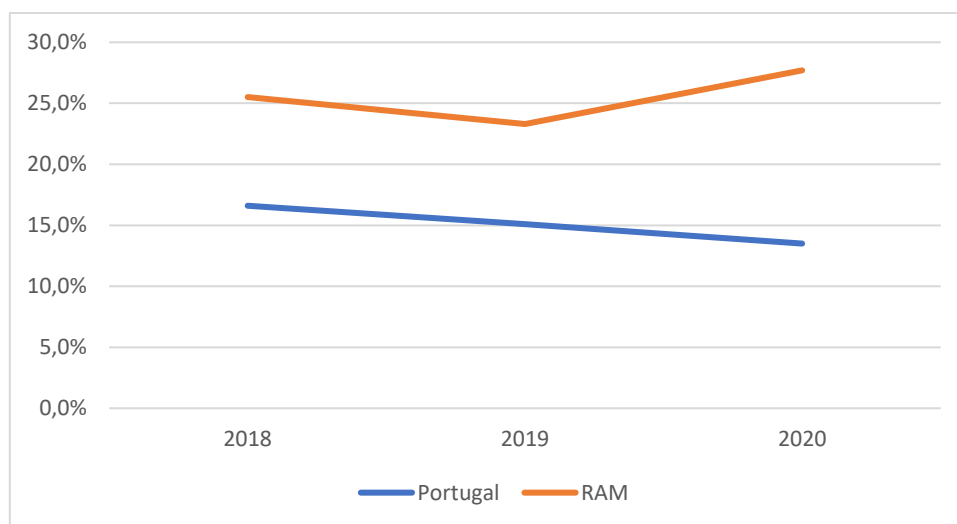
Fonte: INE

⁶ Após transferências sociais

O coeficiente de Gini, que mede a igualdade, teve um comportamento ligeiramente descendente na RAM, ficando abaixo da média nacional no ano de 2020, isto é, foi ligeiramente mais desigual que a média nacional.

Taxa de privação material

Figura 81 – Evolução da taxa de privação material

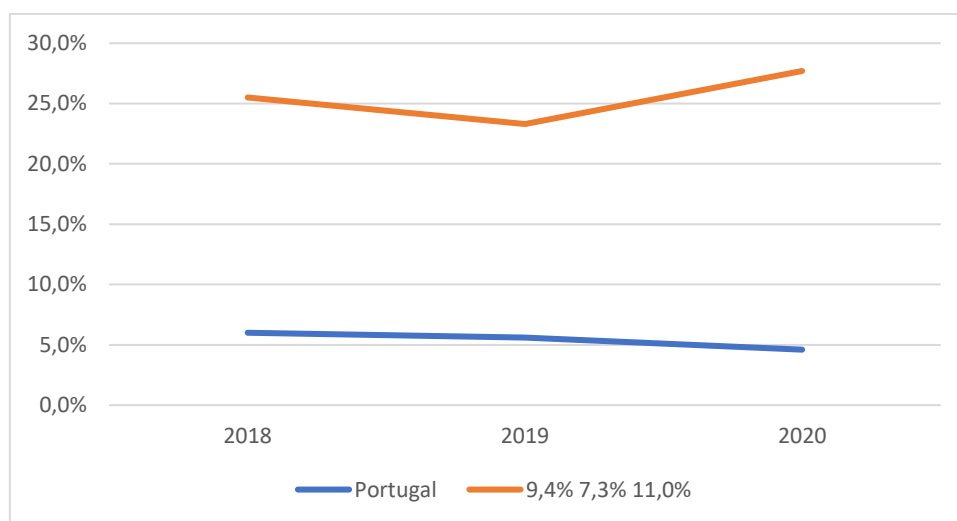


Fonte: INE

A taxa de privação material⁷ tem estado significativamente acima da média nacional e piorou no ano de 2020, em sentido contrário da média nacional.

Taxa de privação material severa

Figura 82 – Evolução da taxa de privação severa



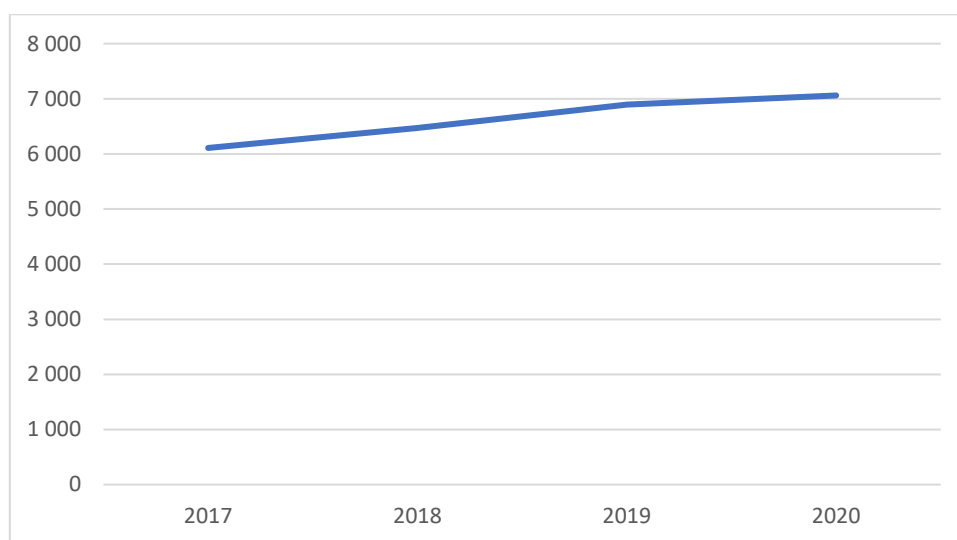
Fonte: INE

⁷ Série estatística começada em 2018

A taxa de privação severa tem registado valores muito acima da média nacional e piorou significativamente no ano de 2020, sem sentido contrário ao registado a nível nacional.

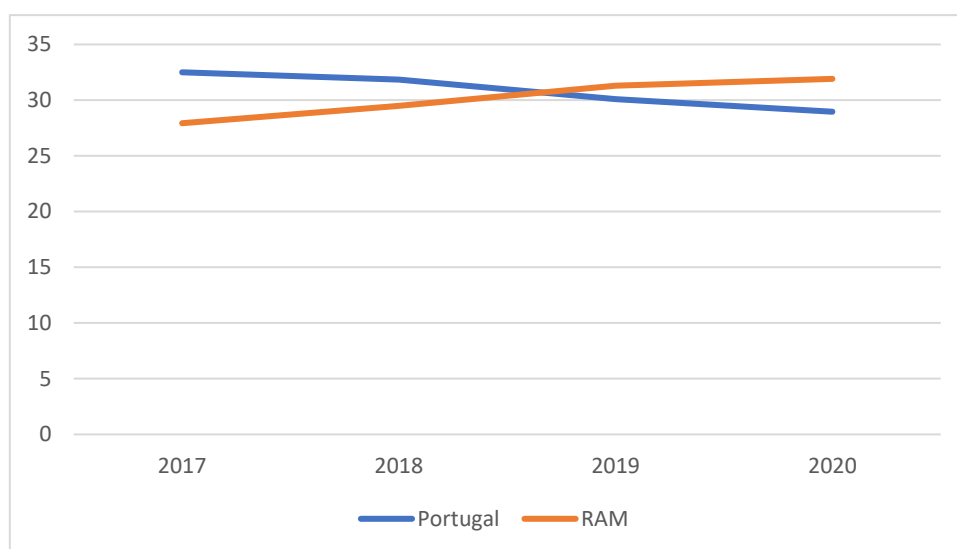
Beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção

Figura 83 – Evolução do número de beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção na RAM



Fonte: INE

Figura 84 – Evolução das beneficiárias/os do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade ativa



Fonte: INE

O número de beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) tem registado um comportamento crescente no período de análise. Os beneficiários do RSI, em idade ativa, têm vindo a subir na RAM em sentido contrário a verificado a nível nacional.

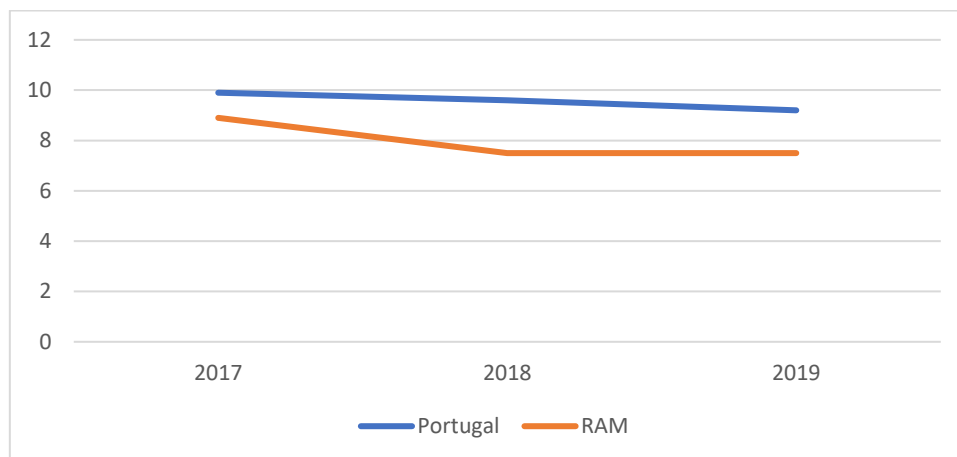
Síntese

A análise integrada dos indicadores da pobreza e inclusão social indicam que a RAM apresenta índices de pobreza e exclusão social muito superiores ao verificado a nível nacional. A Pandemia de COVID 19 teve efeitos muito significativos na taxa de privação material, normal e severa, e em sentido contrário ao verificado a nível nacional. O aumento da pobreza resultou num crescimento da população beneficiária do rendimento social de inserção, inclusive na população ativa.

5.6.1.5 Igualdade de género

Disparidade no ganho médio mensal, entre sexos, da população empregada por conta de outrem

Figura 85 - Disparidade no ganho médio mensal, entre sexos, da população empregada por conta de outrem



Fonte: INE

A disparidade no ganho médio mensal tem vindo a reduzir na RAM

Igualdade de género nos Parlamentos

Tabela 70 – Igualdade de género no Parlamento regional e no Parlamento da República

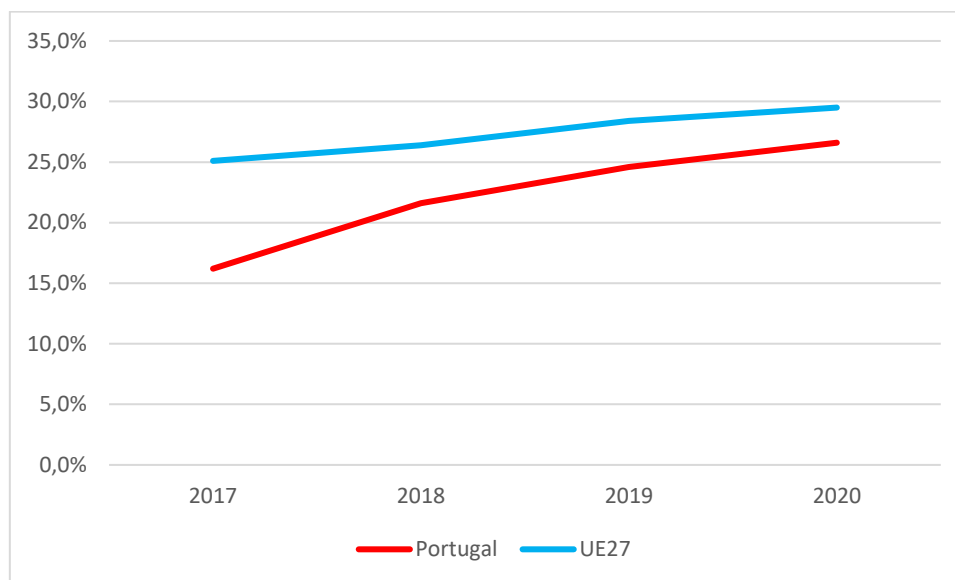
	Total HM [N.º]	Homens [N.º]	Mulheres	
			[N.º]	[%]
Parlamento Regional	47	33	14	29,8
Parlamento da República	230	141	89	38,7

Fonte: CNE

A representação feminina no Parlamento Regional está abaixo da representação feminina no Parlamento da República.

Taxa de feminização dos/as representantes nos Conselhos de Administração das maiores empresas cotadas em bolsa

Figura 86 – Evolução da taxa de feminização dos/as representantes nos Conselhos de Administração das maiores empresas cotadas em bolsa, comparação entre Portugal e UE27



Fonte: EIGE

A representação feminina nos Conselhos de Administração das nas cotadas em bolsa em Portugal tem vindo a aumentar e a convergir com a média da UE27.

Responsabilidade pelas tarefas domésticas

Tabela 71 – Proporção de pessoas, a viver com cônjuge ou companheiro/a, que referiram ser os/as próprios/as a realizar habitualmente tarefas domésticas (Portugal)

	Mulheres	Homens
Quem prepara as refeições diárias?	86,1%	13,9%
Quem faz a limpeza da casa?	100,0%	0,0%
Quem lava e cuida da roupa?	100,0%	0,0%
Quem faz pequenos arranjos e restauros na casa?	9,2%	90,8%
Quem tem a tarefa de agarrar as contas?	47,7%	52,3%
Quem faz a organização das despesas da casa	58,3%	41,7%
Quem organiza as atividades de lazer	73,6%	26,4%

Fonte: SECI

A repartição das diversas tipologias de tarefas domésticas ainda é fortemente condicionada pela condição de género.

Síntese

A análise integrada dos indicadores permite concluir que a RAM tem feito progressos positivos ao nível da igualdade remuneratória no trabalho, mas mantém uma desigualdade maior que a média nacional na representação feminina no Parlamento Regional. Portugal está a convergir com a média na UE27 na representação feminina nos Conselhos de Administração das cotadas em bolsa.

A maior desigualdade verifica-se nos agregados familiares onde a repartição da tipologia de tarefas doméstica continua fortemente condicionada pelo género.

5.6.1.6 Saúde

Última consulta com um médico

Tabela 72 – Evolução das consultas com médico de medicina geral e familiar na RAM

	Última Consulta há menos de 12 meses		Última consulta há 12 meses ou mais	
	N.º	%	N.º	%
2014	145 304	66	69 016	31
2019	143 465	64,9	71 605	32,4

Fonte: INE

Tabela 73 – Evolução das consultas com médico de medicina especialista na RAM

	Última Consulta há menos de 12 meses		Última consulta há 12 meses ou mais	
	N.º	%	N.º	%
2014	92 008	41,9	100 116	45,6
2019	100 259	45,4	92 420	41,8

Fonte: INE

A percentagem de consultas de medicina com médico geral ou familiar há menos de 12 meses sofreu um decréscimo ligeiro e aumentou ligeiramente as consultas há mais de doze meses. A percentagem de consultas com médicos especialistas teve um comportamento contrário tendo aumentado ligeiramente as realizadas há menos de 12 meses e diminuído ligeiramente as realizadas há 12 meses ou mais.

Entidades certificadas por sistemas que promovem a saúde pública e a mitigação de riscos biológicos

A certificação *Clean & Safe* foi uma certificação lançada pelo Governo de Portugal no âmbito da crise pandémica de COVID 19. Este programa, destinado ao setor turístico, pretendeu posicionar o País como um destino seguro perante os riscos biológicos.

Tabela 74 – Entidades certificadas pela certificação Clean & Safe a 31/12/2021 na RAM

	Clean&Safe	Total	% de certificação
Empreendimentos Turísticos	164	217	75,58%
Alojamentos Locais	400	3877	10,32%
Agências de viagens	81	138	58,70%
Animação Turística	117	321	36,45%

Fonte: SRTC

Verifica-se que houve uma grande adesão dos empreendimentos turísticos da RAM. As agências de viagens tiveram uma adesão satisfatória, as empresas de animação turística alguma adesão e verificou-se uma fraca adesão por parte dos empreendimentos de alojamento local.

Certificação de Serviços - Boas práticas na gestão de riscos biológicos

Este programa de certificação, desenvolvido por uma parceria entre a RAM e a empresa SGS, visou distinguir a RAM como um destino turístico seguro em termos sanitários.

Tabela 75 – Unidades certificadas nas “Boas práticas da gestão de riscos biológicos”

Tipologia de unidades	N.º de unidades certificadas	% do total de unidades
Agência de Viagens	5	8%
Alojamento Local	4	6%
Animação Turística	8	12%
Postos de Turismo	8	12%
Atividades Culturais (Museus)	8	12%
Atividades Desportivas	3	5%
Transporte de passageiros (atividades turísticas)	1	2%
Escritórios ou outros estabelecimentos oficiais de turismo	1	2%
Empreendimentos Turísticos	16	24%
Infraestruturas Portuárias	2	3%
Infraestruturas Aeroportuárias	2	3%
Rent-A-Car	2	3%
Restauração	2	3%
Serviços de Lavandaria	1	2%
Serviços de Limpeza	3	5%

Fonte: SRTC

A adesão a esta certificação foi menor comparativamente com a Clean&Safe, embora esta abranja tipologias de serviços mais abrangentes.

Síntese

A análise integrada aos indicadores permite concluir que o acesso à saúde se manteve relativamente igual no período de análise. A resposta à crise pandémica proporcionou uma evolução nas práticas de segurança sanitária no turismo da RAM e alguma evolução nos restantes setores de atividade.

5.6.2 Matriz SWOT

Tabela 76 – Matriz SWOT referente ao FCD “Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social”


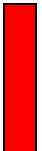

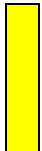
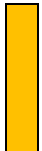

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Baixa sobrelotação das habitações • Baixa taxa de desemprego • Desemprego de longa duração tem vindo a diminuir • Acesso à saúde tem-se mantido com níveis aceitáveis apesar do aumento da pressão sobre o sistema • Boa adesão do turismo à segurança em saúde pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada procura por habitação social • Qualificações ao nível do superior abaixo da média nacional • Cursos de formação e educação de adultos tem vindo a descer • Elevado desemprego nos jovens NEET • Taxa de risco de pobreza elevada • Taxa de privação material normal e severa elevadas • Aumento dos beneficiários do RSI • Divisão de tarefas por género • Disparidade no ganho mensal médio entre homens e mulheres
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Previsão de pleno emprego alavancado pelo dinamismo do setor do turismo • Elevado número de habitações a custos acessíveis proporcionado pelo PRR • Crescente procura de produtos turísticos com maior valor acrescentado, associados aos principais recursos endógenos regionais, e criação de emprego qualificado, associados ao ambiente, ao mar, à cultura e ao património 	<ul style="list-style-type: none"> • Continuação do aumento da avaliação bancárias das habitações • Assimetrias regionais (urbano/rural) • Aumento do custo de vida relacionado com o conflito na Ucrânia • Aumento dos custos associados à construção poderão agravar o acesso à habitação

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

*Tabela 77 – Internalização da Matriz SWOT no PR Madeira 2030, nos PO Temáticos e no PRR no FCD
“Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social”*

SWOT	Prioridades PR Madeira								
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C
Pontos Fracos									
Elevada procura por habitação social									
Qualificações ao nível do superior abaixo da média nacional									
Cursos de formação e educação de adultos tem vindo a descer									
Elevado desemprego nos jovens NEET									
Taxa de risco de pobreza elevada									
Taxa de privação material normal e severa elevadas									
Aumento dos beneficiários do RSI									
Divisão de tarefas por género									
Disparidade no ganho mensal médio entre homens e mulheres									
Pontos Fortes									
Baixa sobrelotação das habitações									
Baixa taxa de desemprego									
Desemprego de longa duração tem vindo a diminuir									
Acesso à saúde tem-se mantido com níveis aceitáveis apesar do aumento da pressão sobre o sistema									
Boa adesão do turismo à segurança em saúde pública									
Ameaças									
Continuação do aumento da avaliação bancárias das habitações									
Assimetrias regionais (urbano/rural)									
Aumento do custo de vida relacionado com o conflito na Ucrânia									
Aumento dos custos associados à construção poderão agravar o acesso à habitação									
Oportunidades									
Previsão de pleno emprego alavancado pelo dinamismo do setor do turismo									
Elevado número de habitações a custos acessíveis proporcionado pelo PRR									
Crescente procura de produtos turísticos com maior valor acrescentado, associados aos principais recursos endógenos regionais, e criação de emprego qualificado.									

Legenda:

	Considerado /Internalizado/ mitigado/ potenciado		Não considerado/ Internalizado/ mitigado/ potenciado		Âmbito de PO Temático		Âmbito do PRR		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável/ Sem relação
---	--	---	--	---	-----------------------	---	---------------	--	--------------------------------------	---	----------------------------

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

5.6.3 Identificação de Efeitos

Tabela 78 – Matriz de Identificação e avaliação dos impactes do PR Madeira 2030 no FCD “Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social”

Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
1A	RSO1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	O desenvolvimento das capacidades de I&I promoverá o emprego qualificado pelo que impactará positivamente este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
	RSO1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	A criação de emprego concorrerá positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	m	c/m	c	p
	RSO1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	O desenvolvimento de competências criará emprego qualificado pelo que impactará positivamente este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
2A	RSO2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	RSO2.5 - Promover o acesso e a gestão sustentável da água	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	RSO2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	RSO2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
2B	RSO2.8. - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
3A	RSO3.1 - Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	RSO3.2 - Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local, sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo um melhor acesso à RTE-T e à mobilidade transfronteiriça	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
4A	RSO4.5 - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família de proximidade	Contribuirá para a melhoria do acesso à saúde pelo que impactará positivamente este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	e	c/m	d	c
	RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e inovação social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	A promoção do emprego concorre positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	d	e	c/m	c	p
	ESO4.4 - Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, um envelhecimento ativo e saudável, bem como um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado, que aborde os riscos para saúde	A promoção da adaptação dos trabalhadores concorre positivamente para este FCD					
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	m	c/m	c	p	
ESO4.6 - Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência	A promoção da igualdade de acesso à educação e formação concorre positivamente para este FCD						
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	e	c/m/l	c	p	
ESO4.7 - Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional	A aprendizagem ao longo da vida melhora a inclusão laboral pelo que concorre positivamente para este FCD						
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	e	m/l	c	p	
ESO4.8 - Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos	A inclusão ativa concorre positivamente para este FCD						
	S	I	M	D. T.	E	D	
	+	d	e	c/m	c	p	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social						
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes				
	ESO4.11 - Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados para as crianças e grupos desfavorecidos	O acesso a serviços públicos de qualidade concorre diretamente para este FCD				
		S +	I d	M e	D. T. c/m	E c
4B	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	A melhoria do acesso a emprego dos jovens concorre positivamente para este FCD				
		S +	I d	M e	D. T. c/m	E c
5A	OE5.1- Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	A promoção d desenvolvimento social proporcionado pelos ITI Funchal e Porto Santo concorrerão positivamente para este FCD				
		S +	I i	M l	D. T. m/l	E c
1R	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD				
		S 0	I	M	D. T.	E
4C	OE4.13 - Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social	O combate à privação material concorre positivamente para este FCD				
		S +	I d	M e	D. T. c	E c

Legenda:

Sinal (S): positivo (+) | neutro (0) | negativo (-); Incidência (I): direta (d) | indireta (i); Magnitude (M): elevada (e) | moderada (m) | ligeira (l); Dimensão Temporal (D.T.): curto (c) | médio (m) | longo (l); Efeito (E): cumulativo (c) | sinérgico (sn); Duração (D): permanente (p) | temporário (t)

Síntese

Em síntese, O PR Madeira contribuirá para o desenvolvimento humano, inclusão e coesão social na RAM em todas as vertentes analisadas neste capítulo. A inclusão transversal das questões de género nos objetivos do PR Madeira 2030 garantem que esta questão é devidamente abordada.

5.6.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030

A acessibilidade à habitação é um problema que tem vindo a se agravar no contexto da RAM. A procura por habitação social é grande e carece de uma resposta robusta ao nível da disponibilização de habitações para famílias em situação vulnerável. O cenário de ausência do PR Madeira 2030 não implicaria, diretamente, uma alteração substantiva na provisão dos serviços habitacionais. O PRR tem uma verba considerável de forma a atuar na provisão de habitações acessíveis pelo que a mobilização do PR Madeira para a habitação não é tão incisiva.

No critério qualificação e aprendizagem ao longo da vida a ausência do PR Madeira 2030 teria efeitos negativos muito significativos na promoção da educação inclusiva, na provisão de oportunidades de aprendizagem e formação de adultos e na formação e adaptação dos trabalhadores. Os Objetivos Específicos ESO4.4, ESO4.6 e ESO 4.7 deixariam de atuar muito especificamente neste critério.

O emprego está menos dependente das dinâmicas de apoio do que das dinâmicas de mercado. Não obstante, o combate ao desemprego de longa duração e ao fenómeno dos jovens NEET, necessita de um conjunto de instrumentos que são proporcionados pelo PR Madeira 2030. A cenarização em prática indica-nos que assistiríamos a um crescimento do desemprego estrutural e a uma quebra na eficácia das políticas de inclusão que incluem o acesso ao emprego.

A pobreza e exclusão social está dependente de um conjunto de fatores que vão muito para além do assistencialismo. A não existência do PR Madeira 2030 resultaria num cenário de menor crescimento económico e, como consequência, com menor geração de oportunidades de emprego o que resultaria no aumento dos cidadãos em situação de pobreza. Os domínios de intervenção direta do PR Madeira 2030 na área da inclusão e combate à pobreza estão refletidos nos ESO4.8, ESO4.11 e ESO4.13 e a sua supressão colocaria centenas de famílias em situação de privação material.

A igualdade de género é um critério que é transversalmente aplicado ao longo da programação de todo o Programa Regional. A horizontalidade da aplicabilidade deste critério implica que todo o espetro de atuação do PR Madeira concorre para a promoção da igualdade de género. A inexistência do PR Madeira resultaria na diminuição dos incentivos à procura da igualdade de género pelo que seria de esperar uma evolução menos positiva.

O critério saúde seria afetado negativamente pela não mobilização do PR Madeira 2030 nomeadamente na requalificação e construção de novas unidades de saúde e a aquisição de equipamentos específicos de âmbito hospitalar provisionadas pelo RSO4.5. Novamente a complementaridade entre o PRR e o PR Madeira neste critério implicaria uma aplicação desequilibrada dos fundos estruturais.

5.6.5 Recomendações

- a) Ponderar a inclusão de métricas relacionadas com as questões de género que possam melhor medir o impacto do PR madeira 2030 neste campo.
- b) Ponderar o reforço da capacidade do PR Madeira 2030 para combater os índices elevados de pobreza registados.

5.7 Riscos Naturais e adaptação às alterações climáticas

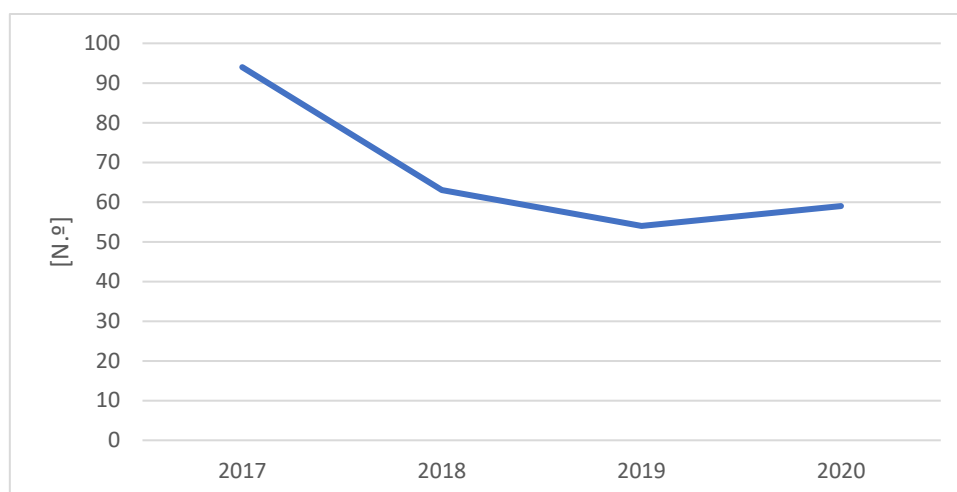
A caracterização deste FCD recorreu a fontes dispersas de informação pela falta de informação consistente que permitisse facilmente caracterizar a Situação de Referência, principalmente ao nível da mediação das consequências dos fenómenos climáticos extremos.

5.7.1 Situação de Referência

5.7.1.1 Riscos Naturais

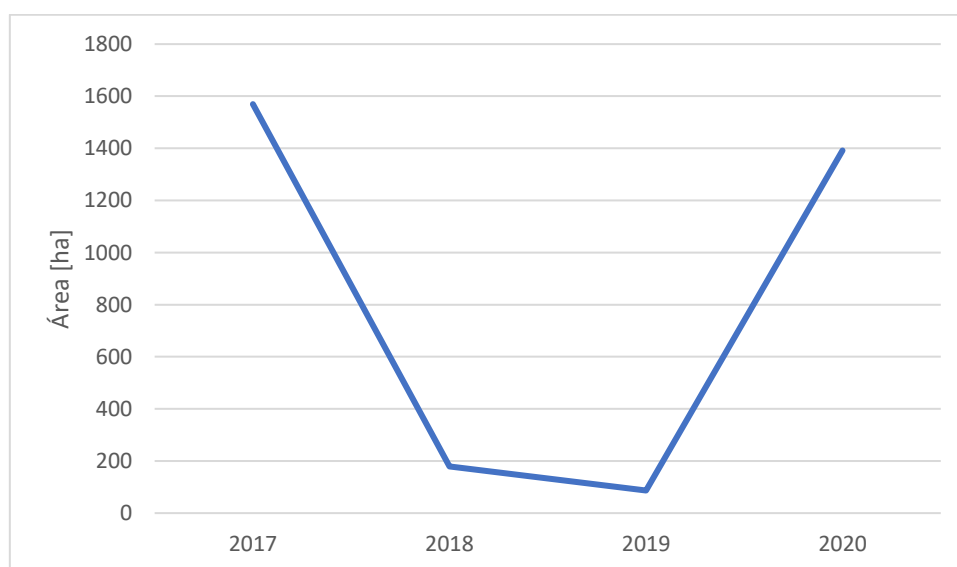
Incêndios Florestais

Figura 87 – Evolução do n.º de incêndios florestais na RAM



Fonte: DREM

Figura 88 – Evolução da área ardida na RAM



Fonte: DREM

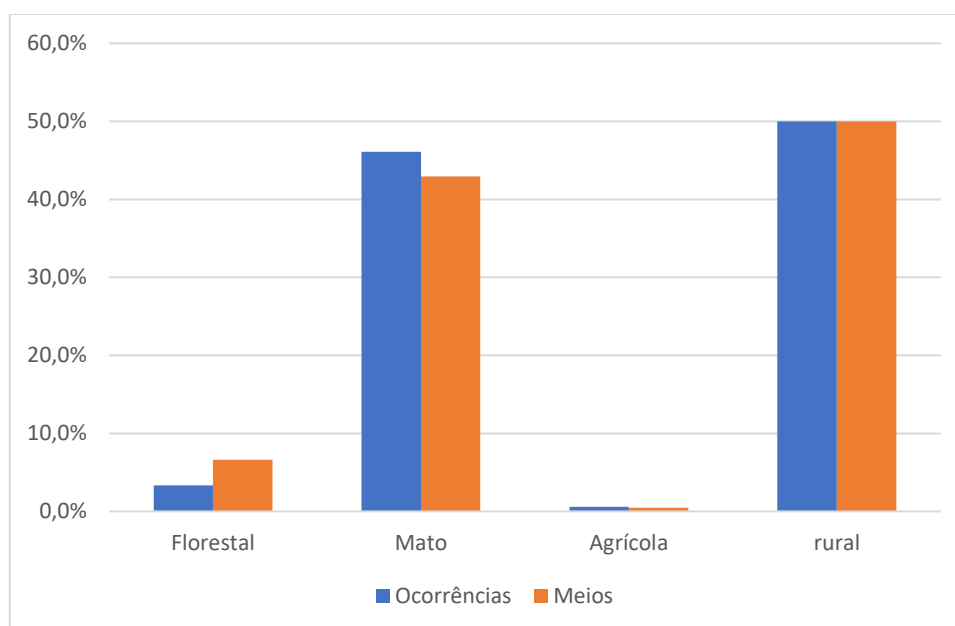
Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Tabela 79 – Ocorrências e meios empregues no combate a incêndios entre 2017 e 2022

	Incêndio Florestal		Incêndio em Mato		Incêndio Agrícola		Incêndio rural	
	Ocorrências	Meios	Ocorrências	Meios	Ocorrências	Meios	Ocorrências	Meios
Câmara de Lobos	45	133	485	699	10	12	540	844
Funchal	14	43	374	517	5	12	393	572
Machico	12	77	309	455	4	4	325	536
Ponta do Sol	13	30	150	242	0	0	163	272
Porto Moniz	13	14	28	58	1	1	42	73
Porto Santo	2	3	34	41	1	2	37	46
Ribeira Brava	47	179	443	720	2	3	492	902
São Vicente	1	2	46	82	0	0	47	84
Santana	3	4	72	102	1	1	76	107
Santa Cruz	10	43	324	613	5	5	339	661
Calheta	15	59	150	292	1	1	166	352
Total	175	587	2415	3821	30	41	2620	4449

Fonte: SRPC

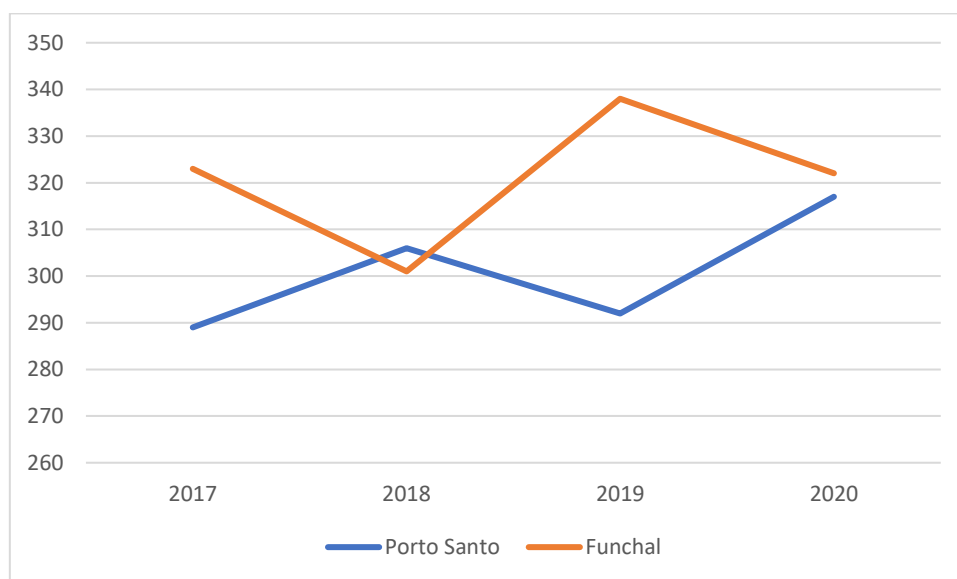
Figura 89 – Proporção das ocorrências em relação aos meios empregues



Fonte: SRPC

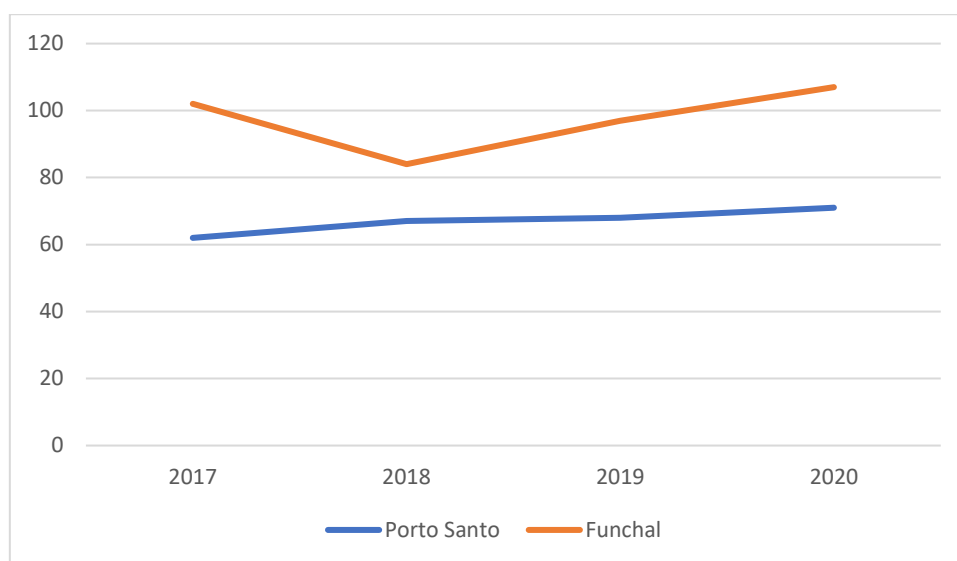
A ocorrência de incêndios em mato ou terrenos agrícolas são claramente dominantes na RAM. Os incêndios florestais são os que mobilizam mais meios por ocorrência.

Figura 90 – Evolução dos dias sem chuva na RAM



Fonte: DREM

Figura 91 – Evolução das noites tropicais (>= 20°C) na RAM

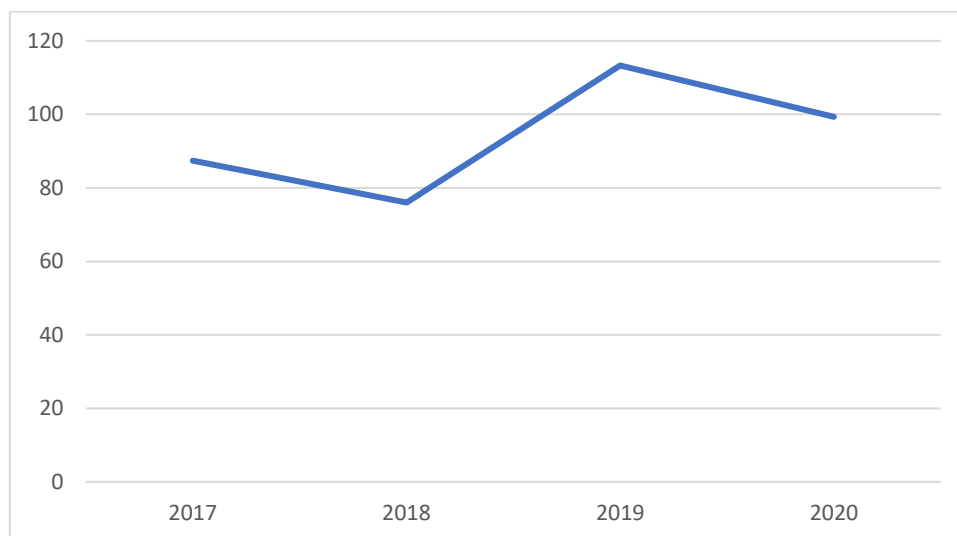


Fonte: DREM

O número de noites tropicais tem algum paralelismo com a área ardida tendo se registado mais noites tropicais nos anos onde houve mais área ardida.

Precipitação Extrema

Figura 92 – Evolução da precipitação máxima acumulada em 5 dias consecutivos no Observatório do Funchal



Fonte: INE

Tabela 80 – Evolução da precipitação máxima diária nas estações meteorológicas da RAM

	2017	2018	2019	2020
	[mm]			
Ponta do Pargo	34,2	37,3	54,2	46
Quinta Grande	35,8	40,3	36,1	x
Chão do Arieiro	136,7	179	145,1	174,9
Lido	29,4	23,5	9,7	x
Observatório	62,8	43,1	26,2	40,9
Pico Alto	55,9	88,2	46,5	97,4
Caniçal	36,6	42,8	19,3	60,6
Santo da Serra	98,7	60,8	47,4	144
Bica da Cana	75,8	106	80,7	84,7
Lugar de Baixo	44	40,5	29,4	51,1
Porto Moniz	69,4	39,6	53,8	225,3
Lombo da Terça	x	98,4	69,6	69,4
Aeroporto (Santa Cruz)	58,5	56,7	35,8	67,9
Santana	90,6	82,3	37,6	78,1
Pico do Arieiro	80,8	112,6	148	125,3
Ponta de São Jorge	56,4	49,6	45,6	80,8
São Vicente	56,6	92,7	87,6	85,4
Aeroporto (Porto Santo)	49,1	36,3	39,6	44,6

Fonte: INE

A precipitação extrema é mais prevalente nas estações com maior altitude. O Pico de precipitação registado em Porto Moniz, em 2020, originou uma aluvião e esteve muito acima dos máximos registados nos anos anteriores.

Síntese

A análise integrada dos indicadores anteriores, que compõem indicadores sobre os dois riscos naturais mais incidentes na RAM e com maior histórico de danos e vítimas, demonstram a elevada dependência da RAM das condições atmosféricas extremas a que o território, episodicamente, está sujeito.

No entanto, a elevada prevalência da ocorrência de incêndios em mato e em território rural, remete diretamente para questões ligadas ao ordenamento do território e às políticas públicas de prevenção dos incêndios, pelo que, são passíveis de melhoramento.

5.7.1.2 Adaptação às alterações climáticas

Projeto MonitorizaRibeiras

O Projeto MonitorizaRibeiras é um projeto que está a ser desenvolvido pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) que monitoriza, nesta fase, as ribeiras sujeitas à recente aluvião de 2010 (Ribeiras de João Gomes, Santa Luzia, São João e Ribeira Brava).

Na fase atual de maturação do projeto (SAARAM) foi implementado um sistema de monitorização para as quatro ribeiras consistindo num *array* de 65 instalações que compreendem câmaras de vídeo, sensores de biomassa, sensores de vibração, medidores de nível ultrassónicos, medidores de nível por radar 25 GHz e sensores de teor de água no solo, instalados em zonas críticas das quatro ribeiras. Estes sensores alimentam um sistema de inteligência artificial que interpreta os resultados e emite alertas a diversas autoridades regionais de forma a que possam atuar antecipadamente na salvaguarda das populações. A juntar a esta rede de sensorização foram instalados 12 udómetros automáticos que estão programados para emitir alarmes perante limiares de precipitação pré-estabelecidos.

Para além deste projeto, o LREC desenvolveu um sistema (SDIFRAM) de deteção precoce de incêndios florestais (deteção de colunas de fumo e pontos quentes através de câmaras termográficas), composto por um sistema de comunicações e de deteção espalhado pela ilha da Madeira e com capacidade de triangulação entre si.

Intervenções corretivas e preventivas

Outra faceta da adaptação às alterações climáticas consiste nas intervenções que permitem melhorar a capacidade das infraestruturas para lidar com fenómenos de pluviosidade extrema e corrigir situações originadas pela degradação natural dos elementos.

Tabela 81 – Intervenções em infraestruturas que visaram a adaptação às alterações climáticas na RAM (entre 2017 e 2022)

	Nº intervenções	Extensão muralhas construídas/reabilitadas (km)	Valor (milhões €)
Intervenções de regularização e de canalização de cursos de água	23	10,266	103,6
Estabilizações de taludes	4	-	4,6
Infraestruturas de Acesso e de Segurança (riscos incêndios)	1	-	5,4

Fonte: DPRGOP

A intervenção em taludes remete para o risco de movimentos de vertentes. Este risco poderá estar conectado com as alterações climáticas quando influenciado por fatores climáticos extremos (incêndios e pluviosidade extrema) mas, na sua maioria, está dependente das condições geomorfológicas e orográficas das vertentes. Devido ao seu carácter ambivalente não foi possível caracterizar esta tipologia de risco natural no subcapítulo anterior.

Capacitação do Serviço de Proteção civil

Tabela 82 – Capacitação do SRPC através de projetos cofinanciados

	N.º	Valor Elegível
Veículos Operacionais de Proteção e Socorro	36	2 485 362,60 €
Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para Incêndios Florestais	6575	842 797,15 €
App com informação bilingue de Serviços da Proteção Civil (avisos, alertas, prestação de socorro)	1	9 596,50 €
Ações de sensibilização e de jogos interativos didáticos	140 - Campanhas 6 - Jogos interativos 10 - Óculos (VR) 4 - Outros equipamentos	116 956,85 €
Plano de emergência sanitária em caso de catástrofes na Macaronésia	1 - Conjunto de equipamentos de apoio a Cenários de Trauma 1 - Tenda insuflável para Posto Médico Avançado	16 846,77 €

Fonte: SRPC

Síntese

A análise integrada aos riscos naturais e adaptação às alterações climáticas demonstra que as autoridades públicas da RAM têm investido de forma intensa e coerente na preparação da RAM perante os fenómenos mais extremos relacionados com as alterações climáticas. À grande intensidade de investimento em infraestruturas de mitigação de riscos naturais, junta-se um esforço de capacitação tecnológica de modo a quer as autoridades locais para intervir rapidamente em caso de fenómenos climáticos extremos.

No entanto, o resultado do combate aos incêndios revela que existem debilidades estruturais que continuam por resolver. Estas debilidades são evidenciadas pela prevalência de incêndios em terrenos incultos (matos) e rurais. Assim, o problema do despovoamento do território rural funciona contra a prevenção das catástrofes desencadeadas por riscos naturais, assim como o controle de queimadas e o controle da titularidade e responsabilidade pela limpeza dos terrenos incultos.

5.7.2 Matriz SWOT

Tabela 83 – Matriz SWOT referente ao FCD “Riscos Naturais e adaptação às alterações climáticas”

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimentos em I&D+I aplicadas à deteção precoce de fenómenos climáticos extremos • Reforço do sistema da Proteção civil para respostas a estes fenómenos • Consciencialização pública sobre a problemática das aluviões e fogos florestais • Ênfase na proteção das manchas florestais concorrem positivamente para a resiliência dos sistemas naturais às aluviões e aos incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada suscetibilidade da RAM às aluviões e incêndios florestais • Dificuldade de previsão dos fenómenos de precipitação intensa devido às características geomorfológicas da ilha da Madeira • Elevado custo da adaptação das infraestruturas às melhores práticas em prevenção de riscos naturais
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • A prevenção de riscos naturais ganha cada vez mais notoriedade a nível europeu • Desenvolvimentos tecnológicos, como as novas redes 5g ou internet por satélite, podem aportar novas capacidades aos sistemas de deteção precoce de incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> • As alterações climáticas como fenómeno proporcionador de eventos climáticos extremos • Despovoamento do mundo rural • Fraca capacidade do poder local para intervir na mitigação das aluviões e dos incêndios • Pressão turística sobre as zonas florestais pode originar novos focos de incêndio e degradar a capacidade dos sistemas naturais para mitigar as aluviões e os incêndios


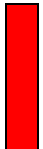




Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Tabela 84 – Internalização da Matriz SWOT no PR Madeira 2030, nos PO Temáticos e no PRR no FCD “Riscos Naturais e adaptação às alterações climáticas”

SWOT	Prioridades PR Madeira									
	1A	2A	2B	3A	4A	4B	5A	1R	4C	
Pontos Fracos										
Elevada suscetibilidade da RAM às aluviões e incêndios florestais										
Dificuldade de previsão dos fenómenos de precipitação intensa devido às características geomorfológicas da ilha da Madeira										
Elevado custo da adaptação das infraestruturas às melhores práticas em prevenção de riscos naturais										
Pontos Fortes										
Desenvolvimentos em I&D+I aplicadas à deteção precoce de fenómenos climáticos extremos										
Reforço do sistema da Proteção civil para respostas a estes fenómenos										
Consciencialização pública sobre a problemática das aluviões e fogos florestais										
Ênfase na proteção do património natural concorre positivamente para a resiliência dos sistemas naturais às aluviões e aos incêndios										
Ameaças										
As alterações climáticas como fenómeno proporcionador de eventos climáticos extremos										
Despovoamento do mundo rural										
Fraca capacidade do poder local para intervir na mitigação das aluviões e dos incêndios										
Pressão turística sobre as zonas florestais pode originar novos focos de incêndio e degradar a capacidade dos sistemas naturais para mitigar as aluviões e os incêndios										
Oportunidades										
A prevenção de riscos naturais ganha cada vez mais notoriedade a nível europeu										
Desenvolvimentos tecnológicos, como as novas redes 5g ou internet por satélite, podem aportar novas capacidades aos sistemas de deteção precoce de incêndios										

Legenda:

	Considerado /Internalizado/ mitigado/ potenciado		Não considerado/ Internalizado/ mitigado/ potenciado		Âmbito de PO Temático		Âmbito do PRR		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável/ Sem relação
---	--	---	--	---	-----------------------	---	---------------	--	--------------------------------------	---	----------------------------

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

5.7.3 Identificação de Efeitos

Tabela 85 – Matriz de Identificação e avaliação dos impactes do PR Madeira 2030 no FCD “Riscos Naturais e adaptação às alterações climáticas”

Riscos Naturais e adaptação às alterações climáticas								
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes						
1A	RSO1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	As capacidades de I&I e a adoção de tecnologias avançadas reforçam as capacidades instaladas para a previsão e mitigação dos fenómenos naturais extremos pelo que concorrem positivamente para este FCD						
		S	I	M	D. T.	E	D	
			+	i	e	m/l	sn	p
	RSO1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD						
		S	I	M	D. T.	E	D	
			0					
	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD						
		S	I	M	D. T.	E	D	
			0					
	RSO1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	A ação climática faz parte de um dos domínios prioritários da EREI pelo que concorre positivamente para este FCD						
		S	I	M	D. T.	E	D	
			+	i	m	m/l	sn	p
2A	RSO2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD						
		S	I	M	D. T.	E	D	
			0					
	RSO2.5 - Promover o acesso e a gestão sustentável da água	A gestão sustentável da água concorre diretamente para a prevenção dos fogos florestais e para a resiliência dos sistemas naturais perante as aluviões pelo que concorre positivamente para este FCD						
		S	I	M	D. T.	E	D	
			+	i	l	m/l	sn	p
	RSO2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD						
		S	I	M	D. T.	E	D	
			0					
	RSO2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	A preservação dos sistemas naturais promove a resiliência dos mesmos a fenómenos climáticos extremos pelo que concorre positivamente para este FCD						
		S	I	M	D. T.	E	D	
			+	i	e	c/m/l	sn	p
2B	RSO2.8 - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD						
		S	I	M	D. T.	E	D	
		0						
3A	RSO3.1 - Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD						
		S	I	M	D. T.	E	D	
			0					
	RSO3.2 - Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local, sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo um melhor acesso à RTE-T e à mobilidade transfronteiriça	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD						
S		I	M	D. T.	E	D		
		0						

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Riscos Naturais e adaptação às alterações climáticas							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
4A	RSO4.5 - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família de proximidade	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e inovação social	A promoção do turismo sustentável promove a redução de impactes nos sistemas naturais pelo concorre positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	ESO4.4 - Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, um envelhecimento ativo e saudável, bem como um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado, que aborde os riscos para saúde	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
	ESO4.6 - Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
	0						
ESO4.7 - Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD						
	S	I	M	D. T.	E	D	
	0						
ESO4.8 - Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD						
	S	I	M	D. T.	E	D	
	0						

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Riscos Naturais e adaptação às alterações climáticas							
Prioridades / Objetivos Específicos		Identificação e caracterização de Impactes					
	ESO4.11 - Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados para as crianças e grupos desfavorecidos	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4B	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
5A	RSO5.1- Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	Os ITI Funchal e Porto Santo promovem o turismo sustentável pelo que concorrem positivamente para este FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		+	i	l	m/l	sn	p
1R	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					
4C	ESO4.13 - Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social	Não tem impactes identificáveis ou tem impactos negligenciáveis neste FCD					
		S	I	M	D. T.	E	D
		0					

Legenda:

Sinal (S): positivo (+) | neutro (0) | negativo (-); **Incidência (I):** direta (d) | indireta (i); **Magnitude (M):** elevada (e) | moderada (m) | ligeira (l); **Dimensão Temporal (D.T.):** curto (c) | médio (m) | longo (l); **Efeito (E):** cumulativo (c) | | sinérgico (sn); **Duração (D):** permanente (p) | temporário (t)

Síntese

Em síntese, o PR Madeira 2030 contribui, ainda que indiretamente, para a resiliência para com os principais riscos naturais e promove a adaptação às alterações climáticas. A nova geração do POSEUR abrange a temática deste FCD pelo que é compreensível a opção pela complementaridade entre o PR Madeira 2030 e este programa.

5.7.4 Evolução da Situação de Referência sem PR Madeira 2030

O PR Madeira 2030 não operacionalizará nenhum OE que incida diretamente no campo da mitigação dos riscos naturais ou na adaptação às alterações climáticas. A opção programática escolhida reverteu para a novo POSEUR o OE2.4 que poderia ser mobilizado no âmbito do presente Programa Regional. Não obstante a operacionalização de outros Objetivos Específicos, como por exemplo os da Prioridade 1A, da Prioridade 2A ou da Prioridade 4A, resultaria num desenvolvimento menor de linhas de atuação ligadas ao desenvolvimento e aplicação e novas tecnologias, à gestão territorial preventiva e à gestão e construção das infraestruturas de suporte.

5.7.5 Recomendações

- a) Ponderar a promoção da criação de um sistema de indicadores para o conjunto dos riscos naturais que inclua os incêndios florestais e rurais, os fenómenos de pluviosidade extrema e as tempestades marítimas.

6. Avaliação do Princípio de Não Prejudicar Significativamente

6.1 Prioridade 1A

RSO1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

RSO1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos	x		
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

Parte 2 da lista do princípio de “não prejudicar significativamente”

Perguntas	Não	Justificação substantiva
<p>Transição para uma economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos. Prevê-se que a medida:</p> <p>i) conduza a um aumento significativo da produção, da incineração ou da eliminação de resíduos, com exceção da incineração de resíduos perigosos não recicláveis, ou ii) dê origem a ineficiências significativas na utilização direta ou indireta de qualquer recurso natural em qualquer fase do seu ciclo de vida que não sejam minimizadas por medidas adequadas, ou iii) venha a causar danos significativos e de longo prazo no ambiente, no contexto da economia circular?</p>	x	<p>O fomento da digitalização poderá fomentar a aquisição de equipamentos que posteriormente poderão gerar REEEs.</p> <p>O sistema regional de gestão de resíduos detém capacidades para a gestão eficiente da fileira de REEEs e diversas instituições particulares e públicas promovem ações de recolha desta tipologia de resíduos promovendo assim uma separação eficaz. O</p> <p>Dado o sistema de gestão implementado e o carácter indireto do impacte consideramos que o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.</p>

RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo-

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas	x		
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

Parte 2 da lista do princípio de “não prejudicar significativamente”

Perguntas	Não	Justificação substantiva
Mitigação das alterações climáticas. Prevê-se que a medida dê origem a emissões significativas de gases com efeito de estufa?	x	<p>O fomento ao investimento empresarial produtivo e apoio às infraestruturas e equipamentos de apoio à competitividade gerará maior atividade económica e, consequentemente, maior consumo de energia e mais emissões de GEE.</p> <p>Não obstante, o fomento da eficiência energética, nomeadamente através do RSO2.1, poderá funcionar em paralelo com esta medida limitando a emissão de GEE.</p> <p>Cumulativamente, os investimentos previstos no âmbito do PRR aumentarão significativamente a penetração de energias renováveis no sistema electroprodutor.</p> <p>Dadas os mecanismos mitigadores instalados, e a instalar, do possível impacto consideramos que o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.</p>

RSO1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

6.2 Prioridade 2A

RSO2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

RSO2.5 - Promover o acesso e a gestão sustentável da água

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

RSO2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

RSO2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

6.3 Prioridade 2B

RSO2.8. - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos	x		
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

Parte 2 da lista do princípio de “não prejudicar significativamente”

Perguntas	Não	Justificação substantiva
<p>Transição para uma economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos. Prevê-se que a medida:</p> <p>i) conduza a um aumento significativo da produção, da incineração ou da eliminação de resíduos, com exceção da incineração de resíduos perigosos não recicláveis, ou</p> <p>ii) dê origem a ineficiências significativas na utilização direta ou indireta de qualquer recurso natural em qualquer fase do seu ciclo de vida que não sejam minimizadas por medidas adequadas, ou</p> <p>iii) venha a causar danos significativos e de longo prazo no ambiente, no contexto da economia circular?</p>	x	<p>O circuito global de reciclagem das baterias dos veículos elétricos apresenta dificuldades pelo que o fomento da mobilidade elétrica tem o potencial de criar um problema a jusante nesta fileira de resíduos. No entanto, a alternativa a combustão não é coadunável com a transição climática pelo que a sua substituição garantirá uma melhor performance ambiental.</p> <p>A RAM dispõe de sistemas de separação e condicionamento de resíduos maduro e eficaz pelo que podemos considerar que os impactos locais serão reduzidos.</p> <p>Pelas condicionantes apresentadas consideramos que o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.</p>

6.4 Prioridade 3A

RSO3.1. - Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos	x		
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

Parte 2 da lista do princípio de “não prejudicar significativamente”

Perguntas	Não	Justificação substantiva
<p>Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e dos recursos marinhos. Prevê-se que a medida prejudique:</p> <p>i) o bom estado ou o bom potencial ecológico das massas de água, incluindo as águas de superfície e subterrâneas, ou ii) o bom estado ambiental das águas marinhas?</p>	x	<p>A melhoria das acessibilidades marítimas poderá gerar impactos nos ecossistemas marinhos durante a fase de construção.</p> <p>Os portos potencialmente a intervir são infraestruturas estabilizadas e inseridas em zonas de fraco interesse ambiental. As condicionantes ambientais impostas à construção na orla costeira serão, previsivelmente, suficientes para mitigar os impactos do meio marinho pelo que consideramos que o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.</p>

RSO3.2. - Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, inclusive melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiriça

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

6.5 Prioridade 4A

RSO4.5. - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

RSO4.6. - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos	x		
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacto previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

Parte 2 da lista do princípio de “não prejudicar significativamente”

Perguntas	Não	Justificação substantiva
<p>Transição para uma economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos. Prevê-se que a medida:</p> <p>i) conduza a um aumento significativo da produção, da incineração ou da eliminação de resíduos, com exceção da incineração de resíduos perigosos não recicláveis, ou</p> <p>ii) dê origem a ineficiências significativas na utilização direta ou indireta de qualquer recurso natural em qualquer fase do seu ciclo de vida que não sejam minimizadas por medidas adequadas, ou</p> <p>iii) venha a causar danos significativos e de longo prazo no ambiente, no contexto da economia circular?</p>	x	<p>O OE prevê a mobilização e ações de recuperação de património pelo que pode gerar uma quantidade significativa de RCDs a montante.</p> <p>Dado o enquadramento legal para a gestão dos RCDs e a capacidade regional instalada para gerir esta fileira de resíduos, consideramos que o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.</p>

ESO4.1. - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

ESO4.4. - Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

ESO4.6. - Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

ESO4.7. - Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

ESO4.8. - Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

ESO4.11. - Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

6.6 Prioridade 4B

ES04.1. - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social; (FSE+)

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

6.7 Prioridade 5A

RSO5.1. - Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos	x		
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

Parte 2 da lista do princípio de “não prejudicar significativamente”

Perguntas	Não	Justificação substantiva
<p>Transição para uma economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos. Prevê-se que a medida:</p> <p>i) conduza a um aumento significativo da produção, da incineração ou da eliminação de resíduos, com exceção da incineração de resíduos perigosos não recicláveis, ou</p> <p>ii) dê origem a ineficiências significativas na utilização direta ou indireta de qualquer recurso natural em qualquer fase do seu ciclo de vida que não sejam minimizadas por medidas adequadas, ou</p> <p>iii) venha a causar danos significativos e de longo prazo no ambiente, no contexto da economia circular?</p>	x	<p>Os ITI preveem um conjunto alargado de intervenções em infraestruturas pelo que este OE é passível de gerar um volume considerável de RCDs.</p> <p>Dado o enquadramento legal para a gestão dos RCDs e a capacidade regional instalada para gerir esta fileira de resíduos, consideramos que o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.</p>

6.8 Prioridade 1R

RSO1.3. - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas	x		
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos	x		
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

Parte 2 da lista do princípio de “não prejudicar significativamente”

Perguntas	Não	Justificação substantiva
Mitigação das alterações climáticas. Prevê-se que a medida dê origem a emissões significativas de gases com efeito de estufa?	x	Analogamente ao verificado no RSO1.3 da Prioridade 1A, a mobilização deste OE pode potenciar um acréscimo na atividade económica e um consequente aumento de emissões de GEE. Não obstante, o fomento da eficiência energética, nomeadamente através do RSO2.1, poderá funcionar em paralelo com esta medida limitando a emissão de GEE. Cumulativamente, os investimentos previstos no âmbito do PRR aumentarão significativamente a penetração de energias renováveis no sistema electroprodutor. Dadas os mecanismos mitigadores instalados, e a instalar, do possível impacto consideramos que o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Perguntas	Não	Justificação substantiva
<p>Transição para uma economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos. Prevê-se que a medida:</p> <p>i) conduza a um aumento significativo da produção, da incineração ou da eliminação de resíduos, com exceção da incineração de resíduos perigosos não recicláveis, ou</p> <p>ii) dê origem a ineficiências significativas na utilização direta ou indireta de qualquer recurso natural em qualquer fase do seu ciclo de vida que não sejam minimizadas por medidas adequadas, ou iii) venha a causar danos significativos e de longo prazo no ambiente, no contexto da economia circular?</p>	x	<p>O apoio aos sobrecustos empresariais no âmbito do Estatuto das RUP pode gerar um aumento no consumo de materiais e, consequentemente, uma maior produção de resíduos a jusante.</p> <p>Consideramos que o racional desta mobilização e o sistema instalado de gestão de resíduos na RAM, justificam a maior pressão sobre os sistemas de gestão de resíduos e que o mesmo terá capacidade instalada para responder convenientemente.</p> <p>Dadas o enquadramento, consideramos que o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.</p>

6.9 Prioridade 4C

ES04.13 - Combate à privação material

Parte 1 da lista de controlo do princípio de “não prejudicar significativamente”

Indicar os objetivos ambientais que exigem uma avaliação substantiva da medida com base no princípio de «não prejudicar significativamente»	Sim	Não	Justificar caso seja selecionada a opção “não”
Mitigação das alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Adaptação às alterações climáticas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas		x	A medida não tem impacte previsível, ou tem um impacto previsível insignificante (direto ou indireto), no objetivo ambiental em questão. Como tal, considera-se que relativamente ao objetivo em causa, o princípio de “não prejudicar significativamente” foi cumprido.

7. Seguimento e Monitorização da AAE

7.1 Enquadramento

A Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento e do Conselho, de 27 de junho, reconhece a importância de garantir a gestão e monitorização dos efeitos ambientais da execução de Planos e Programas. Assim, as entidades responsáveis pela elaboração dos Planos devem avaliar os efeitos significativos decorrentes da aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, sendo ainda responsáveis pela divulgação dos resultados deste processo de controlo

A Diretiva 2001/42/CE, nem o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, definem requisitos técnicos sobre os métodos a utilizar na monitorização, pelo que serão adotados aqueles que estão disponíveis e que se revelem mais adequados ao presente caso.

7.2 Matriz de monitorização

O âmbito da monitorização terá dois objetivos:

- i. A monitorização da evolução da situação de referência, levantada no âmbito do processo de Avaliação Ambiental Estratégica, balizada nos FCD e respetivos critérios de avaliação adotados;
- ii. A monitorização dos efeitos do Programa Regional em função dos FCD e critérios de avaliação estabelecidos

A conjugação desta dua família de indicadores resultou na composição do sistema de indicadores apresentado na tabela seguinte.

Tabela 86 – Matriz de monitorização⁸ da AAE do PR Madeira 2030

FCD	Indicador
&D+I e Transição Digital	Despesa Total em I&D em relação ao PIB [%]
	Despesa média em I&D das instituições e empresas com I&D [€ - milhares]
	Pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D das instituições e empresas com I&D [N.º - milhares]
	Regional Innovation Index [-]
	Projetos de I&D apoiados [N.º] e volume total de investimento [m€]
	Agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa [%]
	Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos [N.º]
	Projetos de desmaterialização de processos no sistema público [N.º]
Cadeias de Valor	VAB da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca [M€]
	População empregada na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca [N.º]
	População empregada no setor da construção [N.º - milhares]
	VAB do setor da construção [M€]

⁸ Não estando no momento o processo de definição dos indicadores de resultado e realização do PR Madeira 2030 estabilizados, é possível que alguns indicadores anunciados venham a ser reformulados.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

FCD	Indicador
	Dormidas em alojamento turístico coletivo [N.º - Milhões]
	Estabelecimentos de alojamento turístico coletivo em funcionamento [N.º]
	População empregada no setor do Alojamento, restauração e similares [N.º - milhares]
	VAB da economia do Mar [M€]
	Número de empresas marítimo turísticas na RAM [N.º]
	Pessoal ao serviço no setor das TIC [N.º]
	VAB do setor das TIC [M€]
Energia, Clima e Mobilidade Sustentável	Intensidade energética no Produto Interno Bruto (PIB) [tep/M€] por setor de atividade
	Intensidade energética não renovável do consumo doméstico [tep/M€]
	Certificados energéticos emitidos para edifícios na RAM por ano e por categoria [%]
	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos [%]
	Participação dos recursos energéticos renováveis na procura de energia primária [%]
	Participação dos recursos energéticos renováveis na produção de eletricidade [%]
	Capacidade suplementar de produção de energia renovável [MW]
	Consumo de combustíveis fósseis [tep]
	Emissões de GEE [tCO _{2eq}]
	Intensidade Carbónica no PIB [tCO _{2eq}]
	Procura de energia final no setor dos transportes em relação à procura total de energia final [MWh;%]
	Passageiros transportados em transporte público terrestre coletivo urbano [N.º - milhares]
	Número de veículos elétricos e veículos híbridos plug-in novos [N.º]
	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica [N.º]
Qualificação Territorial	Edifícios e equipamentos públicos intervencionados por categoria [N.º;M€]
	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas [n.º]
	Habitacões reabilitadas em áreas urbanas [N.º]
	Espaços verdes urbanos intervencionados [N.º/ ha]
	Projetos de requalificação de infraestruturas e equipamentos ambientais [n.º/€-milhões]
	Projetos abrangidos pelos ITIs [N.º; M€]
	Número de pessoas abrangidas pelos projetos efetuados no âmbito dos ITIs, por categoria de projeto [N.º]
Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular	Número de monumentos, conjuntos e sítios por categoria de proteção na RAM [N.º]
	Número de museus, bens e visitantes na RAM [N.º]
	Projetos de recuperação e promoção do património cultural apoiados [N.º; M€]
	Número de objetos culturais digitais disponíveis [N.º]
	Áreas protegidas por tipologia na RAM [ha]
	Número de espécies protegidas referentes à Diretiva Aves e habitats [N.º]
	Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação [ha]
	Percentagem de água captada efetivamente distribuída [%]
	Volume de água reciclada produzida [m ³ - milhares]
	Excedências aos VL por tipologia de poluente atmosférico [N.º]
	População servida por sistemas de Drenagem e Tratamento de águas residuais [%]
	Produção Global de Resíduos [t]
	Resíduos incinerados na ETRS [t]
Resíduos enviados para tratamento e reciclagem fora da RAM [t]	
Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social	Pedidos de apoio para habitação [N.º]
	Taxa de abandono precoce de educação e formação [%]
	Taxa de escolaridade do nível de ensino superior [%]
	Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos [N.º]
	Taxa de desemprego [%]
	Número de jovens NEET [N.º]
	Taxa de desemprego de longa duração [%]
	Taxa de risco de pobreza da população empregada com 18 e mais anos de idade [%]
	Coefficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente [%]
	Taxa de privação material [%]
	Taxa de privação material severa [%]
	Equipamentos sociais apoiados [N.º; m€]
	Disparidade no ganho médio mensal, entre sexos, da população empregada por conta de outrem [%]
	Consultas com médico de medicina geral e familiar e especialidades [N.º]
	Instituições da rede regional de cuidados continuados apoiadas [N.º; m€]
Equipamentos e infraestruturas de saúde apoiadas [N.º; m€]	
Riscos Naturais e adaptação às	Número de incêndio florestais [N.º]
	Área ardida [ha]
	Precipitação extrema máxima registada em 5 dias consecutivos [mm]

FCD	Indicador
alterações climáticas	Intervenções em infraestruturas que visaram a adaptação às alterações climáticas [N.º; € - milhões]
	Investimento e meios proporcionados ao SRPC no âmbito de projetos cofinanciados [N.º; € - milhões]
	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens [km]

7.3 Implementação do seguimento

A Fase de Seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PR Madeira 2030 e requer que a entidade gestora do PR (IDR) adote as medidas necessárias no sentido de estruturar uma equipa de acompanhamento da AAE que seja capaz de desenvolver as atividades de controlo previstas, designadamente o envio dos resultados do processo de seguimento e monitorização, com uma periodicidade mínima anual, à autoridade ambiental regional, e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º 2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

8. Conclusões

A marca premente desta proposta de PR é a sua complementaridade com o PRR. Sem prejuízo para os esforços de conciliação anteriores com os demais Programas Operacionais (PRODERAM, POSEUR, POMar, etc.), a intensidade e significância do Plano de Recuperação e Resiliência introduziu desafios de programação que impeliram ao reforço da complementaridade entre os instrumentos. A opção programática escolhida, permite que os dois instrumentos, ambos sob o mesmo organismo de gestão (IDR), funcionem, na prática, como uma única unidade, mas atuando em áreas sem sobreposição.

A opção programática escolhida aporta os seus maiores méritos na melhoria da eficiência da aplicação dos Fundos Estruturais, mas não deixa de levantar desafios técnicos, nomeadamente, no processo de Avaliação Ambiental Estratégica. Como resultado, a análise e avaliação efetuada esteve sempre condicionada não só ao campo de atuação do PR Madeira, mas à sua complementaridade com o PRR. Este exercício não é novo, a complementaridade com os outros Programas Operacionais “tradicionais” englobavam desafios semelhantes. O incremento de complexidade dá-se devido à dimensão e intensidade do PRR mas também ao seu vasto campo de abrangência, em contraponto com os PO temáticos. O exercício prospetivo de cenarização da evolução da situação de referência sem PR Madeira 2030, tornou-se especialmente complexo de realizar neste contexto.

A proposta de PR Madeira 2030 apresenta claramente efeitos positivos sobre o conjunto do tecido socioeconómico da RAM. O alinhamento estrutural do PR Madeira com a Transição Verde e a Transição Digital aporta igualmente perspectivas de melhoria na qualidade ambiental do território e no incremento do ecossistema de inovação e empreendedorismo regional.

As recomendações propostas pela AAE aplicam-se essencialmente à fase de implementação do PR Madeira 2030 e constituem, na sua quase totalidade, a ligeiros ajustes que visam garantir a adequação da prossecução dos objetivos específicos com a salvaguarda das questões ambientais e patrimoniais. Há, no entanto, uma recomendação que propõe a mobilização de instrumentos territoriais que incidam sobre o território predominantemente rural. O processo de desertificação de vários concelhos regionais, com especial incidência no norte da ilha da Madeira, necessita de uma intervenção incisiva por parte do poder público regional e, recomendavelmente, alavancado pelo PR Madeira 2030. Não obstante a recomendação, reconhecemos que o impacto do PR Madeira 2030, será decisivo para todo o conjunto da RAM, incluindo os territórios com desafios específicos mais incisivos.

A dificuldade na agregação de informação específica, de âmbito regional e essencialmente focada nas métricas de realização dos diversos organismos ao nível dos diversos níveis de poder regional, conferiu dificuldades para a realização dos diagnósticos setoriais. O próprio PR abre caminho para a desmaterialização de processo pela via da digitalização, potenciar-se-á assim o ecossistema de informação passível de ser agregada e desaguado em métricas úteis para um conjunto alargado de processos dentro do complexo do Governo Regional, do poder local e para a comunidade em geral. A implementação do sistema de monitorização da AAE, agregado ao sistema de indicadores de realização e resultado do próprio PR, caminhará na sistematização dos processos de recolha de informação específica e setorial.

O alinhamento do PR Madeira 2030, primariamente alicerçado na Estratégia Portugal 2030, com os diversos instrumentos europeus e nacionais confere conforto programático. No entanto, o alinhamento do PR com as prioridades expressas nos documentos estratégicos regionais e com as opiniões expressas no âmbito do ciclo de reuniões promovido na Fase de Definição da Âmbito, é elevado. A dinamização desta ferramenta de consulta às Partes Interessadas aportou, igualmente, qualidade à informação utilizada na caracterização das situações de referência e às avaliações subsequentes.

Em suma, as grandes questões regionais identificadas são abordadas convenientemente pelo Programa Regional Madeira 2030 e não foram identificados desvios ou confluências estratégicas excessivas, pelo que o PR revela equilíbrio e maturidade na abordagem ao campo de oportunidades e desafios que pretende abordar.

9. Referências bibliográficas⁹¹⁰

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2007). Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - SIDS Portugal. Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2012). Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

Antunes P.; Lobo, G.; Videira, N.; Vaz, S. G.; Fernandes, T. & Ramos, T. (2007). Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Cofinanciadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e/ou pelo Fundo de Coesão, Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Caparica.

Comissão Europeia - Orientações técnicas sobre a resistência às alterações climáticas das infraestruturas no período 2021-2027 - 2021. Internet: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52021XC0916\(03\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52021XC0916(03)).

União Europeia - Capacitu4dev - *Strategic Environmental Assessment in EU development cooperation. A handful of tips to get it right!* - 2017. Internet: <https://europa.eu/capacity4dev/public-environment-climate/documents/strategic-environmental-assessment-eu-development-cooperation-handful-tips-get-it-right>.

Nações Unidas - Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - 2015. Internet: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

Nações Unidas - *Our Common Agenda* - Relatório do Secretário Geral das Nações Unidas António Guterres - 2021. Internet: https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/assets/pdf/Common_Agenda_Report_English.pdf.

European Cluster Collaboration Platform - European Environment and Sustainable Development Advisory Councils Network - Circular Economy: Leveraging a Sustainable Transformation - 2022 Internet: https://eeac.eu/wp-content/uploads/2022/02/RNE-Statement_Circular-Economy-1.pdf.

Portal do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Carta Europeia para o Turismo Sustentável (2007). Internet: <http://portal.icnb.pt/>

Conselho da União Europeia - DOC 10917/06 - Nova Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável, Bruxelas, 26 de junho de 2006. Internet: http://ec.europa.eu/sustainable/sds2006/index_en.htm

Parlamento Europeus e Conselho da União Europeia (2017). Relatório da Comissão ao conselho e ao Parlamento Europeu nos termos do artigo 12.º, n.º 3 da Diretiva 2001/42/CE relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2001). Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, Luxemburgo, 27 de junho de 2001

⁹ As referências bibliográficas não incluem os documentos estratégicos processados no Quadro de Referência Estratégico e discriminados no Capítulo 4.1.2 do presente Relatório.

¹⁰ Para além destas referências foram consultadas outras fontes pontuais (páginas de internet, estatísticas, boletins informativos, ...).

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

(Página deixada propositadamente em branco)

ANEXO I

(Consulta às Partes Interessadas)

As disposições do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, define a participação das partes interessadas em dois momentos e envolvendo duas tipologias de atores:

- i) Após a redação do Relatório de Definição de Âmbito, presente peça processual, que deverá envolver as Entidades com Responsabilidade Ambientais Específicas (ERAE) e ser efetuada durante um prazo mínimo de auscultação de 20 dias (N.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).
- ii) Após a redação do Relatório Ambiental Preliminar, que consubstancia a AAE, que deverá envolver as ERAE e o Público em Geral e ser efetuada durante um prazo mínimo de 30 dias (N.º 3 e N.º 7 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho). Esta consulta será feita com recurso à redação de um Resumo Não Técnico de forma a estimular a participação do Público em Geral sem conhecimentos específicos nas técnicas e processos da AAE.

O Instituto de Desenvolvimento Regional e a Espaço e Desenvolvimento Madeira, optaram por estender os processos de consultas promovendo um ciclo de reuniões preliminares com as ERAE e com outras entidades selecionados de acordo com as especificidades do Programa Regional Madeira 2030.

Estas reuniões preliminares tiveram como objetivos: (i) Familiarizar as entidades com o procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica; (ii) Sinalizar pontos estratégicos dentro das respetivas áreas de atuação; (iii) Recolher informação de suporte à caracterização da situação de referência do Relatório Ambiental Preliminar.

O desenvolvimento do ciclo de reuniões decorreu de acordo com a calendarização da tabela seguinte.

Entidade	Data
AREAM Agência Regional da Energia e Ambiente da RAM	26/04/2022
DRP Direção Regional de Pescas	28/04/2022
SRPC Serviço Regional de Proteção Civil	03/05/2022
EEM Empresa de Eletricidade da Madeira	04/05/2022
IDE Instituto de Desenvolvimento Empresarial	04/05/2022
DRPRGOP Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas	05/05/2022
DROTe Direção Regional do Ordenamento do Território	06/05
ARDITI Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação	09/05
DRMar Direção Regional do Mar	09/05
ARM Águas e Resíduos da Madeira	10/05
DRA Direção Regional de Agricultura	11/05

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Entidade	Data
SRTC Secretaria Regional do Turismo e Cultura	11/05
DRC Direção Regional da Cultura	11/05
DRS Direção Regional de Saúde	13/05
CMF Câmara Municipal do Funchal	13/05
UMa Universidade da Madeira	13/05
DRT Direção Regional de Turismo	13/05
DRAMB Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira	16/05
LREC Laboratório Regional de Engenharia Civil	16/05
IHM Investimentos Habitacionais da Madeira	19/05

O ciclo de reuniões preliminares aportou um conjunto de elementos estratégicos que darão um suporte adicional à reflexão estratégica inerente ao processo de avaliação em curso. Adicionalmente, foi possível recolher informação mais fina sobre a evolução da situação de referência e sinalizar focos de monitorização ao nível da avaliação da execução do Programa Regional e no âmbito da Fase 3 da metodologia utilizada na presente AAE. Assim, consideramos que esta abordagem foi muito oportuna e profícua na prossecução dos objetivos inerentes ao presente processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

Processo de Consulta do Relatório de Definição de Âmbito

O processo de consulta formal ao Relatório de Definição de Âmbito Preliminar decorreu entre o dia 30/05/2022 e 29/06/2022. O processo de consulta formal¹¹ foi desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Regional e as seguintes entidades foram consultadas:

Entidade
Associação de Municípios da RAM (AMRAM)
Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (ARDITI)
Agência Regional de Energia e Ambiente da Madeira (AREAM)
Águas e Resíduos da Madeira, S.A (ARM)
Direção Regional de Agricultura (DRA)
Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRAMB)
Direção Regional de Cultura (DRC)
Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres (DRETT)
Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN)
Direção Regional do Ordenamento e Território (DROTe)

¹¹ Ao processo de consulta foram aditadas as entidades participantes do Grupo de Acompanhamento

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Entidade
Direção Regional das Pescas (DRP)
Direção Regional de Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC)
Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira (SRPCM)
Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A (APRAM)
Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. (EEM)
Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM)
Direção Regional do Turismo (DRT)
Direção Regional do Mar (DRM)
Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas (DRPRGOP)
Administração Pública do Porto Santo
Direção Regional de Saúde (DRS)
IPMA Madeira
Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE, IP-RAM)
Instituto para a Qualificação (IQ, IP-RAM)

Em baixo está disponível uma tabela resumo dos contributos efetuados pelas ERAE e a respetiva ponderação.

Entidade	Principais contributos dos Pareceres	Ponderação	
		Internalização	Observações
IFCN	Correções sugeridas na metodologia	Aceite parcialmente	Algumas das sugestões colidem com a redação da Norma Técnica (CE2021/C 58/01).
	Correção de algumas gralhas na redação do texto	Aceite	
DRMar	Questões estratégicas	Aceite parcialmente	O carácter holístico, e logo generalista, da descrição das grandes questões estratégicas regionais requer equilíbrio entre a profundidade e a equidade das temáticas abordadas.
	Quadro de referência Estratégico	Aceite parcialmente	Foram considerados os seguintes planos: - Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável - Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM 2019)
	Indicadores de análise	Considerados para fase posterior	Os indicadores de monitorização, que caracterizarão a implementação do PR Madeira 2030, tomarão em conta algumas das sugestões referidas, sempre salvaguardando o equilíbrio de análise em relação às temáticas abordadas nos FCD

**Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-**

Entidade	Principais contributos dos Pareceres	Ponderação	
		Internalização	Observações
	Ordenação das tabelas	Aceite parcialmente	Procedeu-se à revisão que vai de encontro ao ordenamento sugerido. O alinhamento atual tem, também, em atenção o alinhamento gráfico das tabelas.
	Observação geral	Considerado parcialmente	O presente processo da AAE não incide sobre as opções programáticas e de gestão emanadas do referencial de orientação Acordo de Parceria Portugal 2030. Não obstante, as lacunas de informação serão devidamente salientadas.
DRA	Correção de gralha	Aceite	
	Inclusão de referencial	Aceite	O Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) foi internalizado conforme sugestão.
IEM	Vigência do Plano Regional de Emprego	Aceite	
DRPRGOP	Incorporação insuficiente da operacionalidade das infraestruturas e equipamentos públicos no RDA	Não considerado	O comentário incide sobre o objeto de avaliação (PR Madeira 2030) e não sobre o Relatório de Definição de Âmbito. Não obstante a análise será tida em conta em sede de avaliação.
IDE	Sem sugestões		
IQ	Tabela 7 - Relação com a família 4A, 4B e 4C	Não considerado	Os referidos referenciais incidem sobre as temáticas referenciadas no campo 4A, seja através da prossecução da transição climática justa ou através da promoção do emprego ou formação/educação verde ou azul. Recordamos igualmente que o 4A aborda também a promoção do turismo sustentável (RSO4.6).
	Indicadores mais próximos dos indicadores do PR Madeira 2030	Considerados para fase posterior	Os indicadores de monitorização serão mais próximos dos utilizados pelo IDR.
	Tabela 11 - ESO4.4 e FCD I&D+I e Transição Digital	Aceite	
SRPC	Sem sugestões		
ARM	Tabela 6 - Retirar RERRAM porque já foi internalizado na Estratégia Resíduos Madeira	Aceite	
DRAMB	Tabela 5 - Articulação entre a QE7 e o FCD I&D+I e Transição Digital	Aceite	
	Tabela 9 - indicadores	Aceite	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Entidade	Principais contributos dos Pareceres	Ponderação	
		Internalização	Observações
	Tabela 11 - Correlação do Prioridade 1A com o FCD Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular	Aceite	
	Tabela 12 - articulação da QE7 com a I&D+I e Transição Digital	Aceite	
IHM	Observação geral	Considerado parcialmente	AAE não incide sobre as opções programáticas emanadas, a jusante, pelo Acordo de Parceria Portugal 2030. Não obstante a análise será tida em conta em sede de avaliação.
SRAC	Tabela 6 - Inclusão dos: a. Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional b. Plano de Ordenamento para a Aquicultura Marinha na RAM (POAMAR)	Aceite	
	Tabela 8 - ponderar a inclusão de uma alusão específica ao autoconsumo	Aceite	
	Tabela 9 - Ponderar alterar as unidades dos Indicadores; - Gralha identificada	Aceite parcialmente	Mantear-se-á a unidade utilizada na intensidade energética no PIB por sugestão conflituante com outra ERAE. As restantes (Intensidade Carbónica e Combustíveis fósseis) serão apresentados conforme a sugestão.

A estratégia de abordagem às Partes Interessadas na Fase de Definição de âmbito permitiu agregar um conjunto significativo de contributos. O processo escolhido atuou como complemento à consulta formal às ERAE, capacitando-a com contributos mais pertinentes e enquadrados.

As entidades consultadas mostraram concordância com as principais peças da Fase de Definição de Âmbito, nomeadamente com a escolha dos Fatores Críticos para a Decisão e com o desenvolvimento do racional metodológico para a escolha dos mesmos. Os contributos providenciados foram analisados e na sua maioria incorporados no presente relatório. Foram assim cumpridos os pressupostos da presente Fase.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Processo de Consulta do Relatório Ambiental Preliminar

O processo de consulta formal ao Relatório Ambiental preliminar decorreu entre o dia 04/08/2022 e 16/09/2022, perfazendo 30 dias úteis.

Entidade	Participação (aspectos relevantes)	Comentários da Equipa da AAE PR Madeira 2030
Grupo Parlamentar do Partido Socialista da ALRAM	Seja assegurada uma visão ambiental integrada, com a adoção de políticas ambientais de forma transversal a todas os setores e áreas governativas, sem exceção;	Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.
	Sejam implementados, na íntegra, os programas e planos de incidência ambiental e desenvolvimento sustentável, já aprovados;	Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.
	Sejam cumpridos os prazos de elaboração e atualização dos planos assim como as orientações ambientais constantes desses mesmos documentos estratégicos;	Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.
	Sejam estabelecidas metas e indicadores de monitorização para os impactos no ambiente de todos os programas e planos estratégicos;	Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.
	Sejam acauteladas, porque antecedidas de estudo e ponderação, as preocupações ambientais teóricas dos programas e planos estratégicos no modelo prático de desenvolvimento que, na realidade, é promovido na Região;	Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.
	Sejam incorporados critérios ambientais nos concursos públicos cumprindo com a Estratégia Nacional das Compras Públicas Ecológicas;	As indicações recolhidas em relação aos contratos públicos ecológicos vão no sentido de as mesmas serem incorporadas no texto do PR Madeira 2030. Os termos desta incorporação estão a ser tratados entre os Serviços da Comissão Europeia e a Autoridade de Gestão.
	Seja incentivada a cidadania ambiental participativa, tornando os processos mais inclusivos e transparentes;	O projeto de PR Madeira 2030 consagra 30,5% da dotação orçamental à ação climática.
	Garanta-se mais ação climática e menos propaganda, consciencializando a população de que ainda existe um longo caminho a percorrer na mitigação das alterações do clima e adaptação às mesmas, para o qual todos podem e devem contribuir ativamente;	
Considerar soluções baseadas na natureza e com recurso a engenharia natural, em detrimento das impermeabilizações, infraestruturização e artificialização da paisagem, que devem ser reduzidas;	Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Entidade	Participação (aspectos relevantes)	Comentários da Equipa da AAE PR Madeira 2030
	Promover a adoção de modelos mais ecológicos e sustentáveis nos sectores tradicionais, seguindo as orientações europeias “Do prado ao prato”, e a pecuária extensiva;	Reconhecendo a importância da temática e da estratégia, a AAE considera que a mesma é aplicável ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao futuro Programa de Desenvolvimento Rural da RAM e não ao objeto de avaliação, o PR Madeira 2030.
	Garantir uma transição climática e ecológica mais célere e justa evitando aliviar as metas ambientais a pretexto do crescimento económico, sabendo-se que existem opções viáveis com menores impactos no ambiente e que a resiliência é fundamental para o desenvolvimento económico e social sustentado;	O projeto de PR Madeira 2030 consagra 30,5% da dotação orçamental à ação climática.
	Na economia do mar, retirar o foco da aquicultura intensiva e apostar noutras atividades e modelos que aliem inovação e sustentabilidade	A temática do comentário é aplicável ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e ao futuro Programa Regional do Mar e não ao objeto de avaliação.
	Maior aposta na produção alimentar regional, garantido a viabilização da agricultura tradicional e familiar, transformando aquilo que o relatório entende como ameaças em oportunidades de valorização dos produtos locais, da atividade agrícola, da gastronomia local e da paisagem tradicional madeirense, promovendo o ordenamento e ocupação sustentada do território (Reserva Agrícola, Estatuto da Agricultura familiar);	A AAE expressa a importância da agricultura na estrutura socioeconómica da RAM, sendo disso exemplo a análise SWOT do FCD - Cadeias de valor, onde se inclui a Agricultura.
	Recuperar a ligação das povoações rurais ao meio ambiente envolvente, promovendo a ocupação sustentada do meio rural e a reversão do despovoamento;	Esta temática foi salientada no presente Relatório no âmbito do FCD Qualificação Territorial.
	Garantir uma gestão mais eficiente do património natural, restringindo e distribuindo os acessos do “turismo de natureza”;	A Equipa salienta que a RAM tem uma afetação, no âmbito das ações da biodiversidade, correspondente a 7,5%. A AAE reconhece a pressão turística sobre o património natural e cultural como uma ameaça no FCD - Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular.
	Garantir maior investimento público na inovação e conhecimento;	A AAE reconhece esta necessidade na análise ao FCD - I&D+I e Transição Digital.
	Assegurar maior eficiência energética na administração e investimento público, tornando-o um estímulo para a iniciativa e investimento privado	O RSO2.1 vai no sentido do comentário, bem como a opção estratégica regional. A AAE recomenda critérios ambientais no FCD - Energia, Clima e Mobilidade Sustentável para o RSO 1.3, assim promovendo a eficiência energética nos apoios às PME.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Entidade	Participação (aspectos relevantes)	Comentários da Equipa da AAE PR Madeira 2030
	<p>Comentário geral: A presente AAE é um instrumento técnico que pretende uma avaliação sobre os efeitos do objeto (Programa Regional Madeira 2030) na RAM, segundo a metodologia própria das AAE, e no período de vigência do mesmo. A AAE valida a maior parte das linhas políticas enunciadas as quais estão refletidas nos instrumentos estratégicos europeus, nacionais e regionais considerados na fase de Definição de Âmbito, que determinou dos Fatores Críticos para a Decisão a considerar. Não obstante, o Programa Regional Madeira 2030 não é um programa com características executivas, pelo que não cabe ao mesmo definir as políticas setoriais regionais, mas sim, observar as diretrizes consagradas nos documentos estratégicos regionais, nacionais e europeus.</p>	
<p>Élvio Henriques de Jesus, Deputado pelo PS na ALRAM</p>	<p>Entre as páginas 178 e 171, verificamos alguma incoerência no conteúdo, designadamente, entre o referido na pag. 172 “A percentagem de consultas de medicina com médico geral ou familiar há menos de 12 meses sofreu um decréscimo ligeiro e aumentou ligeiramente as consultas há mais de doze meses. A percentagem de consultas com médicos especialistas teve um comportamento contrário tendo aumentado ligeiramente as realizadas há menos de 12 meses e diminuído ligeiramente as realizadas há 12 meses ou mais.” (situação não muito desejável), na pag. 173 (Síntese) “A análise integrada aos indicadores permite concluir que o acesso à saúde se manteve relativamente igual no período de análise”, na pag. 174 (Matriz SWOT) “Acesso à saúde tem melhorado” e, na Síntese (pag. 178), nada específico da Saúde é referido.</p>	<p>O comentário é procedente e a incongruência foi corrigida.</p> <p>A síntese, referente ao FCD, não especifica quaisquer critérios e pretende ser uma súmula das análises efetuadas nas matrizes SWOT e de Identificação de Efeitos. Não se encontra racional para fazer sobressair um critério específico.</p>
	<p>Em nossa opinião, a família de indicadores elencada não permite o cabal acompanhamento da evolução da situação de referência nem a avaliação do impacte da implementação do PR Madeira 2030...</p>	<p>O critério Saúde foi analisado, segundo duas perspetivas: (i) Acesso à saúde; e (ii) Promoção da saúde pública no âmbito da crise pandémica. Concordando que a análise ao critério da Saúde ganharia com uma análise mais extensa, o mesmo poderia ser referido para todos os critérios analisados. A diversidade e a extensão dos FCD analisados, derivados do largo espectro de atuação do PR Madeira 2030, exigiram um esforço de seleção de macro indicadores para os mesmos. Assim, sendo a Saúde “apenas” um dos 6 critérios do FCD - Desenvolvimento Humano, Inclusão e Coesão social, a abordagem foi equilibrada no âmbito da análise da situação de referência, pelo que se mantém a redação atual. Os indicadores de monitorização indicados, mais específicos com a tipologia de intervenção do PR Madeira 2030 nesta área, cumprem os objetivos a que a AAE se propõe e não deverão ser alterados. Não obstante, mantêm-se em aberto a possibilidade de alterar indicadores na fase de monitorização em função de contributos do futuro documento estratégico setorial da área da Saúde.</p>
	<p>Ainda que tendo em consideração a inexistência, referida neste relatório, de um “Plano Regional de Saúde da Madeira” para o período 20/30, ou do “Plano Estratégico do Sistema Regional de Saúde da RAM” mencionado no “Investimento RE-CO1-iO5-RAM”, propomos o alargamento do painel dos indicadores relativo à Saúde, de modo a cobrir todas as dimensões daqueles objectivos e mencionar, nas recomendações, a ponderação da inclusão desses (novos) indicadores sensíveis a cada uma das componentes de ambos esses objectivos.</p>	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Entidade	Participação (aspectos relevantes)	Comentários da Equipa da AAE PR Madeira 2030
	<p>Comentário Geral</p> <p>A Equipa da AAE reconhece o setor da saúde como um dos pilares das comunidades e um dos vetores de intervenção-chave do PR Madeira 2030. Esse mesmo reconhecimento está vertido na consideração do critério saúde no FCD - Desenvolvimento Humano, Inclusão e Coesão social. No entanto, afigura-se necessário separar a dimensão de análise da intervenção do Programa, que deverá ter um processo de monitorização e um sistema de reporte próprios, distintos do processo de AAE.</p>	
<p>Marco Rodrigues</p>	<p>A promoção de uma Mobilidade Urbana Sustentável tem um papel importante para a qualidade de vida dos residentes de uma Cidade.</p> <p>Para obter uma boa mobilidade multimodal, deveria ser combinado o transporte público rodoviário, com um Metro Ligeiro de Superfície, que no caso da Ilha da Madeira, teria de ser também subterrâneo, em algumas zonas.</p> <p>A implementação de um Metro Ligeiro de Superfície/Subterrâneo é caracterizada pela flexibilidade de traçado de linhas, de funcionalidade das redes, de instalação por etapas, de despesas e de nível de serviço.</p> <p>O Metro de Superfície /Subterrâneo aparece como solução mais versátil para diversas configurações urbanas e volumes de procura.</p> <p>Este sistema estaria preparado para servir volumes de procura entre 6.000 e 20.000 passageiros por hora e sentido e pode obter-se um nível de serviço próximo aos dos sistemas automáticos, caso se opte por uma elevada proporção de plataforma reservada.</p> <p>A sua facilidade de integração no tecido urbano, podendo inclusivamente penetrar em zonas comerciais, pedonais e de recreio, confere-lhe um carácter único com o sistema de transporte compatível com o resto das atividades da comunidade urbana.</p> <p>A implementação de um Metro Ligeiro de Superfície/Subterrâneo melhora a integração do planeamento dos transportes com outros instrumentos de planeamento (ordenamento do território, ambientais, entre outros);</p>	<p>O comentário não versa sobre a AAE, sem prejuízo da pertinência do investimento sinalizado, também identificado como estrutural na presente AAE.</p>

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Entidade	Participação (aspectos relevantes)	Comentários da Equipa da AAE PR Madeira 2030
	<p>Promove a acessibilidade a todos os cidadãos, em particular ao espaço público e aos transportes públicos;</p> <p>Fomenta a utilização dos transportes públicos através da melhoria da qualidade do serviço prestado, promovendo a intermodalidade, através da sua integração física, operacional e institucional, de modo a servir as populações urbanas;</p> <p>Reduz os impactos dos transportes na saúde pública e na qualidade de vida dos cidadãos, privilegiando e promovendo modos de transporte mais saudáveis (modos suaves);</p> <p>Melhora o desempenho ambiental e também económico dos sistemas de transporte, procurando um equilíbrio entre o transporte eficaz de pessoas e os respetivos custos económicos e ambientais, com vista à redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia;</p> <p>Reduz a sinistralidade rodoviária;</p>	
Direção Regional para as Políticas Públicas Integradas e Longevidade	<p>RSO1.1</p> <p>Não obstante o detalhe alcançado nos tipos de ações associadas a este objetivo e ainda o seu alinhamento com os domínios estratégicos da EREI RAM 2021-2027, ainda assim, parece-nos ser possível conseguir maior especificidade em cada um dos domínios, designadamente a necessidade de referir que o impacto demográfico e a longevidade têm sobre as prioridades de investigação, que a criação e transferência do conhecimento, incluindo o científico, bem como sua disseminação na área da produção de bens e prestação de serviços em contexto de uma sociedade longeva, para a qual ganha relevância a internacionalização, não só do conhecimento mas também do mercado e das boas práticas inovadoras, de entre as quais se destacam aquelas relacionadas com a gerontecnologia e o uso das TIC ao serviço da teleassistência, da gestão</p>	<p>As sugestões versam sobre a estruturação do PR Madeira e não sobre a AAE, pelo que não são consideradas neste contexto, embora pela sua pertinência sejam passíveis de aproveitamento pela Autoridade de Gestão do PR Madeira 2030.</p>

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Entidade	Participação (aspetos relevantes)	Comentários da Equipa da AAE PR Madeira 2030
	<p>das atividades de vida diária e estimulação cognitiva das pessoas idosas e da tele saúde .</p>	
	<p>RSO1.3. Considerando as tipologias de ação identificadas, entende-se que no âmbito do investimento empresarial produtivo, devem ser priorizadas as intervenções que reconhecem o impacto socioeconómico dos consumidores com 50 anos e +; o impacto do gasto dos turistas com 50 anos e +, e, ainda a longevidade no local de trabalho.</p>	
	<p>ESO4.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+).</p>	
	<p>RSO5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas (FEDER)</p> <p>Atendendo a que o setor do turismo representa 25% do PIB e emprega de forma direta 16% da população, é fundamental adequar a oferta ao novo perfil do turista, que é hoje mais tecnológico e mais exigente, mas também mais longo e disponível para estadias mais prolongadas, deve o sector poder estudar o impacto e a oferta do turismo de Longevidade.</p>	
	<p>ESO4.7 A educação e a aprendizagem ao longo da vida devem desempenhar um papel crucial na respetiva Estratégia de Desenvolvimento Regional, como já assinalada no documento respondendo às necessidades de qualificação das pessoas e das famílias e aos requisitos de estruturação dos complexos de atividades competitivas na economia regional. O seu papel pretende, por um lado, constituir uma forma de capacitação de pessoas, dotando-as de</p>	

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Entidade	Participação (aspectos relevantes)	Comentários da Equipa da AAE PR Madeira 2030
	<p>melhores condições para a sua mobilidade profissional, empregabilidade e exercício da cidadania e, por outro lado, responder às exigências de modernização da economia regional.</p> <p>Intensificar os esforços para o aumento e requalificação das competências dos adultos da Região, em particular criação de serviços destinados à população idosa. Por outro lado, assegurar a atualização da população ativa com 50anos e +, como meio por excelência de satisfação no local de trabalho, enquadramento e produtividade e retenção no mercado de trabalho.</p>	
Observatório Paisagens e Panorama	<p>1A - Madeira + Inteligente e Competitiva: Conhecimento e Inovação</p> <p>Atenção particular para que os projetos de investigação e inovação não sejam de faixada com objetivo único de entalar dinheiro publico como foi o caso do projeto das Algas do Porto Santo. Investir na investigação e na compreensão de temática em que as características da Ilha da Madeira podem contribuir para o conhecimento nacional, como por exemplo: na agricultura, biodiversidade, na elaboração de um plano de reabilitação das zonas florestais, energias renováveis, adquirir uma boa competência na gestão e contenção da quantidade de lixo produzida em RUP</p>	Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.
	<p>2A - Madeira + Verde: Ação Climática e Transição Energética</p> <p>Atenção a que os projetos sejam compatíveis e adequados para necessidade ou problemáticas bem identificadas.</p> <p>Gerir a pressão turística de forma a preservar as manchas de Florestas existentes na Madeira e que de alguma forma ainda se encontram em bom estado de conservação</p>	Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.
	<p>2B - Mobilidade Urbana Sustentável</p> <p>Devemos estar atentos aos projetos, não podemos esquecer o que vem de acontecer com a destruição da ciclovia do Funchal. Ter uma visão a longo prazo do desenvolvimento e reforço da mobilidade nacional, regional e local sem que isso seja sinónimo de destruição natural e cultural.</p>	Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Entidade	Participação (aspectos relevantes)	Comentários da Equipa da AAE PR Madeira 2030
	<p>4A - Madeira + Social e Inclusiva</p> <p>Falta aqui uma atenção particular no que diz respeito as evoluções das condições de trabalho, o respeito do código do Trabalho, respeito dos salários e do tempo de repouso, a boa dinâmica do sector do turismo e da construção civil e a situação social não deve favorecer uma degradação das condições de trabalho. A pressão sobre os trabalhadores ligado a ambição dos benefícios económicos dos grandes grupos deve estar em equilíbrio com o bem-estar dos empregados. Devem ter em conta o nível de qualidade dos diferentes sectores.</p> <p>A igualdade de oportunidades é um ponto importante e deficiente na região e deve ser encontrada uma solução de maneira a meter todos os Madeirenses ao mesmo nível de oportunidades.</p> <p>A privatização da saúde, não favoriza o acesso a saúde de todos os Madeirenses, aumenta claramente o tempo de espera ao acesso aos cuidados médicos com a qualidade equivalentes dos mais carenciados</p>	<p>Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.</p>
	<p>4B - Empregabilidade dos Jovens (Emprego dos jovens)</p> <p>Disponibilizar um bom nível de formação com cursos profissionais ou universitários com o objetivo de alimentar uma sociedade saudável e menos dependente do sistema.</p>	<p>Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.</p>
	<p>5A - Madeira + Próxima: Desenvolvimento sustentável dos territórios</p> <p>Uma atenção particular a segurança nas Zonas Urbanas pois na situação atual já estão reunidas as condições que dão origem à insegurança e incivismo para com os turistas e os residentes</p>	<p>Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.</p>
	<p>1R - RUP</p> <p>Medidas de acompanhamento concretas e iguais para todos os cidadãos de uma forma imparcial. Definição de regras com aplicação e sempre no objetivo de integração na vida ativa cada individuo.</p> <p>“Cadeias de Valor”</p> <p>Promover o consumo de produtos Madeirenses, quer a nível doméstico, quer no sector dos serviços estatais ex: cantinas escolares e de serviços assim como a integração, nos menus turismo, de uma parte substancial de produtos locais.</p>	<p>Este comentário não é aplicável à Avaliação Ambiental Estratégica em curso.</p>

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030
-RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL-

Entidade	Participação (aspectos relevantes)	Comentários da Equipa da AAE PR Madeira 2030
	<p>Promover a agricultura, sem diminuir as exportações, sem formação, meter os agricultores na lista das profissões indispensáveis ao desenvolvimento sustentável da Madeira, formação, criar os laços entre as novas gerações com a terra e a agricultura. Reinventar este sector...</p> <p>Crescer mais quando já se encontram tantos problemas no terreno com a quantidade de turistas que chegam a Madeira.</p> <p>Pelos vistos há muitos problemas para resolver como é o caso do tratamento de águas usadas, do lixo, etc.</p> <p>Ainda bem que o aeroporto não permite que se aumente ainda mais o número de pessoas que chegam a Madeira.</p>	
	<p>Comentário Geral:</p> <p>A AAE é um instrumento técnico que pretende uma apreciação externa sobre os efeitos do objeto (Programa Regional Madeira 2030), segundo a metodologia própria das AAE, e no período de vigência do Programa. Alguns contributos expressos, apesar de ricos em contextualização, não inferem sobre a análise feita pela AAE, mas sim sobre vetores de incidência da mesma e remetendo para a estruturação do PR Madeira 2030. Outro grupo de considerações, reconhecidamente pertinentes, referem-se a fatores de gestão operacional que não ao objeto da AAE.</p>	

A participação das Partes Interessadas nesta fase foi mais reduzida do que a esperada, não obstante o período alargado para consulta disponibilizado. A altura específica do ano (agosto/verão) e o envolvimento precoce das ERAE na fase de Definição de Âmbito, que permitiu um alinhamento mais intenso com o processo da AAE, poderão ter contribuído para a menor participação.